

versão impressa **ISSN 1517-4999**
versão online **ISSN 2446-8681**

REVISTA **GeoPantanal**

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

v.14 n. 27 • 2019





REVISTA
GeoPantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA • CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

**CURSO DE GEOGRAFIA
GRUPO DE PESQUISA
PANTANAL VIVO/AGB CORUMBÁ
CÂMPUS DO PANTANAL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Diretor do Câmpus do Pantanal

Aguinaldo Silva

Coordenador do Curso de Geografia

Edgar Aparecido da Costa

Coordenador do Grupo de Pesquisa Pantanal Vivo

Sérgio Wilton Gomes Isquierdo

CÂMARA EDITORIAL

Aguinaldo Silva

Aline de Lima Rodrigues

Edgar Aparecido da Costa

Igor Catalão

Marco Aurélio Machado de Oliveira

EDITORA CONVIDADA

Rebeca Steiman

EDITOR RESPONSÁVEL

Edgar Aparecido da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

GeoPantanal: revista do Curso de Geografia e do Mestrado
em Estudos Fronteiriços / Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul. - n. 1, (1997) - . Corumbá/MS: A
Universidade, 1997-.
v. : il. ; 25 cm

Semestral
ISSN 1517-4999

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul.

REVISTA

Geo Pantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA • CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

GeoPantanal é uma Revista para divulgação da produção acadêmica e científica de Geografia e áreas afins do Grupo de Pesquisa Pantanal Vivo ligado ao Curso de Geografia e ao Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, em parceria com a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção Corumbá.

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

CÂMARA DE REDAÇÃO

Aguinaldo Silva

Igor Catalão

Aline de Lima Rodrigues

Marco Aurélio Machado de Oliveira

Edgar Aparecido da Costa

CÂMARA EDITORIAL E CIENTÍFICA

Adauto de Oliveira Souza; Adriana Dorfman; Adriana Maria Andreis; Aguinaldo Silva; Alejandro Balazote; Alejandro Gabriel Benedetti; Alfredo Ricardo Silva Lopes; Aline de Lima Rodrigues; Antônia Márcia Rodrigues Sousa; Antonio Firmino de Oliveira Neto; Beatriz Lima de Paula; Edelir Salomão Garcia; Edgar Aparecido Costa; Edima Aranha Silva; Édipo Henrique Cremon; Edson Belo Clemente de Souza; Elaine Aparecida Cancián Almeida; Eliana Rosa Sturza; Elizabeth Maria Azevedo Bilange; Emilio Daniel Silva Sandes, Fabiano Quadros Rückert; Héctor Hugo Trincherro; Igor Catalão; Elisa Pinheiro de Freitas; João dos Santos Vila da Silva; José Fonseca da Rocha Filho; Juan Engelman; Laurimar Gonçalves Vendrusculo; Lisandra Pereira Lamoso; Luci Helena Zanata; Lucilene Machado Garcia Arf; Luiza Vieira Sá de Figueiredo; Malena Castilla Ines Male; Mara Aline Ribeiro; Marcelino Andrade Gonçalves; Marcelo Marcelo Horacio Impemba; Márcia Regina do Nascimento Sambugari; Marco Aurélio Machado de Oliveira; Maria Helena da Silva Andrade; Marta Pereira da Silva; Mauro Henrique Soares da Silva; Milton Augusto Pasquotto Mariani; Natalina Sierra Assencio Costa; Nathalia Monseff Junqueira; Pablo Quintero; Rebeca Steiman; Regiane Coelho Pereira Reis; Regina Baruki-Fonseca; Rosemeire Aparecida de Almeida; Sandra Mara Alves da Silva Neves; Sebastián Valverde; Sergio Braticevic; Sérgio Ricardo Oliveira Martins; Sidney Kuerten; Tito Carlos Machado de Oliveira; Walter Guedes Silva.

Catálogo na Fonte –

Revista GeoPantanal / Câmpus do Pantanal

Curso de Geografia / Mestrado em Estudos Fronteiriços

– Grupo de Estudos Pantanal Vivo/AGB

UFMS. v. 14 – n. 27, (2019) – . – Corumbá/MS:

Geografia / Mestrado em Estudos Fronteiriços

– CPAN/UFMS/Ed. UFMS, 2019.

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Câmpus do Pantanal), 2. Geografia/AGB

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

CDU:

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

<http://seer.ufms.br/index.php/revgeol/index>

Os textos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade de seus autores

Endereço: UFMS – Câmpus do Pantanal – Av. Rio Branco, 1270, Bairro Universitário, 79304-020, Corumbá/MS. Aos cuidados de Edgar Aparecido da Costa, editor da REVISTA GEOPANTANAL.

E-mail revistageopantanal@gmail.com

Solicita-se permuta/Exchange desired

Corumbá, MS

Abril de 2020

SUMÁRIO

Editorial	9
Apresentação <i>Edgar Aparecido da Costa</i> <i>Rebeca Steiman</i>	11
Jornal Impresso na Fronteira Gaúcha: narrativas sobre o Rural <i>Thaís Leobeth</i> <i>Karla Maria Müller</i>	17
Eventos Rurais: uma análise da prática das instituições públicas de pesquisa agropecuária do Brasil e da Argentina <i>Andrea Fernanda Lyvio Vilaro</i> <i>Karla Maria Müller</i>	29
Jornalismo Online na Fronteira Brasil-Paraguai: periférico e transnacional <i>Gesiel Rocha de Araújo</i>	43
Fronteiras do Local: por uma leitura de <i>Si me Permiten Hablar</i> na fronteira-sul <i>Julia Evelyn Muniz Barreto Guzman</i>	59
No te Pases de la Raya: antropofagia cartográfica <i>Kathya Milena Morón Tadic</i>	71
Do Churrasco Griego a la Argen(Chi)na: práticas cotidianas, cartografias transfronteiriças <i>Luiz Felipe Rodrigues</i> <i>Dalila Tavares Garcia</i>	83

Publicações sobre Estudos Fronteiriços no Brasil de 2000 a 2018: um estudo sobre principais periódicos e temáticas <i>Vithor Amaral Prestes</i> <i>Débora Mendes Pizzio</i> <i>Rafael Port da Rocha</i> _____	97
Memórias <i>Homo-Biográficas</i> da Exterioridade: Silvano Santiago e as suas/nossas <i>Mil Rosas Roubadas</i> <i>Pedro Henrique Alves de Medeiros</i> _____	109
O Desenvolvimento Econômico e Social na Fronteira através de uma Escola Pública Federal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul <i>Wanderson da Silva Batista</i> <i>Mara Aline dos Santos Ribeiro</i> _____	121
Notas Iniciais sobre o Surgimento de Relações Transfronteiriças Cotidianas entre Pato Bragado e <i>Nueva Esperanza</i>, municípios da zona de Fronteira Brasil-Paraguay <i>Aline Kammer</i> <i>Maristela Ferrari</i> _____	131
A Consolidação da Fronteira Sul-Mato-Grossense e as Relações com o Paraguai ao Longo dos Diferentes Períodos da História Brasileira <i>Robson de Araújo Filho</i> <i>Camilo Pereira Carneiro Filho</i> <i>Tito Carlos Machado de Oliveira</i> _____	145
Um Histórico da Política Migratória Brasileira a partir de seus Marcos Legais (1808-2019) <i>Luiz Rosado Costa</i> <i>José Eduardo Melo de Souza</i> <i>Lívia Cristina dos Anjos Barros</i> _____	167
A Territorialidade da Rede Bancária no Estado de Rondônia: concentração e dispersão dos agentes financeiros <i>Fábio Brito dos Santos</i> <i>Décio Keher Marques</i> <i>Edwarda de Paula Soares Ojopi</i> _____	185
Cooperação Internacional e Núcleos Urbanos com Articulações Fronteiriças entre Brasil e Bolívia <i>André Vieira Freitas</i> <i>Marília Steinberger</i> _____	201

Turismo de Compras e Paisagem Fronteiriça em Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR) <i>Janaína Costa Teixeira</i> _____	215
A Segurança na Fronteira entre Brasil e Paraguai: é possível cooperar? <i>Maurício Kenyatta Barros da Costa</i> _____	225
A Questão do Gás e sua Repercussão na Relação Brasil-Bolívia: uma análise sob a luz da teoria da “Interdependência Complexa” <i>Adriana dos Santos Corrêa</i> <i>Bruna Leticia Pereira</i> _____	243
Turismo Sexual nas Águas do Pantanal: o caso da mercantilização sexual em Corumbá – MS <i>Érica dos Santos Oliveira</i> <i>Éder Damião Goes Kukiél</i> _____	259

EDITORIAL

A Revista GeoPantanal apresenta, neste número, 18 trabalhos selecionados para publicação entre os enviados e aprovados para o VII Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços. Foram contemplados trabalhos dos cinco eixos: Eixo 1 – Aspectos identitários e discursivos nas fronteiras: identidades, gêneros, diversidades, cultura, arte, literatura, comunicação, saúde, educação, bilinguismo (9 artigos); Eixo 2 – Movimentos de população hoje e no passado: migrações, colonização, redes, história e memória (3 artigos); Eixo 3 – Territórios e territorialidades nas fronteiras: integração, desenvolvimento, políticas públicas, urbanização, comércio e desenvolvimento local (3 artigos); Eixo 4 – Limites estratégicos: geopolítica, soberania e relações internacionais, globalização, segurança pública, conflito e violência (2 artigos) e; Eixo 5 – A natureza e seus usos: conservação, sustentabilidade, turismo, frentes, reforma e outras dinâmicas agrárias (assentamentos, agronegócio, agricultura familiar) (1 artigo).

Os trabalhos representam a multiplicidade de temáticas agregadas à fronteira, bem como ilustra o interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento em apresentar seus trabalhos,

suas contribuições para discussão do tema. São tratadas nuances das fronteiras brasileiras, argentinas, paraguaias, bolivianas, chilenas e uruguaias.

Este número possui a colaboração editorial da professora e pesquisadora Rebeca Steiman, do Grupo Retis ligado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O trabalho vem coroar as sucessivas parcerias para pensar e organizar coletivamente os seminários de estudos fronteiriços.

A fotografia da capa é obra de Emmanuel Alexandre Cavasana Oliveira, acadêmico do curso de Geografia do campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Ilustra o momento de retorno da visita técnica ao lado boliviano da fronteira Brasil-Bolívia, guiada por acadêmicos do curso de Geografia e do Mestrado em Estudos Fronteiriços da UFMS. Partiu-se de Corumbá, no Oeste de Mato Grosso do Sul, para visita às cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez. A foto foi feita no dia 07 de outubro de 2019 na Laguna de Cáceres, em Puerto Suárez. Estão presentes pesquisadores nacionais e internacionais, juntamente com acadêmicos de graduação e pós-graduação.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Edgar Aparecido da Costa

APRESENTAÇÃO

Esta edição da Revista GeoPantanal apresenta uma seleção de dezoito trabalhos inéditos submetidos ao VII Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços. O SEF é um evento bianual consolidado na agenda acadêmica e um ponto de encontro para aqueles que se interessam por temáticas diversas relacionadas aos estudos fronteiriços. Reúne pesquisadores reconhecidos nacional e internacionalmente, professores do ensino superior e da educação básica, gestores públicos, além de estudantes de graduação e pós-graduação.

A sétima edição do evento ocorreu entre 7 e 9 de outubro de 2019, no Campus Pantanal (CPAN) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, localizado na cidade de Corumbá. Organizado pelo Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), o evento contou com a colaboração de diversas instituições nacionais e internacionais, tais como o Grupo Retis, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ); o GREFIT da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); o Programa

de Pós-Graduação em Geografia e o Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); o Colegio da Frontera Norte (El Colef) do México e o Instituto de Estudios Internacionales (INTE) da Universidad Arturo Prat do Chile. Contou com apoio fundamental da Capes e das instituições parceiras, além dos recursos financeiros oriundos das inscrições e do apoio logístico e administrativo fornecido pela UFMS.

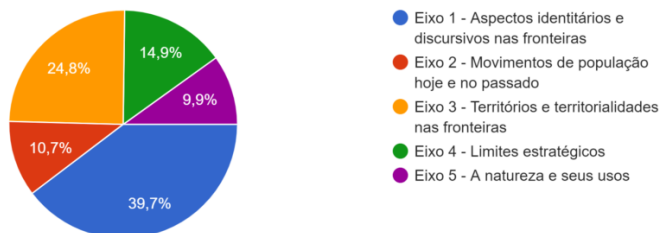
O VII SEF trouxe mesas temáticas sobre temas contemporâneos a fim de estimular o diálogo entre os especialistas e demais participantes. O público presente na abertura superou 350 pessoas. O evento abrigou, ainda, a discussão dos periódicos e das metodologias relevantes para o campo no IV Colóquio Unbral de Estudos Fronteiriços. Contou também com a oficina Metodologias visuais aplicadas à pesquisa geográfica das fronteiras, dois trabalhos de campo, um lançamento de livros e duas sessões de documentários, uma sobre a zona de fronteira entre México e Estados Unidos e outra sobre a zona de fronteira entre Brasil e Guiana Francesa.

Nesta edição do evento, pela primeira vez, os alunos de iniciação científica tiveram a oportunidade de aprimorar sua formação, expondo 26 pôsteres, três dos quais premiados por receberem nota máxima de avaliadores.

A apresentação dos trabalhos completos por pesquisadores, profissionais e pós-graduandos permitiu compartilhar pesquisas já avançadas nas discussões dos grupos de trabalho, organizados em torno de eixos temáticos. Foram submetidos 121 trabalhos completos, dos quais 95 foram aprovados pelo comitê científico e 87 foram apresentados e discutidos nos grupos de trabalho. As temáticas apresentadas mostraram a multiplicidade de abordagens e temas dos estudos fronteiriços trazidos para o evento (Figura 1).

Figura 2 – Percentual de trabalhos segundo eixo temático no VII SEF

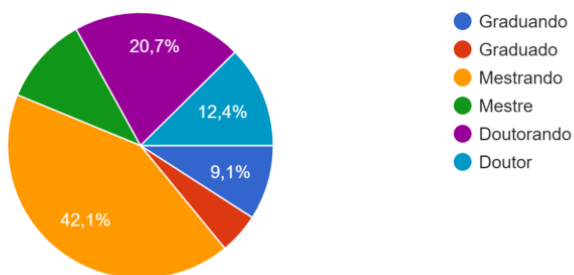
Eixo Temático
121 respostas



O panorama dos trabalhos submetidos demonstra a participação massiva de estudantes de pós-graduação, que representaram cerca de 85% dos autores (Figura 3). Tal proporção era esperada, uma vez que se trata de um evento voltado para a pós-graduação. Apenas recentemente se permitiu a participação de graduandos nos artigos científicos, desde que acompanhados de pós-graduandos ou pós-graduados.

Figura 3 – Nível de formação dos autores de trabalhos no VII SEF

Nível de formação do primeiro autor
121 respostas

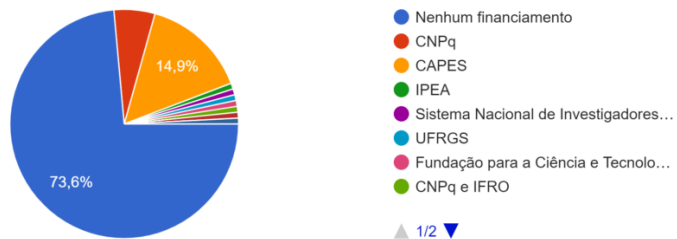


Outro fator relevante a apontar é que uma expressiva quantidade dos trabalhos submetidos não contou com nenhum financiamento (Figura 4), o que não impediu que grande parte dos autores estivesse presente. Fontes de financiamento dedicadas aos estudos fronteiriços devem ser concebidas para que as pesquisas neste campo avancem.

Figura 4 – Condição de financiamento dos trabalhos do VII SEF

Pesquisa financiada por algum órgão/agência?

121 respostas



Todos os trabalhos enviados foram submetidos à avaliação cega por dois integrantes do comitê científico. Dentre os aprovados, quarenta autores, cujos trabalhos receberam melhor pontuação, foram convidados a publicar na revista *GeoPantanal* (UFMS) e na revista *Para Onde?* (UFRGS). Os editores deste número da Revista *GeoPantanal*, portanto, tem a satisfação de apresentar uma seleção de dezoito artigos selecionados sobre temas diversos que certamente enriquecerão o campo interdisciplinar dos estudos fronteiriços.

Edgar Aparecido da Costa
Mestrado em Estudos Fronteiriços
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Rebeca Steiman
Grupo Retis
Universidade Federal do Rio de Janeiro

JORNAL IMPRESSO NA FRONTEIRA GAÚCHA: NARRATIVAS SOBRE O RURAL*

Newspaper at the Gaucho Border: Narratives About the Rural

Periódico Impreso en la Frontera Gaucha: Narrativas Sobre lo Rural

Thaís Leobeth**
Karla Maria Müller***

Resumo: Realidade social peculiar, as regiões de fronteira internacional constituem instigante ambiente de pesquisa. Nesse sentido, provocaram a investigação sobre a abordagem atribuída a notícias dedicadas à temática rural. A pesquisa teve como objetos empíricos os jornais A Plateia (Sant’Ana do Livramento, fronteira com o Uruguai) e Cidade (Uruguiana, fronteira com a Argentina). Em termos metodológicos, trata-se de Estudo de Caso, para o qual foram acionadas Pesquisa Bibliográfica e Exploratória, e Análise de Conteúdo. A noção de rural identificada como abordagem mostrou fatores econômicos e culturais, a construção histórica local e regional, problemáticas comuns e interações que se sobrepõem à existência do limite estatal em diferentes níveis.

Palavras-chave: Jornal impresso, Narrativa jornalística, Mídia local, Fronteira internacional, Rural.

Abstract: A peculiar social reality, the international frontier regions constitute an exciting research

Introdução

No contexto do extremo sul brasileiro com o Uruguai e a Argentina, contrariando a tendência de redução intensa da mídia impressa de circulação regional e nacional, o jornal impresso, fronteiriço e interiorano, projetado para o âmbito local, permanece como aparato importante para as comunidades. A cobertura de fatos da comunidade local, bem como de temáticas que caracterizam a identidade cultural do público, são fatores particulares da manutenção desses periódicos (DORNELLES, 2013). Possuidoras de uma realidade peculiar, as regiões de fronteira internacional, principalmente em áreas urbanas

* A pesquisa completa pode ser conferida na dissertação intitulada “O rural na mídia impressa local fronteiriça: diferentes formas de abordagem”, de Thaís Leobeth (2018), produzida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/173162>.

** Graduada em Jornalismo, mestra em Comunicação e Informação, doutoranda em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista Capes. E-mail: thaisleobeth@gmail.com.

*** Graduada em Relações Públicas, Jornalismo e Publicidade e Propaganda, mestra em Comunicação, doutora em Ciências da Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: kmmuller@ufrgs.br.

environment. In this sense, they provoked research into the approach attributed to news devoted to the rural theme. The research had as empirical objects the newspapers A Plateia (Sant'Ana do Livramento, border with Uruguay) and Cidade (Uruguiana, border with Argentina). In methodological terms, it is a Case Study, for which Bibliographic and Exploratory Research, and Content Analysis were triggered. The notion of rural identified as an approach showed economic and cultural factors, local and regional historical construction, common problems and interactions that overlap with the existence of the state boundary at different levels.

Keywords: Newspaper, Journalistic narrative, Local media, International border, Rural.

Resumen: Una realidad social peculiar, las regiones fronterizas internacionales constituyen un entorno de investigación emocionante. En este sentido, provocaron investigaciones sobre el enfoque atribuido a las noticias dedicadas al tema rural. La investigación tuvo como objetos empíricos los periódicos A Plateia (Sant'Ana do Livramento, frontera con Uruguay) y Cidade (Uruguiana, frontera con Argentina). En términos metodológicos, es un Estudio de Caso, para el cual se activaron Investigación Bibliográfica y Exploratoria, y Análisis de Contenido. La noción de rural identificada como enfoque mostró factores económicos y culturales, construcción histórica local y regional, problemas e interacciones comunes que se superponen con la existencia de la frontera estatal en diferentes niveles.

Palabras clave: Periódico impreso, Narrativa periodística, Medios locales, Frontera internacional, Rural.

conurbadas e semiconurbadas, constituem instigante ambiente de pesquisa. São marcos legais da gestão territorial dos países, mas também zonas de interação, espaço cultural e simbólico, no qual os meios de comunicação locais compõem a realidade social.

Historicamente, a base econômica dos três países envolvidos neste estudo – Brasil, Uruguai e Argentina - é a produção agropecuária, desenvolvida de forma semelhante em função de características geográficas naturais compartilhadas, heranças da colonização e aspectos da identidade cultural. Dada a importância desse setor para a região, buscou-se identificar a abordagem atribuída a notícias da temática rural, considerando aspectos compartilhados com os países vizinhos, com o objetivo de identificar relações que se estabelecem a partir desse tema.

A pesquisa teve como objetos empíricos os jornais A Plateia, de Sant'Ana do Livramento, município localizado no Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, e Cidade, periódico produzido no município gaúcho de Uruguiana, fronteira com a Argentina. O recorte temporal contemplou o período de sete exposições e feiras agropecuárias distribuídas entre os três países, partindo-se da 40ª edição da Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer), realizada em Esteio, região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul,

entre os dias 26 de agosto e 03 de setembro de 2017. Eventos dessa natureza mobilizam os municípios da fronteira e são também ambientes de interação entre os países. Buscou-se pela composição da amostra com eventos de mesma dimensão e importância da Expointer para os seus respectivos países¹ e eventos locais realizados nos municípios brasileiros contemplados pelo estudo e, também, das suas respectivas cidades-gêmeas².

O recorte temporal do jornal A Plateia abarcou 35 dias e 23 edições. Ao todo foram identificados 54 textos jornalísticos dedicados à temática rural, sendo 34 destes pertinentes à formação do corpus pertencente ao referido periódico. O recorte temporal do jornal Cidade contemplou 29 dias e 19 edições. Ao todo, foram identificados 45 textos da temática rural, sendo dez pertinentes à análise proposta. Em termos metodológicos, o estudo configurou-se como Estudo de Caso (YIN, 2010) para o qual foram acionadas a Pesquisa Bibliográfica (PRODANOV; FREITAS, 2013), a Pesquisa Exploratória (GIL, 2002) e a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2010).

A próxima seção do presente artigo apresenta aspectos teóricos pertinentes à análise e reflexão acerca do fenômeno investigado, que é o acontecimento rural na mídia impressa local de fronteira internacional. Trata-se de pensar os meios de comunicação como um dos elementos que atuam na construção social da realidade, e, portanto, possuem papel fundamental na interação e na formação social.

Meios de comunicação: narrativa e construção

À luz da teoria da construção social da realidade, a prática jornalística é um dos elementos cotidianos que se estabeleceu enquanto ação e função institucional, o que se constitui resultado de um processo social e intersubjetivamente construído. Nesse sentido, adquiriu um papel legitimado para a geração de construções da realidade entendidas como publicamente relevantes, materializadas no interior dos aparatos midiáticos. Cabe ressaltar que a construção social da realidade por parte da mídia é um processo de produção, circulação e reconhecimento. Portanto, é imprescindível considerar a interação com o público (ALSINA, 2009). É importante ter ainda a noção de que a mídia é apenas uma das instâncias onde se produz a realidade social. Além disso, está em interação no cotidiano, de modo que é também o resultado do ambiente a qual pertence.

¹ Expo Prado de Montevideu/Uruguai (06 a 17/09/2017); Expo Rural de Buenos Aires/Argentina (19 a 30/09/2017).

² Expo Rivera do Uruguai (06 a 08/10/2017), Expofeira de Sant'Ana do Livramento/Brasil (12 a 22/10/2017); Expo Internacional de Paso de Los Libres/Argentina (15 a 17/09/2017) e Expofeira de Uruguiana/Brasil (04 a 08/10/2017).

Alsina (2009) analisa o acontecimento-notícia pelo viés da teoria da construção social da realidade, apresentada pelos sociólogos Berger e Luckmann, em 1966. Isso se dá em função de que o autor considera que o acontecimento adquire valor noticioso a partir do significado que tem para o sistema com o qual está relacionado, ao que se refere à comunicação social, mais especificamente, à mídia. Conforme Berger e Luckmann (2009, p. 35), “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente”. Assim, Alsina (2009, p. 44) explica: “quando estudo a natureza do acontecimento, posso constatar suas inter-relações com o sistema que lhe dá o sentido”. Acrescenta ainda que, em sua concepção, a transição do acontecimento para uma condição de notícia corresponde a duas ações da mídia: “o acontecimento é um fenômeno de percepção do sistema, enquanto que a notícia é um fenômeno de geração” (ALSINA, 2009, p. 45). Por essa perspectiva, entende-se que a realidade social expressa pelos meios de comunicação passa pela produção de sentido adquirido por meio da prática produtiva e do *ethos* jornalístico.

Na década de 1970, o paradigma das notícias como construção emergiu no âmbito das teorias do jornalismo (TRAQUINA, 2012). Essa perspectiva foi elaborada especialmente em contraponto à concepção das notícias como espelho, pois, conforme Traquina (2012, p. 170), “as notícias ajudam a construir a própria realidade”. O segundo argumento da fundamentação das notícias como construção diz respeito à impossibilidade de uma linguagem neutra: “a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível” (TRAQUINA, 2012, p. 170). Em terceiro lugar, a elaboração noticiosa passa pela estruturalidade inerente aos meios de comunicação: “os media noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos” (TRAQUINA, 2012, p. 170). Portanto, vários fatores compõem a transformação do fato em acontecimento noticioso, de modo que “notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da *comunidade profissional*, dentro e fora da sua organização” (TRAQUINA, 2012, p. 174, grifo do autor).

A noção de construção entende as notícias como narrativas, como histórias, permeadas pela cultura jornalística e, também, da sociedade na qual os meios de comunicação estão inseridos. Nesse sentido, “na perspectiva do paradigma construtivista, embora sendo índice do “real”, as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento” (TRAQUINA, 2012, p. 175, destaque do autor). Ou seja, embora partam do pressuposto

da intenção de representar a realidade, passa-se pelo crivo de formatos textuais pré-estabelecidos e de alguns delimitadores da mensagem. Para Resende (2006, p. 161), as narrativas dos meios de comunicação são o resultado de um conjunto de subjetividades e objetividades:

O campo dos *media* narra experiências e modos de vida calcados em subjetividades que estão, insistentemente, cravadas na objetividade demandada pela necessária lida com o cotidiano. Ou seja, eles interferem no *status quo* e recriam modos de vida, porque leem e provocam releituras de experiências subjetivas e objetivas e, vale dizer, de forma às vezes tão imperativa que se tornam lugar de onde as pessoas retiram o que sabem e o que se dispõem a compreender acerca do cotidiano e da vida.

O autor compreende a narrativa como ferramenta social para expansão de conhecimentos e vivências, como modo de representação coletiva, elemento que cria e recria sociabilidades, como prática comunicativa social que contribui, na sociedade mediatizada, para o alargamento dos horizontes de experiência. Nessa perspectiva, chama atenção para a importância das formas de se narrar o mundo, visto as potencialidades que dispõem. Para ele, é pertinente atentar “às dimensões éticas e estéticas que, da perspectiva das mediações, reposicionam os campos e os atores sociais, oferecendo a eles possibilidades de existência” (RESENDE, 2006, p. 163). E acrescenta que a narrativa pode ser uma ferramenta de análise e reflexão visto a construção e a reconstrução social que se dá com os meios de comunicação: “nesse sentido, as narrativas, porque cumprem a função de tecer a existência entre os meios e a sociedade, são elementos essenciais” (RESENDE, 2006, p. 164). Ou seja, a narrativa jornalística tem um caráter social fundamental ao cotidiano.

Nas regiões de fronteira internacional, os meios locais têm a possibilidade de narrar as peculiaridades cotidianas por meio de um ponto de vista interno. Nessa ação, a mídia dispõe de possibilidades para a narrativa da fronteira, isto é, para transformar fatos em acontecimentos noticiosos a partir da perspectiva de elemento que compõe a realidade local. Assim, ao articular formas simbólicas específicas, a mídia cria sistemas de representação capazes de concretizar ideologias de modo a auxiliar na manutenção da vida na fronteira (MÜLLER, 2006). Os dispositivos midiáticos, a seleção dos acontecimentos, das fontes, bem como a abordagem trazida no texto noticioso, possui significações que estão inter-relacionadas com a comunidade. Nessa perspectiva, conforme afirmam Müller e Oliveira (2005, p. 09): “Mais do que um reproduzidor do que se passa no mundo, os meios de comunicação assumem, cada vez mais, o papel de sujeitos, inserindo-se como agente, participando ativamente dos rumos que tomam a sociedade”. Ou seja, a mídia produz sentidos, pois é um elemento social e em sua função, seleciona, interpreta e gera ressignificações ao público. Este, em algum grau, assimila e mobiliza tais sentidos nas concepções que constrói acerca dos fenômenos.

Narrativas do rural no jornal impresso fronteiriço

Conforme abordado, as narrativas que circulam na sociedade através dos meios de comunicação são o resultado de processos de interação, de interesses e perspectivas relacionadas ao contexto. Assim, os jornais analisados representam posicionamentos e tratam de temas que dizem respeito ao passado, ao presente e ao futuro da sociedade, pois aspectos relacionados ao rural abrigam fatos históricos, a delimitação do limite estatal, a formação de um modo de vida e de um modo de organização social. Ou seja, os sentidos atribuídos a esse tema constroem e reconstróem a realidade acerca dele, o que gera impacto nas variadas esferas da vida em sociedade. Trata-se de ambiente, natural e cultural, que incide na dinâmica dos municípios e das suas realidades enquanto zonas de fronteira.

A análise mostrou que os jornais *A Plateia* (Sant'Ana do Livramento) e *Cidade* (Uruguaiana) se aproximam no que tange à identificação com o público local, à delimitação geográfica de circulação e à busca pela representação do contexto dos referidos municípios e zonas de fronteira ao qual pertencem. Os periódicos partilham a característica de imprensa fronteiriça e interiorana, no entanto, trazem em suas páginas contextos e percepções diferenciados acerca de aspectos da temática rural e das relações com os países vizinhos estabelecidas a partir desse tema.

Jornal A Plateia

No jornal *A Plateia*, de modo geral, a avaliação das abordagens relacionadas ao rural aponta para o caráter econômico evidenciado pelo uso do termo agronegócio e pelo significativo espaço cedido aos grandes e tradicionais negócios. Verifica-se empenho na valorização do termo, usado de forma recorrente. Os textos apontam para a associação a um *status* proporcionado pelo negócio rural visto pela ótica do agronegócio e evidencia um período de implantação. É possível identificar a representação de uma elite rural, que é posicionada com tradicionalidade e indica laços com a formação histórica do Rio Grande do Sul e dos países vizinhos ao Brasil, Uruguai e Argentina. O reconhecimento da grande propriedade, do rural como negócio de grande porte, caracteriza a maioria das narrativas e reforça características da região. No entanto, a abordagem a pequenas propriedades, com ênfase ao trabalho do pequeno produtor e a formas de produção não convencionais para a região, aponta a abertura e valorização de novos elementos para a economia rural local, mesmo que em espaço menor nas páginas do jornal.

O jornal *A Plateia* por vezes menciona Rivera sem fazer referência ao Uruguai, demonstrando que escreve para um público que sabe que o referido município

pertence ao Uruguai, ou seja, o jornal escreve para o público conhecedor da fronteira. Sant'Ana do Livramento e Rivera são recorrentemente citados lado a lado, especialmente quando se trata de turismo. A menção ao Uruguai é recorrente, especialmente nas pautas de turismo, cultura e segurança rural. A referência à Argentina é verificada poucas vezes e na maioria dos casos juntamente com a menção ao Uruguai e em pautas voltadas para a representação do rural em atividades culturais. Em representação coletiva internacional, o Brasil, o Uruguai e a Argentina são situados no jornal *A Plateia* no âmbito da região do Prata e da América Latina, especialmente em pautas que abordam práticas do cotidiano rural que se configuraram como elementos culturais ao longo da formação histórica regional. Nessa perspectiva, por vezes, as narrativas valorizam a proximidade e a identidade regional, parecendo distanciar o Rio Grande do Sul do restante do Brasil, posicionando-o com Uruguai e Argentina, para o qual predomina o tratamento fraterno em detrimento de diferenças ou problemáticas. Embora a abordagem da temática rural com ênfase econômica seja a pauta mais recorrente, é dedicado significativo espaço de suas páginas à valorização de outros aspectos, enfatizando as semelhanças entre os rio-grandenses, os uruguaiois e os argentinos.

Jornal Cidade

No jornal *Cidade*, a pouca recorrência de pautas locais no que tange à temática rural fronteiriça pode estar atrelada à realidade de que Uruguaiana é um importante ponto de articulação do Mercosul e tem seu cotidiano voltado para o caráter internacional da sua localização. Além disso, por ser o município que mais produz arroz no estado e por pertencer à região mais produtora do grão no país, empresas, produtores e entidades rurais locais possuem relações de impacto nacional e internacional. Assim, os acontecimentos tendem a ser em grande parte voltados para questões mais amplas em termos espaciais, envolvendo agentes nacionais. Esses aspectos podem estar relacionados com a mudança de editoria Rural para editoria Agronegócio, realizada pelo jornal *Cidade* em 2015. Embora aspectos culturais oriundos do meio rural estejam intimamente relacionados com as tradições dos uruguaianenses, o caráter econômico abarca quase a totalidade das abordagens feitas pelo jornal e demonstra o quanto o agronegócio representa na atualidade a identidade econômica rural de Uruguaiana, o que incide sobre a mudança do termo que identifica a editoria reservada para essa temática.

Os textos do jornal *Cidade* nos quais se encontram especialmente relações do âmbito do Mercosul chamam atenção pelo posicionamento presente na narrativa dos acontecimentos, que ora posiciona o Brasil como membro do bloco ao lado

dos demais países partes, Uruguai, Argentina e Paraguai; ora sugere posição que situa em nós e eles. Ou seja, conforme o assunto e a posição que o Estado brasileiro ou gaúcho rio-grandense ocupa, no sentido de beneficiado ou prejudicado, é o posicionamento coletivo ou individualizado presente no texto jornalístico. Destaca-se também a menção recorrente ao Paraguai e aos paraguaios, fator que supera a abordagem econômica e estende-se à pauta com ênfase em práticas rurais que caracterizam a identidade cultural regional.

Do corpus de textos do jornal Cidade destaca-se o tratamento dado a temas atuais no setor agropecuário. As abordagens apontam para uma reconfiguração em curso acerca do cenário rural do Estado. A divulgação de assuntos componentes da agenda de debates da Expointer sugere um movimento de ampliação da inserção do agronegócio na comunidade gaúcha. O jornal Cidade mostra-se identificado com a importância do rural enquanto aspecto econômico fundamental da economia de Uruguiana e do caráter representativo de uma tradicionalidade empresarial e familiar que sustenta a identidade rural do município. A presença de expressões como “nossos criadores” está atrelada a essa perspectiva.

Desse modo, compreende-se que as representações espaciais as quais o jornalismo toma como mecanismo para construção das narrativas dos acontecimentos explicam diferentes instâncias da realidade social. A análise evidencia o entrelaçamento dos diferentes espaços e as geografias temáticas que permeiam as esferas da sociedade, e, além disso, chama atenção para a peculiaridade do espaço fronteiro e da cobertura da mídia local.

Duas narrativas sobre o rural da fronteira gaúcha

As editoriais Rural (A Plateia) e Agronegócio (Cidade) apontam para etapas distintas dos municípios no que tange à inserção e construção do agronegócio local. A ausência de debates acerca do agronegócio no corpus do jornal Cidade aliada à descrição da editoria faz crer que esse sistema econômico já se encontra diluído no entendimento da comunidade, enquanto no jornal A Plateia, o agronegócio é trabalhado como um fenômeno em curso, como sistema em estágio de implementação e por isso precisa ainda ser conhecido. As escalas de ocorrência dos acontecimentos apontam para a existência de redes, de relações pertinentes à manutenção do rural local, porém numa perspectiva globalizada. O agronegócio destaca-se como perspectiva econômica que traz o que se vê como tentativa de reconfiguração da relação entre campo e cidade, polos que caminham lado a lado na história dos municípios fronteiros, bem como do Estado e da realidade do Uruguai e da Argentina. Com alinhamento a essa perspectiva, aspectos do rural

foram identificados como potencializadores do turismo local especialmente em Sant'Ana do Livramento e sua cidade-gêmea, Rivera, em consonância com um período de investimentos políticos e econômicos nesse mercado, que se volta para a identidade fronteiriça de práticas rurais compartilhadas.

O rural na mídia impressa local fronteiriça apresenta-se como elemento fundamental à economia e à identidade cultural dos santanenses e riverenses, enquanto para os uruguaianenses encontra-se mais relacionado ao caráter econômico dos grandes negócios, com engajamento em pautas que vão além do âmbito local. O fato de o jornal Cidade mostrar-se mais pautado pela escala de acontecimentos nacionais não diminui o seu caráter local enquanto espaço de circulação, pois está assim atendendo ao público local (de Uruguaiana e de *Paso de Los Libres* e regiões), cujos interesses estão vinculados ao negócio rural, de dimensões nacionais e internacionais. O contexto de fronteira do Brasil com o Uruguai reflete-se de modo recorrente nos textos jornalísticos do periódico A Plateia, e, em alguns casos, afasta-se do caráter econômico e enfatiza outros aspectos.

A noção de rural identificada na abordagem dos periódicos mostrou-se composta pela economia, pela cultura, pela construção histórica local e regional – e, por vezes, internacional quando se pensa na proximidade em variados aspectos com uruguaios e argentinos –, problemáticas comuns e interações que se sobrepõem à existência do limite estatal em diferentes níveis. O rural é um elemento da identidade da fronteira, seja ela de Sant'Ana do Livramento ou de Uruguaiana, independente de menor ou maior nível de apropriação desse fator por parte dos jornais. A análise evidencia intensa relação urbano-rural, pois nos espaços pesquisados o comportamento e as práticas oriundas do âmbito rural estão em íntima relação com o cotidiano das cidades. Assim, o rural configura também a identidade dos jornais, pois a apreensão da realidade é realizada a partir de códigos sociais historicamente construídos e das relações instituídas acerca da manutenção e circulação dos meios de comunicação.

A questão econômica se conforma como o principal mobilizador das pautas dos periódicos e enfatiza a importância que as comunidades atribuem à economia rural. Nesse âmbito, destaca-se ainda a demonstração de sentimentos de pertencimento à manutenção cultural identificada nas narrativas jornalísticas analisadas acerca da tradição de algumas práticas rurais e de reconhecimento da manutenção histórica de circunstâncias que compõem a identidade local, regional e internacional. O caráter cultural das práticas rurais, a relação com a identidade do sujeito fronteiriço, do sujeito gaúcho – brasileiro, uruguaio ou argentino –, embora apareça em menor frequência nos textos compreendidos pelo corpus da pesquisa, evidencia a valorização que as comunidades atribuem a tais aspectos.

O interesse pelo turismo rural, com ênfase em reconhecidas propriedades inseridas no círculo do agronegócio, no enaltecimento de lugares históricos e na valorização da interação cotidiana da fronteira brasileira com o Uruguai, aponta para a inserção de perspectivas novas para o rural caracterizador dessa fronteira. A abordagem de segurança aponta para um antigo problema que na atualidade recebe um tratamento histórico a partir de ações do poder público e dos questionamentos dos meios de comunicação locais. Ou seja, a narrativa jornalística mobiliza a transformação.

Cabe ressaltar que os espaços de fronteira, embora caracterizados por corresponderem ao limite do estado-nação, constituem-se espaços únicos. Ou seja, as características de uma cidade de fronteira, por mais que pertença à mesma fronteira internacional que outra cidade, demonstra aspectos que constituem suas peculiaridades. Assim, também a narrativa jornalística assume posição e se faz correspondente ao contexto no qual está inserida, superando a limitação do formato textual pré-estabelecido e da configuração do dispositivo midiático impresso. Além disso, o contexto também justifica a realidade de os jornais impressos fronteiriços mostrarem-se objetos de interesse das comunidades e colocam em reflexão as mudanças de hábitos de consumo de informação com tendência aos dispositivos digitais. Não se desconsidera o fato de que há desafios na manutenção da circulação, no entanto, os dados de tiragem e assinaturas indicam um significativo período de circulação para os impressos fronteiriços e interioranos.

Nesse sentido, a circulação do jornal impresso na comunidade fronteiriça aponta para a consonância entre contexto e tecnologia, entre tempo e hábito. A força local – um local que se funde com o internacional –, que se projeta nos periódicos sugere pertinência e longevidade às suas produções. A característica estrutural das referidas empresas jornalísticas e o modo, que pode ser considerado particular, de se produzir notícia, parece estar em sintonia com as necessidades das comunidades. Ou seja, correspondem às expectativas uma da outra. No entanto, é pertinente se deter no impacto da narrativa jornalística, do potencial de transformação da opinião pública e das esferas que impactam o cotidiano de forma ampla. Como abordado teoricamente, os meios de comunicação conformam-se como mecanismos produtores e ao mesmo tempo reprodutores da realidade social. Portanto, estão em constante movimento de interação e têm em sua função informar, especialmente a notícia de proximidade, no caso dos jornais impressos locais, e trazer à reflexão as diferentes esferas sociais e as identificações culturais do público. Em suma, narram os acontecimentos em processo de criação e recriação de práticas sociais discursivas que oscilam entre o que passa na comunidade e constituem-se enquanto formadores de conhecimento.

Considerações finais

As diferentes formas de abordar o rural demonstram que a temática compõe a realidade dos municípios em variadas estruturas. A proximidade com o público e com os fatos, a interação, a mídia como elemento da identidade e como impulsionador da cultura e da elaboração social de pertencimento das comunidades tem um papel fundamental. No ambiente de fronteira, variados níveis de identidade são cotidianos e as mídias que circulam nesses espaços se constituem elementos peculiares juntamente com a comunidade para a qual existem.

Nesse sentido, o espaço rural e a penetração de seus elementos na realidade da comunidade urbana se constitui temática importante. Em todo o mundo, a economia originada no campo é elemento vital para as sociedades, e em contextos onde a temática rural se entrelaça e condiciona o comportamento, a identidade, o modo de vida dos sujeitos, as influências, consequências e dinâmicas mostram-se como fenômenos em destaque. Assim, toma-se como um dos aspectos de caráter importante do estudo, o indicativo de um movimento de reconfiguração do setor econômico rural do sul do Brasil e dos países vizinhos.

Os discursos apontam para uma reconfiguração do meio rural e das relações campo e cidade a partir do agronegócio, considerando as diferenças da zona urbana de regiões metropolitanas e regiões interioranas e fronteiriças. Assim, são relevantes uma identificação ampla e a compreensão das mudanças relacionadas ao rural identificadas nos jornais. Os fatores culturais que envolvem práticas rurais na região de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina constituem também elementos pertinentes para ampliação da reflexão. Em suma, o estudo desperta para um interesse aprofundado na relação passado, presente e futuro do rural fronteiriço do Rio Grande do Sul e na participação da mídia nesses processos.

A questão agrária brasileira é um assunto que necessita ser amplamente debatido e está relacionado com problemáticas que se estendem desde os primeiros séculos de estabelecimento territorial do Brasil. O caráter globalizado da produção de alimentos, as questões ambientais e as relações entre países, blocos e continentes são aspectos fundantes na contemporaneidade. As diferentes perspectivas de escalas espaciais identificadas nos textos jornalísticos analisados apontam para a interação entre unidades político-administrativas nacionais, para a relação global que incide especialmente sobre a produção oriunda da economia rural. Portanto, Sant'Ana do Livramento e Uruguaiana configuram-se como espaços fronteiriços de características específicas, cuja realidade incide sobre outras populações e outras partes do continente americano e fora dele. E, nesse sentido, o avanço do

agronegócio mostra-se como questão a ser debatida, vistos os impactos que suscita em diferentes esferas.

As mudanças de hábitos de consumo de informação e renovação constante de tecnologias da atualidade tornam pertinente a compreensão do que pode configurar o futuro da circulação e continuidade do jornal impresso. Ou seja, importa compreender os hábitos dos públicos, as mudanças e suas inserções nos diferentes contextos fronteiriços, o consumo de veículos de comunicação entendidos como tradicionais e de novos dispositivos. Portanto, as discussões e os fenômenos que circundam a mídia de fronteira internacional e o espaço fronteiriço não se esgotam aqui, nem este se configura em objetivo. A abordagem proposta deixa margem para a continuidade dos estudos e a busca por contribuição ao conhecimento sobre mídia e fronteiras e suas influências e relações com outros espaços.

Referências

- ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2010.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- DORNELLES, Beatriz. O futuro do jornalismo em cidades do interior. In: ASSIS, Francisco de. (Org). *Imprensa do interior: conceitos e contextos*. Chapecó: Argos, 2013.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- LEOBETH, Thaís. *O rural na mídia impressa local fronteiriça: diferentes formas de abordagem*. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2018.
- MÜLLER, Karla Maria. Mídia e cultura fronteiriça nos espaços de Livramento-Rivera e Uruguaiana-Libres. In: MARTINS, Maria Helena; CHIAPPINI, Ligia. (Orgs). *Cone Sul: fluxos, representações e percepções*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- MÜLLER, Karla M.; OLIVEIRA, Tito C. M. de. Comunicação, cultura(s) e identidade(s) fronteiriças. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA - ENECULT, 1., 2005, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2005.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. In: LEMOS, André; BARBOSA, Marialva; BERGER, Christa (Org.). *Narrativas Midiáticas Contemporâneas*. Porto Alegre: Meridional, 2006.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2012.
- YIN, Robert K. *Estudo de Caso*. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

EVENTOS RURAIS: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO BRASIL E DA ARGENTINA

Rural Events: An Analysis of the Public Agricultural Research Institutions Practice in Brazil and Argentina

Eventos Rurales: Una Análisis de la Práctica de Instituciones Públicas de Investigación Agrícola en Brasil y Argentina

Andrea Fernanda Lyvio Vilardo*
Karla Maria Müller**

Resumo: O cone sul da América Latina é uma região estratégica para a agropecuária, um dos pilares da economia brasileira e dos países vizinhos, que podem enfrentar os mesmos desafios de produção. Este trabalho é resultado de um breve levantamento dos eventos realizados pela Empresa Brasileira da Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Brasil, e pelo Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), da Argentina, buscando uma aproximação inicial para entender como tais organizações se relacionam com os sujeitos do setor. O número expressivo de eventos promovidos por ambas as instituições evidencia o caráter estratégico conferido a esse recurso pelo setor agropecuário.

Palavras-chave: agropecuária, Cone Sul, instituições de pesquisa, transferência de tecnologia, eventos rurais.

Introdução

Sendo a agropecuária um dos pilares da economia brasileira e dos países vizinhos, a necessidade de gerar informação para o setor para que os atores das cadeias produtivas superem os desafios de produção, é sempre urgente. Além de desenvolver novos conhecimentos, as instituições públicas de pesquisa agropecuária possuem, junto com órgãos de extensão rural, papel fundamental no processo de transferência de tecnologias. Uma das estratégias

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS); Relações Públicas, especialista em Gestão estratégica da Comunicação Organizacional e em Administração de Marketing pela Universidade Estadual de Londrina. Membro do Programa de Extensão “Em dia com a pesquisa” (UFRGS). Analista de Comunicação da Embrapa Soja. E-mail: deavilardo@gmail.com.

** Doutora em Ciências da Comunicação; Mestre em Comunicação; Relações Públicas, Jornalista e Publicitária. Professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS); Coordenadora da pesquisa “Mídia e Fronteiras: cartografia dos estudos no Brasil”; Vice-coordenadora da Pesquisa “Unbral Fronteiras - Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Limites e Fronteiras”; Membro dos Grupos de Pesquisa no CNPq “Espaço, fronteira, informação e tecnologia”, “Comunicação e práticas culturais”, e “História da Comunicação”; Coordenadora do Programa de Extensão Em dia com a pesquisa (PPGCOM/UFRGS); Assessora Ad Hoc do CNPq e da CAPES. E-mail: kmmuller@ufrgs.br.

Abstract: The Southern Cone region of Latin America is strategic for agriculture, one of the pillars of Brazilian and neighboring countries economy, which can face the same production challenges. This paper is the result of a brief survey about events held by the Brazilian Agricultural Research Agency (Embrapa), from Brazil, and by the National Institute of Agricultural Technology (INTA), from Argentina, aiming an initial approach to understand how those organizations relate to the subjects of the sector. The significant number of events promoted by both institutions shows a strategic feature given by the agricultural sector to such resource.

Keywords: agriculture, Southern Cone region, research institutions, technology transferring, rural events.

Resumen: El cono sur de América Latina es una región estratégica para la agricultura, uno de los pilares de la economía brasileña y los países vecinos, que pueden enfrentar los mismos desafíos de producción. Este trabajo es resultado de una breve encuesta de eventos realizada por la Corporación Brasileña de Investigación Agrícola (Embrapa), de Brasil, y el Instituto Nacional Argentino de Tecnología Agropecuaria (INTA), de Argentina, buscando un primer enfoque para comprender cómo se relacionan estas organizaciones con los sujetos del sector. El expresivo número de eventos promovidos por ambas instituciones muestra el carácter estratégico que el sector agrícola otorga a este recurso.

Palabras clave: agricultura, Cono Sur, instituciones de investigación, transferencia de tecnología, eventos rurales.

utilizadas pelas organizações neste processo é a promoção de eventos, seja por meio de sua realização ou participação.

Este estudo analisa os tipos de eventos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Brasil, e pelo Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), da Argentina, com o objetivo de buscar uma primeira aproximação para entender como estas organizações se relacionam com os atores das diversas cadeias produtivas com as quais trabalham.

Para tanto, o presente artigo faz uma breve contextualização do setor agropecuário, com enfoque para a integração regional das instituições públicas de pesquisa agropecuária do Cone Sul da América Latina. Também destaca a importância da realização de eventos, contextualizando os eventos rurais e, por fim, apresentando as características dos eventos realizados pela Embrapa e pelo INTA.

Por analisar os eventos das referidas instituições do Brasil e da Argentina, este estudo posiciona o termo fronteira em uma perspectiva de relações internacionais e integração regional, conforme delimitação do campo dos Estudos Fronteiriços expressos no Portal Unbral Fronteiras. Estudar as relações estabelecidas por instituições do mesmo segmento, mas de nacionalidades diferentes, é importante para compreender um conjunto organizacional, pois toda organização está situada em um determinado contexto sociocultural, da

mesma forma que está em constante comunicação com indivíduos que vivem as experiências planejadas, como por exemplo, os eventos promovidos.

Aspectos metodológicos

De acordo com Lakatos (1996), toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos. Neste estudo, para alcançar os resultados e objetivos propostos, estabeleceu-se um caminho a ser seguido combinando pesquisa bibliográfica, exploratória e análise comparativa. A pesquisa bibliográfica, de forma geral, “é o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente ao assunto, até a apresentação de um texto sistematizado” (STUMPF, 2006, p. 51). Já a pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema” (GIL, 2002, p. 41). Por fim, a análise comparativa é utilizada como método, pois o estudo aponta as semelhanças e diferenças nos eventos realizados por duas instituições públicas de dois países.

Inicialmente, para embasar o estudo, buscou-se fundamentação em bibliografias, documentos, sites e textos do setor agropecuário e da área de eventos. Ainda, por meio de consulta aos sites da Embrapa e do INTA, descreveu-se de forma breve o perfil institucional de cada uma das referidas organizações.

Também foi realizado um levantamento e mapeamento dos eventos organizados por estas duas organizações. Por meio do acesso ao site das organizações, utilizou-se o sistema de busca disponível para encontrar os eventos realizados no primeiro semestre de 2019, compreendendo o período entre 01 de janeiro e 30 de junho. Além do período, também foram pesquisados 21 tipos de eventos diferentes, classificados em 15 diferentes temáticas. Para organização dos dados levantados e apresentação dos resultados, foi realizada uma análise comparativa com desenvolvimento de planilha para quantificar os eventos conforme os tipos e temáticas abordadas. Por meio da análise deste material foi possível visualizar as semelhanças e diferenças entre os eventos realizados pela Embrapa e pelo INTA, expressos de maneira descritiva.

A agropecuária que cruza fronteiras

O setor agropecuário é um dos pilares da economia brasileira. Pela proximidade territorial, os problemas enfrentados pelo Brasil na agropecuária como pragas, doenças, plantas daninhas, condições climáticas etc. podem ser os mesmos encarados pelos países vizinhos. Nesse sentido, os desafios da agropecuária cru-

zam as fronteiras nacionais e, por isso, devem ser pensados de maneira integrada. De acordo com o Anuário do Unbral Fronteiras (2014) a palavra fronteira possui amplo uso metafórico, o termo não trata exclusivamente de questões territoriais. Dessa forma, o sentido de fronteira no presente artigo será na perspectiva de integração regional e relações internacionais.

São vários os temas que permeiam o setor agropecuário, como a inovação tecnológica, infraestrutura e logística, política comercial, agrícola e agrária, gestão, segurança jurídica, defesa sanitária, agroenergia, cooperativismo, organização das cadeias produtivas e sustentabilidade (RODRIGUES, 2018). De acordo com dados da Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a agropecuária pode ajudar a superar a fome no mundo. A instituição considera a necessidade de aumentar a oferta global por alimentos em 20% em dez anos (RODRIGUES, 2018).

O cone sul da América Latina é uma região estratégica para agropecuária em escala mundial. Por isso, as instituições públicas de pesquisa agropecuária dos países que compõe a região se organizaram em torno de uma entidade - Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Agroalimentar e Agroindustrial do Cone Sul (PROCISUR) para debater estratégias de atuação e desenvolvimento regional de maneira integrada e, assim, articular-se para atender às demandas em escala global. O PROCISUR é um exemplo de cooperação internacional e integração regional, que busca reforçar o compromisso das instituições com o desenvolvimento da agropecuária sustentável.

Entre as organizações que fazem parte do PROCISUR estão a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Instituto Nacional de Investigação Agropecuária do Chile (INIA-Chile), o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) da Argentina, o Instituto Paraguai de Tecnologia Agropecuária (IPTA) do Paraguai, o Instituto Nacional de Investigação Agropecuária do Uruguai (INIA-Uruguai) e o Instituto Nacional de Investigação Agropecuária e Florestal (INIAF) da Bolívia.

Para atender o desafio por produção de alimentos de forma sustentável, as instituições públicas de pesquisa agropecuária devem pensar globalmente, mas agir de forma local, uma vez que os sistemas de produção são estabelecidos conforme a região, condições climáticas, tipo de solo, bem como nas relações com os agentes do setor. Mattelart (2005, p.94) elucida o conceito da circularidade global / local e considera que “a ampliação da comunidade mundial das democracias só pode se dar por meio da integração ao mercado global”.

De acordo com documento do PROCISUR, nos últimos 50 anos, os países da América do Sul, principalmente os do Cone Sul vêm apresentando crescimento

na produção de alimentos, gerando excedentes para exportação. Diferente do que acontece com regiões como Ásia, Oriente Médio e África. Esta condição tornou o sul da América Latina uma região estratégica para o desenvolvimento e fornecimento de alimentos a nível mundial. Atualmente, a soja, milho, trigo e arroz, juntamente com carne são os principais setores da economia agrícola regional (PROCISUR, 2015).

Em seu plano de médio prazo (2015 – 2018), o PROCISUR se mostra guiado por três pilares estratégicos. Um dos pilares é voltado para as políticas públicas e desenvolvimento institucional e “refere-se à contribuição da ciência e tecnologia para o projeto regional e nacional e formulação de políticas comuns e marcos regulatórios relacionados aos desafios atuais e futuros do agro” (PROCISUR, 2015, p. 35). O segundo pilar dedica-se à ciência, tecnologia e inovação e abrange atividades de cooperação, investigação e inovação em áreas e/ou interesses comuns para a região. Por fim, o último pilar é voltado para intercâmbio e gestão do conhecimento. De acordo com o PROCISUR (2015, p. 35), “este terceiro pilar inclui a construção, o intercâmbio e a gestão do conhecimento sobre questões relacionadas à transferência de tecnologia, assistência técnica e extensão rural; comunicação para o desenvolvimento rural; gestão de informação tecnológica; etc”.

É na comunicação e transferência de tecnologia que este estudo se pauta. Além de pesquisar e gerar conhecimento para os atores das diversas cadeias produtivas, as instituições públicas de pesquisa agropecuária, junto com as agências de extensão rural, também estão dedicando-se a transferir o conhecimento gerado. Em seu site, a Embrapa (2019) posiciona a transferência de tecnologia como “um componente do processo de inovação, no qual diferentes estratégias de comunicação e interação são utilizadas por grupos de atores com o objetivo de dinamizar arranjos produtivos, mercadológicos e institucionais, por meio do uso de soluções tecnológicas”. Para tanto, uma das estratégias adotadas é a realização de eventos, oportunidade que as organizações possuem para estar em contato e estabelecer relacionamento com seus públicos.

Eventos rurais: uma abordagem transnacional

O evento consiste na soma de esforços e ações planejadas com o objetivo de alcançar resultados definidos, reforçando a imagem da marca e da organização que a promove. Quando bem realizado, é uma ferramenta estratégica de comunicação para promover o relacionamento com diversos públicos, transmitir e trocar informações e conhecimentos, promover a imagem da organização e, até mesmo, identificar novas oportunidades de atuação.

A relevância do evento se deve principalmente aos benefícios gerados pela sua promoção, tanto institucionais quanto mercadológicos e de transferência de tecnologia. Assim, ao se pensar em um evento, deve-se considerar o seu potencial, o seu objetivo, a possibilidade de atrair a atenção do público, da imprensa (em caso de eventos abertos) e de marcá-lo positivamente na lembrança das pessoas. Como todas as ações de comunicação, a realização de um evento exige planejamento e um cuidado minucioso com detalhes de organização. Sua importância se deve aos benefícios econômicos e sociais que gera para os promotores, para a cidade promotora, para o comércio local e para sociedade.

Silva (2005) identifica 65 tipos diferentes de eventos e o entende como um agente transformador da sociedade, que impacta na cultura, educação e pode mobilizar as massas. Para ela é um acontecimento marcante, para atrair a atenção do público e da imprensa sobre uma organização, seus serviços e projetos, pois envolve positivamente as pessoas.

Os eventos podem ser inseridos ou formatados em diversas categorias, de acordo com seus objetivos, estratégias, produtos, serviços ou até mesmo pelo impacto que quer causar em seu público de interesse. Há autores que classificam os eventos de acordo com seu porte e escala: “as categorias comuns são megaeventos, eventos de marca e eventos de grande porte [...] os eventos também são classificados conforme seu propósito ou setor específico ao qual pertencem, como por exemplo, eventos públicos, esportivos, turísticos ou corporativos” (ALLEN *et al*, 2003, p.05).

Segundo Melo Neto (2001, p.13) os eventos “mobilizam a opinião pública, geram polêmicas, criam fatos, tornam-se acontecimentos, despertam emoções nas pessoas e fazem do entretenimento a nova indústria do terceiro milênio”. Para o autor o evento ainda promove a melhoria do homem moderno, que desenvolve o seu senso crítico e aprimora sua visão. Isto colabora para sua vida emotiva e social, além de estimular a criatividade. Hoje, o evento é importante não apenas para promoção institucional da organização, mas também para finalidades econômicas e financeiras.

Neste estudo, o foco são os eventos rurais e/ou agropecuários. Rodrigues (2018, p. 374) considera que “é difícil encontrar no Brasil uma atividade com tantos encontros, seminários, congressos, tantas feiras e exposições [...] Tanto dia de campo. Tanto folder, tanta premiação. Tantas festas”. Realmente são inúmeros os eventos promovidos atualmente pelo setor agropecuário, de diversos tipos, organizados por diferentes instituições e voltados para temáticas variadas.

De acordo com a 7ª Pesquisa de Hábitos do Produtor Rural, realizada em 2017 pela Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA),

entre os eventos que os agricultores consideram mais importantes para se manterem informados estão os dias de campo, seguido de feiras/exposições e palestras. Para os pecuaristas, após os dias de campo estão os leilões, seguidos por feiras/ exposições.

As feiras agropecuárias frequentemente recebem visitantes de diversos países que buscam novos conhecimentos, fazer negócios, promover relacionamento. Também recebem multinacionais de grande porte que apresentam seus produtos e serviços para os visitantes. Para citar alguns exemplos, a feira Expointer (Esteio/RS), posiciona-se como uma exposição internacional. No Paraná, o Show Rural Coopavel (Cascavel/PR), considera que contribui com o aprendizado de produtores rurais e a economia do campo levando empresas do agronegócio nacional e internacional para a feira. Outro exemplo é a feira Expodireto Cotrijal (Não me toque/RS), que se considera uma das maiores feiras do agronegócio internacional. Multinacionais como Basf, Bayer, Syngenta entre outras, representantes de países vizinhos, caravanas de produtores internacionais, lideranças de outros países participam e/ou visitam as referidas feiras anualmente.

Os pontos elucidados mostram a importância das feiras e exposições para o setor agropecuário e possuem como característica um perfil ao mesmo tempo regional em termos de organização, mas transnacional/internacional em termos de prospecção de públicos e participação de empresas. O mesmo ocorre com outros tipos de eventos do setor, como por exemplo o Congresso Brasileiro de Soja, evento organizado pela Embrapa para os atores da cadeia produtiva da soja. Outros exemplos são o Congresso de Algodão, Congresso de Entomologia, Congresso de Fitopatologia, entre outros. Todos os eventos citados possuem destaque no cenário brasileiro em suas respectivas áreas e recebem participantes internacionais e multinacionais como expositores das feiras que realizam. Também é comum a programação destes eventos contarem com a participação de palestrantes de outros países.

Tão importante quanto caracterizar os eventos agropecuários como transnacionais, é também posicioná-los como estratégicos para a transferência de tecnologia para técnicos e produtores das diversas cadeias produtivas que abrangem o setor. Por meio da realização de eventos, as instituições públicas de pesquisa agropecuária se conectam com o setor produtivo, promovem a integração e relacionamento entre os seus diversos atores, discutem sobre ciência, tecnologia e mercado agropecuário e orientam, capacitam e treinam técnicos e produtores no uso de tecnologias sustentáveis preconizadas pelas Instituições.

Eventos realizados pelas instituições públicas de pesquisa agropecuária do Brasil e da Argentina

Atualmente, o Brasil e a Argentina se configuram como os principais produtores de grãos da América Latina e possuem uma base econômica em comum, com fortalecimento do sistema agrícola a partir da criação das respectivas instituições públicas de pesquisa agropecuária (CAMPOS e SANCHES, 2017). São também os maiores países em extensão territorial da América do Sul. Em novembro de 2015, a Embrapa (Brasil) e o INTA (Argentina) assinaram um memorando de entendimento que visa a cooperação entre as partes para desenvolvimento do Cone Sul.

Apesar de unidas em torno de um mesmo desafio global, junto com outras instituições que compõe o PROCISUR, cada uma destas organizações possui desafios nacionais e trabalham de acordo com sua cultura e conforme demandas da sociedade de seu país de atuação, ou seja, conforme suas práticas socioculturais. Ao mesmo tempo, estabelecem comunicação com diversos atores do setor de maneira particular e conforme as cadeias produtivas.

Assim, toda organização está inserida em um contexto sociocultural e por ele é influenciado. As práticas socioculturais da agropecuária podem ser potencializadas e concretizadas por meio dos processos e veículos de comunicação, entre esses os eventos que são articulados pelas instituições públicas de pesquisa agropecuária.

As instituições podem ser vistas como determinados conjuntos de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, e que se mantêm unidas com o propósito de alcançar alguns objetivos globais. As instituições definem a configuração dos campos de interação pré-existentes e, ao mesmo tempo, criam novas posições dentro deles, bem como novos conjuntos de trajetórias de vida para os indivíduos (THOMPSON, 1998, p. 21).

O setor agropecuário, por meio das agências de extensão rural, sempre buscou estar perto dos produtores. Hoje as instituições públicas de pesquisa agropecuária, além de fazer pesquisa, também vêm assumindo o papel de transferir conhecimento para técnicos e produtores das diferentes cadeias produtivas. Para tanto, utilizam-se de diversos meios para atingir este objetivo, como o uso de redes sociais (Facebook, Intagram, Youtube, Flirck, LinkedIn), sites, e-mail marketing, notícias *on line*, Serviço de Atendimento ao Cidadão, seja por e-mail, pessoal ou telefone, *newsletter*, publicações, produção de programas de rádio e de TV, estruturação de vitrine de tecnologias (demonstração da tecnologia a campo), eventos *on line*, além da realização de diferentes tipos de eventos presenciais (dias de campo, capacitações, congressos etc) e participação em feiras agrícolas. Os dois últimos processos citados constituem em uma oportunidade para as instituições interagirem face a face com os atores do setor agropecuário.

Berger e Luckmann (2002, p. 47) consideram que “a mais importante experiência dos outros ocorre na situação face a face com o outro, que é o caso protótipo da interação social”. Para os autores “nenhuma outra forma de relacionamento social pode reproduzir a plenitude de sintomas da subjetividade presentes na situação face a face”.

Tanto a Embrapa (Brasil) quanto o INTA (Argentina) possuem sua agenda de eventos próprios, de diferentes tipos e temáticas. No entanto, antes de explorar os eventos das referidas Instituições, cabe apresentá-las institucionalmente.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e foi criada em 26 de abril de 1973 com o desafio de desenvolver um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras de produção de alimentos, fibras e energia no Brasil. A Embrapa se posiciona como uma empresa de inovação tecnológica focada na geração de conhecimento e tecnologia para agropecuária brasileira (EMBRAPA, 2019). Atualmente possui 43 Unidades de Pesquisa Descentralizadas espalhadas por todo território brasileiro, ecorregionais, temáticas ou de produtos. A sede da Empresa localiza-se em Brasília, que é responsável por planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à execução de pesquisa agropecuária e à formulação de políticas agrícolas. Possui como missão “viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira” (EMBRAPA, 2019).

O Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) é um órgão público descentralizado, vinculado ao Ministério da Produção e do Trabalho da Argentina. Foi criado em 1956 e seus objetivos estão orientados para a inovação como motor de desenvolvimento nacional. O INTA integra o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação Nacional e gera conhecimento e tecnologia para o setor agropecuário, colocados a serviço da sociedade por meio de seus sistemas de extensão. Possui 15 Centros Regionais e seis Centros de Investigação. Sua missão é promover e revigorar o desenvolvimento da pesquisa e extensão agropecuária e acelerar a tecnificação e a melhoria do empreendimento agrícola e da vida rural (INTA, 2019).

A Embrapa e o INTA realizam e participam de eventos agropecuários como estratégia de transferência de tecnologia e de comunicação para o desenvolvimento rural, conforme preconizado pelo terceiro pilar que sustenta o PROCISUR. Com base nos sistemas de busca dos sites das referidas instituições, encontrou-se um total de 1.073 eventos cadastrados no primeiro semestre de 2019, sendo 344 da Embrapa e 729 do INTA. Com exceção do mês de janeiro, os eventos foram realizados de forma proporcional nos demais meses.

Na área destinada a eventos em seu site, a Embrapa lista 31 diferentes tipos de eventos, no entanto, no período que compreende entre 01 de janeiro a 30 de junho de 2019, a Embrapa organizou 18 tipos de eventos: café da manhã, congresso, curso, debate, dia de campo, encontro, feira/exposição, happy hour, lançamento, painel, palestra, reunião, semana, seminário, simpósio, visita, workshop, outros. Entre estes, destacam-se a organização de cursos e dias de campo, sendo realizados pela Empresa 101 cursos e 82 dias de campo no primeiro semestre de 2019. A participação em feiras e exposições pela Embrapa também é notória, tendo participado de 27 no período pesquisado. A organização de outros dois tipos de eventos também podem ser destacados: 37 palestras e 25 workshops / oficinas.

Já o INTA, também na área destinada a agenda de eventos em seu site, lista 13 tipos de eventos, tendo trabalhado com todos os perfis no primeiro semestre de 2019: colóquio, concurso, conferência, congresso, curso, jornada, feira / exposição, gira/tour, institucional, reunião, seminário, simpósio e oficina. Assim como a Embrapa, os principais eventos organizados pelo Instituto foram: 280 workshops/oficinas, 207 jornadas (no Brasil chamado de dia de campo) e 131 cursos. Também é válido destacar que o INTA participou de 44 feiras e exposições e promoveu 29 reuniões no período pesquisado.

Cursos e workshops/oficinas, principais tipos de eventos organizados pela Embrapa e pelo INTA (Quadro 1), buscam treinar, ensinar e/ou capacitar os participantes para um determinado fim. Este fator mostra a importância que ambas as instituições conferem ao aprendizado de técnicos e produtores nas tecnologias desenvolvidas ou preconizadas pelas organizações. Já os dias de campo/jornada, que também destacam-se na realização de eventos, visam demonstrar as soluções tecnológicas direto a campo, seja em áreas experimentais, demonstrativas ou em vitrines tecnológicas. A realização deste tipo de evento reforça a importância da demonstração prática de tecnologias. É válido ressaltar que, de acordo com a 7ª Pesquisa de Hábitos do Produtor Rural, dia de campo é o evento que o produtor considera mais importante para se manter informado no setor agropecuário.

Quadro 1 – Tipos de eventos realizados pela Embrapa e pelo INTA

TIPOS DE EVENTOS	EMBRAPA	INTA
Café da manhã	1	0
Colóquio	0	9
Concurso	0	3
Conferência	0	5
Congresso	3	1
Curso	101	131
Debate	1	0
Dia de Campo / Jornada	82	207
Encontro	5	0
Feira / Exposição	27	44
Gira / tour	0	5
Happy hour	1	0
Institucional	0	1
Lançamento	4	0
Painel	5	0
Palestra	37	0
Reunião	16	29
Semana	1	0
Seminário	9	13
Simpósio	6	1
Visita	15	0
Workshop / Oficina	25	280
Outros tipos	5	0

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

Em relação às temáticas dos eventos realizados pela Embrapa e pelo INTA, nota-se uma diversidade de assuntos abordados, bem como mais de um tema tratado em um mesmo evento, pois algumas questões são transversais às diversas culturas e cadeias produtivas, como solo e fitossanidade. Os eventos de ambas as instituições foram classificados conforme as temáticas: agricultura familiar e orgânica; agro: indústria, instrumentação e informática; alimentação; apicultura; desenvolvimento rural; fitossanidade; flores, plantas e jardins; florestas; grãos e cereais; hortaliças; mandioca e fruticultura; produção animal; recursos naturais: solo, água, clima; sistema integrados de produção; e outros.

De acordo com as informações disponíveis em seu site, a Embrapa realizou eventos com todas as referidas temáticas no primeiro semestre de 2019, sendo que os cinco principais assuntos abordados foram: produção animal (82 eventos); man-

dioca e fruticultura (55); desenvolvimento rural (54 eventos); grãos e cereais (29 eventos); e sistemas integrados de produção (25 eventos). Assim como a Embrapa, o INTA também trabalhou com todas as temáticas citadas em seus eventos (Quadro 2), no entanto, os cinco principais assuntos abordados foram: hortaliças (185 eventos); produção animal (139 eventos); grãos e cereais (92 eventos); agricultura familiar e orgânica (63 eventos); e alimentação (41 eventos).

Quadro 2 – Temáticas abordadas nos eventos promovidos pela Embrapa e INTA

TEMÁTICAS	EMBRAPA	INTA
Agricultura familiar e orgânica	13	63
Agro: indústria, instrumentação e informática	9	17
Alimentação	5	41
Apicultura	1	18
Desenvolvimento Rural	54	25
Fitossanidade	7	20
Flores, plantas e jardins	2	31
Florestas	11	10
Grãos e Cereais	29	92
Hortaliças	12	185
Mandioca e Fruticultura	55	31
Produção animal	82	139
Recursos naturais: solo, água, clima	18	23
Sistema Integrados de Produção	25	1
Outros	21	33

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

Das cinco principais temáticas de eventos relacionadas para cada instituição, somente “produção animal” e “grãos e cereais” estão como pontos de intersecção entre a Embrapa e o INTA. As feiras agrícolas que a Embrapa participou estão classificadas como “desenvolvimento rural”, diferente das feiras que o INTA participou que são bem específicas e muitas voltadas para a “agricultura familiar”. Percebe-se também que o INTA realiza um forte trabalho de transferência de tecnologia com a realização de “Oficinas para produção de hortas”, muitas vezes voltadas para hortas agroecológicas. Já a Embrapa promove vários dias de campo voltados para o sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), já essa temática é pouco abordada pelo INTA.

Na temática “desenvolvimento rural” estão os eventos que não possuem uma temática definida, mas trabalham com um conjunto de práticas e tecnologias que podem ser aplicadas no meio rural. Já na classificação “outros” encontram-se

eventos com assuntos tais como: irrigação, questões institucionais, povos nativos, agroenergia, administração, redução de resíduos, ciência etc.

Considerações finais

A organização de eventos é uma das formas que as Instituições de Pesquisa Agropecuária se configuram para estar em comunicação e estabelecer relacionamento com os atores das diferentes cadeias produtivas do setor agropecuário. Este estudo demonstrou que a Embrapa e o INTA promovem diversos tipos de eventos e com distintas temáticas. O número expressivo de eventos organizados por ambas as instituições, em seis meses, evidencia o caráter estratégico conferido aos eventos pelo setor agropecuário.

É importante destacar alguns pontos no estudo. Um deles, é que apesar da cadeia produtiva de grãos ser um dos principais setores da economia agrícola da região do Cone Sul, em especial para o Brasil e para Argentina, esta realidade não repercute como principal temática abordada na realização de eventos promovidos pela Embrapa e pelo INTA. Outro ponto é que, apesar de serem instituições de pesquisa, a maioria dos eventos realizados por ambas as organizações possuem objetivos voltados para a transferência de tecnologia para técnicos e produtores. Sendo que os eventos organizados com este perfil superam os realizados com objetivos puramente de divulgação científica. Eventos como estratégia do processo de transferência de tecnologia buscam uma aproximação maior com o participante, com característica de capacitação e/ou demonstração prática de tecnologia. Ainda é válido destacar que o INTA também possui em sua missão a extensão agropecuária, fato que justifica a quantidade relevante de eventos realizados pela organização. Pelo estudo também não é possível saber se os eventos organizados pelas instituições recebem participantes de outros países, para conferi-los um caráter internacional.

Enfim, está no cerne de uma instituição de pesquisa a busca por uma construção coletiva de conhecimentos. Por isso, dispositivos que busquem favorecer as relações entre os atores da agropecuária, como a realização de eventos, seja para orientar, capacitar, divulgar ou mesmo debater sobre determinada questão, são práticas comunicativas comumente realizadas pela Embrapa e pelo INTA.

Este estudo foi uma primeira reflexão para o desenvolvimento de uma pesquisa que visa compreender, em uma perspectiva relacional, as práticas de comunicação realizadas por instituições públicas de pesquisa agropecuária do cone sul da América Latina. Assim, ao analisar os tipos de eventos organizados pela Embrapa e pelo INTA, buscou-se também refletir sobre os instrumentos que uma organização agropecuária lança mão para se relacionar com os sujeitos do setor.

Referências

- ALLEN, Johnny *et al.* *Organização e gestão de eventos*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARKETING RURAL E AGRONEGÓCIO. *Pesquisa: 7º Pesquisa de Hábitos do Produtor Rural 2017*. São Paulo: ABMRA, 2017. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/VeronicaRRSouza/pesquisa-hbitos-do-produtor-rural-2017-abmra>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- CAMPOS, Cristina. SANCHES, Jefferson. Argentina, Brasil e as Transformações na Agricultura no Século XX: um estudo a partir da criação do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (Inta) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). *Revista história comparada*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 102-128, 2017.
- DORFMAN, Adriana (Org.). *Anuário Unbral das fronteiras brasileiras 2014*. Porto Alegre: Editora Letra1; Instituto de Geociências/UFRGS, 2015.
- EMBRAPA. *Transferência de Tecnologia*. Brasília: Embrapa, [20--]. Disponível em: www.embrapa.br/transferencia-de-tecnologia. Acesso em: 19 jul. 2019.
- EMBRAPA. *Brasil e Argentina estreitam cooperação na área agrícola*. Brasília: Embrapa, 13 dez. 2016. Disponível em: www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18859920/brasil-e-argentina-estreitam-cooperacao-na-area-agricola. Acesso em: 22 jul. 2019.
- EMBRAPA. *Quem somos*. Brasília: Embrapa, [20--]. Disponível em: www.embrapa.br/quem-somos. Acesso em: 23 jul. 2019.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- INTA. *¿Qué hacemos en el INTA?* Disponível em: www.argentina.gob.ar/inta/quehacemos. Acesso em: 23 jul. 2019.
- MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola, 2005.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Técnica de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnica de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MELO NETO, Francisco Paulo de. *Criatividade em eventos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- PROCISUR. *Plan de Mediano Plazo: 2015 – 2018*. Documentos Institucionales. Montevideo: PROCISUR, 2015.
- RODRIGUES, Roberto (Org.). *Agro é paz: análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo*. Piracicaba: ESALQ, 2018.
- SILVA, Mariangela Benine Ramos. *Evento como estratégia de negócios: modelo de planejamento e execução*. Londrina: M.B.R. Silva, 2005.
- STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- UNBRAL FRONTEIRAS. Limites do termo fronteira. *Unbral fronteiras*, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://unbral.nuvem.ufrgs.br/portal/limites-do-termo-fronteira>. Acesso em: 24 jul. 2019.

JORNALISMO ONLINE NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI: PERIFÉRICO E TRANSNACIONAL

Online Journalism on the Brazil-Paraguay Border: Peripheral and
Transnational

Periodismo Online en la Frontera Brasil-Paraguay: Periférico y
Transnacional

Gesiel Rocha de Araújo*

Resumo: A fronteira do Brasil com o Paraguai (Ponta Porã e Pedro Juan Caballero) abriga sites de notícias que expressam as marcas fronteiriças mais viscerais: tensão, conflito, contradição, improviso, amorosismo e narrativa do grotesco, mas também cooperação, mescla social e cultural, intercâmbio informacional e esforço para informar a qualquer custo. Dessa leitura inicial parte este trabalho, resultado de uma pesquisa de campo em âmbito de mestrado que buscou compreender alguns aspectos operacionais e editoriais desses veículos, tais como estrutura, modelos empresariais e métodos de trabalho no contexto local e transnacional.

Palavras-chave: Jornalismo online, sites de notícias, imprensa fronteiriça, fronteiras transnacionais, Brasil-Paraguai.

Abstract: The Brazil-Paraguay border (Ponta Porã and Pedro Juan Caballero) hosts news sites which express the most visceral borderer marks: tension, conflict, contradiction, improvisation, amateurism and grotesque narrative, but also cooperation, social and cultural mixture, informational exchange and effort to inform at any cost. This paper arises from such initial view, as a result of field research for a master degree that sought to understand some operational and editorial aspects of that border media, such as structure,

Introdução

Consideradas as diferenças e peculiaridades, as fronteiras do Brasil com seus vizinhos sul-americanos são espaços de contradições, conflitos e ambivalências, com situações pontuais de cooperação política, econômica e cultural que resultam numa integração incompleta e controversa. Assim, é preciso escapar da armadilha de interpretar essas “fronteiras híbridas” (CANCLINI, 2008) como ambientes marcados por práticas de irmandade e integração, o que, a nosso ver, só encontraria respaldo no senso comum. Na concepção de fronteira desse autor, culturas híbridas não significam fusão cultural ou ausência de contradições, mas justamente a emergência de conflitos a partir do contato entre diferentes culturas.

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS); integrante do Projeto de Pesquisa Mídia e Fronteiras: Cartografia dos Estudos no Brasil, da Pesquisa Unbral Fronteiras e do Projeto de Extensão Em dia com a Pesquisa (UFRGS); jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: gesiel.pro@gmail.com.

business models and working methods in the local and transnational context.

Keywords: Online journalism, news sites, border press, transnational borders, Brazil-Paraguay.

Resumen: La frontera de Brasil con Paraguay (Ponta Porã y Pedro Juan Caballero) alberga sitios de noticias que expresan las marcas de frontera más viscerales: tensión, conflicto, contradicción, improvisación, amateurismo y narrativa de lo grotesca, pero también la cooperación, la mezcla social y cultural, el intercambio de información y el esfuerzo para informar a cualquier costo. Desde esta lectura inicial, este trabajo es el resultado de una investigación de campo de maestría que intentó comprender algunos aspectos operacionales y editoriales de estos medios fronterizos, como la estructura, los modelos de negocios y los métodos de trabajo en el contexto local y transnacional.

Palabras clave: Periodismo online, sitios de noticias, prensa fronteriza, fronteras transnacionales, Brasil-Paraguay.



Partindo dessa perspectiva, buscamos conhecer por meio de uma pesquisa de campo o ambiente social, político e institucional em que atuam os sites de notícias fronteiriços, bem como sua estrutura de trabalho, métodos de cobertura jornalística e linhas editoriais. Realizado em dezembro de 2016 na fronteira Brasil-Paraguai (Ponta Porã e Pedro Juan Caballero), o levantamento constituiu-se das seguintes etapas: sondagem dos veículos atuantes nas duas regiões; análise métrica da audiência e classificação; contatos, visitas aos locais de trabalho e entrevistas abertas em profundidade com proprietários, editores e repórteres.

Este trabalho apresenta uma síntese das incursões teóricas e da pesquisa realizada nas localidades escolhidas que integram uma investigação mais ampla, realizada no âmbito de mestrado e cujo resultado final foi apresentado sob o título “A fronteira ignorada: cooperação e conflito na imprensa fronteira on-line” (ARAÚJO, 2018)¹. Com o levantamento inicial, definimos e delimitamos o corpus da pesquisa maior, que buscou compreender o espaço e o tratamento editorial dedicados pela imprensa fronteira online aos temas político-institucionais que envolvem o território limítrofe nacional e abordam ou apresentam potencial para a coope-

¹ O mesmo levantamento foi realizado em setembro de 2016 na fronteira Brasil-Bolívia (Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suárez), visto que a pesquisa completa inclui as duas regiões fronteiriças. Os veículos analisados nessas localidades serão objeto de trabalho futuro.

ração e o conflito.

Portanto, o texto é muito mais o relato de um mapeamento das condições em que atuam os veículos de imprensa online nessas fronteiras, seu *modus operandi* no campo jornalístico, do que um argumento conclusivo sobre a prática do jornalismo fronteiriço. Ainda assim, contextualizamos essa prática a partir da concepção de que fronteiras e jornalismo se retroalimentam e mantêm o fluxo de informações essencial para a dinâmica da vida fronteiriça (MÜLLER, 2003; RADDATZ, 2009). Também procuramos situar a imprensa fronteiriça online no contexto dos gêneros e formatos jornalísticos (MELO; ASSIS, 2016), das editorias temáticas e do desenvolvimento das fases do jornalismo na internet (MIELNICZUK, 2001).

As incursões teóricas e a pesquisa de campo apontaram que a imprensa local desempenha um papel essencial em ambientes fronteiriços, sendo por meio dela que as comunidades se manifestam e discutem publicamente muitos temas de interesse comum, embora a profundidade desse debate mereça outros estudos. Como destaca Soares (2011, p. 12), “a circulação de informações possibilita trocas sociais importantes e essenciais nas cidades localizadas em regiões de fronteira”. Resta responder se o jornalismo é um instrumento a serviço da integração das comunidades e das nações (ZURITA, 2004) e até que ponto deve desempenhar esse papel ou limitar-se ao relato meramente factual.

O fazer jornalístico na zona de impacto

Entre ondas de transformação e períodos de estagnação, a atividade e o mercado jornalísticos mudaram substancialmente nas últimas décadas em todo o mundo com a chegada da internet, mesmo que, em muitos casos, tenham conservado velhas estruturas de produção e modelos de negócios ultrapassados. Dado o contexto de avanços tecnológicos vertiginosos versus limitadas cadeias de valor, uma questão inicial apareceu: o que há de diferente em fazer jornalismo em regiões de fronteira? Posta com outras palavras: com relação às demais regiões de interior, o que têm as fronteiras de especial para a prática jornalística e a atividade empresarial da imprensa local, particularmente os sites de notícias?

Nesses complexos ambientes de interações e ambiguidades que são as fronteiras, entendemos o jornalismo como um conjunto de técnicas, práticas e atividades que apreendem e representam uma fração da confluência transnacional social e política. Mais do que isso, essas práticas comunicacionais são construídas, como aponta Ruiz (1996, p. 1), “sobre o cultural, mais especificamente sobre as semelhanças entre padrões de conduta, valores, idiomas, enfim, no entorno simbólico entre os dois lados da fronteira”. Trata-se, portanto, de uma retroalimentação entre

jornalismo e fronteiras, cujos fluxos informacionais ajudam a moldar a dinâmica dos cruzamentos das fronteiras culturais entre dois ou mais países.

O exercício do jornalismo e a atuação dos veículos de imprensa integram um contexto no qual “a tríade formada pelos termos globalização, instantaneidade e localidade revela outro fenômeno em curso, [...] que pode ser explicado como uma nova economia de territórios” (MOREIRA, 2013, p. 13). Nesse cenário, a globalização e a localidade fundem-se heterogeneamente para produzir comunidades “glocais” e, de acordo com Ota (2013, p. 291), essa articulação “insere o local no interior da lógica da globalização e como cita Hall (2005) em vez de destruir as identidades nacionais, poderá produzir novas identificações globais e locais”.

Se é possível situar a imprensa atuante em regiões de fronteira como porta-voz de comunidades “glocais”, também é pertinente compreendê-la como uma mídia de proximidade, que, conforme Peruzzo (2003), traduz-se na revitalização de veículos locais e regionais em meio a processos de acelerada globalização das comunicações. Para essa autora, a reafirmação da mídia de proximidade é uma clara demonstração de que, embora conectados ao restante do mundo por meio dos canais de abrangência global como a internet e a TV, “os cidadãos reivindicam o direito à diferença” e “querem ver as coisas do seu lugar, de sua história e de sua cultura expressas nos meios de comunicação ao seu alcance” (2003, p. 67).

Seria legítimo, dessa forma, falarmos em jornalismo fronteiriço? Ou apenas de um jornalismo local, periférico, distante dos centros de poder político, econômico e cultural? Embora se possa argumentar que a influência da imprensa nos múltiplos fatores políticos, sociais e culturais da vida fronteiriça não se diferencie de outras regiões, observações em campo sugerem que, nas fronteiras, ela adquire outros contornos e intensidades porque está inserida num contexto de alta complexidade, de inter-relações entre diversas culturas e identidades que se caracterizam pela diferença e pelo contraste (BARTH, 2000).

Uma breve análise da imprensa online na fronteira Brasil-Paraguai indicou que é expressivo o interesse das comunidades fronteiriças por notícias locais, de ambos os lados, o que parece se confirmar pelo grande número de jornalistas atuando na região, na maioria repórteres amadores e autodidatas. Por meio dos veículos online, o morador fronteiriço busca manter-se informado, de forma imediata, sobre os fatos ocorridos no ambiente no qual está inserido, que não raro envolve pessoas do seu círculo de convivência. Assim, a imprensa online “interage com os cidadãos locais e com os cidadãos do mundo, o que leva a supor uma reorganização desse espaço, no sentido de [...] adequar as informações e os saberes de modo a refletir sobre suas práticas e seus fazeres”, como apontam Müller, Raddatz e Bomfim (2013, p. 70).

Para Weber (2011, p. 221), o jornalismo praticado nas fronteiras apresenta pelo menos duas características diferenciadas: “1) ele produz e divulga notícias sobre os países vizinhos, as quais são, a uma só vez, locais e internacionais; 2) ele produz e divulga notícias para consumidores de distintas nacionalidades”. Compartilhando dessa concepção, Soares entende que o fazer jornalístico fronteiriço, embora não se diferencie tecnicamente, tem características que o distinguem das demais regiões, como “a forma de entender o vizinho próximo. [...] Na fronteira, o interesse informativo de um lado e de outro pode se chocar. Há de se ter uma visão ampla a respeito dos dois lados para que a informação tenha valor para as duas sociedades” (2011, p. 51).

Podemos inferir assim que, como “zona de impacto” e “ao mesmo tempo lugar de integração e espaço de tensão” (RADDATZ, 2009), as fronteiras se revelam no fazer jornalístico e nos veículos de imprensa, que expressam a integração e o conflito entre as comunidades e os países fronteiriços. Assim, é possível que o jornalismo ajude a integrar os povos enquanto mediador entre as culturas, por sua “facilidade de circulação em quaisquer dos ambientes [...] e pode contribuir para uma articulação das questões que dizem respeito ao seu campo de atuação porque é um conhecedor da realidade e de seus melindres” (RADDATZ, 2015, p. 212).

Por um lado, a imprensa extrai das fronteiras a sólida matéria-prima do fazer jornalístico: conflitos, intrincados processos de interação e trocas de bens materiais e simbólicos; por outro, a fronteira recorre à mídia como “um dos principais mecanismos de articulação das ideias do lugar e reflexo de vivências dos sujeitos fronteiriços” (MÜLLER, 2015, p. 135). Portanto, é possível falar em jornalismo fronteiriço porque, conforme essa autora, nas fronteiras ocorre o “contato permanente e diário entre sujeitos de nacionalidades distintas” e a intersecção de culturas definidas como “híbridas, ambíguas, ambivalentes, mestiças, polissêmicas” (2015, p. 133).

Alguns aspectos do jornalismo online

Os primórdios do jornalismo online ou jornalismo na web no Brasil, em meados dos anos 1990, permitem a identificação de três fases, conforme Mielniczuk (2001, p. 2): fase transpositiva: “os produtos oferecidos, em sua maioria, eram reproduções de partes dos grandes jornais impressos, que passavam a ocupar um espaço na Internet”; fase metáfora: “mesmo ‘atrelados’ ao modelo do jornal impresso, os produtos começam a apresentar experiências na tentativa de explorar as características oferecidas pela rede”, como hipertexto e ferramentas como e-mail e fóruns de debate; e fase do “webjornalismo”, que ela demarca a partir do

surgimento de iniciativas tanto empresariais quanto editoriais destinadas exclusivamente para a Internet. São sites jornalísticos que extrapolam a ideia de uma simples versão para a Web de um jornal impresso e passam a explorar de forma melhor as potencialidades oferecidas pela rede. Tem-se, então, o webjornalismo. (MIELNICZUK, 2001, p. 2).

A partir de então, o jornalismo online passou a apresentar características semelhantes aos demais conteúdos da rede: audiência fragmentada e segmentada, múltiplos discursos, personalização, interatividade, multimídia e convergência, memória (banco de dados) e “onipresença”. A narrativa também sofreu uma mudança importante, superando a linearidade e oferecendo inúmeras opções de conteúdos ao leitor/usuário por meio do recurso do hiperlink. Assim, o jornalismo moldou-se gradativamente à nova forma de consumo de informação pelas pessoas, cada vez mais conectadas à rede e menos restritas ao mero papel de receptoras, tornando-se participantes, colaboradoras e, finalmente, produtoras de conteúdo.

Estudiosos tentaram explicar a complexidade dos novos aspectos e questões que emergiram da nova plataforma, dos novos formatos e características da produção jornalística. Mielniczuk (2003), por exemplo, propôs uma nomenclatura cujas definições aplicam-se tanto à produção quanto à difusão das informações: a) jornalismo eletrônico: utiliza equipamentos e recursos eletrônicos; b) jornalismo digital: trata os dados em forma de bits; c) ciberjornalismo: utiliza o ciberespaço, as redes de computação; d) jornalismo online: utiliza tecnologias de transmissão de dados em rede e em tempo real; e) webjornalismo: utiliza uma parte específica da internet, a web.

Um dos aspectos mais representativos do jornalismo na web, portanto, é a sua multimídia (PALACIOS, 2003) ou convergência midiática, conceitos que expressam o conjunto de transformações sociais, culturais, tecnológicas e mercadológicas verificadas no contexto contemporâneo dos meios de comunicação, bem como das mudanças nas formas de relacionamento do público com estes últimos (JENKINS, 2008). Ambos podem ser compreendidos como a possibilidade de concentrar num mesmo ambiente ou plataforma formatos informacionais variados como texto, áudio, vídeo, fotografia, infográfico e animação.

A quarta fase do jornalismo online, situada na chamada web 2.0, apresentou características como banco de dados, informações mais bem organizadas e novos níveis de construção de narrativas baseadas em comunidade, colaboração e auto-organização e não em hierarquia e controle (ROCHA, 2015). Narrativas e produtos dinâmicos, redação integrada, informação estruturada, cibermeios mais autênticos e produção multiplataforma são outras marcas dessa fase. “Os editores da web 2.0 deixaram de pensar no conteúdo e passaram a investir nas plataformas, deixando o usuário livre para auxiliar na criação de conteúdo”, acrescenta

a autora (2015, p. 47).

Na quinta e atual fase, que pode ser associada à web 3.0, o jornalismo online vem sofrendo fortes modificações para se adaptar às novas plataformas, ou mídias móveis (smartphones e tablets), que exigem conteúdo para aplicativos e produtos nativos. Marcado por intensa inovação e renovação, esse estágio tem como uma das principais marcas o hiperlocalismo: informações de proximidade, conteúdo jornalístico específico para uma região a partir de aspectos geográficos e culturais. Nesse novo contexto, observa Canavilhas (2009), é preciso atender o leitor/usuário com um tipo específico de notícia, sobre um local determinado e no momento em que ele desejar.

Concebida a respeito do jornalismo em geral, a classificação de gêneros e formatos proposta por Melo e Assis (2016) pode contribuir para a sistematização da produção jornalística na internet. A categorização busca conjugar a intencionalidade jornalística com o aspecto estrutural do texto, a partir da divisão em gênero (classe) e formato (forma). Segundo esses autores (2016), os gêneros podem ser definidos por duas características básicas, sendo a primeira a sua aptidão para agrupar diferentes formatos com características comuns, e a segunda a sua função social.

Nessa perspectiva, os gêneros são classificados e subdivididos em formatos, agrupados conforme a função social: o gênero informativo (nota, notícia, reportagem, entrevista) tem a função de vigilância social; o gênero opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta, crônica) serve como um fórum de ideias; o gênero interpretativo (análise, perfil, enquête, cronologia, dossiê) exerce a função de esclarecimento; o gênero diversional (história de interesse humano, história colorida) serve como distração, lazer; e o gênero utilitário (indicador, cotação, roteiro, serviço) atua como auxílio nas decisões cotidianas (MELO; ASSIS, 2016).

Além dos gêneros e formatos, o jornalismo online também adaptou do impresso a divisão dos assuntos tratados em editorias temáticas, que sempre serviram tanto para dividir e organizar o trabalho dos jornalistas nas redações quanto para agrupar os assuntos mais comuns do noticiário. No caso dos veículos online, a necessidade de lidar com a expressiva heterogeneidade do público não é diferente, sendo que “a organização do site em estruturas lógicas compreensíveis é fundamental para que o visitante não se perca e resolva navegar em outra freguesia” (VIANA, 2001, p. 44).

Mesmo num contexto de web 3.0 e quinta fase do jornalismo online, a estrutura de classificação, divisão ou agrupamento de assuntos é até hoje utilizada

rigorosamente por veículos online em todo o mundo ocidental, de jornais de porte global a pequenos sites de cidades fronteiriças. Evidentemente, a variedade temática é incalculável, de acordo com as opções editoriais de cada veículo – de Mundo a Local, de Cotidiano a Carros, por exemplo. A organização de conteúdos jornalísticos em editorias parece ser ainda a melhor forma de extrair do caos do jornalismo online alguma coerência, cuja eficácia sempre depende dos interesses do leitor/usuário.

Sites de notícias: ambientes ‘desfronteirizados’

O cumprimento do objetivo central da pesquisa ampla – a identificação do espaço editorial dedicado pela imprensa fronteiriça online aos assuntos político-institucionais que envolvem a fronteira com potencial para cooperação ou conflito – exigiu o conhecimento, ainda que parcial, do contexto social, político e institucional no qual estão inseridos os sites de notícias, particularmente na fronteira Brasil-Paraguai. Para isso, entendemos ser necessário realizar uma pesquisa exploratória nas localidades, com visitas aos veículos dos dois lados, entrevistas ou conversas informais com jornalistas e outros profissionais da imprensa local, que ajudaram a compor o cenário do jornalismo fronteiriço.

O primeiro passo foi o levantamento dos principais veículos online existentes naquela região, inicialmente por meio das ferramentas de busca da internet (Google, Bing e Facebook). Depois de identificados e selecionados preliminarmente, os veículos com potencial para integrar a pesquisa foram classificados por ordem de relevância a partir da verificação métrica de audiência, medida com base nos critérios de número de acessos e tempo médio despendido pelos usuários na leitura das notícias. Para isso, utilizamos a ferramenta SimilarWeb (www.similarweb.com), especializada em serviços de inteligência de dados para o mercado digital.

O levantamento dos sites de notícias foi realizado em 22 de dezembro de 2016 e apontou para a análise preliminar os seguintes veículos do lado brasileiro: Ponta Porã Informa (www.pontaporainforma.com.br), Porã News (www.poranews.com) e Conesul News (www.conesulnews.com.br) – os dois primeiros com sede e atuação em Ponta Porã e o terceiro sediado em Dourados (segunda maior cidade do Mato Grosso do Sul, localizada a 122 quilômetros de Ponta Porã). Do lado paraguaio, identificamos os sites Capitán Bado (www.capitanbado.com), que veicula conteúdo em português e espanhol sem critérios de separação e organização, e Amambay 570 (www.amambay570.com.py), site oficial da Rádio AM Amambay 570.

Após o levantamento online², seguiram-se os contatos diretos com jornalistas atuantes na região fronteiriça, que contribuiram com informações mais precisas para embasar a escolha dos veículos para a pesquisa ampla, além da indicação dos profissionais para futuras entrevistas. A segunda etapa constituiu-se de visita às cidades, entre os dias 27 e 30 de dezembro, e da realização de entrevistas abertas em profundidade com os representantes dos cinco veículos identificados. Considerando ainda critérios de localidade e noticiabilidade, selecionamos para análise em profundidade na fronteira Brasil-Paraguai os sites Ponta Porã Informa e Amambay 570 e, a seguir, apresentamos uma síntese das entrevistas escolhidas³.

Ponta Porã Informa

Proprietário e editor do site Ponta Porã Informa, o radialista e jornalista Sebastião Neris Prado, entrevistado em 27 de dezembro de 2016, relatou que instituiu a empresa em meados de 2014 devido à dificuldade de trabalhar em outros veículos por conta de embates políticos como profissional de imprensa. Na ocasião, o site era alimentado basicamente pelo conteúdo apurado e escrito por ele e pela esposa, a advogada Dora Nunes, além de um repórter fotográfico responsável pela cobertura da área social (festas e eventos sociais), com reproduções de textos de assessorias de imprensa e de outros veículos, e por artigos enviados por cerca de 10 colaboradores.

Com a redação instalada na própria residência, num bairro de Ponta Porã – onde também funciona uma agência de publicidade para atender às demandas dos órgãos locais –, o site tem como foco editorial as áreas de política, polícia e social, buscando realizar uma cobertura factual e com a maior agilidade possível, de acordo com o proprietário. A esse respeito, Prado (2016) explica que

o site sobrevive de acessos e, para ter acessos, precisa divulgar o que está acontecendo instantaneamente, tendo cuidado com a informação, citando os fatos e não os nomes. Na área política, trabalhamos principalmente com a cobertura dos atos da Prefeitura e da Câmara, em todas as situações para as quais somos convidados. Também acompanhamos alguns atos da Prefeitura e da Câmara de Pedro Juan Caballero, traduzindo as matérias.

² Com pequenas variações, novas avaliações realizadas em 5 de janeiro de 2017 com a ferramenta Similarweb.com mostraram os mesmos resultados com relação a todos os veículos analisados.

³ Durante a pesquisa exploratória, entrevistamos pelo menos um representante de cada veículo mencionado. Neste trabalho, no entanto, optamos por apresentar somente as entrevistas relativas aos veículos escolhidos para análise em profundidade, conforme os objetivos da pesquisa ampla. Na dissertação mencionada (ARAÚJO, 2018), a descrição analítica dos veículos compõe-se de vários elementos, como análises de layout e linha editorial, por exemplo, o que não cabe neste texto.

Embora só tivesse dois anos e meio de existência, o Ponta Porã Informa já era o site mais acessado do lado brasileiro. Prado (2016) atribuiu o resultado a uma combinação de fatores: outdoors localizados em vários pontos da cidade para divulgação do veículo; postagem das matérias nas ferramentas de mídia social; uma coluna de aniversariantes do dia, com publicação de fotos e nomes de cidadãos locais; e o principal deles: “Tenho um programa diário matinal na rádio Cerro Corá FM 91.5, de Pedro Juan Caballero, onde gravo as entrevistas e as transformo em matérias para o site nos formatos texto e áudio”, relatou.

De acordo com o jornalista, a média diária de produção própria é de 10 a 12 matérias, sendo as demais resultantes de reprodução de outros veículos, conteúdo produzido por colaboradores ou das assessorias de imprensa – principalmente no caso de assuntos frios, não factuais, não urgentes. “Nossa orientação é que todas as notícias de capa sejam locais, e é isso que buscamos fazer para dar visibilidade à cidade”, destacou, acrescentando que, para atender os anunciantes e chamar a atenção dos leitores, utiliza práticas de merchandising na página inicial do site, divulgando promoções de comerciantes locais.

Quanto à cobertura da temática fronteiriça e dos assuntos do lado paraguaio, Prado (2016) revelou que, por conta de seu programa na rádio Cerro Corá FM 91.5, o acesso às autoridades paraguaias é relativamente fácil, como o governador do Departamento de Amambay e o alcalde de Pedro Juan Caballero. As frequentes entrevistas na rádio, bem como um boletim diário produzido por um repórter paraguaio com as notícias da cidade vizinha, oferecem um rico material jornalístico para o site:

Publicamos as matérias que podem despertar mais interesse dos brasileiros, como lançamentos de obras e projetos sociais, que traduzimos para o português. No Paraguai, a prática da assessoria de imprensa ainda é muito recente, inclusive das próprias instituições públicas, mas, por outro lado, o jornalismo praticado nas rádios é muito forte e dinâmico, e as informações circulam de forma muito mais rápida. Quando um radialista abre um programa jornalístico às 7 horas da manhã, são dois ou três profissionais no estúdio e mais cinco ou seis repórteres nas ruas, buscando notícias. (PRADO, 2016).

O jornalista admitiu, no entanto, que são raras as situações em que se desloca até o lado paraguaio para cobrir ou apurar fatos, graças à facilidade para a rápida e constante troca de mensagens instantâneas entre os profissionais de imprensa dos dois lados por meio de ferramentas digitais. “Existe uma grande amizade entre os periodistas daqui e de lá. Com o envio de imagens e informações de um lado ao outro, só cruzamos a fronteira para produzir matérias no caso de grandes eventos ou fatos muito relevantes, e quando somos convidados”, afirmou Prado (2016), citando a Semana Acadêmica de uma faculdade paraguaia como exemplo.

Amambay 570

O site Amambay 570 originou-se da rádio Amambay 570 AM, emissora fundada por Antonio Delgado, Oscar Charbel e Epifanio Rolón e que foi ao ar pela primeira vez em 12 de outubro de 1959. O veículo localiza-se no centro de Pedro Juan Caballero, a cerca de 700 metros da Linha Internacional. Conforme histórico disponibilizado pela empresa, foi a primeira emissora do norte e nordeste do Paraguai, adotando por isso o mote “La Pionera” e o slogan “Síntesis de una expresión popular al servicio del bien común”, servindo por muitos anos como ponto de referência e orientação para os pilotos de aviões que chegavam às duas localidades.

Em 1975, a emissora começou a expandir sua difusão para além da fronteira, alcançando Asunción ao passar a transmitir em ondas curtas. Na ocasião da pesquisa, a empresa pertencia aos irmãos Jose Carlos Acevedo Quevedo, então intendente de Pedro Juan Caballero na ocasião, e Roberto Ramón Acevedo Quevedo, então senador e presidente do Senado do Paraguai. Lançado em meados de 2012 como extensão da rádio, o site reproduz em formato de texto grande parte do conteúdo jornalístico e comercial da emissora, além de transmiti-la ao vivo digitalmente, com programação contínua entre 5h e 23 horas.

Trabalhando como auxiliar administrativo da rádio Amambay 570 AM, Rosimari Centurion era, na ocasião da entrevista em 30 de dezembro de 2016, a profissional responsável por administrar e supervisionar o conteúdo jornalístico do site, no qual trabalhavam mais duas pessoas. “Eu não apuro e não escrevo, apenas publico as notícias nacionais. Tem outra pessoa que traduz e publica as notícias coletadas de veículos do Brasil e tem ainda um redator que converte o conteúdo das notícias e entrevistas da rádio em textos para o site”, relatou Centurion. Ela confirmou que não há produção jornalística própria do site, sendo o conteúdo proveniente das entrevistas e locuções na rádio ou reproduzido de outros veículos.

Ainda segundo Centurion (2016), o site não tem uma linha editorial definida ou um foco específico de atuação. Assim, busca cobrir a maior variedade possível de assuntos, desde as pautas policiais e políticas locais, nacionais e internacionais até as variedades do cotidiano, conforme os temas são abordados e discutidos nas diversas entrevistas realizadas ao longo da programação da rádio. “De manhã, temos um locutor no estúdio e seis repórteres nas ruas buscando notícias. À tarde são três repórteres e um à noite. Cobrimos todas as pautas, mas as matérias que recebem mais acessos são homicídios, acidentes e banalidades”, relatou.

Com relação à cobertura política na região, Centurion (2016) afirmou que os repórteres da rádio Amambay 570 AM cobrem com frequência as ações da

Prefeitura de Pedro Juan Caballero e as sessões parlamentares da Junta Municipal e da Junta Departamental de Amambay, mas não as ações da Gobernación de Amambay, “por motivos de rivalidade política” entre a família proprietária dos veículos de comunicação e o governador da ocasião, Pedro González Ramírez. Quanto à cobertura jornalística no lado brasileiro, ela também enfatizou que os repórteres mantêm contato direto e contínuo com os colegas do outro lado, e salientou:

Quando tínhamos um contrato de publicidade com a Prefeitura de Ponta Porã para divulgação de matérias na rádio e no site, a cobertura era mais frequente no lado brasileiro, mas não é mais o caso. Agora só vamos ao Brasil em casos policiais graves, acidentes sérios ou ocasiões muito especiais, como o Dia 7 de Setembro, o aniversário de Ponta Porã ou as eleições. Para as pautas políticas comuns não vamos mais, buscamos as notícias nos sites brasileiros, traduzimos e postamos. (CENTURION, 2016).

Conforme a auxiliar administrativo (2016), notícias sobre fatos de Ponta Porã e situações que envolvem os dois governos locais ou ações conjuntas dos órgãos de segurança são frequentes na rádio e no site. Um exemplo destacado foi uma parceria firmada entre as prefeituras de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero para ampliação e modernização da iluminação pública ao longo da Linha Internacional, do centro das duas cidades até os distritos de Sanga Puitã (Brasil) e Zanja Pytá (Paraguai). Inaugurado em junho de 2016, o sistema de iluminação foi resultado de um acordo de cooperação entre os dois municípios, por meio do qual a cidade brasileira financiou a implantação da infraestrutura e a paraguaia custeia a energia elétrica.

Considerações finais

Buscamos relatar neste texto aspectos do contexto onde corajosamente atuam inúmeros veículos e profissionais em regiões que impressionam pelas dificuldades e riscos envolvidos, mas também pela riqueza de matéria-prima jornalística. O que podemos inferir é que o jornalismo praticado pelos sites de notícias irriga a vida social, política e cultural nas fronteiras com informações essenciais para a vida cotidiana. Paradoxalmente, muitas vezes retrata as fronteiras como se fossem apenas espaços de criminalidade e ilicitudes, contribuindo para reforçar preconceitos e estigmas já tão propagados pela mídia nacional.

Evidentemente, este trabalho representa uma faceta bastante limitada da realidade da imprensa fronteiriça, primeiro porque aborda somente uma região de duas que compõem uma pesquisa exploratória, esta por sua vez uma pequena parte de um estudo muito mais amplo. Segundo porque a própria pesquisa maior trata de um universo específico da mídia nas regiões de fronteira: os sites

de notícias. Ainda assim, entendemos que os depoimentos de profissionais que atuam no cotidiano informacional das localidades, embora neste trabalho apresentamos apenas dois deles, oferecem importantes subsídios para a compreensão desses ambientes.

Dessa forma, situamos o jornalismo local como um dos elementos inerentes à dinâmica das fronteiras nesse contexto de complexidade e ambivalência, movimentos contraditórios de abertura e fechamento, divisão e aproximação, mas principalmente de mobilidade e fluxo. Entendemos que essa atividade exerce, ou deveria exercer, função primordial na organização das comunidades, atuando como o fórum de debates por excelência das questões políticas, econômicas, culturais, sociais, históricas, ambientais, urbanísticas e comunicacionais locais e regionais, ou seja, um canal privilegiado para o trânsito de ideias que aproximam os povos em contato.

Os veículos analisados são estrutural, empresarial e editorialmente muito diferentes entre si, tornando desafiadora a tarefa de encontrar entre eles elementos comuns sob os mesmos parâmetros. O Ponta Porã Informa nasceu na e para a internet, diferentemente do Amambay 570, oriundo de uma emissora de rádio e pertencente a um grupo político local. Apesar das diferenças, ambos são sites de notícias atuantes na fronteira, tendo o aspecto fronteiriço como parte de seu cotidiano jornalístico. Além disso, têm como principal produto o gênero informativo e o formato notícia (hard news) e organizam seus conteúdos em editorias temáticas.

O levantamento apontou que as limitações estruturais e financeiras típicas de pequenos mercados mantêm os veículos analisados presos a um estágio digital típico do início dos anos 2000, pouco distinguível do modelo de transposição do jornalismo impresso para o online. Ou seja, suas estruturas técnicas estão muito distantes daquelas que já possuem os grandes veículos nacionais e globais, como produção multiplataforma, hiperlocalismo e informações de proximidade, produtos nativos, entre outros. Também mantêm modelos de negócios muito dependentes de publicidade convencional e do poder público.

Dessa constatação surgiu uma questão para novas investigações: em ambientes de precariedade publicitária e limitações técnicas, como continuarão sustentáveis esses veículos locais no contexto da convergência midiática e da web 3.0? Se a grande mídia mundial, incluindo jornais seculares e de reputação global, debate-se numa busca desesperada pela manutenção da viabilidade econômica do negócio de notícias – sobretudo diante de novos gigantes de mídia como Google e Facebook – como ficam os sites de notícias atuantes em regiões de fronteira?

Evidentemente não temos a resposta, mas é possível afirmar que as empresas jornalísticas que insistirem no tradicional modelo baseado no subsídio publicitário para oferta gratuita de conteúdo estão fadadas a desaparecer. Além disso, não há fórmula única de sucesso garantido e, assim, cada empresa deverá desenvolver seu próprio modelo, testar suas próprias soluções. De todo modo, qualquer que seja a estratégia ou recurso adotado, os veículos não poderão perder o compromisso com a clara diferenciação entre o jornalismo e a futilidade, para que o primeiro continue sendo percebido como bem público essencial.

Considerando o papel da imprensa fronteiriça, pelo menos em potencial, de atuar como mediadora entre as culturas dos dois lados, é desejável que os veículos encontrem ou produzam soluções criativas para se manterem empresas viáveis frente à necessidade sempre crescente da produção de jornalismo de qualidade. Afinal, é por meio do jornalismo fronteiriço, periférico e ao mesmo tempo transnacional, que as comunidades podem se expressar para além dos limites físicos, manifestando suas peculiaridades locais e conectando-se internacionalmente. Além disso, da sobrevivência dos veículos depende, em grande medida, a qualidade do debate público das questões locais nessas regiões.

Referências

- ARAÚJO, G. R. *A fronteira ignorada: cooperação e conflito na imprensa fronteiriça on-line*. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.
- BARTH, F. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- CANAVILHAS, J. A comunicação política na era da internet. In: CONGRESSO LUSOCOM, 8., 2009, Lisboa. *Anais [...]* Lisboa, 2009. Online.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- JENKINS, H. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.
- MELO, J. M.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, 2016.
- MIELNICZUK, L. Características e implicações do jornalismo na Web. In: CONGRESSO DA SOPCOM, 2., 2001, Lisboa. *Anais [...]* Lisboa, 2001. Online.
- MIELNICZUK, L. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: MACHADO, E.; PALACIOS, M. (Orgs.). *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra, 2003. p. 37-54.
- MOREIRA, S. V. Por que Geografias, no plural, para a Comunicação? In: MOREIRA, S. V. (Org.). *Geografias da Comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas*. São Paulo: Intercom, 2013. v. 3. p. 11-22.
- MÜLLER, K. M. *Mídia e fronteira: jornais locais em Uruguaiana-Libres e Livramento-Rivera*. 2003. 362 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2003.

- MÜLLER, K. M. Mídia local fronteiriça: do impresso ao on-line. In: RADDATZ, V. L. S.; MÜLLER, K. M. (Orgs.). *Comunicação, Cultura e Fronteiras*. Ijuí: Editora Unijuí, 2015. p. 117-137.
- MÜLLER, K. M.; RADDATZ, V. L. S.; BOMFIM, I. Mídia local nas páginas da web: fronteiras culturais no espaço das fronteiras nacionais. *Revista Comunicação Midiática*, Bauru, v. 8, n. 2, p. 58-74, 2013.
- OTA, D. C. Mapeamento da mídia fronteiriça em Mato Grosso do Sul. In: MOREIRA, S. V. (Org.). *Geografias da Comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas*. São Paulo: Intercom, 2013. v. 3. p. 285-298.
- PALACIOS, M. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória. In: MACHADO, E.; PALACIOS, M. (Orgs.). *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra, 2003. p. 13-36.
- PERUZZO, C. M. K. Mídia local, uma mídia de proximidade. *Revista Comunicação: Veredas*, São Paulo: Unimar, v. 2, n. 2, p. 65-89, 2003.
- RADDATZ, V. L. S. Fronteiras culturais: o papel do rádio fronteiriço. In: RADDATZ, V. L. S.; MÜLLER, K. M. (Orgs.). *Comunicação, Cultura e Fronteiras*. Ijuí: Editora Unijuí, 2015. p. 201-218.
- RADDATZ, V. L. S. *Rádio de fronteira: da cultura local ao espaço global*. 2009. 187 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ROCHA, L. V. Mobilidade, convergência e hiperlocalismo no webjornalismo brasileiro. *Revista Interin*, Curitiba, v. 20, n. 2, p. 43-65, 2015.
- RUIZ, O. O ir e vir: as relações fronteiriças (México e EUA). *Revista O Olho da História*, Salvador, n. 3, 1996.
- SOARES, M. V. C. *Televisão Fronteiriça: TV e telejornalismo na fronteira do Brasil e Paraguai*. Campo Grande: Editora UFMS, 2011.
- VIANA, E. C. *Para um manual de redação do jornalismo on-line*. Secretaria Especial de Comunicação Social, Cadernos da Comunicação – Série Estudos. Rio de Janeiro, 2001.
- WEBER, A. F. A circulação do português e do espanhol na fronteira: o global e o local no espaço entre-línguas. *Revista Raído*, Dourados, v. 5, n. 9, p. 217-229, 2011.
- ZURITA, R. W. P. *Aproximación al concepto de periodismo transfronterizo*. Piura: UDEP, 2004.

FRONTEIRAS DO LOCAL: POR UMA LEITURA DE *SI ME PERMITEN HABLAR* NA FRONTEIRA-SUL

Local Borders: by a Reading of *Si me Permiten Hablar* Southern Border

Fronteras Locales: por una Lectura de *Si me Permiten Hablar* en la Frontera Sur

Julia Evelyn Muniz Barreto Guzman*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo uma leitura da obra '*Si me permiten hablar...*' testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia (1999) transcrito e organizado pela brasileira Moema Viezzer a partir do conceito de fronteira. Para a leitura, me utilizo de uma metodologia bibliográfica pautada na Crítica biográfica fronteiriça, um estudo centrado nos Estudos Pós-coloniais e Crítico-biográficos. Assim, a partir de minha condição de sujeito que escreve e vive na fronteira proponho fazer uma leitura outra do testemunho de Domitila Chungara, que contemple meu *bios* e lócus permitido por meio da Crítica biográfica fronteiriça.

Palavras-chave: Domitila Chungara, *Si me permiten hablar*, Fronteira, Exterioridade.

Abstract: This paper aims at a reading of the work '*Si me permiten hablar...*' testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia (1999) transcribed and organized by the Brazilian writer Moema Viezzer from the concept of border. For reading, I use a bibliographic methodology based on *Crítica Biográfica Fronteiriça*, a study centered on Postcolonial Studies and Critical-biographical Studies. Thus, from my condition as a subject who writes and lives on the border, I propose to take another reading of Domitila Chungara's testimony, which contemplates my *bios* and locus allowed through the border biographical critique.

Keywords: Domitila Chungara, *Si me permiten hablar*, Border, Exteriority.

Introdução

Penso, escrevo e me inscrevo *a partir de* (Mignolo) um lócus geoistórico específico, o estado de Mato Grosso do Sul, fronteira seca com os países Paraguai e Bolívia. Se as teorias modernas se constituem de uma teorização pensada de uma interioridade imaginária, meu pensamento enquanto intelectual nasce dessa posição fronteiriça é a de “reflexão a partir das margens externas” (MIGNOLO, 2003, p. 09), ou seja, do pensar o mundo a partir de histórias e teorias locais ignorados pelo sistema que separava o mundo entre centro *versus* periferia, trazendo para minha realidade, dessa fronteira porosa, que separa países, mas não pessoas.

Proponho em meu título uma leitura da obra *Si me permiten hablar* na fronteira-Sul, vale lembrar que isso será possível por meio da Crítica Biográfica Fronteiriça. A rubrica Crítica Biográfica Fronteiriça, do teórico Edgar César No-

* Mestranda do Programa de Pós-graduação Mestrado em Estudos de Linguagens – UFMS – E-mail: juhuzman@gmail.com.

Resúmen: El objetivo de este trabajo es una lectura de la obra ‘Si me permite hablar...’ testimonio de Domitila, una mujer de Bolivia (1999) transcrita y organizada por la brasileña Moema Viezzer desde el concepto de frontera. Para la lectura, utilizo una metodología bibliográfica basada en la Crítica biográfica fronteriza, un estudio centrado en Estudios poscoloniales y Crítico-biográficos. Por lo tanto, desde mi condición de sujeto que escribe y vive en la frontera, propongo una lectura otra del testimonio de Domitila Chungara, que contempla mi *bios* y locus permitidos a través de la crítica biográfica fronteriza.

Palabras clave: Domitila Chungara, *Si me permiten hablar*, Frontera, Exterioridad.

lasco, é o que pode ser entendido pela junção do (bios=vida + lócus=lugar), ou seja, biolócus. Assim, toda a reflexão crítica é pautada no que faz parte da vida do “objeto” de estudo e do crítico que desenvolve a pesquisa. No que diz respeito ao lócus, leva-se em conta o lugar em que a reflexão emerge. Acredito que somente por meio dessa leitura de base biográfica fronteriza que meu trabalho e teorizações poderão ser compreendidos:

Desde o título deste livro, *Perto do coração selvagem da crítica fronteriza*, já se tem sinalizado que uma crítica de natureza *fronteriza* constrói-se com base num lugar *ex-cêntrico*, isto é, fora do centro, à margem. Aliás, é essa condição que vai permitir que se estruture toda uma teoria específica dessa crítica. (NOLASCO, 2013, p. 70)

A crítica biográfica da fronteira reage para que os conhecimentos e as enunciações locais sejam reorganizados e caminham de um “dentro” para “fora”, “do Primeiro para o Terceiro Mundo, reivindicando a legitimidade da localização filosófica (MIGNOLO), da localização epistemológica específica da fronteira” (NOLASCO, 2013, p. 76). Nolasco afirma:

Dessa forma, a crítica *fronteriza* articulada das histórias locais tem o poder de barrar aqueles discursos críticos acadêmicos e científicos articulados nos grandes centros mais desenvolvidos em todos os sentidos (econômico, tecnológico etc.). (NOLASCO, 2013, p. 78)

Minha posição de sujeito fronterizo que vive na fronteira em meio às

trocas constantes faz de mim esse indivíduo sujeito formado de várias partes “precipitado de escavações e mergulhos de outros em mim.” (PESSANHA. 2018, p. 114). A obra *Recusa do não-lugar* (2018) de Juliano Garcia Pessanha, nos leva a refletir no ser humano como um ser vazio, que se preenche a partir de visitas de hóspedes duradouros durante sua vida:

Nesse sentido, a fronteira-sul, enquanto um lugar da legalidade e da ilegalidade, do contrabando e do atravessamento, por onde transitam turistas, andariegos, sul-mato-grossenses, bolivianos e paraguaios, entre outros *divíduos*, funda o que aqui vimos chamando de *exterioridade*. (NOLASCO, *Habitar a exterioridade da fronteira-sul*, p. 93)

Como estofa dessa conversa proposta me valho da obra “*Si me permiten hablar...*” testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia” (1999), da escritora brasileira Moema Viezzer. A obra é o resultado da transcrição e organização de entrevistas formais e conversas entre a boliviana Domitila Barrios de Chungara e a brasileira Moema Viezzer:

É o resultado de numerosas entrevistas que tive com ela no México e na Bolívia, de suas intervenções, conversas e diálogos [...]. Todo o material gravado, como também alguma correspondência escrita, foi ordenado e posteriormente revisado com Domitila, dando lugar ao presente testemunho (VIEZZER, 1999, p. 1-2)¹

O encontro entre as duas mulheres aconteceu no ano de 1975 na Tribuna do Ano Internacional da Mulher, organizada pelas Nações Unidas no México. Domitila Chungara foi representando o “Comitê de Donas de casa da Século XX”, um comitê que reúne as esposas dos trabalhadores mineiros da Século XX (centro produtor de estanho):

A ideia do presente testemunho surgiu da presença de Domitila Barrios de Chungara na Tribuna do Ano Internacional da Mulher, organizada pelas Nações Unidas e realizada no México, em 1975. Ali conheci esta mulher dos Andes bolivianos, esposa de um trabalhador mineiro, mãe de sete filhos, quem chegou na Tribuna em representação do “Comitê de Donas de casa do Século XX”, organização que agrupa as esposas dos trabalhadores daquele centro produtor de estanho. Seus anos de luta e o reconhecimento da autenticidade de seu compromisso lhe renderam receber um convite oficial das Nações Unidas para estar presente naquele evento. Única mulher da classe trabalhadora que participou ativamente naquela Tribuna em representação da Bolívia, suas intervenções produziram um profundo impacto entre os presentes. Isso se deu em grande parte, a que “Domitila viveu o que outros falaram”, segundo um comentário de uma jornalista sueca. (VIEZZER, 1999, p. 01)²

¹ Es el resultado de numerosas entrevistas que tuve con ella en México y en Bolivia, de sus intervenciones en la Tribuna, así como también de exposiciones, charlas y diálogos [...]. Todo ese material grabado, como también alguna correspondencia escrita, fue ordenado y posteriormente revisado con Domitila, dando lugar al presente testimonio. (tradução livre).

² La idea del presente testimonio surgió de la presencia de Domitila Barrios de Chungara en la Tribuna del Año Internacional de la Mujer, organizada por las Naciones Unidas y realizada en

A boliviana era a única representante da classe trabalhadora e o impacto de suas intervenções durante a Tribuna chamou a atenção da brasileira Moema Viezzer e dos demais presentes. Esse impacto fez com que despertasse na brasileira o desejo de organizar esse relato, considerando o relato de Domitila como a voz do povo boliviano que sofreu e ainda sofre por meio de diversas formas de exploração. O contexto da obra está a princípio centrado no cotidiano dos mineiros do acampamento Século XX e de suas famílias. No decorrer da narrativa, o que se destaca é a luta pelo direito do povo por meio da participação de Domitila Chungara no Comitê das Donas de Casa. Ademais, o que vemos é a denúncia política, econômica e social que a boliviana faz do governo de sua época. O testemunho narrado, como a própria Domitila nos alerta, não é uma história pessoal, mas uma experiência vivida por muitos bolivianos, tornando-se assim um testemunho de âmbito coletivo, que caracteriza e identifica esse povo:

A história que vou relatar não quero em nenhum momento que a interpretem somente como um problema pessoal. Porque penso que minha vida está relacionada com meu povo. O que passou comigo, pode haver passado a centenas de pessoas em meu país. (VIEZZER. 1999, p. 1-2)³

Domitila Chungara não relata apenas o cotidiano dos mineiros e de suas famílias, mas a urgência de denunciar a experiência traumática do regime ditatorial do general Barrientos Ortuño (1964 -1965;1966 -1969), e nos anos seguintes do general Bánzer Suárez (1971 - 1978). A boliviana denunciou acontecimentos sofridos por seu povo e em uma dessas passagens ela narrou a real situação dos mineiros enquanto a COMIBOL (Corporação Mineira de Bolívia) organizou um evento com o tema “Rearmamento Moral” integrado por intelectuais, esportistas e artista de as nacionalidades:

Eu me lembro que, em 1969, os dirigentes enfrentaram uma decisão tomada pelo governo. A COMIBOL dizia que não tinha dinheiro para mandar medicamentos ao hospital. E havia uma terrível epidemia de gripe, de diarreia, de tudo. Não havia remédio para as crianças. E a COMIBOL contratou, nesses dias um grupo de artistas internacionais, com japoneses, norte-americanos, africanos, etc., para dar uns espetáculos nas minas. Os que

México, en 1975. Allí conocí a esta mujer de los Andes bolivianos, esposa de un trabajador minero, madre de siete hijos, quien llegó a la Tribuna en representación del “Comité de Amas de Casa de Siglo XX”, organización que agrupa a las esposas de los trabajadores de aquel centro productor de estaño. Sus años de lucha y el reconocimiento de la autenticidad de su compromiso le valieron recibir una invitación oficial de Naciones Unidas para estar presente en aquel evento. Única mujer de la clase trabajadora que participó activamente en la Tribuna en representación de Bolivia, sus intervenciones produjeron un profundo impacto entre los presentes. Eso se debió, en gran parte, a que “Domitila vivió lo que otras hablaron”, según el comentario de una periodista sueca. (tradução livre).

³ La historia que voy a relatar, no quiero en ningún momento que la interpreten solamente como um problema personal. Porque pienso que mi vida está relacionada con mi Pueblo. Lo que me pasó a mí, le puede haber pasado a cientos de personas en mi país. (tradução livre)

foram nos disseram que o espetáculo era anti comunista e que a COMIBOL havia pago a viagem. (VIEZZER, 1999, p. 81)⁴

O trabalho está pautado em teorias pós-coloniais tendo como base teórica os estudos do argentino Walter Mignolo com a obra *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar* (2003) de outros teóricos que partilham desse olhar epistêmico descolonial a exemplo Boaventura de Sousa Santos com a obra *Epistemologias do Sul* (2010), Edgar César Nolasco com a obra *Perto do coração selbaje da crítica fronteriza* (2013), entre outros.

Meu local: um lócus fronteiriço

Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente.

HEIDEGGER (apud NOLASCO, 2010, p. 103).

Acredito que começar a falar sobre fronteira seja essencial para iniciar esse trabalho. Digo isso, pois esse trabalho nasce de uma fronteira geográfica e epistemológica. Uma fronteira geográfica, pois nasce no estado de Mato Grosso do Sul, tríplice fronteira com os países Paraguai e Bolívia. Meu discurso também é epistêmico, pois se dá a partir de um pensamento fronteiriço, por estar assentado em teorias pós-coloniais que me auxiliam em discussões que ultrapassam a noção de fronteira criada pelo imaginário moderno. Segundo o argentino Walter Mignolo na esteira do que diz a chicana Gloria Anzaldúa, no texto “Postoccidentalismo: el argumento desde América latina” o argentino sobre epistemologia fronteiriça afirma que:

[...] epistemologia fronteiriça na qual a reflexão (filosófica, literária, ensaística), incorporada nas histórias locais, encontra seu lugar no conhecimento desincorporado dos projetos globais em ciências sociais. (MIGNOLO, 1998, p. 44)⁵

Dessa maneira Domitila, assim como eu, também fala de um lugar desvinculado aos projetos globais, ela fala de um lócus singular, a Bolívia, que “[...]”

⁴ Me acuerdo que en el 63 los dirigentes se enfrentaron a una de esas medidas del gobierno. La COMIBOL decía que no tenía plata para mandar medicamentos al hospital. Y había entonces una epidemia terrible de gripe, de diarreas, de todo. No había medicina para los niños. Y resulta que la COMIBOL contrato en esos mismos días a un grupo de artistas internacionales²⁹ donde había japoneses, norteamericanos, africanos, etcétera, que dieron espectáculos en las minas. Las personas que fueron a ver me contaron que eran actuaciones de tipo anticomunista, y que la COMIBOL les había pagado su viaje. (tradução minha)

⁵ [...] epistemología fronteriza en la cual la reflexión (filosófica, literaria, ensayística), incorporada a las historias locales, encuentra su lugar en el conocimiento desincorporado de los diseños globales en ciencias sociales. (tradução livre)

está situada no cone sul, no coração da América do Sul” (VIEZZER, 1999, p. 17)⁶. Nossas reflexões filosóficas, culturais e literárias, como nos diz Mignolo, estão incorporadas em nossas experiências e histórias locais. Desse lugar narrou suas experiências e as do povo mineiro boliviano, que até os dias de hoje, assim como seu país, é um testemunho que continua na margem e com pouca visibilidade. Um país que continua visto como um lugar pobre economicamente, culturalmente e intelectualmente. Essa premissa se dá por continuarmos a aprender teorias eurocêntricas e a ignorar que no lado Sul também há produção de conhecimento:

Derrotado várias vezes em guerras com seus vizinhos, fragmentado étnica, social, econômica e geograficamente, dona de pobreza radical na já tão desigual região América Latina e de economia atrasada, evidenciando uma instabilidade política nada invejável [...]. (DOMINGUES *et al.*, 2009, p. 07)

Segundo o crítico argentino Walter Mignolo na obra *Histórias locais/ projetos globais* (2003) no século 16 a noção de fronteira estava ligada à divisão de fronteiras geográficas e humanas, acreditava-se que o que estava em posição oposta ao continente europeu, ora desconhecido, era habitado por criaturas monstruosas de duas cabeças e vários braços. Com a expansão territorial dos limites conhecidos, abriu-se a possibilidade para as novas interações entre os povos. Assim, “os canibais e selvagens foram situados num espaço que começou a ser concebido como Novo Mundo” (MIGNOLO, 2003, p. 383). No final do século 19 os Estados Unidos e a Argentina acreditavam que:

A “fronteira” era o marco móvel (em direção ao Oeste) da marcha da missão civilizadora, a linha divisória entre a civilização e a barbárie. Entretanto, a ‘fronteira’ não era apenas geograficamente, mas também epistemológica: o local do primitivo e do bárbaro da ‘terra vazia’, do ponto de vista da economia, e o ‘espaço vazio do pensamento, da teoria e da produção intelectual. (MIGNOLO, 2003, p. 403)

Esse conceito de fronteira, segundo Mignolo, está ligado a uma lógica de espaço, em que a crença era que havia uma divisão entre civilização e barbárie. A civilização acabava onde a barbárie começava, e esse espaço bárbaro deveria ser conquistado. Glória Anzaldúa em seu livro *Borderlands / la frontera: la nueva mestiza* (2007), afirma que a fronteira é uma linha fina capaz de dividir uma borda íngreme, além de dizer que:

As fronteiras são desenhadas para definir os lugares que são seguros e os que não são, para distinguir o *us* (nós) do *them* (eles). Uma fronteira é uma linha divisória, uma linha fina ao longo de uma borda íngreme. Um território fronteiriço é um lugar vago e indefinido [...] (ANZALDÚA, 2007, p. 42)⁷

⁶ [...]está situada en el cono sur, en el corazón de Sudamérica” (tradução livre).

⁷ Las fronteras están diseñadas para definir los lugares que son seguros y los que no son, para distinguir el *us* (nosotros) del *them* (ellos). Una frontera es una línea divisoria, una fina raya a lo largo

Para a chicana esse lugar “vago” está em constante transição, vivendo ali os chamados *atravessados*, os que estão distantes de ser os chamados “normais”. Aqueles que detêm o poder e os aliados a eles são os únicos considerados legítimos. As tensões que ocorrem nas zonas de fronteira segundo Anzaldúa (2007) são como um vírus, uma presença constante de mal-estar e morte. Em minha fronteira os *atravessados* são os bolivianos, os paraguaios, os chamados brasiguaios, indígenas e tantos outros que atravessam constantemente nossas fronteiras. Da mesma maneira, o relato de Domitila Chungara pretendeu atingir um lugar dentro de sua própria produção, a boliviana ansiava que a obra e as análises realizadas sobre a realidade de seu povo voltasse para o próprio povo boliviano. Somente assim seria possível detectar os pontos positivos e negativos de sua sociedade, a fim de corrigi-los:

Si me permiten hablar... tem de servir ao povo porque está retornando ao próprio seio do povo. Da mesma forma eu penso que os filmes, documentos, estudos que se fazem sobre a realidade do povo boliviano, devem retornar ao seio do próprio povo boliviano para ser analisadas, criticadas. Porque senão, seguimos igual e não há um aporte que nos ajude a compreender melhor nossa realidade e a solucionar nossos problemas. São muito poucos, são contados os trabalhos que têm servido para isso. (VIEZZER, 1999, p. 09)⁸

Domitila de Chungara descreve seu *biolocus* de sujeito que vive em uma margem social, econômica e social, não apenas narrando sua história, mas de que modo suas experiências fazem parte da história local de seu povo. A boliviana diz que fará um recorte dessas experiências do povo boliviano e contará apenas as dos trabalhadores mineiros, se o fato de Domitila por opção não ter contemplado a todos os bolivianos que vivem marginalizados em seu testemunho, ela justifica dizendo que fala do que viveu e do que seus próximos viveram e sofreram, assim falando de um locus específico, os acampamentos mineiros, a partir de suas próprias vivências:

Me fizeram notar que em meu testemunho não menciono, por exemplo, aos bairros marginalizados. É certo que eu desconheço muita realidade de nosso país. Imagino as vezes qual deve ser a situação dos bairros marginalizados. Mas, não, eu não tenho vivido com eles. Sei que sua situação é mais arruinada que a nossa, os mineiros e então penso: se os mineiros vivem em tão baixas condições de vida... O que será da situação dos camponeses, dos bairros marginalizados e toda essa gente que não tenho chegado a conhecer? [...] eu não tenho mencionado alguns grupos, porque eu não os conheço. Que

de un borde empinado. Un territorio fronterizo es un lugar vago e indefinido [...]. (tradução livre)

⁸ Si me permiten hablar... ha de servir al pueblo porque está regresando al seno mismo del pueblo. En la misma forma yo pienso que las películas, documentos, estudios que se hacen sobre la realidad del pueblo boliviano, deben regresar también al seno mismo del pueblo boliviano para ser analizadas, criticadas. Porque si no, seguimos igual y no hay un aporte que nos ayude a comprender mejor nuestra realidad y a solucionar nuestros problemas. Son muy pocos, son contados los trabajos que han servido a esto. (tradução livre)

poderia eu dizer daquele bairro marginalizado, daquela senhora camponesa se eu não os conheço? Eu não quero falar apenas teoricamente. Quero conhecê-los. (VIEZZER, 1999, p. 06)⁹

A condição de fronteira geográfica seja ela por pontes, linhas imaginárias ou muros, parece ter a função de distanciar fisicamente pessoas e espaços, esse distanciamento acaba nos afetando, uma vez que somos condicionados a pensar que o lado oposto é o ser estrangeiro, o outro, o desconhecido que deve ser evitado. Mesmo que a fronteira imponha limite físico, sua divisão está mais próxima de um imaginário imposto ideologicamente, mas apesar de uma imposição de distanciamento e separação não é capaz de impedir o contato rotineiro entre os sujeitos dos dois lados da fronteira. Apesar da tentativa de distanciamento o que vemos é uma fronteira porosa que rompe com os limites impostos, os sujeitos transitam entre o “fora” e o “dentro”:

As fronteiras separam, unem, delimitam, marcam a diferença e a semelhança, mas também produzem espaços intersticiais, novos espaços que inauguram relações. Podem ser burladas, acatadas, cruzadas, transgredidas, imaginadas, reais, reintentadas e destruídas. Confinam e liberam. Protegem e torturam. (BELAUSTEGUIGOITIA, 2009, p. 106)¹⁰

Nessa tríplice fronteira, onde se liga e interliga um lugar com o outro em um crescente, surge a necessidade de uma nova epistemologia, a “epistemologia *fronteriza* que dê conta de descolonizar” (NOLASCO, 2013, p. 44) de compreender e atender a construção cultural dos sujeitos fronteiriços. A fronteira aqui discutida não é existente, ela foi construída a partir de um ato ideológico e de construção de pensamento. Nossas fronteiras não impossibilitam nossas trocas de experiências, novas vidas, novas línguas e costumes.

Falo de epistemologia, mas o que é essa epistemologia? “Toda noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 09). Esse conhecimento está diretamente relacionado a práticas sociais e atores sociais, essa relação faz com que desenvolva

⁹ Me hicieran notar que en mi testimonio yo no menciono, por ejemplo, a los barrios marginalizados. Es cierto que yo desconozco mucha realidad de nuestro país. Me imagino a veces cuál debe ser la situación de los barrios marginados. Pero en sí, no, yo no he vivido con ellos. Sé que su situación es mucho más arruinada que la de nosotros, los mineros y entonces pienso: si los mineros viven en tan bajas condiciones de vida... ¿qué será la situación de los campesinos, de los barrios marginalizados y toda esa gente que no he llegado a conocer? [...] yo no haya mencionado a algunos grupos, porque yo no los conozco. ¿Qué podría yo decir de aquel barrio marginalizado, de aquella compañera campesina se no los conozco? Yo no quiero hablar sólo teóricamente. Quiero conocerlos.(tradução livre)

¹⁰ Las fronteras separan, unen, delimitan, marcan la diferencia y la similitud, pero también producen espacios intersticiales, nuevos espacios que inauguran relaciones. Pueden ser burladas, acatadas, cruzadas, transgredidas, imaginadas, reales, reinventadas y destruidas. Confinan y liberan. Protegen y torturan. (tradução livre)

diferentes epistemologias. Mas, o conhecimento ou a epistemologia válida está sempre relacionado a uma dominação e poder. Essas relações sociais são sempre culturais e políticas, este último não representa uma distribuição igual de poder. Dessa maneira, o conhecimento é válido a partir de uma contextualidade, seja ela em termos da diferença cultural ou política. Segundo Boaventura de Sousa Santos, a epistemologia dominante nasce de um pensamento abissal, que se constrói da necessidade de dominação colonial:

Esse pensamento opera pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os actores sociais entre os que são úteis, inteligíveis e visíveis (os que ficam do lado de cá da linha) e os que são inúteis ou perigosos [...] (SANTOS; MENESES, 2010, p. 13)

É abissal, pois é construído um sistema que divide o mundo em visível e invisível, o lado visível é o “lado de cá da linha”, enquanto o lado invisível é o “outro lado da linha”, na divisão construída o outro lado desaparece há um divisor de sujeitos, de experiências e de saberes, os elementos úteis para aquela sociedade é colocado do lado de cá da linha, e o que está no campo da inutilidade é posto do lado de lá da linha. Essa prática de um pensamento abissal segundo o autor continua em vigor nos dias de hoje:

A divisão é tanta que o outro lado da linha desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é produzido como inexistente. Inexistente significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. (SANTOS, 2010, p. 23)

A grande marca do pensamento abissal é a inviabilidade de uma co-presença, um dos lados da linha só sobressai quando o lado de lá é dado como inexistente. “Cada um cria um subsistema de distinções visíveis e invisíveis de tal forma que os invisíveis se tornam o fundamento das visíveis” (SANTOS, 2010, p. 25). O “outro” é uma invenção discursiva para que o lado de cá da linha tenha a quem dominar. Poderia dizer que essas epistemologias dominantes durante anos praticaram e continuam praticando o ato de epistemicídios, ou seja, aquele que aliene e exclui os conhecimentos locais:

Nisso constituiu o epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena [...] com isso desperdiçou-se muita experiência social e reduziu-se a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo. (SANTOS, 2010, p. 10)

Nós, enquanto sujeitos subalternos que vivemos do lado sul, somos vítimas constantes do ato de epistemicídio, suprimem nossos conhecimentos locais e reduziram nossas epistemologias, alienam e excluem tudo o que acontece no lado sul do globo. Os conhecimentos opostos ao conhecimento da ciência moderna

são irrelevantes “[...] existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para inquirição científica” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 25). Tal comparação cai como uma luva na passagem a seguir:

E uma senhora, que era presidente de uma delegação mexicana, se aproximou de mim. Ela queria me aplicar de sua maneira o lema da Tribuna do Ano Internacional da Mulher que era “igualdade, desenvolvimento e paz”. E me dizia:- Falaremos de nós, senhoras... Nós somos mulheres. Olhe, senhora, esqueça-se do sofrimento de seu povo. Por um momento esqueça-se dos massacres. Já temos falado bastante sobre isso. Já lhe escutamos bastante. Falaremos de nós... de você e de mim... das mulheres, pois. (VIEZZER, 1999, p. 225)¹¹

Tentaram calar Domitila, calar a boliviana seria o mesmo que excluir e ignorar o discurso subalterno. A Tribuna, lugar onde estavam reunidas mulheres de todas as partes do mundo a fim de discutir seus problemas de gênero, que por sua vez estão intrinsecamente associados a seus problemas sociais, parecia excluir os problemas das mulheres vinculados com seu povo. Tornava-se assim um lugar perfeito para demonstrar que as epistemologias, os conhecimentos e os saberes do mundo acadêmico, social e cultural ainda imperavam e continua a imperar.

Nosso desafio é tanto geográfico quanto epistêmico, somos uma mina e um campo de reparação de desvios históricos que foram causados pelo capitalismo. Meu Sul, já que eu mesma vivo em posição de sujeito sul, transforma-se em um lugar de conhecimento e experiências, o Sul era lugar que deveria ser preenchido com as experiências da razão colonial. Todas as ações realizadas no lado de cá da linha eram ignorados por não serem vistos como significantes na sociedade. Diante essas divisões, a importância do pensamento fronteiriço proposto por Mignolo se dá, pois o pensar “na e a partir das margens” (MIGNOLO, 2003, p. 31), age como uma “[...] máquina para descolonização intelectual e, portanto, para a descolonização política e econômica” (MIGNOLO, 2003, p. 76), é ele quem possibilita o reconhecimento da diferença colonial, promovendo assim um discurso polifônico e não excludente, com características universalmente marginais, dando espaço para histórias, línguas e culturas que antes estavam silenciadas.

Partindo de um pensamento fronteiriço pautado nos estudos do argentino Walter Mignolo, respondendo epistemologicamente por meio de um pensamento subalterno os projetos advindos da modernidade, não estou rejeitando a moderni-

¹¹ Y una señora, que era a presidente de una delegación mexicana, se acercó a mí. Ella quería aplicarme a su manera el lema de la Tribuna del Año Internacional de a Lujer que era “Igualdad, desarrollo y paz”. Y me decía:-Hablaemos de nosotras, señora... Nosotras somos mujer. Mire, señora, olvídense usted de sufrimento de su Pueblo. Por un momento, olvídense de las massacres. Ya hemos hablado bastante de esto. Y ala hemos escuchado bastante. Hablaemos de nosotras... de usted y de mí... de la mujer, pues. (tradução livre).

dade, estou por meio dessa discussão redefinindo o pensamento moderno “rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada” (GROSFOGUEL, 2010, p. 407).

Considerações finais

Como apresentado no decorrer do trabalho **é necessário que se exerça** as práticas teóricas subalternas que surgem da borda, da margem, da fronteira, que possibilitam o barrar das histórias, as teorias e as críticas que hoje caracterizam as práticas acadêmicas cristalizadas. De nossa fronteira Sul, precisamos repensar e reconceitualizar nossos discursos para que nossas histórias locais que emergem da fronteira tornam-se reflexão crítica a partir desse lócus.

A história de Domitila Chungara, assim como a minha, é uma história local. Nossas histórias nascem de experiências e conhecimentos advindos da heterogeneidade presente na América Latina, que leva em conta os diversos contextos presentes nos entre-lugares. Essas histórias locais não podem e não devem ser excluídas pelas histórias globais, que querem impor uma história universal em que a versão do colonizador sempre é a oficial.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/la frontera: the new mestiza*. São Francisco: Aunt Lute Books, 2007.
- DOMINGOS, José Maurício *et al.* (Orgs). *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIGNOLO, Walter. “Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina”. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (Orgs.) *Teorías sin disciplina* (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización em debate). México: Miguel Angel Porrúa, 1998.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.
- NOLASCO, Edgar César. *babelocal: lugares das miúdas culturais*. Campo Grande: Life Editora, 2010.
- NOLASCO, Edgar César. Exterioridade dos Saberes. *Cadernos de Estudos Culturais: NECC 10 anos*, Campo Grande, v. 2, p. 75-100, 2018.
- NOLASCO, Edgar César. *Perto do coração selbaje da crítica fronteriza*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.
- PESSANHA, Juliano Garcia. *Recusa do não lugar*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SZURMUK, Mónica; IRWIN, Robert I. (Col.). *Diccionario de estudios culturales latino-americanos*. México: Siglo XXI Editores; Instituto Mora, 2009.

VIEZZER, Moema. *Si me permiten hablar*. México: Siglo XX, 1999.

NO TE PASES DE LA RAYA: ANTROPOFAGIA CARTOGRÁFICA

Não Ultrapasse a Linha: Antropofagia Cartográfica

Do not Cross the Line: Cartographic Anthropophagy

Kathya Milena Morón Tadic*

Resúmen: Desde la indagación sobre los procesos de contramapeo en los proyectos *Chodoy Lof Mapu* y el *Mapa Waorani*, se levanta un análisis con relación a la apropiación de técnicas y modos de representación cartográficos. A partir de lo anterior se propone la idea de *antropofagia cartográfica*: operación que produce evidencias visuales de otras comprensiones y lógicas territoriales, las cuales se inscriben bajo códigos oficiales en búsqueda de consolidar la reivindicación de sus territorios.

Palabras clave: territorio, cartografía, dispositivo, antropofagia.

Resumo: A partir da investigação sobre os processos de contra-mapeamento nos projetos *Chodoy Lof Mapu* e no *Mapa Waorani*, é feita uma análise em relação à apropriação de técnicas cartográficas e modos de representação. Com base no exposto, propõe-se a ideia da *antropofagia cartográfica*: uma operação que produz evidências visuais de outros entendimentos e lógicas territoriais, que são registradas sob códigos oficiais para consolidar a reivindicação de seus territórios.

Palavras-chave: território, cartografia, dispositivo, antropofagia.

Abstract: From the inquiry on the counter-mapping processes in the *Chodoy Lof Mapu* and the *Waorani Map* projects, an analysis is carried out in relation to the appropriation of cartographic techniques and modes of representation. Based on the above, the idea of *cartographic anthropophagy*

Introducción

El mapa como método cartográfico ha universalizado la forma de representar los territorios definiendo qué es cartografía, qué información puede ser cartografiada y qué queda fuera de esas categorías. Desde allí, ha contribuido en delimitar la manera en la que nos relacionamos con los lugares que se mapean. *Chodoy Lof Mapu* y *Mapa Waorani*, ambos considerados “Cartografía Indígena”, me llaman la atención en primera instancia por el contenido que visualizan y luego, por el agenciamiento de los códigos epistemológicos de la tradición cartográfica convencional.

Chodoy lof mapu ha sido una experiencia autónoma de cartografía en el sur de Chile, realizada durante los años 2004 a 2006 por la comunidad regional mapuche williche *Gobam Logko Pikunwiymapu*, descendientes del antiguo *lof* o territorio ancestral de *Chodoy* con la colaboración de Irene Hirt en calidad de geógrafa, buscando fortalecerse

* Cursando Magister en Arte, Pensamiento y Cultura Latinoamericana, Universidad de Santiago. Diseñadora Gráfica, Universidad de Chile. E-mail: katsmoron@gmail.com.

is proposed: an operation that produces visual evidence of other territorial understandings and logics, which are registered under official codes in order to consolidate the claim of their territories.

Keywords: territory, cartography, dispositive, anthropophagy.



como interlocutores con el estado. En mapuzungun, *mapu-che* significa [gente] *che* [de la tierra] *mapu*, algunos autores definen también *mapu* como *universo* (HIRT, 2009, p.31). En los últimos siglos, han resistido la invasión de sus territorios por parte española y luego por chilenos y argentinos. En el siglo XVIII, ocupaban el territorio indígena de mayor extensión de América del Sur, desde el océano Pacífico –entre Concepción y la isla de Chiloé– hasta el Atlántico –desde el Río de la Plata hasta Río Negro. Desde la oralidad de ancianos, líderes sabios y autoridades tradicionales, se reconstruyó una *cartografía cultural* en respuesta al profundo proceso de desterritorialización que ha modificado sociopolíticamente a sus comunidades. El mapeo se apoyó en los *pewma*, prácticas oníricas que los mapuches valoran como herramienta de construcción de conocimiento, como una fuente de información geográfica y cartográfica, en la que por medio del contacto con los *ngen* y los *newenes*, espíritus o fuerzas protectores de los seres vivientes ~las plantas, ríos, árboles, personas; se confirmó la información que entregaban los participantes. Los *pewma* [sueños] permiten transmitir *kimiün* [conocimiento y sabiduría]. Cualquier persona puede soñar, pero solamente los *epu rume che*, gente con buen *küpal* [linaje] y cuyo destino es asumir funciones sociales, espirituales o políticas (HIRT, 2009, p. 77) tienen la capacidad de tener *pewma* con un significado colectivo [*logko, ngenpin, machi*] (HIRT, 2013, p. 77).

Por su parte, el Mapa Waorani se trazó con la intención de visualizar los recursos y lugares de importancia cultural e histórica dentro del territorio. Esta información se recogió en reuniones participativas y se registró en salidas a terreno, proceso que Alianza Ceibo apoyó de manera técnica empleando drones, cámaras y GPS que facilitaron la geolocalización de los datos levantados, propiedad cultural e intelectual de los waorani. En sus palabras, generaron un *mapa vivo* que marca las zonas en donde se puede encontrar lo necesario para su subsistencia en la amazonia: caminos de cacería, guaridas de animales, hojas para techo o medicina, barro para cerámica, pueblos antiguos, lugares sagrados, lagunas, ríos, hormigueros, saladero de animales, árboles para canoas, árboles de frutas, señal de celular, entre otros; en contraposición al mapa vacío que el gobierno ecuatoriano utiliza desde la oficialidad, donde el llamado *Bloque 22* se considera una de las etapas del plan de extracción petrolera que amenaza la continuidad de la vida de estas personas, de su territorio y su cultura.

Resultados

Durante la indagación encontré múltiples conceptos con los que se inscribía a estos mapas: contra-cartografía; counter-mapping (que traducen como mapeo de resistencia); etnomapeo ambiental; etnocartografía; cartografía crítica; cartografía indígena; cartografía participativa; la geografía humana. Derivas cartográficas, pues mapean elementos disímiles en paralelo a la institucionalidad. El caso de los Waorani se enuncia como un Mapeo Territorial. El caso de *Chodoy lof mapu* se clasifica dentro de Critical Gis o Gis and Society crítico de los Sistemas de Información Geográfica (SIG) que ha buscado democratizar el acceso a esta tecnología y lograr por medio de cartografía participativa el empoderamiento de grupos sociales marginados, en búsqueda de transformar las políticas públicas. Pero este mapeo incluso se considera desde el oficialismo como un PPSIG “ciudadano”, y no “experto”, pues la base metodológica provino de las propuestas de los participantes del mapeo y no de la etnografía a cargo del proyecto. La investigadora pretendía realizar un proceso participativo con el que pudiese dibujar un mapa cultural y político del territorio ancestral, mutando este a un mapeo de reclamo de tierras.

Las tradiciones cartográficas indígenas usualmente son de carácter oral y performativo quedando plasmadas en textil, historia, danza y pintura, entre otros dispositivos. Estos exponen acciones en lugar de generar evidencias escritas, y en donde las plantas, animales, minerales, espíritus no están reducidos a objetos, sino que están en constante interacción con las comunidades. Así mismo, los casos estudiados ponen en valor la relación rizomática de los habitantes con el lugar.

De forma paralela, el oro, el estaño, el caucho, la madera, el agua, la minería, las semillas transgénicas, el fracking y el genocidio cultural entre varios otros, han trazado en los territorios ocupados una historia de explotación y contaminación de los recursos naturales por parte de agentes externos, quienes de manera sostenida han utilizado los mapas como herramienta de apropiación territorial. A pesar de esto, son entendidos en el imaginario social como verdades incuestionables.

La incompatibilidad de estos dos códigos sostiene una disputa de más de quinientos años, en la que desde la institución se ha dado una visión reduccionista acerca del concepto de tierra o territorios ancestrales, reconociendo su competencia agrícola vinculada a su valoración monetaria, y desplazando las dimensiones simbólicas e históricas de quienes habitan ese territorio. Son dos lógicas que se encuentran sin diálogo, una que se expande desde los cuerpos y sus conocimientos ancestrales, y otra desde la imposición de la palabra y la propiedad privada, “la explotación petrolera es lo que da vida a las ciudades del mundo, pero en nuestro territorio la explotación petrolera destruye todo lo que a nosotros nos importa” (extracto presentación waorani, MULDAVIN, 2018).

El territorio está en disputa, es lo que se pugna entre la visión indígena y la visión del estado, la primera sustentando la sociedad en una relación simbiótica con la tierra y la segunda a través del extractivismo y la valoración económica de los territorios. En el diagrama, ambos se encuentran en la base pues son los agentes que implican el territorio (Figura 1). Resaltar que la producción cartográfica indígena está considerada como un proceso participativo mientras que lo que propone el estado se oficializa de manera unilateral, sin argumentos, sin habitar los lugares y obteniendo beneficios.

Figura 1 – Relación Actores-Territorio



Fuente: Elaboración propia (2019)

Dado que la sobrevivencia de dichas comunidades depende de la preservación de sus bosques, se levanta la exigencia de recuperación de tierras en búsqueda de autonomía política y cultural. En el mapeo de Chodoy, la demanda territorial se plantea desde la lucha contra la pobreza y la migración, numerosas familias rurales sobreviven a través de ayuda económica que parientes migrantes envían desde zonas urbanas, situaciones que debilitan la transmisión y continuidad de su cultura entre generaciones. Para los Waorani, el mapa cuestiona la visión jurídica del estado que unifica las necesidades de una totalidad que no los incluye, sino más bien como un estorbo para el desarrollo económico. Así, el mapa propone una respuesta a la insuficiencia de las políticas estatales con relación al reconocimiento y restitución de tierras. El mapa presenta una posibilidad de defender sus derechos dentro del paradigma de negociación de la institucionalidad.

Los proyectos de contramapeo –diseñados, realizados y controlados por los mismos cuerpos que habitan esas tierras– son un buen ejemplo de autonomía puesta en práctica. Esto no implica que en el proceso no puedan participar extranjeros o foráneos, mientras se respete la cultura y sociedad que los acoge. De hecho, en los casos analizados se acepta la presencia de investigadores extranjeros, con la condición de que aporten de manera concreta a las comunidades con las cuales trabajan.

En la carta del Pueblo Waorani (GREEN, p. 16) se enuncia:

En el Parque Nacional Yasuní hay muchos extranjeros que llegan con las estaciones científicas. Hay biólogos, antropólogos y otros científicos, que no nos han beneficiado para nada. Antes nuestro territorio era uno solo. Ahora es parque nacional y territorio Huaorani, todo dividido en bloques. No entendemos todo esto. Queremos manejar todo nuestro territorio. Queremos seguir viviendo como Huaorani.

El siguiente mapa presenta los bloques petroleros sobre el territorio Waorani, se visualiza un trazado cartográfico racional, cuadrado y fraccionador al que se sobrepone la diversidad y especificidad del contenido recopilado por los Waorani, rellenando este espacio vacío que niega su habitar (Figura 2). Se devela lo rizomático de su tejido y ocupación territorial. Al respecto comentan que “de ella aprendemos, allí están nuestros conocimientos, mercado, farmacia y ferretería” (Oswando Nenquimoi en MULDAVIN, 2018).

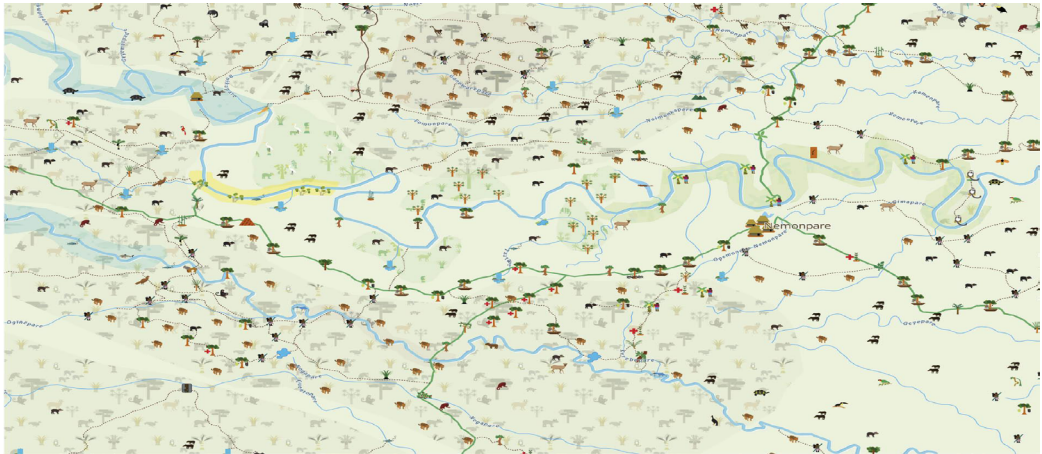
Figura 2 – Mapa Territorio Waorani con Bloques petroleros superpuestos (2018)

Fuente: Alianza Ceibo (2018)

En estos procesos se utiliza el mapa como medio para levantar una demanda territorial teniendo control de lo que se representa (Figura 3). Se sirve de los códigos epistemológicos y de la tradición cartográfica convencional con la intención de que el discurso sea comprensible para los gobiernos (HIRT, 2013, p. 70). Pero aun cuando se ha conseguido contener el despojo de sus recursos naturales y sus territorios, se relata que las autoridades en Ecuador hicieron entrega de títulos para el reconocimiento de Territorio Indígena a lugares reconocidos dentro de la categoría de Parques Nacionales, bajo la cual no se puede explotar petróleo mientras que en territorios indígenas si (GREEN, 2012, p. 50). Acusan además casos de biopiratería y cohecho a los dirigentes, generándose divisiones internas en las comunidades. Para el caso de Chodoy, se advierte la implementación del Plan de Manejo Territorial–instrumento de planificación territorial que diagnostica las necesidades y prioridades de las comunidades indígenas y la gestión y planificación de sus tierras y recursos naturales, a cambio del reconocimiento legal

de sus territorios, luego que en 1993 la Ley indígena N° 19.253 reconociera por primera vez la diversidad étnica y cultural del país, pero sin admitir la existencia de territorios ancestrales indígenas ni la noción de naciones o pueblos indígenas. El consejo esperaba obtener el mandato de este proyecto en Lanco para poder realizarlo desde su punto de vista, imponiendo el concepto territorial de *lof mapu*.

Figura 3 – Acercamiento a Mapa Waorani



Fuente: Alianza Ceibo (2018)

El uso de estas clasificaciones se vuelve ambivalente, pues es una herramienta de empoderamiento político y territorial, pero a la vez de asimilación cultural y técnica. El control de la información cultural generada por este tipo de proyectos es percibida como una “forma de mantener el control sobre la difusión de los conocimientos locales mapuche” (HIRT, 2009, p.91) Por esta razón el mapa fue editado antes de su publicación, extrayéndose las representaciones de aquellas relaciones con seres oníricos y los relatos provenientes de esas prácticas, pues ya comprenden las comunidades la intolerancia de la civilización occidental ante la manifestación de un otro, “la negativa a dejar subsistir aquello que no es idéntico a ella” (CLASTRES, P., “Entre silencio y diálogo” en Pingaud, B. y otros, Lévi-Strauss: estructuralismo y dialéctica, Buenos Aire, Editorial Paidós, 1968). Por esto la necesidad de trazar rayas y conversar con mapas.

Según Peter Herlihy (HIRT, 2009, p.99), en este proceso “se construye un lenguaje intercultural que transforma los conocimientos geográficos contenidos en la tradición oral, textil, onírica, en el paisaje, a formatos gráficos estándares que la mayoría de las sociedades admiten como válidas”.

En el proceso de mapeo se llevaría a cabo una operación antropofágica, que ocupa los recursos cartográficos racionales, asimilándolos, devorándolos, para

hacerlos funcionales a su expresión. La combina con su propia cultura y los transforma en algo completamente suyo, reinscribe la identidad de ese lugar.

Esta operación cartográfica traería otras epistemologías, surgen conceptos como *epistemología del sur* de Boaventura Sousa y lo *ch'ixi* de Silvia Rivera. Figura una crítica al mito oficial del mestizaje, reivindicando las múltiples etnias y culturas que existen y han existido de manera simultánea al imperio occidental. Así, la demanda territorial se fundamenta en la idea de una *ciudadanía territorial*, que como Offen detalla, “intenta redefinir la relación de las personas con el estado y con la nación” (2009, p. 170).

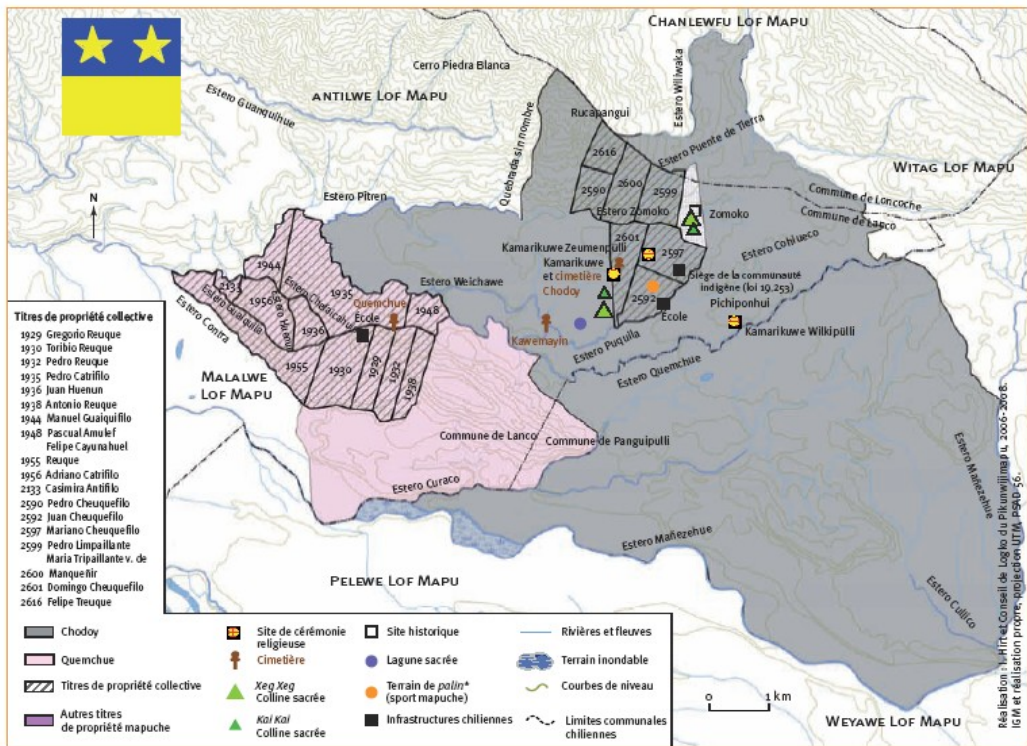
Cuando se desvalida su historia de origen, se desvalida todo aquel que se despliegue bajo esa comprensión del mundo. Y esta división, de lo real o no, no existe de manera autónoma, sino que se construye radicalmente desde la defensa de la verdad única. La universalización ha conceptualizado el mundo desde el ojo occidental, clasificarlo y describirlo para entenderlo y conocerlo, siendo estas categorías un criterio convencional que ha permitido incluir individuos en clases epistemológicas y también sociales. Desde la resistencia, el mapa pareciera ser una herramienta eficiente para reforzar la legitimidad de las reivindicaciones indígenas. Hirt comenta sobre los métodos colaborativos de investigación, en donde se montan paralelamente la información recibida de un sueño, de un GPS, un mapa topográfico, una imagen satelital o una entrevista. “El factor más decisivo a favor de la inclusión de los sueños en el proceso de mapeo fue la participación de varias personas compartiendo una misma visión de su cultura” (HIRT, 2013, p. 78).

Comprender a los habitantes del lugar como sujetos y fuentes de información en contraposición a entenderlos como agentes de estudio, permiten coleccionar saberes culturales específicos que las metodologías positivistas no permitirían. En el caso de Chodoy, el *werkén* [autoridad tradicional mapuche. Cumple funciones de *consejero del mundo* y suele ser el portavoz de su comunidad] comenta que “el territorio tenía primero que estar recuperado por medios simbólicos y mentales como los sueños, y solamente después a nivel material” (conversación con J. Abello, 2006, en HIRT, 2013, p. 78).

Para Hirt (2013), el mapeo de Chodoy (Figura 4) es un ejemplo concreto de construcción intercultural de conocimientos cartográficos y geográficos en donde los sueños se integraron como parte de la metodología de mapeo, lo que permitió reconstituir y trazar el mapa del territorio ancestral, ayudándose con GPS y mapas topográficos, en donde “la diferencia entre un GPS y un sueño es que el primero entrega información cuantitativa y medible acerca de la localización de un lugar, mientras que el segundo provee información cualitativa”. Al respecto, menciona que el GPS no fue nada extraño para los participantes del proyecto, poniendo en

relación el cielo y la tierra, fue percibido por ellos como consistente con su visión holística del mundo y las conexiones con las esferas no terrestres y los seres no humanos.

Figura 4 – Mapa de Chodoy Lof Mapu (2010)



Fuente: La autora, 2019.

En referencia a lo anterior Hirt comenta que “el desarrollo de un SIG y el mapeo del territorio fueron concebidos por el Consejo como una herramienta secundaria para apoyar conceptos y temas mapuche.” (2009, p. 89)

Quienes reclaman territorios lo hacen muchas veces desde alianzas multicomunales, en vez de presentarse como comunidades aisladas, en el caso mapuche esto genera una crisis fundamental con la imposición de los estados-nación, pues cuestiona la frontera cordillerana con la cual han estado divididos arbitrariamente los mapuche, pudiendo imaginarse un pueblo-nación trasandino (HIRT, 2009, p. 87).

Estos procesos cartográficos han promovido la recuperación de la memoria, pues se movilizan en conjunto las diferentes generaciones en este afán de la comunidad de recopilar la sabiduría que contienen sus territorios, reconstruir la historia de la ocupación de estos y explicar desde su perspectiva la relevancia que tienen estas tierras, recobrándose recursos y toponimias (Figuras 5, 6 y 7). La producción

del mapa fue percibida como una posibilidad de evidenciar la memoria oral y colectiva y los derechos ancestrales (MULDAVIN, 2018): “hemos vivido miles de años en nuestro territorio, sin gobierno, sin su protección, lo hemos cuidado. Es nosotros mismos, una forma de pensamiento, una forma de vida”.

Figura 5, 6 y 7 – Proceso de mapeo Waorani



Fuente: Muldavin (2018).

Offen (2009, p. 167) comenta que el levantamiento de mapas indígenas es una de las modalidades políticas más efectivas de los pueblos indígenas y étnicos en

el continente y que dan cuenta de un movimiento panindígena, pues en todo el continente existen fenómenos de resistencia en relación al territorio como derecho colectivo, implicando la urgencia de que se generen cambios legislativos a nivel constitucional como acuerdos internacionales que den garantías, incluyendo el derecho a co-gobernar los territorios en disputa. En esa línea se realizó el Foro Internacional de Mapeo Indígena (2012), instancia en la cual líderes indígenas compartieron experiencias de mapeo, transferencia tecnológica y buscaron financiamiento por parte de ONGs internacionales que apoyan estos procesos facilitando los aparatos tecnológicos como computadores y GPS y propician un discurso en torno a los derechos territoriales, que abarcan derechos humanos y la protección del medio ambiente.

Conclusión

“Nunca fuimos catequizados. Lo que hicimos fue Carnaval”
(ANDRADE, 1928)

La antropofagia cartográfica actúa por la diversidad epistemológica, la autodeterminación de los pueblos indígenas y su derecho a desplegar sus sistemas de conocimiento. Lo anterior pone en crisis la idea de nación, pues registra otro tipo de soberanía que reinscribe fronteras y comprende el mapa como un ejercicio de poder territorial.

Referências

- ANDRADE, O. Manifiesto Antropófago. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, v. 1, 1928.
- GREEN, N. *Asociación de Mujeres Waorani del Ecuador (AMWAE): voz y construcción de un sujeto político en la dinámica del Parque Nacional Yasuní*, 2012.
- HIRT, I. ¿Para qué construir irreversibilidades? La reconstrucción de Chodoy Lof Mapu, una experiencia autónoma de cartografía mapuche en el Sur de Chile. En: CALBUCURA, J.; LE BONNIEC, F. (Eds.) *Territorio y territorialidad en contexto post-colonial Estado de Chile-Nación mapuche*. Santiago: Ñuke Mapuförlaget, 2009. p. 80-106.
- HIRT, I. Mapeando sueños/soñando mapas: entrelazando conocimientos geográficos indígenas y occidentales. *Revista geográfica del Sur*, Concepción, v. 3, n. 1, p. 63-90, 2013.
- MAPEO territorial Waorani. Alianza Ceibo, 2018 [Aplicación web].
- MULDAVIN, J. *The Amazonian tribe defending their land with technology* [video], 2018.
- OFFEN, K. O mapeas o te mapean: mapeo indígena y negro en América Latina. *Tabula Rasa*, Bogotá, v. 10, p. 163-189, 2009.

DO CHURRASCO *GRIEGO* A LA *ARGEN(CHI)NA*: PRÁTICAS COTIDIANAS, CARTOGRAFIAS TRANSFRONTEIRIÇAS

From *Churrasco Griego* to *la Argen(chi)na*: Daily Practices, Cross-Border Cartographies

Del *Churrasco Griego* a *la Argen(chi)na*: Prácticas Cotidianas, Cartografías Transfronterizas

Luiz Felipe Rodrigues*
Dalila Tavares Garcia*

Resumo: A partir de trabalho empírico nas cidades de Puerto Iguazú, Foz do Iguazu e Ciudad del Este, buscaremos discutir os trânsitos e contatos entre alteridades na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, com o objetivo de constatar processos cotidianos de transfronteirização que se expressam em diferentes objetos e ações. A transfronteirização é aqui entendida enquanto um processo, dialógico e conflitivo, que denota a presença das diferenças em permanente negociação, interpretação e ressignificação mútuas que se revelam nas diversas interações que envolvem linguagens, comidas, comércio, hábitos, entre outras práticas cotidianas em que se constroem hibridismos.

Palavras-chave: Fronteira; Cultura; Cartografias; Transfronteirização; Identidade.

Abstract: In order to discuss the transits and contacts between alterities in the Triple Border between Argentina, Brazil and Paraguay, we will build a reflection based in empirical research in the cities of Puerto Iguazú, Foz do Iguazu and Ciudad del Este, with the objective of verifying daily processes of transfrontierization that express themselves in different objects and actions.

Introdução

Foz do Iguazu – Brasil, Puerto Iguazú – Argentina, Ciudad del Este, Hernandarias e Presidente Franco – Paraguay, formam juntas uma aglomeração urbana transfronteiriça, mais conhecida como Tríplice Fronteira. Ali, os rios Paraná e Iguazu marcam os limites entre os três países. E é atravessando esses rios, pelas pontes da Amizade (Brasil/Paraguai) e da Fraternidade (Brasil/Argentina), pela balsa (Argentina/Paraguai) ou por outros meios como botes e canoas, que as gentes dos diferentes lados se cruzam e realizam interações cotidianas que materializam um território que vai se fazendo transfronteiriço entre diálogos e conflitos.

* Graduado em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: luiz.felipe.r@outlook.com.

** Graduada em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: dalila.tavares@hotmail.com.

Transfrontierization is understood here as a dialogic and conflictive process, which denotes the presence of differences in permanent negotiation, interpretation and mutual resignification that are revealed in the various interactions involving languages, food, commerce, habits, among other daily practices in which hybridity is built.

Keywords: Border; Culture; Cartographies; Cross-border; Identity.

Resumen: A partir de trabajo empírico en las ciudades de Puerto Iguazú, Foz do Iguazu y Ciudad del Este, buscaremos discutir los tránsitos y contactos entre alteridades en la Triple Frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay, con el objetivo de verificar procesos diarios de transfronterización que se expresan en diferentes objetos y acciones. La transfronterización es aquí entendida como un proceso, dialógico y conflictivo, que denota la presencia de las diferencias en permanente negociación, interpretación y resignificación mutuas que se revelan en las diversas interacciones que envuelven lenguajes, comidas, comercio, hábitos, entre otras prácticas cotidianas en que se construyen hibridismos.

Palabras clave: Frontera; Cultura; Cartografías; Transfronterización; Identidad.



O aglomerado urbano transfronteiriço formado por essas cidades possui uma população de aproximadamente 800 mil habitantes (RODRIGUES, 2016, p. 43). De acordo com Carneiro (2016, p. 66) com referência à Reitel (2006), uma aglomeração urbana pode ser considerada como transfronteiriça quando se distribui sobre o limite internacional ocupando o território de mais de um Estado. Assim, constitui uma zona de contato em que coexistem concorrências e complementaridades nas diversas situações interativas (MOURA e CARDOSO, 2016, p. 206), caracterizando-se pela interdependência (CARNEIRO, 2016).

As diversas situações interativas envolvem diferentes signos, símbolos e informações provenientes dos contextos locais e globais devido a circulação ampliada de bens, capitais, pessoas e informações que marca o estágio de globalização atual. Para Hall (2006, p. 87), a globalização "... tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas". Desse modo, para Anthony McGrew (1992):

A "globalização" se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo,

tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado (*apud* HALL, 2006, p. 67).

Os diferentes elementos envolvidos nesses processos acabam se misturando nas práticas cotidianas dos sujeitos, ganhando novas formas e expressões. Com isso, podemos apontar a ideia de que “a fronteira se manifesta no debate entre globalização e cultura como um espaço de mediação das relações sociais entre o Eu e o Outro, um meio de comunicação e de construção de novas identidades/ territorialidades” (MONDARDO, 2018, p. 66). Tais situações nos revelam limites difusos pelas multiplicidades que circulam e se conectam, dando origem a novas situações e discursos que demonstram a condição aberta e móvel das identidades, e essas situações intersticiais produzidas pelos contatos podem ser consideradas como entre-lugares (HANCIAU, 2005, p. 125-127). Desse modo, podemos apontar que as fronteiras “antes de serem marcos físicos ou naturais, são, sobretudo, simbólicas” (PESAVENTO, 2002, p. 35).

Os entre-lugares surgem dos deslocamentos e dos encontros que constroem identidades híbridas a partir da coexistência de “opostos” que se relacionam em um processo que envolve tensões, enraizamentos e errâncias (HANCIAU, 2005, p. 129). Com isso:

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado (HALL, 2006, p. 88).

Esses cruzamentos e combinações podem ser entendidos a partir da noção de hibridação. Conforme Canclini, a noção de hibridação designa “... processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas (CLANCLINI, 2003, p. XIX)”. Para ele, “... a hibridação surge da criatividade individual e coletiva”. Os processos de hibridização, transculturação e antropofagização “... propõem, de um lado, a “integração”, o diálogo e a abertura pelas mesclas culturais e, de outro, as tensões, os choques e os conflitos entre diferentes e por vezes divergentes culturas” (MONDARDO, 2018, p. 58).

Nessa perspectiva, podemos apontar que “... as fronteiras são, sobretudo, culturais, ou seja, são construções de sentido, fazendo parte do jogo social de representações que estabelece classificações, hierarquias e limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo” (PESAVENTO, 2002, p. 35-36), e com isso:

[...] induzem a pensar na passagem, na comunicação, no diálogo e no intercâmbio. Figurando um trânsito não apenas de lugar, mas também de situações ou época, assim como de população, esta dimensão aponta para uma nova reflexão: a de que, pelo contato e permeabilidade, a fronteira é, sobretudo, híbrida e mestiça. (PESAVENTO, 2002, p. 36).

Nesse sentido, buscaremos neste trabalho demonstrar esse processo em situações empíricas que nos deparamos em trabalho de campo nas cidades aqui tratadas. O trabalho de campo envolveu o andar por alguns lugares da Tríplice Fronteira, em que realizamos observações, escutas e registros fotográficos de expressões que nos revelaram trânsitos culturais entre fronteiras. Buscaremos discutir essas situações a partir de elementos de dois registros fotográficos que consideramos pertinentes para a proposta de discussão, buscando apontar algumas reflexões da reprodução da cultura entre fronteiras e seus imaginários em situações cotidianas.

Toda a gama de materialidades e imaterialidades humanas que envolvem as situações cotidianas é capaz de revelar a teia de relações socioespaciais por trás delas. Nesse sentido, trata-se de uma estética das relações que nos possibilita leituras por diversas perspectivas das mesmas. Atentando-se ao conteúdo socioespacial das materialidades e imaterialidades dos lugares, estas se constituem como cartografias das relações que os produzem. Nas cidades de fronteira das quais estamos falando, por exemplo, as relações transfronteiriças se expressam através de empréstimos linguísticos, hábitos culinários, comidas, objetos, músicas, fachadas de comércios e uma série de costumes rotineiros das pessoas e entre pessoas. Tratamos esse conjunto de objetos e ações como cartografias da fronteira que manifestam processos de transfronteirização e o caráter multiescalar da fronteira na conjuntura atual da globalização.

O ambular da cultura entre fronteiras nas práticas cotidianas

A imagem 1 foi realizada em uma das ruas mais movimentadas do microcentro de Ciudad del Este. O microcentro é uma área especial da cidade em que se concentram shoppings e demais estabelecimentos comerciais especializados na comercialização de mercadorias importadas, sobretudo, *Made in China* (RABOSSI, 2004; CARNEIRO, 2016). O comércio nessa área é majoritariamente movimentado por compradores brasileiros que buscam adquirir mercadorias diversas por preços menores comparados aos encontrados no Brasil. Isso acontece porque o governo paraguaio concede vantagens para este comércio, não cobrando taxas aduaneiras para a importação de mercadorias (CARNEIRO, 2016, p. 185-189).

Imagem 1 – Situação cotidiana registrada no microcentro de Ciudad del Este – Paraguai



Fonte: Registro nosso, 2018.

O primeiro elemento que podemos destacar na fotografia é o ato de um sujeito que está com boné verde atrás do caminhãozinho de churrasco grego com uma guampa na mão tomando tereré. O tereré é uma bebida em que se toma água gelada com erva-mate e outras ervas. Destacamos o tereré pelo fato de que no Paraguai, é considerado um dos principais símbolos da identidade paraguaia. Essa bebida é também muito consumida na província de *Misiones* na Argentina, e no estado de Mato Grosso do Sul no Brasil, sendo em algumas situações, elemento de disputa simbólica pautada na ideia de nacionalidade. Uma das disputas que podemos mencionar é o fato de alguns meios midiáticos do Paraguai acusarem os brasileiros de se apropriarem do tereré, da sopa paraguaia e do pucheiro quando a cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul, declarou a sopa paraguaia e o tereré como

patrimônios culturais da cidade¹. Conforme Leitão e Pinheiro-Machado (2010, p. 243), nesses processos identitários que envolvem disputas por reconhecimento e políticas de patrimônio:

[...] podemos perceber que as coisas (objetos móveis e imóveis) participam ativamente na estruturação dos pertencimentos e no trabalho sobre a memória. É, entretanto, a noção de que os traços (ou objetos) representativos poderão ser variáveis e relativos, escolhidos de acordo com o contexto vivido, o que permite que também os objetos cotidianos, não-oficiais, usados no dia-a-dia, possam ser eficazes “fazedores de memória e identidade (LEITÃO e PINHEIRO-MACHADO, 2010, p. 243).

No entanto, o tereré tem sua origem com o povo guarani, que apesar de ter uma forte presença na formação da sociedade paraguaia de forma marginalizada² (SEIFERHELD, 2011), também está presente no Brasil e na Argentina. Nesse sentido, podemos compreender que essas construções e disputas simbólicas entre fronteiras são produzidas geohistoricamente a partir de relações assimétricas de poder. Desse modo, “as fronteiras são fluxos, mas também obstáculos, misturas e separações, integrações e conflitos, domínios e subordinações. Elas representam espaços de poder e de conflitos variados” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 235). Para Mondardo (2018, p. 56), a fronteira “é o lugar da descoberta do Outro, do encontro, do conflito e do desencontro de territorialidades, de visões de mundo que a tornam o limite do humano”.

Outro elemento que nos chamou a atenção na fotografia é o veículo com o anúncio “CHURRASCO GRIEGO”. O churrasco é uma palavra utilizada pelos brasileiros para caracterizar a carne assada na grelha ou no espeto. O “griego”, por sua vez, está escrito na língua espanhola (língua oficial do Paraguai, juntamente com o guarani), e remete à Grécia. Porém, esse tipo de churrasco pode ter surgido no Império Turco-Otomano por volta de 1.300 a.C, e com a guerra Greco-Turca entre os séculos XIX e XX, os gregos ortodoxos e armênios foram expulsos da Grécia, momento em que o governo Otomano em Istambul decidiu receber os refugiados, e assim, fomentando trocas culturais³. Como aponta Rabossi (2004, p. 127), o churrasco grego, que também é chamado de *kebab*, *shawarma*, e outras variantes nas cidades da Tríplice Fronteira, é um elemento interessante para anali-

¹ Uma das reportagens que apontaram esse conflito pode ser verificada num vídeo produzido pelo canal paraguaio SNT no seguinte endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?time_continue=14&v=OkXnezXWI6I.

² Para saber mais a respeito ver: SEIFERHELD, David Velázquez. Reparar el pasado. In: **Paraguay: Ideas, Representaciones & Imaginarios**. Primera Edición. Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, diciembre de 2011.

³ As informações foram retiradas do seguinte endereço eletrônico: <https://tudoparachurrasco.com/churrasco-grego/>.

sarmos a dinâmica de alguns fluxos culturais, já que estes também se manifestam nos hábitos alimentares e nos sabores.

Na fotografia, podemos verificar a presença de um vendedor ambulante. Os vendedores ambulantes na fronteira se deslocam entre as cidades comprando e comercializando mercadorias e produtos variados, desde os mais atrelados ao contexto local como a chipa, o alho (ainda que este seja majoritariamente importado da China e da Argentina) e o feijão, como também diversos artigos *Made in China*. Por sua vez, esses objetos são impregnados de significações socialmente construídas e atreladas às diferentes culturas.

O alho e o feijão, por exemplo, são constantemente relacionados no imaginário à gastronomia e cultura brasileira, assim como a chipa à gastronomia e cultura paraguaia. As mercadorias *Made in China*, por outro lado, também podem nos revelar o impacto da globalização econômica e como os fluxos globais se materializam nos contextos locais, combinando-se com os saberes/fazeres do lugar, e assim, podendo adquirir novas significações.

Portanto, podemos refletir que as trocas culturais modificam as coisas ao longo de suas trajetórias espaço-temporais. Para Lasmar (2001), a circulação por diferentes regimes de valor, espaço, e tempo, fazem com que as coisas adquiram uma história e uma experiência ao receber e transmitir significações sociais, sendo assim, marcados pelas pessoas e grupos envolvidos em sua circulação. Nesse sentido, os objetos, os corpos, as falas, os costumes, os alimentos etc., podem ser considerados territórios, pois, impregnados relacionalmente de conteúdo temporal/espaçial, são verdadeiras geografias portáteis (MARQUEZ, 2009).

Marquez (2009) nos apresenta a noção de “geografias portáteis” para pensarmos os objetos, pois através deles, podem apresentar-se cartografias sensíveis que são construídas a partir das relações subjetivas e performatividade cotidianas da sociedade. Assim, “o social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais [...]” (WOODWARD, 2009, p. 14).

Por estarem em contato um com os outros em interações que pressupõem fronteiras, podemos considerar tais elementos como transfronteiricidades, pois ao se cruzarem em diálogos e tensionamentos, transmitem e recebem informações, adquirindo um caráter transfronteiriço que também alimenta os imaginários entre as alteridades (RODRIGUES, 2016; 2019). Lopes (2014) traz a palavra transfronteiricidade para identificar processos de formação identitária que se dão além das fronteiras nacionais, promovendo a construção de uma “nação” com raízes

sócio-culturais próprias construídas a partir de identificações de ambiente, hábitos, atividades, atitudes e autorreconhecimentos (LOPES, 2014, p. 7).

Numa perspectiva geográfica, buscamos utilizar o termo transfronteiricidade para identificar objetos, práticas e subjetividades que envolvem interações entre fronteiras, constituindo imaginários, situações e territorialidades transfronteiriças, expressando seus diálogos e conflitos (RODRIGUES, 2016; 2019). Em diálogo com a noção de “geografias portáteis”, trata-se de pensar as transfronteiricidades como mediadoras num processo de “indagação, tradução e imaginação do espaço” (MARQUEZ, 2009, p. 19). Assim, as “representações, imagens e significados, correlatos às materialidades fronteiriças, dão suportes e ao mesmo tempo são suportados como produções morais, éticas, estéticas e performativas” (GOETTERT, 2013, p. 750). Portanto, “dar lugar aos objetos pode ser um caminho rico, especialmente se atentarmos para as relações que os sujeitos tecem com eles, procurando perceber como atuam, que valores, sentidos e práticas guardam, produzem e reproduzem” (LEITÃO e PINHEIRO-MACHADO, 2010, p. 244).

A presença e as práticas corporais das trabalhadoras e trabalhadores ambulantes que atravessam de um lado ao outro da fronteira também reproduzem imaginários culturais. Um exemplo que podemos apontar é que a maior parte dos ambulantes que encontramos nas cidades da Tríplice Fronteira é de nacionalidade paraguaia. Alguns vendem suas mercadorias no lado brasileiro, e por meio dos anúncios que fazem com suas vozes em “portunhol”, pelas vestimentas (alguns vestem camisetas de times de futebol paraguaio), e por traços étnicos, movimentam e negociam significações construídas socialmente, já que são elementos marcados por imaginários produzidos culturalmente. E os corpos são agentes desse processo de reprodução da cultura e das identidades, pois:

O tamanho, a forma, a saúde, a aparência, a vestimenta, o comportamento, a sexualidade e as práticas sexuais afetam como nós interpretamos e somos interpretados pelos outros como sustentam Johnston e Longhurst (2010). Assim, os corpos não são algo natural, dado e universal, mas formas materiais que adquirem sentido no tempo e no espaço (SILVA; ORNAT, 2016, p. 62).

Globalização *Made in China*: múltiplas escalas de uma fronteira

A imagem 2 nos apresenta uma situação de hibridação de signos, marcada por uma característica da globalização econômica atual, que é a difusão de mercadorias *Made in China*, e que também reflete a imigração chinesa nas cidades da Tríplice Fronteira. O estabelecimento que podemos ver no registro fotográfico faz uma “brincadeira” transformando a palavra Argentina em “*ArgenChina*”, expressando

uma “mistura” advinda de um contato produzido entre-fronteiras por diferentes fluxos envolvendo pessoas, mercadorias, nacionalidades e culturas.

Imagem 2 – Estabelecimento comercial em Puerto Iguazú – Argentina



Fonte: Registro nosso, 2018.

A pujança do comércio praticado na fronteira, sobretudo, entre Brasil e Paraguai, tem sido há muito tempo abastecida por mercadorias fabricadas pela China. A explosão de vendas de mercadorias importadas em Ciudad del Este, sobretudo, na década de 1990 e para consumidores de nacionalidade brasileira, está relacionada com a industrialização e a abertura econômica da China a partir de 1978 em que o país, passou a criar Zonas Econômicas Especiais voltadas à produção de cópias e mercadorias baratas em massa para exportação (PINHEIRO-MACHADO, 2012, p. 260; 2011, p. 100-101). Esse fenômeno de industrialização acelerada deu impulso para uma onda de diáspora chinesa entre as décadas de 1980 e 1990, tendo Ciudad del Este no Paraguai como um dos destinos, já que a inauguração da Ponte da Amizade (1975) ligando Brasil e Paraguai constituía um

ambiente propício para o desenvolvimento do comércio (PINHEIRO-MACHADO, 2012, p. 261; 276).

A partir dos anos 2000, o governo brasileiro realizou ações públicas na tentativa de coibir esse comércio, por conta da pressão internacional frente ao comércio informal e à pirataria, o que acarretou numa diminuição de até 80% no lucro desse comércio, levando muitos estabelecimentos em Ciudad del Este fecharem as portas e a saída de muitos imigrantes chineses, taiwaneses e árabes da cidade (PINHEIRO-MACHADO, 2012, p. 262; 276).

O comércio de muambas a partir do Paraguai tipifica a força do fenômeno China a partir de circuitos de bens e pessoas que geram trabalho e renda em setores periféricos (PINHEIRO-MACHADO, 2008a, p. 2-3). A informalidade e a transnacionalização são duas características desse mercado pautado na larga-escala de produção, exportação e distribuição por causa da valorização da quantidade e do preço baixo, produzindo uma vasta cadeia de empregos informais na China, no Paraguai e no Brasil (PINHEIRO-MACHADO, 2008b, p. 120).

O mundo hoje é “made in China”. Da mais simples e banal a mais complexa materialidade da nossa vida cotidiana, de um lápis a um smart-phone, da infinidade de objetos de plástico que enchem as lojas de ‘R\$ 1,99’ a objetos de consumo de luxo, passando por toda classe de eletrônicos, ferramentas, louças, têxteis, roupas, sapatos, brinquedos, até materiais de construção, produtos químicos, agrotóxicos, etc., grande parte do mundo que nos rodeia é fabricado na China (MORENO, 2015, p. 11).

A partir da existência do “*Kiosko Argenchina*” pode-se perceber o modo “... como bens em movimento unem diferentes tipos de pessoas de países e etnias diferenciadas”, desvelando uma cadeia de relações humanas ao longo do processo (LEITÃO e PINHEIRO-MACHADO, 2010, p. 240). Ao aprofundarmos o olhar a partir do estabelecimento que encontramos fazendo referência a uma relação Argentina-China, podemos adentrar em uma das várias conexões que ultrapassam a escala local da Tríplice Fronteira, atingindo uma escala global.

Nesse sentido, é necessário considerar que há múltiplas fronteiras em diferentes escalas e diferentes dimensões em uma fronteira “local” dada por limites entre diferentes países. Atualmente, com o alcance global de variados fluxos humanos (econômicos, sociais, informacionais, etc.), a fronteira e seus processos de fronteirização são atravessados por processos multiescalares. Segundo Sassen (2010, p. 17-19), os processos e as formações globais estão desestabilizando a hierarquia escalar centrada no Estado nacional, e estes, são multiescalares e fazem que o local também adquira um caráter multiescalar. Sendo assim, “é um sistema multiescalar que opera entre escalas” (p. 20).

Os elementos expressados nas corporalidades dos sujeitos, nos objetos e demais manifestações que se mostram no cotidiano, conformam “um mundo paralelo de sinais que guiam o olhar e a apreciação, por intermédio dos quais os homens e as mulheres percebem e qualificam a si mesmos, o corpo social, o espaço e o próprio tempo” (HANCIAU, 2005, p. 136). Conforme Goettert (2013, p. 749), “representa-se, imagina-se e significa-se o “outro” como parte de uma certa condição ontológica de sujeitos de identidade, sempre marcada e marcadora de diferenças”.

Longe de ser fixa, conforme Sahlins (2011, p. 7), a cultura é historicamente produzida e alterada a partir da ação, já que os sujeitos repensam criativamente os esquemas convencionais, dando sentido aos objetos a partir de suas próprias compreensões de mundo. Dessa forma “os homens em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos” (SAHLINS, 2011, p. 9).

Com isso, refletimos que pela ação criativa e cotidiana dos sujeitos, a cultura é colocada em movimento. E o nosso desafio é analisá-la em movimento (HANCIAU, 2005, p. 126). Nisso, podemos concordar com Clifford (2000), quando coloca que ao analisar as multiplicidades é possível compreender que as culturas são viajantes. Esse processo, que envolve as diferentes identidades, nos exige entendê-las como abertas, relacionais, situacionais, móveis e instáveis, sendo reelaboradas e contrastadas com as outras em seus confrontos nas diversas situações sociais (ALBUQUERQUE, 2010, p. 235).

Considerações finais

Assim, procuramos demonstrar brevemente alguns elementos desses trânsitos culturais que se expressam nas situações cotidianas das cidades de fronteira aqui tratadas. Por meio dos registros fotográficos que trouxemos, podemos verificar de que forma alguns signos se misturam e se contrastam a partir das práticas dos sujeitos, que ao se territorializarem, dão lugar a outras expressões que se apresentam muitas vezes de maneiras sutis, dando a cada lugar, suas singularidades.

É a partir das práticas cotidianas das pessoas que essas diferentes significações são colocadas em contato e transformação, produzindo entre-lugares que vão tecendo um processo de transfronteirização, que com o advento da conjuntura da globalização atual, deve ser entendida como um processo que acontece num sistema multiescalar.

Através do presente artigo, também buscamos propor um olhar ampliado nos estudos fronteiriços elucidando a importância de atentar-se aos objetos e ações nas situações cotidianas, bem como, às relações presentes ao longo dos processos que envolvem tais objetos e ações, já que, podem revelar os conflitos, os diálogos e as múltiplas escalas da reprodução da fronteira.

Agradecimentos

Agradecemos a CAPES pela bolsa de demanda social.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2. ed. São Paulo: EDUAP, 2003.
- CARNEIRO, Camilo Pereira. *Fronteiras irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata*. Porto Alegre: Editora Ideograf, 2016.
- CLIFFORD, James. Culturas viajantes. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papius, 2000. p. 50-79.
- GOETTERT, Jones Dari. A fronteira como dispositivo de poder, de controle e de identidade (considerações iniciais). *Geografia em questão*, Marechal Cândido Rondon, v. 4, n. 2, p. 56-71, 2011.
- GOETTERT, Jones Dari. Fronteiras na fronteira: falas atravessadas entre Brasil e Paraguai. *Revista Geomorte*, Manaus, v. 7, n. 1, p. 748-766, 2013.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HANCIAU, Núbia. Entre-lugar. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.) *Conceitos de Literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, p.125-142, 2005.
- LASMAR, Jorge Mascarenhas. O fluxo de arte e as relações internacionais: narrativa, circulação e identidade nacional. *Fronteira*, Belo Horizonte, v.1, n. 1, p. 83-102, nov. 2001.
- LEITÃO, Débora Krischke; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Tratar as coisas como fatos sociais: metamorfoses nos estudos sobre cultura material. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 15, n. 2, p. 231-247, 2010.
- LOPES, Cicero Galeno. Transfronteiricidade na cultura pampiana. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL BIOMA PAMPA: valores biológicos, culturais e econômicos - Conferência "Pampa, espaço transfronteiriço", 2014, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2014.
- MARQUEZ, Renata. *Geografias portáteis: arte e conhecimento espacial*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- MONDARDO, Marcos. *Territórios de trânsito: dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e "gaúchos" à produção de multi/transterritorialidades na fronteira*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MORENO, Camila. *O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

- MOURA, Rosa; CARDOSO, Nelson Ari. Mobilidade transfronteiriça: entre o diverso e o efêmero. In: BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; LINKE, Clarisse Cunha (Orgs.). *Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano*. Brasília: IPEA: ITDP, 2016. p. 205-222.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais: Brasil-Uruguaí-Argentina*. Cotia: Ateliê Editorial, 2002. p. 35-39.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Mercados periféricos na ordem do capitalismo global: a rota China-Paraguai-Brasil. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. *Anais [...]*. Brasília: RBAs, 2008a.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. *Revista brasileira de ciências sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 117-133, 2008b.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Fazendo guanxi: dádivas, etiquetas e emoções na economia da China pós-Mao. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-130, 2011.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. A Diáspora Chinesa na Fronteira Brasil/Paraguai: Fluxos Globais e Dinâmicas Locais de um Processo Migratório em Transformação. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo *et al.* (Org.). *Migrações: Implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 257-278.
- RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- RODRIGUES, Luiz Felipe. “Olha o alho!” A cidade de fronteira nos passos do sujeito. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia - Bacharelado) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.
- RODRIGUES, Luiz Felipe. “Alho, patrona?”: Cartografias da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguay entre gentes ambulantes. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- SASSEN, Saskia. Elementos da sociologia da globalização. In: SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 15-41.
- SEIFERHELD, David Velázquez. Reparar el pasado. In: VALINOTTI, Ana Barreto *et al.* *Paraguay: Ideas, Representaciones & Imaginarios*. Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2011. p. 175-187.
- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. In: PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; HENDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da (Orgs.). *Plurilocalidades dos sujeitos: representações e ações no território*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-72.

PUBLICAÇÕES SOBRE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS NO BRASIL DE 2000 A 2018: UM ESTUDO SOBRE PRINCIPAIS PERIÓDICOS E TEMÁTICAS

Publications on Border Studies in Brazil from 2000 to 2018: a Study on Main Periodics and Themes

Publicaciones sobre Estudios Fronterizos en Brasil 2000 a 2018: un Estudio Sobre Principales Temáticas y Periódicos

Vithor Amaral Prestes*
Débora Mendes Pizzio**
Rafael Port da Rocha***

Resumo: O objetivo central é caracterizar a publicação sobre Estudos Fronteiriços em periódicos, dando destaque para a diversidade de temas abordados. Extraiu-se dados bibliográficos de publicações da base de dados do Unbral Fronteiras, que possibilitaram a análise dos periódicos publicados e das palavras-chave pertencentes a temática Fronteira. Os artigos analisados pertencem à cinco periódicos: Revista Geopantanal, Geographia (UFF), Confins (Paris), Tempo da Ciência e Boletim Gaúcho de Geografia. Observou-se que alguns assuntos que apresentam maior frequência estão presentes em todas as revistas examinadas, como é o caso das palavras-chave "Brasil", "Território" e "Identidade", enquanto outros concentram-se em um periódico específico.

Palavras-chave: Estudos Fronteiriços; território; cultura; educação; identidade; Amazônia; bibliometria.

Abstract: The main objective is to characterize the journals publication on Border Studies,

Introdução

O presente artigo faz parte do projeto de pesquisa Unbral Fronteiras, que visa aumentar a visibilidade e o acesso à produção acadêmica de Estudos Fronteiriços, por meio da organização e disponibilização de registros bibliográficos de artigos, teses, dissertações e monografias das universidades brasileiras em uma base de dados virtual. A base de dados do Unbral Fronteiras é construído sobre princípios de acesso aberto à informação, facilitando revisões bibliográficas e é desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem parceria com o Ministério da Integração Nacional, através de um

* Graduando em Geografia - Bacharelado (UFRGS), atualmente é bolsista de iniciação científica no projeto Unbral Fronteiras - Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Fronteiras e Limites.

** Graduanda em Geografia - Bacharelado (UFRGS), atualmente é bolsista de iniciação científica no projeto Unbral Fronteiras - Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Fronteiras e Limites.

*** Doutor em Ciências da Computação (UFRGS). Atualmente é professor associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

highlighting the diversity of themes. Extractions of bibliographic data in Unbral Fronteiras Portal allowed the analysis of the journals and keywords belonging to the Border thematic. The articles belong to five journals: Revista Geopantanal, Geographia (UFF), Confins (Paris), Tempo da Ciência and Boletim Gaúcho de Geografia. It was observed that some subjects are present in all journals examined, such as the keywords “Brasil”, “Território” (territory) and “Identidade” (identity), while others appear on a specific journal.

Keywords: Border Studies; territory; culture; education; identity; Amazon; bibliometric analysis.

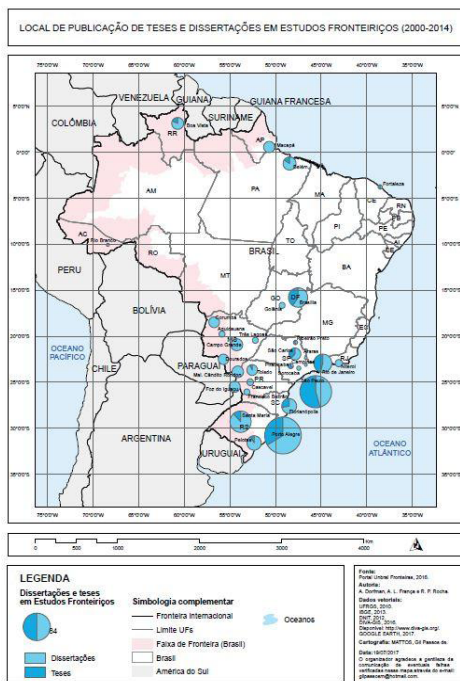
Resumen: El objetivo principal es caracterizar la publicación sobre Estudios Fronterizos en revistas, destacando la diversidad de temas. Examinó datos bibliográficos de publicaciones de la base de datos de Unbral Fronteiras, que permitieron el análisis de revistas publicadas y palabras clave pertenecientes a los Estudios Fronterizos. Los artículos analizados pertenecen a cinco revistas: Revista Geopantanal, Geographia (UFF), Confins (Paris), Tempo da Ciência y Boletim Gaúcho de Geografia. Se observó que algunos temas que son más frecuentes están presentes en todas las revistas examinadas, como las palabras clave “Brasil”, “Território” (territorio) e “Identidade” (identidad), mientras que otros ocurren en una revista específica.

Palabras clave: Estudios Fronterizos; territorio; cultura; educación; identidad; Amazonia; bibliometría.

acordo de cooperação assinado no final de 2013, com diferentes institutos de pesquisa no Brasil.

Por exemplo, dentre os muitos produtos realizados a partir dos registros bibliográficos da base de dados Unbral Fronteiras está o seguinte mapa, que apresenta quantitativamente os locais onde são publicadas, no Brasil, as teses e dissertações na temática Estudos Fronteirizos.

Figura 1 – Locais de publicação de teses (2000-2014) classificadas no Portal Unbral Fronteiras (2016)



Fonte: Anais Unbral Fronteiras 2017. Dorfman, França & Rocha (2017).

A base de dados sobre bibliografia em Estudos Fronteirizos iniciou com a construção da coleção de produções acadêmicas (teses e dissertações), do

período de 2000 a 2015. Em 2018, o projeto passou também a coletar artigos dos periódicos mais relevantes da área de Estudos de Fronteiras no Brasil, bem como disponibilizar os registros bibliográficos desses periódicos na base de dados do portal digital Unbral Fronteiras.

Esse artigo investiga as publicações com a temática Estudos Fronteiriços em periódicos, a partir dos dados bibliográficos da base de dados do Unbral Fronteiras. Apresenta os cinco principais periódicos identificados como mais relevantes para a comunidade que desenvolve Estudos Fronteiriços. Analisa a quantidade de artigos produzidos por ano e por periódico; os assuntos mais abordados pelos artigos; o comportamento desses assuntos em cada periódico; e a ocorrência desses assuntos ao longo do tempo.

O artigo está estruturado da seguinte forma. A seção a seguir apresenta os cinco periódicos em questão, assim como os procedimentos metodológicos para a identificação dos periódicos e seleção, preparação e carga das referências dos artigos. A seção 3 apresenta os procedimentos metodológicos e de extração dos Dados da base de dados Unbral, para o Estudo, cujos resultados são apresentados na seção 4. Conclusões e trabalhos futuros são apresentados na seção 5.

O artigo em questão possui natureza de pesquisa quantitativa, utilizando as frequências de dados (artigos, assuntos e periódicos) para realizar inferências de análise bibliométrica.

Base de Dados de Publicações em Estudos Fronteiriços

Os artigos analisados nesse estudo foram adicionados à base de dados Unbral dos seguintes procedimentos: identificação dos periódicos relevantes, elaboração dos critérios de seleção dos artigos relevantes em cada periódico, extração dos dados bibliográficos de cada artigo, preparação e importação dos dados na base de dados Unbral Fronteiras.

A identificação dos periódicos relevantes foi realizada através de uma análise das respostas de um questionário aplicado em 2018, que trazia a frequência de citação das revistas por pesquisadores na área. O questionário foi elaborado pela equipe do projeto Unbral Fronteiras, coordenado pela professora Adriana Dorfman. Ele foi dividido nas seguintes seções: periódicos em que o entrevistado publicou artigos, periódicos utilizados na pesquisa (fontes de leitura), caracterização do entrevistado e sugestões sobre a necessidade de uma revista especializada em Estudos de Fronteiras. A metodologia para elaboração do questionário consistiu na seleção de 419 pesquisadores da área de Estudos Fronteiriços, onde

fora obtida uma amostragem de 100 respondentes. A seleção dos periódicos foi baseada na observação da frequência de citações dentro do questionário, estudo previamente realizado por Prestes (2018).

Cinco periódicos foram selecionados: Revista Geopantanal, Confins (Paris), Boletim Gaúcho de Geografia, Tempo da Ciência e Geographia. Após a identificação de cada periódico, foram estabelecidos critérios para selecionar, em cada periódico, os artigos relevantes em Estudos Fronteiriços, cujos registros bibliográficos foram então extraídos e adicionados à base de dados do Unbral Fronteiras. Os critérios usados para seleção dos artigos foram os resultados de um questionário produzido em 2014. A equipe do Unbral Fronteiras realizou um questionário para pesquisadores dos Estudos Fronteiriços, com a finalidade de entender o objeto científico ‘fronteira’, e suas limitações. O termo fronteira é muito amplo e multidisciplinar, o que gerava dúvida sobre quais textos eram ou não incluídos na temática.

Figura 2 – Temas centrais e periféricos do estudo das fronteiras no Brasil, a partir dos resultados do questionário (2014)



Fonte: Anais Unbral Fronteiras 2015. Dorfman e França (2016).

Nota-se o quanto a pesquisa em Estudos Fronteiriços aborda diversos assuntos, como questões étnicas e culturais, aspectos físicos e históricos, frentes pioneiras etc. O objeto de estudo “fronteira” engloba profissionais de áreas distintas, sendo uma temática interdisciplinar. A interdisciplinaridade integra inúmeras análises e metodologias, resultando em Estudos Fronteiriços sob diferentes concepções e perspectivas.

A extração, a preparação e a inclusão na base de dados dos registros bibliográficos de cada periódico ocorreu da seguinte forma: Os registros bibliográficos foram extraídos e inseridos em planilhas, que foram organizadas para a coleta de

artigos, uma para cada periódico. Cada planilha contava com colunas que traziam informações adicionais, retiradas diretamente da fonte original destes artigos, que seriam posteriormente incluídas na base de dados do Unbral Fronteiras. A seguir, esses dados foram preparados, com a correção e uniformização de nomes de autores, títulos, assuntos etc. Por último, os dados foram adicionados à base de dados a partir do recurso de importação de registros bibliográficos de planilhas.

Algumas informações contidas nas planilhas de artigos eram, como podemos observar na figura 3, palavras-chave, local de publicação, tópico espacial, abrangência e outros.

Figura 3 – Recorte da planilha para coleta de artigos da revista Confins (Paris)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
1	TÍTULO	AUTOR	DESCRIÇÃO	IDENTIFICAD	ASSUNTO	FONTE	ANO	TIPO	IDIOMA	FORMATO	LOCAL DE PUB	TÓPICO TEMP	ISSN	Abrangência
2	A fluidez de	EUZÉBIC	As fronteiras têm	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1304062	Amazônia * fronteira * cidades gêmeas *	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 21	2014	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA1304062
3	A fronteira	SILVA, Gi	O artigo analisa	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	fluidez territorial	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 07	2009	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA1600105
4	A região	trá RÜCKER	Este relato apres	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	Cooperaçã	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 16	2012	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	FRA * ALE
5	Agricultura	FREDER	O artigo analisa	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	agricultura	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 17	2013	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA
6	Amazônia	SILVA, Ri	O avanço do agr	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	Globalizaçã	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 23	2015	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA11
7	De frontie	COY, Mai	Se existe uma re	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	Fronteira *	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 30	2017	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA41 * BRA
8	Desenvolv	SILVA, Gi	O presente artigo	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	desenvolvin	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 17	2013	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA1600501
9	Desenvolv	OLIVEIRA	No âmbito da co	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	Amazônia E	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 10	2010	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA51
10	Dinâmica	e THALÉS,	A redução do de	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	Amazônia *	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 22	2014	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA15
11	Diversid	de SARTÉ,	Alors que depu	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	Amazônia *	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 04	2008	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA
12	Do pelco	cc SCHOR,	As transformaç	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	alimentaçã	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 24	2015	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA * PER *
13	Em busca	de SIQUEIR	As fronteiras na	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	fronteira *	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 36	2018	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA
14	Espacializ	LE CLEC	O Millenium Eco	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	serviços eco	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 26	2016	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA
15	Faixa de	fr RÓCHÁ,	Este artigo tem	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	Região Nori	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 22	2014	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA
16	França e	Bi JÚNIOR,	L'article propose	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	França *	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 24	2015	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	GUF * BRA16
17	Geografia	F JÚNIOR,	O presente artig	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	Geografia R	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 26	2016	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	GUF * BRA16
18	Impactos	at CAVICCH	O estado do Mato	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	Amazônia *	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 10	2010	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA51
19	Integração	PINTO, N	A região de front	https://journals.ojs.unbral.org.br/index.php/revistaconfins/article/view/1600105	Ponte da Inl	REVISTA CONFINS (PARIS), n. 31	2017	Artigo	POR	Application/PDF	BRA3550308 * Pi	Contemporâneo	1958-5	BRA4318002

Fonte: Elaborado por PRESTES, V. A., novembro de 2018.

Procedimentos Metodológicos e de Extração dos Dados para o Estudo

A partir da construção da base de dados Unbral Fronteiras de artigos de periódicos em Estudos Fronteiriços, tornou-se possível realizar as análises apresentadas neste artigo. Para realizar as análises, os registros bibliográficos armazenados na base de dados Unbral Fronteiras foram extraídos e representados em planilhas. Essa extração ocorreu através de consultas expressas na linguagem SQL, realizadas ao banco de dados relacional, que é responsável por armazenar os registros bibliográficos.

Nessas planilhas, para a seleção dos assuntos, levamos em consideração apenas as palavras-chave em português, desconsiderando as outras línguas por razões de existirem repetições interlinguísticas de assuntos relacionados à um mesmo artigo. Também foi descartado a palavra-chave “Fronteira(s)”, que apesar de ser a mais frequente, há a justificativa de não ser relevante para o estudo, já que todos os artigos abordam o tema de Fronteiras. A tabela original extraída da

base de dados relacional continha 1169 assuntos, onde maioria apresentava apenas uma ocorrência, revelando a diversidade disciplinar na área. Como a tabela não possuía subdivisão linguística, realizamos a operação manualmente, separando os assuntos em português através de uma nova coluna em que relacionou-se o elemento “P” para cada palavra-chave em português, gerando ao final uma nova tabela onde iríamos separar os seis assuntos mais frequentes dentro dos artigos dos cinco periódicos estudados: “Território”, “Amazônia”, “Brasil”, “Identidade”, “Cultura”, “Educação”. Alguns elementos foram adicionados à frequência por tratar-se de variações muito aproximadas do radical observado, como exemplo de “território” e “territórios”, “identidade” e “identidades”.

À princípio, pensava-se em extrair apenas cinco palavras-chave da tabela, no entanto, por conter o assunto “Brasil” entre as mais frequentes, optou-se por incluir uma palavra a mais para contribuir com fidelidade à diversidade de temas, já que os periódicos estudados são todos de origem brasileira, com exceção da Revista Confins (Paris), de origem franco-brasileira, o assunto “Brasil” pouco contribuía para a análise. Separar os assuntos mais frequentes era essencial para dar seguimento às demais correlações. Outra razão para inclusão de mais uma palavra seria de que o assunto “território” representa um conceito amplo e é indissociável da temática “fronteira”.

Novamente, as tabelas de correlações continham todos os demais assuntos, entretanto, com as palavras-chave já selecionadas foi possível realizar uma busca e organizar outra tabela apenas com o que seria observado. Nessa etapa era de extrema importância lembrar que incluímos as variáveis dos radicais.

Após a seleção dos assuntos, a primeira relação a ser observada seria sua distribuição por periódico. Portanto, elaboramos um gráfico com os periódicos onde cada assunto era mais frequente. Para periódicos que apresentavam a mesma frequência em determinado assunto, utilizou-se um critério de desempate onde o periódico com menos artigos na base de dados seria considerado como o de maior peso do assunto dentro do tema de Estudos Fronteiriços.

Para acompanharmos a evolução cronológica dos assuntos, selecionamos os que se destacaram em sua distribuição nas análises anteriores.

Análise dos Dados

Com o interesse em observar a evolução cronológica dos assuntos dos periódicos para as cinco revistas em estudo, iniciamos o procedimento extraindo uma planilha que continha a relação entre quantos artigos com a temática Fronteira

havia sido produzidos por ano (entre 2000 e 2018), considerando todos os cinco periódicos, assim possibilitando uma noção da frequência de produção nesses periódicos de artigos com a temática Estudos Fronteiriços (Figura 4).

Figura 4 – Gráfico obtido a partir da tabela de relação artigo/ano, extraída da base de dados Omeka



Fonte: Elaborado por PRESTES, V. A., agosto de 2019.

Observamos que a frequência de artigos relacionados à Estudos Fronteiriços aumenta exponencialmente entre 2012 e 2017, sofrendo uma queda de frequência para 2018. Podemos justificar essa queda nos números de publicações se considerarmos que a coleta dos artigos foi realizada entre outubro e dezembro deste mesmo ano, isto é, a totalidade de artigos deste ano ainda não foi integralizada.

Figura 5 – Quantidade total de artigos sobre Estudos Fronteiriços por periódico entre 2000 e 2018

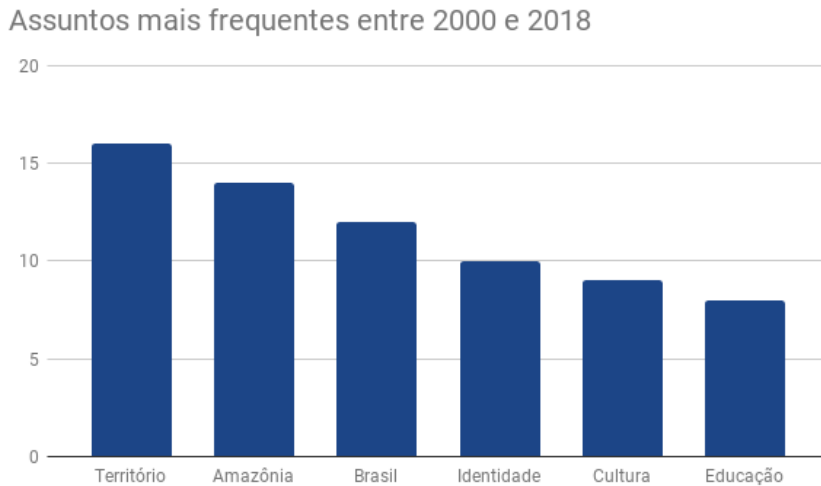
Periódico	ISSN	País de Publicação	Área de Conhecimento Principal	QUALIS	Quantidade total de artigos por periódicos
Revista Geopantanal	1517-4999	Brasil	Geografia	B5	86
Confins (Paris)	1958-9212	França-Brasil	Geografia	A2	46
Boletim Gaúcho de Geografia	0101-7888	Brasil	Geografia	B2	34
Tempo da Ciência	1981-4798	Brasil	Ciências Sociais	B5	43
Geographia (UFF)	1517-7793	Brasil	Geografia	A2	22

Fonte: Elaborado por PIZZIO, D. M., agosto de 2019.

A Figura 5 apresenta a quantidade de artigos em Estudos Fronteiriços produzidos por cada periódico. O número total de artigos coletados da Revista Geopantanal chega a ser quatro vezes maior do que a revista com menos artigos digitalizados com o tema “Fronteira”.

É interessante observar que a revista que possui sede em um município que faz fronteira física com outro país (no caso, a Revista Geopantanal) acaba tendo uma grande participação na pesquisa acadêmica relacionada ao tema de Fronteiras. Também é interessante ressaltar que, do total de artigos, 41,7% foram publicados em periódicos com a classificação A (Confins e Geographia), segundo a avaliação QUALIS.

Figura 6 – Gráfico obtido a partir da seleção dos seis assuntos mais frequentes

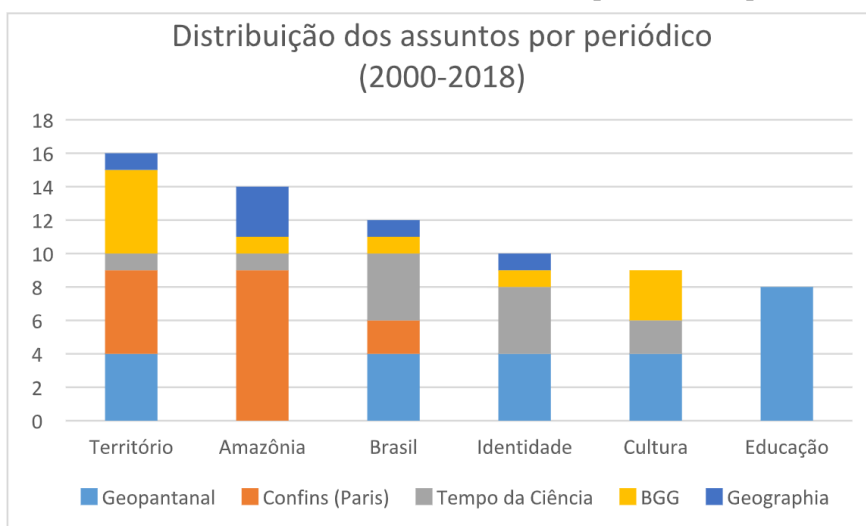


Fonte: Elaborado por PRESTES, V. A., agosto de 2019.

A figura 6 apresenta os assuntos mais citados nos artigos, considerando todos os periódicos. Podemos observar a presença de assuntos bastante abrangentes, como “território” e “Brasil” e que estão geralmente associados com o tema de fronteiras.

Na figura 7 apresentamos um gráfico com os periódicos onde cada assunto era mais frequente:

Figura 7 – Distribuição dos assuntos mais frequentes nos periódicos



Fonte: Elaborado por DORFMAN, A., agosto de 2019.

Em primeira análise, verificamos que a palavra-chave “Amazônia” tem uma participação muito significativa no único periódico internacional em análise, Confins (Paris), o que pode ser justificado pela relevância do assunto na discussão internacional. Assim como o assunto “Educação” está presente exclusivamente nos artigos publicados na Revista Geopantanal, confirmando a colaboração da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) na discussão do tema, através de dossiers, que estão geralmente associados à fronteira entre Corumbá (MS) e Puerto Quijarro (Bolívia). Também foi possível confirmar que os assuntos “território” e “Brasil” são bastante abrangentes ao verificarmos um equilíbrio entre a distribuição dos mesmos nos periódicos. “Identidade” e “Cultura” também apresentaram distribuição semelhante.

Como mencionado na seção de metodologia, precisávamos de um referencial para compararmos a relevância de cada assunto dentro de cada periódico, levando em consideração o número de artigos enviados para a base de dados (figura 5). Por exemplo, um assunto específico na Revista Geopantanal acaba tendo uma participação menor do que um assunto na Revista Geographia (UFF), porque o percentual representado por uma unidade da palavra-chave entre os artigos acaba sendo maior dentro da revista que possui menos publicações.

O comportamento do assunto “Amazônia” e “Educação” dentro dos periódicos Confins (Paris) e Revista Geopantanal, respectivamente, despertam uma motivação para a pesquisa. Analisamos nas figuras 8 e 9 a evolução cronológica das palavras-chave que são, no caso de “Amazônia”, parcialmente exclusivas, e no caso de “Educação”, exclusiva dos seus periódicos mencionados acima.

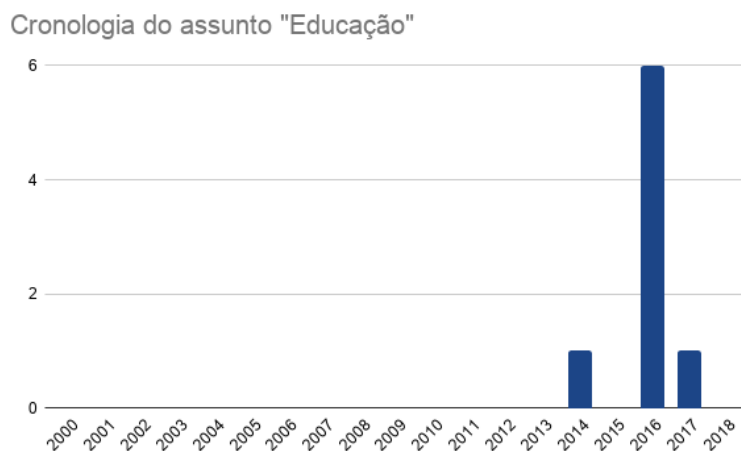
Figura 8 – Evolução cronológica do assunto “Amazônia”



Fonte: Elaborado por PRESTES, V. A., agosto de 2019.

A distribuição do assunto “Amazônia” durante o período de 2000 à 2018 apresenta uma linha de tendência positiva, que possui um comportamento semelhante à linha que representa o crescimento do número de artigos por ano (figura 4), identificando que a temática segue presente nas pesquisas acadêmicas a medida que a produção se expande. Considerando que 9 entre os 14 artigos com o assunto “Amazônia” foram publicados no periódico *Confins* (Paris), temos uma participação de 64,28% desta revista para com o assunto nos últimos 19 anos, dentre os cinco periódicos mais relevantes de estudos fronteiriços, elencados por Dorfman (2018).

Figura 9 – Evolução cronológica do assunto “Educação”



Fonte: Elaborado por PRESTES, V. A., agosto de 2019.

No que diz respeito ao assunto “Educação”, a palavra-chave está associada exclusivamente à Revista *Geopantanal*, destacando a relevância da temática que está presente em 8 dos 86 artigos enviados para a base de dados Unbral Fronteiras (9,3%). É possível identificar um número discrepante na quantidade de artigos produzidos com a temática para o ano de 2016, onde 75% (seis de oito) da produção deu-se neste ano. O caso pode estar relacionado à ocorrência de um dossier temático para o período, lembrando que a Revista *Geopantanal* está associada à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), campus Corumbá, que incentiva periodicamente a produção acadêmica através de dossiers.

Conclusão e perspectivas futuras

Atualmente, o campo de Estudos Fronteiriços revela uma crescente representatividade dentro das revistas acadêmicas brasileiras. A partir deste estudo, pode-se verificar o incremento de produções com a temática Fronteira para o período de 2000 à 2018.

Entende-se que existe uma diversidade de tópicos muito grande para a temática de Fronteira, tendo alguns desses assuntos especializados em uma revista, como é o caso de “Educação”, que está exclusivamente presente em artigos publicados na revista Geopantanal. Além disso, chama a atenção a distribuição dos artigos associados à palavra-chave “Educação” concentrar-se em um ano, 2016, contendo 6 artigos relacionados ao tema, de um total de 8. Tal configuração indica a influência dos dossiers na produção acadêmica, trazendo para o debate o tema proposto por eles.

Identificou-se uma expressiva participação da única revista internacional, Confins (Paris), para a produção acadêmica relacionada ao assunto “Amazônia”, onde aproximadamente 64,28% dos artigos contendo esta palavra-chave foram publicados. A distribuição cronológica das palavras-chave, com exceção de “Educação” que estaria mais relacionada à ocorrência de dossier, segue o mesmo padrão observável na distribuição cronológica dos artigos dos cinco periódicos selecionados para análise.

Para dar continuidade ao estudo em questão, faz-se de interesse do projeto Unbral Fronteiras buscar representar a evolução cronológica dos assuntos em teses e dissertações para o mesmo período (2000 à 2018), podendo assim verificar as correlações existentes entre as publicações em periódicos. Como objetivos do projeto em 2019, pretende-se ainda iniciar uma análise sobre a representatividade dos Estudos Fronteiriços dentro dos periódicos trabalhados neste artigo. Além disso, daremos seguimento à coleta de modo a incluir outros 15 periódicos citados como mais relevantes para a área.

Referências

CAGLIARI, B. *et al.* Periódicos relevantes para os Estudos Fronteiriços Brasileiros: a elaboração, a aplicação e os resultados do Questionário Unbral Fronteiras. *Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras*, v. 4, p.15-89, 2018.

DORFMAN, A.; FRANÇA, A. B. C.; MEZZO, V. G. M. Circunscrição Temática do Unbral Fronteiras a partir da Análise do Questionário para experts em Estudos Fronteiriço. *Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras*, v. 1, 132p, 2015.

DORFMAN, A.; FRANÇA, A. B. C.; ROCHA, R. P. da. Construindo a Base de Dados de Teses, Dissertações e Monografias sobre Estudos Fronteiriços. *Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras*, v. 2, p.13-59, 2016.

PRESTES, V. A. *Border Studies journals in Brazil: a quantitative approach*. Trabalho apresentado na 2019 Annual Conference da Association for Borderlands Studies, San Diego, 2019.

UNBRAL Fronteiras. *Portal de Acesso Aberto aos Trabalhos Acadêmicos sobre os Limites e Fronteiras do Brasil*. 2019. Disponível em: <http://unbral.nuvm.ufrgs.br>.

MEMÓRIAS *HOMO-BIOGRÁFICAS* DA EXTERIORIDADE: SILVIANO SANTIAGO E AS SUAS/NOSSAS *MIL ROSAS ROUBADAS*

Homo-biográficas Memories of Exteriority: Silviano Santiago and His/Our *Mil Rosas Roubadas*

Memorias *Homo-biograficas* de la Exterioridad: Silviano Santiago y Sus/ Nuestras *Mil Rosas Roubadas*

Pedro Henrique Alves de Medeiros*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo (re)ler o romance *Mil rosas roubadas* (2014) de Silviano Santiago a partir, essencialmente, do conceito de memória não enquanto lembrança, mas como esquecimento. Para isso, me utilizo de uma metodologia eminentemente bibliográfica assentada na Crítica biográfica fronteiriça que, em linhas gerais, congrega tanto os Estudos Pós-coloniais quanto os Crítico-biográficos. Proponho, nesse sentido, trabalhar as discussões memorialísticas com base não no ato de lembrar, mas no de esquecer ao passo que me valho das minhas/nossas *Mil rosas roubadas* para ilustrar as reflexões corroboradas.

Palavras-chave: Silviano Santiago; *Mil rosas roubadas*; Crítica biográfica fronteiriça; Memória; Exterioridade.

Abstract: This work aims to (re)read Silviano Santiago's novel *Mil rosas roubadas* (2014) based, essentially, on the concept of memory not as a remind, but as forgetfulness. For this, I use an eminently bibliographical methodology based on the Frontier biographical critique, which, in general terms, brings together both Postcolonial Studies and Critical-biographical. I propose, in this sense, to work on memorialist discussions based not on the act of remembering, but on forgetting, while I use my/our *Mil rosas roubadas* to illustrate the corroborated reflections.

Keywords: Silviano Santiago; *Mil rosas roubadas*;

Introdução

A partir do lócus sul-fronteiriço, geoistórico e epistemológico o qual erijo minhas reflexões críticas, ensino, atravessado pela vida e obra de Silviano Santiago, debater acerca das concepções de memória por meio de alicerce teórico *outro*. Isto é, me valendo da teorização Crítica biográfica fronteiriça (NOLASCO, 2013), afasto-me das perspectivas pré-concebidas de memória enquanto lembrança para me aproximar mais desta como esquecimento (AMARAL, 2000) (CORACINI, 2010). Ademais, sob o crivo das memórias e narrativas, ponto que discuto sobre e a partir de memórias *outras*, subalternas, fronteiriças e da exterioridade (NOLASCO, 2013).

Isto posto, utilizo o romance *Mil rosas roubadas* (2004), história de dois amigos-amantes: Zeca e Silviano, para evocar e trabalhar com a minhas

* Mestrando em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, pedro_alvesdemedeiros@hotmail.com.

Frontier biographical critique; Memory; Exteriority.

Resúmen: El objetivo de este trabajo es (re)leer la novela de Silviano Santiago *Mil rosas robadas* (2014), basada esencialmente en el concepto de la memoria no como un recuerdo, sino como un olvido. Para ello, utilizo una metodología eminentemente bibliográfica basada en la crítica biográfica fronteriza, que, en términos generales, reúne a ambos estudios postcoloniales y crítica-biográfica. En este sentido, propongo trabajar en discusiones conmemorativas basadas no en el acto de recordar, sino en olvidar, mientras uso mis/ nuestras *Mil rosas robadas* para ilustrar las reflexiones corroboradas.

Palabras clave: Silviano Santiago; *Mil rosas robadas*; Crítica biográfica fronteriza. Memoria; Exterioridad.



memórias, com as de Silviano e, metamorfoseadas, com as nossas memórias *homo-biográficas*. O esquecimento, em meu fazer epistêmico, se dá como um ganho na medida em que compreendo a necessidade de (des)arquivar, exumar e invocar as histórias de sujeitos *homo-biográficos* excluídos pelas *narrativas universais patriarcais e heteronormativas*. Fundo um direito epistêmico da exterioridade para falar de mim por meio de Silviano, das nossas *Mil rosas robadas* e, essencialmente, de nós. Zeca, Silviano e eu fundamos uma tríade de amigos espectrais simbióticos os quais tentamos, discursivamente, tamponar as faltas uns dos outros.

Essa (con)vivialidade com a minha plêiade de amigos-espectros me assola e me faz sentir falta de um tempo que (não) vivi, de transpor do crivo da memória, da anamnese e do esquecimento para narração, uma história que, inicialmente, não me pertence(ia). Desse modo, esquecendo para lembrar, disserto, escre(vi)vo e narro de modo biográfico-frontereiro essas memórias roubadas daqueles autores que eu amo, pois, segundo Barthes: “O biografema [...] nada mais é do que uma anamnese factícia: aquela que eu atribuo ao[s] autor[es] que amo.” (BARTHES, 2003, p. 126, grifos meus). Herdo memórias sendo *fielmente infiel* (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 11) surpreendendo suas falhas, faltas, vazios, brancos, margens e contradições.

Discussão

No prisma que concerne ao eu e ao outro, Adriana Amaral no ensaio “Sobre a memória em Jacques Derrida” (2000) discorre que a narrativa, a escritura e a própria ideia de multiplicidade de possibilidades são constituídas por traços. Esses traços (de)marcam suas presenças com ausências e, assim, há uma constante inauguração de um presente sempre renovável. A memória, por si, é algo que se dá estritamente no presente, ela nunca está voltada para o passado. (AMARAL, 2000, p. 31)

Amaral me elucida que a ideia de passado não existe nas reflexões de Derrida, ele é sempre uma narração que se funda no presente. Ademais, da mesma forma que o passado se aproxima, a perspectiva do outro é integrada a mim, eu a incorporo, tomo-a como minha. O nome, a memória e a escrevivência se colocam como responsáveis da presença do outro em mim (AMARAL, 2000, p. 35). Constituo-me de Silviano e de Zeca tal qual estes se constituem de mim. Evoco seus nomes e, por sua vez, suas figuras fantasmagóricas; através do exercício (des)arquiviolítico, (des)arquivo suas memórias incluindo-as em meu próprio arquivo da exterioridade e as inscrevo em meu corpo *homo-biográfico*, em minhas sensibilidades, em meu *bios* e em minha escrevivência alicerçada por memórias subalternas latinas (NOLASCO, 2013, p. 131) e, mais especificamente, sul-fronteiriças. No referente às minhas memórias sul-fronteiriças, Edgar César Nolasco no ensaio “Memórias subalternas latinas” (2013) me é necessário para articular que:

A memória subalterna, assim como as histórias locais da fronteira-Sul, precisam ser tomadas, cada vez mais, como uma “produção do conhecimento teórico”, crítico e epistemológico. [...] Todo o conhecimento e, por conseguinte, meu arquivo memorial vêm do fato de histórico de eu ter/estar nascido numa condição [...] de fronteira. Minha língua, como minha memória da fronteira, é *diversa*. (NOLASCO, 2013, p. 143)

Assim, me questiono quanto às teorizações que construo sobre a própria minha vida enquanto uma *intercorporeidade* (PESSANHA, 2018) desses *bios* outros os quais me debruço e me aproprio desejando tamponar as lacunas/faltas que os/me constituem. Como transpor essas memórias do lugar de suspensão/de esquecimento, transformando-as em narrativas dado que minhas articulações *homo-biográficas* não são nunca ingênuas e unicamente individuais.

Como escrever memórias (no sentido pleno da palavra) se o narrador delas é o recalque? *A perda fragmenta e multiplica os fragmentos até a expansão de cada um deles numa minibiografia*. A perda articula outras muitas infâncias discursivas, que nada mais são do que discursos autobiográficos [...] discursos mentirosos, ficcionais [...] (SANTIAGO, 2011, p. 177, grifos meus)

Poderia, eu, resguardado à minha condição de sujeito que pensa de um lócus subalterno e sul-fronteiriço crivado por uma subalternidade de homem-menino-fronteira me apropriar dessas memórias outras para constituir esses fragmentos da minha minibiografia ou, como diria Barthes, nos meus biografemas, pergunto-me. Maria José Coracini em “A memória em Derrida” (2010) me relembra que:

É importante compreender que, para Derrida, nem a memória individual é inocente, neutra, uma retomada da ordem intacta, pura, do acontecimento, em sua objetividade, ainda que esse acontecimento tenha sido vivido, presenciado, testemunhado... A memória será sempre interpretação, invenção, ficção que se constitui *a posteriori* do acontecimento, num momento que os outros já se cruzaram e fizeram história. Por essa razão, *a memória será sempre incompleta, sempre faltosa, de certa maneira sempre verdadeira e, ao mesmo tempo, mentirosa.* (CORACINI, 2010, p. 130, grifos meus)

Como mostra Coracini na passagem aposta, a memória é particularmente lacunar, faltosa, incompleta, verdadeira e, de maneira quase contraditória, também mentirosa. Partindo de um olhar pouco atencioso cindido ao trabalho que aqui ensejo, meu leitor poderia acreditar que eu estaria me valendo das minhas próprias memórias – faltosas e lacunares – para me debruçar sobre as memórias que *sobrevivem* o projeto *homo-bio-ficcional* de Silviano da ordem da escrevivência *homo-biográfica*. Contudo, o caminho que realizo se dá ao inverso: o mineiro me serve de pretexto epistêmico para que eu fale de mim, de nós.

Silviano não possui domínio integral de suas memórias, assim como não tenho o pleno poder sobre as minhas – nem poderíamos tê-los. Elas nos escapam, se escondem, se guardam e se mantêm em suspensão. Logo, através do estabelecimento de pontes metafóricas por meio da crítica biográfica (SOUZA, 2002), entendo que há um imbricamento de nossas memórias as quais presentifico em uma possibilidade de escrevivência ensaística-sul-fronteiriça *homo-biográfica*. Roubo suas memórias (des)arquivando-as. Sou o guardião dessa(s) *arkhê(s)*. Aliás, metaforicamente, não há como roubar aquilo que já é meu/nosso e, como explicitou magistralmente Jorge Luis Borges, *só podemos dar aquilo que já demos, só podemos dar o que já é do outro.* (BORGES, 1999, p. 511)

Isto posto, Silviano só pode me dar as memórias que já são minhas e eu só posso lhe dar as memórias que já são suas. Ainda na esteira de Coracini, entendo que *a memória é um construto ilimitado de espectros, espíritos e fantasmas, de biografemas de sujeitos que atravessa(ra)m nossa existência e que corroboram com a construção dos nossos arquivos conforme o papel de cada um em nossa vida.* (CORACINI, 2010, p.129) Há, portanto, uma criação de uma rede de fios emaranhados que se misturam, se confundem, se completam, se distanciam e que permanecem no nosso inconsciente. *Mil rosas roubadas elucidam:*

A memória do perseguidor-perseguido não é gratuita, é útil para o relato biográfico. Tão útil quanto à memória do canivete com que o corpo se autoflagela. É tão útil quanto a muleta que faculta ao aleijado a caminhada por conta própria. Mato a cobra e mostro o pau, eis como a biografia funciona. *Com a ajuda da memória do perseguidor-perseguido abro buracos na análise que faço da índole do amigo e os recubro.* Quando me bate o cansaço de escrever, volto os olhos para a memória do canivete que flagela, e os buracos tapados no texto reganham a proporção de vazio indesejável. Para reganhar o galeio da escrita, decido recobri-los de novo. (SANTIAGO, 2014, p. 148, grifos meus)

A memória se funda em esquecimentos, em recalques e repressões dado que não se faz possível a volta inocente às origens dos acontecimentos, pois ao tentarmos reconstruir um fato, este já se (trans)formou (CORACINI, 2010, p. 134). Lembrar implica esquecer. Selecionar supõe excluir. A memória, portanto, está sempre para o que está em suspenso no inconsciente e nunca para a lembrança. A questão de narrar uma memória se torna ainda mais complicada quando o “alvo” da escrevivência afeta nosso sensível, como Zeca delineado por Silviano. Intermediados por uma admiração latente e um desejo de presença, Silviano e eu inventamos nossos espectros, ficcionalizamos nossas memórias e sobrevivemos a partir da vida para além da própria vida. A minha sobrevida e a de Silviano não são apenas o que nos resta, mas nossa vida sendo o mais intensa possível (DERRIDA, 2004, p. 17). *Mil rosas roubadas* me acalentam:

Armado pela admiração, ou seja, cego de um olho e vesgo do outro, não posso enxergá-lo tal como ele foi (existiu, sofreu, amou, trabalho...) ao se alimentar e se fortalecer para construir as décadas finais de sua própria vida. [...] Todo biográfico não será monstruoso por definição? *Cada um ao seu jeito, não será cego de um olho e estrábico do outro? Não enxerga o que pode, não reproduz o que quer e não engendra só o que é conveniente?* (SANTIAGO, 2014, p. 24, grifos meus)

Diante disso, abalizado pela teorização da memória, entendo que ainda que o narrador do fragmento supracitado desejasse, não poderia jamais narrar o amigo de maneira *sine que non* como este fora. O outro existe para nós sempre a partir da imagem que criamos dele. Nesse sentido, reflito e compreendo que toda escrita de caráter biográfico possui uma visada monstruosa que a compreende. O biógrafo, e aqui neste caso, eu enquanto crítico-biográfico fronteiriço, escrevo a partir das minhas sensibilidades, da minha escrevivência, das minhas memórias sul-fronteiriças e *homo-biográficas* faltosas, incompletas e falhas.

Valho-me das memórias de Silviano e, por sua vez, de suas narrativas como modo de tentar suprir minhas faltas e construir meus biografemas escrevíveis *homo-biográficos*. Tento me completar, lidar com o meu mal, com as perdas, sob o alicerce *homo-bio-ficcional* de Silviano. Com isso, entendo que as memórias que tomo de Silviano me servem para que eu escreva a biografia que me pertence não

me pertencendo sob a pluma dos meus/nossos fragmentos biográficos, minhas/nossas minibiografias, ou melhor, *à lá* Barthes, meus/nossos biografemas:

d) a caracterização da biografia como *biografema* (Roland Barthes), conceito que responde pela construção de uma imagem fragmentária do sujeito, uma vez que não se acredita mais no estereótipo da totalidade e nem no relato da vida como registro de fidelidade e autocontrole; (SOUZA, 2002, p. 133)

Desse modo, corroboro tal qual a memória, que uma biografia escrita sob o manto de uma totalidade ou completude se faz impossível. O ato de escrever em si já tenciona a seleção desde estruturas fonéticas até as discursivas, ao passo que opto por algumas, desconsidero outras. Ao escre(vi)ver uma *(auto)biografia ensaística sul-fronteiriça*, sob o crivo da memória e, por sua vez, da narrativa, consequentemente privilegio alguns acontecimentos – reais ou não – em detrimento a outros que julgo de menor importância. De forma semelhante à citação anterior do *Mil rosas roubadas*, os atos de narrar e biografar são monstruosos por excelência na medida em que implicam sempre a óptica daquele que escre(vi)ve.

No meu caso, evoco os espectros que me ajudam melhor a compreender minha empreitada epistêmica, vivo minha vida para além da vida e da morte e, na medida do possível, tampono minhas lacunas memorialísticas sob a alcunha de uma herança, de uma declaração amorosa, mas também política. Proponho, tal qual Italo Moriconi em “O espectro de Foucault” (2005), uma conversa com espectros (MORICONI, 2005, p. 47), um ensaio fronteiriço de evocação e invocação inspirado pela herança de todos aqueles intelectuais que me vali. Meus espectros são meus espelhos. (MORICONI, 2005, p. 48)

Arrolo em meu exercício escreviente uma série de impressões que, como quer Moriconi, poderiam ser um punhado de ficções. Ficções estas que alimentam as relações metafóricas entre vida e obra que aqui descortino. Conforme Jacques Derrida explicita em *Otobiografias: la enseñanza de Nietzsche y la política del nombre propio* (2009), vivo do meu próprio crédito que abro e concedo a mim mesmo (DERRIDA, 2009, p. 36). Todavia, ao roubar o que, *a priori*, seriam memórias outras, tomo-as e escre(vi)vo-as a partir do nosso próprio crédito fundamentado em uma óptica *homo-biográfica* por excelência. Somos o que somos porque nos tornamos um e, nesse tocante, Moriconi ao escrever sobre Foucault pontua:

Toda biografia é mitografia. Toda biografia é autobiografia do narrador. Lerescrever [sic] a vida do outro espectral pode ser, deve ser, efetivamente é, exercitar-se numa escrita de si, releitura de si. As biografias de Foucault. Delas ressalta o caráter de signo autobiográfico inerente a toda história intelectual (auto-reflexionada, auto-distanciada) de uma vidaobra [sic]. Minha formação: minha auto-reflexão na relação especular com o signo-a-si desta vidaobra [sic]. (MORICONI, 2005, p. 52)

A vida de Silviano (re)articulada sob a minha perspectiva de crítico biográfico fronteiriço que habita a fronteira-sul, um arquivo vivo e aberto (NOLASCO, 2013, p. 136), é dada como uma escrita/releitura de mim. Para Moriconi, eu assumo o papel de narrador dessa vida outra. Entretanto, para o viés epistêmico o qual me assento, minha posição está para além de narrador, eu assumo essa vida, roubo-a, tomo-a para mim e me metamorfoseio a partir dela, transformando-a. Entendo, portanto, que só me valendo de uma teorização acerca da memória e narrativa posso lidar com essa herança espectral que me habita.

Sob a luz da concepção de que as nossas memórias são de caráter *homo-biográfico* e, por sua vez, da exterioridade, Nolasco em “Memórias subalternas da crítica latina” (2013), me lembra que é da competência do estudioso *abrir o arquivo oprimido para que as memórias esquecidas saiam do esquecimento e ocupem seu lugar de direito. Em uma situação de desconforto quanto ao arquivo que sofre do seu próprio mal, é de dever do crítico tomado pelo mal procurar o arquivo onde ele se esconde.* (NOLASCO, 2013, p. 142) Reitero que as memórias *homo-biográficas* as quais tento (des)arquivar, partindo da posição de (des)arconte fronteiriço, habitam a contracorrente da tradição ocidental moderna e patriarcal.

Sentimos *a diferença colonial* em nossos próprios corpos *homo-biográficos*, uma vez que experienciamos a fronteira em nossa pele (NOLASCO, 2013, p. 134) e em nossa escrevivência. Essa condição sul-fronteiriça aquilata nossa língua, pensamento, modo de construir conhecimento e, sobretudo, de (r)existir *homo-biograficamente*. Partindo do pressuposto *homo-bio-ficcional* de Silviano, ensejo (des)arquivar nossas memórias esfumadas pela tradição heteronormativa/moderna que sempre angariou a exclusão de nossos corpos, memórias e narrativas. Por isso, reforço que:

[...] as memórias subalternas vivem em estado de *infans* permanente, até o momento em que uma perspectiva subalterna as reinsira na discussão história do presente por meio de uma epistemologia outra. É por isso que as histórias locais, bem como a identidade possível das memórias subalternas, só podem ser narradas/inventadas da perspectiva de uma epistemologia outra e nunca da epistemologia moderna. (NOLASCO, 2013, p. 138)

De modo que falamos, pensamos, sentimos e existimos a partir de um biolocus geoistórico, epistemológico, subalterno e fronteiriço crivados em uma epistemologia de caráter outro, entendemos que nossas memórias são aquelas descoloniais que *sobrevivem* enquanto uma prática *que se erige da vida* (NOLASCO, 2013, p. 139), da nossa condição de exterioridade, do *Fora*. Às nossas memórias *homo-biográficas* jamais foi dada a devida consideração no sentido de considerá-las enquanto uma narrativa também válida e necessária. Em mim/em nós, há um desejo de *des-encobrir* (NOLASCO, 2013, p. 140), (des)arquivar, essas escrevivências enterradas pela modernidade colonial.

Dirijo-me a Silviano com um desejo compulsivo de (des)arquivar sua/nossa vida e de narrar suas/nossas memórias subalternas. Aprendo a desaprender a vida de Silviano na tentativa de reaprender a minha própria vida. Habito e sou habitado por fronteiras em meu fazer epistêmico. Ademais, há demasiados limiares outros que o projeto *homo-bio-ficcional* de Silviano me impõe, a citar: vida/obra, vida/morte, lembrar/esquecer, memória/narrativa etc. As fronteiras atravessam meu corpo empírico/discursivo-epistêmico e são átimos de tempo onde se situam o esquecer e o lembrar permeados por um gesto anamnético autobiográfico. Assim:

[...] compete ao estudioso dessas pós-memórias subalternas visar abrir o arquivo oprimido para que tais memórias saiam de seu letárgico esquecimento e ocupem seu lugar de direito na cultura do presente. Em situação tão desconfortável quanto ao arquivo que sofre de seu próprio mal, sobra ao intelectual tomado pelo mal (antes apenas historiador “procurar o arquivo onde ele se esconde. [...] então posso concluir que [...] todos os lugares, todas as fronteiras, *inventam suas memórias de vida, suas memórias de morte, suas memórias de sobrevida*. As memórias da fronteira sobrevivem à sua própria condição. De seus restos, constroem um sentido possível para o que estou chamando de fronteira e de memórias e histórias subalternas. (NOLASCO, 2013, p. 142)

Nesse sentido, reitero sob a égide do pensamento de Adriana Amaral que *nada está pronto, tudo está sempre se fazendo, sempre a vir, a vida, o tempo*. (AMARAL, 2000, p. 42) A cada fronteira que transpasso no jardim de veredas memorialísticas que se bifurcam nas relações entre vida/obra de Silviano e entre minha própria vida/escrita, mais me vejo como (des)arconte fronteiro dessas memórias que me pertencem não me pertencendo ou vice-versa. No romance, Silviano se viu frente a uma necessidade de memória, de narrativa e de herança que, *a priori*, não seriam de sua incumbência – pelo fato de Zeca ser, inicialmente, seu biógrafo e não o biografado.

Desvirtuando a lógica narrativa do romance (biógrafo/biografado), eu construo essa incumbência (auto)biográfica e essas memórias, invento-as, tomo-as para mim sem pedir licença. Crivado, sobretudo na diferença, mas longinquamente semelhante ao professor de História do romance, alicerçado pela necessidade de memória de manter a herança que construí viva, dedico minha vida a escre(vi)ver não sobre a vida do outro, mas a *partir da* vida do outro que, caso um olhar mais sensível e profundo repouse-lhe os olhos, verá que, de certo modo, também é minha vida. *Mil rosas roubadas* me irrompem:

Só se capacita para ser biógrafo aquele que arroga a si – por capricho e autoritariamente – o direito à última palavra. A escrita biográfica não comporta balbucio nem titubeio. Seu exercício flui naturalmente do próprio sangue de quem escreve. Inunda o coração, deságua na mente e, ao bater à porta das teclas do computador, já delegou às mãos o direito ao julgamento peremptório. (SANTIAGO, 2014, p. 67)

No que concerne ao entrelaçamento das nossas vidas, deleguei a mim enquanto crítico biográfico fronteiriço fundamentado em uma herança que me foi dada e construída, o direito epistêmico de, através das minhas teorizações, deter uma última palavra, mesmo que provisória, à minha relação dividual com Silviano e, conseqüentemente, com seu projeto *homo-bio-ficcional*. Parafraseando a obra de Frantz Fanon, *Condenados da terra* (2006), entendo e aquilato a imagem espectral do meu Silviano enquanto um *condenado da memória*. O mineiro está preso na *rede de fios emaranhados* (CORACINI, 2010, p. 129) que constitui a memória e se vale desta como mote para *sobreviver* e escre(vi)ver. A memória nunca é algo resolvível em seu projeto *homo-bio-ficcional*, tornando-o seu escravo. Silviano trai, blefa e falsifica ao trabalhar com a memória. Em entrevista para a revista mineira “Olympio” (2018), Silviano explicita:

[...] entendo a memória como organismo vivo que, ao se renovar a cada instante de vida ou de sono, se alimenta dela própria, salientando primitivos e outros significados para as antigas experiências. A memória é escrita e leitura, é releitura consciente e inconsciente, e nova escrita. A memória é ‘diário’ em moto contínuo. Ela se lê e se relê e se reescreve a cada hora que passa. A memória só para na sua morte, quando é delegada a outrem, um romancista por exemplo. [...] Eis-me às voltas com a volumosa escrita da minha memória nas memórias minhas que escrevo. Eis-me às voltas com as várias camadas superpostas da escrita da minha memória. Serei um escriba à altura delas? Desafio, ousadia e temor. (SANTIAGO, 2018, p. 43)

Silviano expõe a possibilidade de delegação da memória a outrem e cita a figura do romancista como exemplo. Apesar de não conter “romancista” em minha biografia, delego a mim, sob o crivo do papel crítico biográfico fronteiriço herdeiro, as memórias e a vida desse, *a priori*, indivíduo, metamorfoseado em um nós espectral. Suponho saber sobre a vida de Silviano e, por sua vez, me encontro frente à minha própria vida de homem-menino-fronteira *homo-biográfico*. Diante disso, Elisabeth Roudinesco em “Escolher sua herança” (2004) expõe que *escolher a herança não quer dizer nem aceitar tudo, nem fazer tábula rasa*. (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 09)

Partindo do pressuposto da herança, da memória e da *escrita de si*, Diana Klinger em *Escritas de si, escritas do outro* (2012) corrobora que *a memória não é mais um dispositivo de conservação de valores de classe, mas uma forma de testemunho e legado de uma geração atravessada por projetos de mudanças de valores*. (KLINGER, 2012, p. 21) É justamente a partir desse interstício crítico que falo como herdeiro de Silviano, de mim, de nós. Estamos inseridos em uma trama de relações sociais que fundamenta a nossa *escrevivência para um além de mim mesmo*. (KLINGER, 2012, p. 21) Não possibilito pensar em um *eu sozinho*, somos sempre constituídos de muitos outros.

Por isso, como Derrida corrobora, a herança se assemelha à uma eleição, à uma seleção e à uma decisão. (DERRIDA; ROUDINESCO, 2013, p. 13) Penso a minha vida a partir dessa herança e não seu oposto. Construo meu Silvano espectral a partir de uma herança que foi me dada, vivo nossa vida (sobrevida) para além da própria vida ou, quiçá, um dia, da morte. Escolho preservar essa herança viva. Declaro a admiração, a dívida, o reconhecimento e a necessidade de ser *sempre fielmente infiel*. (DERRIDA; ROUDINESCO, 2013, p. 14) Fundo-me em uma dívida dupla: sou responsável por aquilo que veio anterior a mim, mas, sobretudo, pelo que é da ordem do porvir. Herdar não quer dizer jamais uma incorporação cega, mas ser amigo-inimigo habitando a boa distância (política). Derrida endossa:

Seria preciso pensar a vida a partir da herança, e não o contrário. Seria preciso portanto partir dessa contradição formal e aparente entre a passividade da recepção e a decisão de dizer 'sim', depois selecionar, filtrar, interpretar, portanto transformar, não deixar intacto, incólume, não deixar *salvo* aquilo mesmo que se diz respeitar antes de tudo. E depois de tudo. Não deixar a salvo: salvar, talvez, ainda, por algum tempo, mas sem ilusão quanto a uma salvação final. (DERRIDA; ROUDINESCO, 2013, p. 13)

Ao passo que opto por preservar essa herança mineira viva também sou escolhido por ela. Trato-a demoradamente, opto por vivê-la fundando uma declaração amorosa da minha parte enquanto crítico *homo-biográfico*, há inscrita em meu corpo, discurso e sensibilidade uma dívida impagável e um reconhecimento (NOLASCO, 2010, p. 37) *homo-bio-ficcional*. Há um desejo, uma sobrevivida e uma transferência latentes entre o meu corpo *homo-biográfico* e o de Silvano o qual realizamos as ambivalências de escolhermos e sermos escolhidos. Imagino saber sobre/a partir da vida de Silvano na mesma medida em que, metaforicamente, seu espectro também me imagina.

No que se refere à minha inscrição no trato crítico-biográfico de Silvano e o meu roubo quase que consentido, haja vista minha posição de herdeiro, Denilson Lopes explicita: "Para ampliar a afetividade no ato da pesquisa é necessário repensar o ato de escrita e sua relação com o sujeito pesquisador." (LOPES *apud* KLINGER, 2012, p. 13). Proponho uma articulação biográfico-fronteiriça o qual me valho de um gesto *canibalizador, intercorporal*, sendo um-no-outro, *ontologista do íntimo*, que *rouba os relatos alheios* (PESSANHA, 2018, p. 33), não só os de Silvano, mas de todos aqueles que já li e herdei. Parafraseando Juliano Garcia Pessanha, coloco-me na posição de um *ladrão de relatos e de histórias, realizo mergulhos simbióticos na tentativa de ganhar um eu*. (PESSANHA, 2018, p. 95) É sendo o outro e eu mesmo que me vejo enquanto pesquisador *homo-biográfico* tendo como o núcleo do meu narrável, das minhas memórias e autobiografia, a minha/nossa *transformação*. (KLINGER, 2012, p. 15)

Para Ricardo Piglia em *O laboratório do escritor* (1994), a crítica é uma espécie de autobiografia (PIGLIA, 1994), não há como falar do outro sem passarmos por nós mesmos, tal qual *Mil rosas roubadas* explicitam ao Silviano falar de si através de Zeca. Silviano é um pretexto para que eu recaia na minha própria história/narrativa *homo-biográfica*. Nesse contexto, Klinger ressalta que a *escrita de si* (KLINGER, 2012, p. 19) desponta como um sintoma do final do século e não é uma novidade para a literatura latino-americana, pelo contrário, sempre teve esse traço forte e marcado. Tomo *emprestadas as feridas e as dores* (PESSANHA, 2018, p. 20) de Silviano para me compreender e escre(vi)ver a partir da fronteira-sul que habito e sou habitado. Em *Mil rosas roubadas*, Silviano expõe o incômodo de falar do outro/de si:

[...] a busca de objetividade só é insuspeita por parte de quem a escreve. A opção (inconsciente? presunçosa? deletéria? – apostem suas fichas, senhores e senhoras) pela subjetividade realça apenas a sinceridade, ou a autenticidade do relato autobiográfico que este historiador assina como biográfico. Confesso. O relato que leem pouco alimenta a arte da biografia, cujos parâmetros de confiabilidade estão no ato de escritor se deixar armar e se desdobrar em dois e em muitos pela vontade de retratar o outro na sua singularidade. [...] É meu DNA que corre pelas veias do biógrafo. Meu saber acumulado é que faz o rosto dele brilhar na folha de papel. (SANTIAGO, 2014, p. 141-142)

Conclusão

Retiro, portanto, na tentativa de uma possível conclusão dessa reflexão, qualquer traço do privado e exponho meus desejos e faltas de crítico biográfico fronteiriço atravessado pela condição de *sujeito suposto saber* sobre a vida do outro que, no fim, resvala na minha própria vida: “[...] o que ele descobre [crítico biográfico] e interpreta na vida do outro é [...] algo que o crítico dessa natureza quer e precisa dizer.” (NOLASCO, 2010, p. 40). Interpelo as memórias de Silviano através da minha posição de herdeiro como tentativa de no fim, encontrar-me com as minhas próprias memórias e, essencialmente, comigo mesmo: homem-menino-fronteira, *homo-biográfico* e escreviente atravessado pela falta, pelo desejo e pela transferência.

Referências

- AMARAL, Adriana Cörner Lopes do. Sobre a memória em Jacques Derrida. In: GLENADEL, Paula; NASCIMENTO, Evando (Orgs.). *Em torno de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 31-43.
- BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo, 2003.
- BORGES, Jorge Luis Borges. *Os conjurados*. In: BORGES, Jorge Luis. *Obras completas de Jorge Luis Borges*: volume 3. São Paulo: Globo, 1999. p. 511-563.
- CORACINI, Maria José. Memória em Derrida: uma questão de arquivo e de sobre-vida. *Cadernos de estudos culturais: crítica biográfica*, Campo Grande, v. 2, n. 4, p. 125-136, 2010.

- DERRIDA, Jacques. Estou em guerra contra mim mesmo. *Revista Margens/Márgenes: Revista de Cultura*, Belo Horizonte, v. 01, n. 05, p. 01-06, 2014.
- DERRIDA, Jacques. *Otobiografias: la enseñanza de Nietzsche y la política del nombre próprio*. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.
- DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. Escolher sua herança. In: DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã: diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 09-31.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscara brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- KLINGER, Diana. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- MORICONI, Italo. O espectro de Foucault. *Revista Margens/Márgenes: Revista de Cultura*, Belo Horizonte, v. 01, n. 06/07, p. 01-12, 2005.
- NOLASCO, Edgar César. Memórias subalternas latinas. In: NOLASCO, Edgar César. *Perto do coração selbaje da crítica fronteriza*. São Carlos: Pedro&João Editores, 2013. p. 131-159.
- NOLASCO, Edgar César. Políticas da crítica biográfica. *Cadernos de estudos culturais: crítica biográfica*, Campo Grande, v. 2, n. 4, p. 35-50, 2010.
- PESSANHA, Juliano Garcia. *Recusa do não-lugar*. São Paulo: Editora UBU, 2018.
- PIGLIA, Ricardo. *O laboratório do escritor*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1994.
- SANTIAGO, Silviano. 'Nunca aprendi a fazer versos'. In: COELHO, Frederico (Org.). *Encontros: Silviano Santiago*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2011. p. 166-193.
- SANTIAGO, Silviano. *Mil rosas roubadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SANTIAGO, Silviano. Silviano, o equilibrista. *Olympio: literatura e arte*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 36-50, 2018.
- SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica cult*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NA FRONTEIRA ATRAVÉS DE UMA ESCOLA PÚBLICA FEDERAL: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL

Desarrollo Económico y Social en la Frontera a Través de una Escuela Pública Federal: Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Mato Grosso do Sul

Economic and Social Development in the Frontier through a Federal Public School: Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso do Sul

Wanderson da Silva Batista*
Mara Aline dos Santos Ribeiro**

Resumo: Neste artigo analisa-se a relação entre desenvolvimento econômico e social com educação gratuita, no âmbito da atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul, dos Campi de fronteira – Corumbá e Ponta Porã. Buscou-se identificar as contribuições dessas duas unidades, “escolas técnicas”, em prol do desenvolvimento local e regional, especificamente as fronteiras pertencentes as regiões noroeste e sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. Nossas análises apontam que a trajetória perpassa pelo alinhamento de instrumentos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, à implementação de cursos voltados às necessidades da população fronteiriça.

Palavras-chave: desenvolvimento local, educação profissional, fronteira.

Resumen: Este documento analiza la relación entre el desarrollo económico y social y la educación gratuita, en el ámbito del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Mato Grosso do Sul, los campus fronterizos: Corumbá y Ponta

Introdução

O objetivo deste artigo é apontar as potencialidades de uma escola técnica federal instalada na região de fronteira na perspectiva do desenvolvimento econômico e social. O presente trabalho está inserido em um contexto fronteiriço interdisciplinar, inscrito na linha de pesquisa “Desenvolvimento, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente”.

Para tanto, utilizou-se de elementos do método de aplicação de pesquisa analisados qualitativamente à luz dos Estudos Fronteiriços. Constituinte uma trajetória iniciada com revisão bibliográfica, perpassando pela observação e levantamento de dados.

* Mestre em Estudos Fronteiriços, Especialista em Psicopedagogia, Licenciado em Matemática, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul, Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul – Campus Corumbá. E-mail: wanderson.batista@ifms.edu.br.

** Doutora em Geografia, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: mara.aline@ufms.br.

Porã. Tratamos de identificar las contribuciones de estas dos unidades, “escuelas técnicas”, a favor del desarrollo local y regional, específicamente las fronteras que pertenecen al noroeste y suroeste del estado de Mato Grosso do Sul. Nuestros análisis indican que la trayectoria pasa por la alineación de instrumentos institucionales como el Plan de Desarrollo Institucional - PDI, a la implementación de cursos dirigidos a las necesidades de la población fronteriza.

Palabras clave: desarrollo local, educación profesional, frontera.

Abstract: This paper analyzes the relationship between economic and social development and free education, within the scope of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso do Sul, the frontier campuses - Corumbá and Ponta Porã. We sought to identify the contributions of these two units, “technical schools”, in favor of local and regional development, specifically the borders belonging to the northwest and southwest of the state of Mato Grosso do Sul. Our analyzes indicate that the trajectory goes through the alignment of institutional instruments such as the Institutional Development Plan - PDI, to the implementation of courses aimed at the needs of the border population.

Keywords: local development, professional education, frontier.

A pesquisa bibliográfica, constituiu-se como a ferramenta metodológica principal para caracterizar a fronteira como espaço de desenvolvimento, dotado de particularidades econômicas e sociais integradas a todo momento. Ao passo que, essa ferramenta metodológica, permitiu a análise de documentação específicas dos Institutos Federais como vistas a levantar informações sobre sua atuação a nível regional.

A trilha metodológica segue no item de observação, em que a atuação do autor, enquanto observador participante subsidia os levantamentos das ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul. A experiência como servidor da Instituição consubstanciará os questionamentos sobre a atuação da mesma no processo de desenvolvimento local apoiado na oferta de Cursos Técnicos de cunho binacional, sendo possível observar a expertise da Instituição e, a demanda por qualificação profissional para a fronteira Brasil – Bolívia, precisamente no entorno Corumbá – Puerto Quijarro. Segundo Pacheco (2011):

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho - ciência - tecnologia – cultura, na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades. As novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio - históricos. A ciência deve estar a

serviço do homem e a comunicação da produção do seu conhecimento é premissa básica para o progresso.

O marco teórico de início aos procedimentos metodológicos supracitados, remete aos documentos da expansão da Rede Federal no Brasil, e consequente a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Corumbá, no ano de 2011.

Partindo-se da premissa de que o desenvolvimento econômico e social de uma região caminha lado a lado com a qualificação de pessoal, observando as potencialidades da região. Visualiza-se a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia na formação da população, no que tange ao ensino técnico e profissionalizante, na formação de cidadãos aptos a colaborar com o desenvolvimento local. Propiciando o acesso ao ensino público de qualidade à toda população, e principalmente aqueles com dificuldade de ingresso em unidades educacionais de formação similares.

A abordagem destacada nesse artigo visa elencar uma série de ações a serem desenvolvidas pelos agentes educacionais na região de fronteira, com características voltadas ao desenvolvimento local. A de se buscar entender a política institucional das unidades escolares com o perfil voltado ao desenvolvimento socioeconômico da região de fronteira, e buscar mecanismos que permitam a inserção de ações destas unidades dirigidas ao arranjo produtivo local.

Resultados da Pesquisa

A intrínseca relação entre educação e desenvolvimento econômico de uma região é foco de discussão de vários estudiosos. São inúmeras as contribuições apontando para o desenvolvimento local, respaldado por crescentes incentivos no setor educacional, tal como destaca Bruno (2011, p. 6):

O que é importante destacar aqui é que apenas o acréscimo das qualificações decorrente de uma formação mais complexa do trabalhador permite a introdução de inovações e garante que se trabalhe eficazmente com elas, viabilizando os ganhos de produtividade. Sendo que, por outro lado, a falta de investimento na educação provocará inevitavelmente o atraso nas conquistas e avanços econômicos e sociais de uma dada região.

Notórios exemplos de avanços no desenvolvimento econômico de determinados países, são apresentados e, raramente, desvinculados de premissas que envolveram a educação. Nesse sentido, não há como pensar em desenvolvimento econômico e social de uma região sem tratar concomitantemente da educação e

os fatores que envolvem a qualidade desta, bem como, as relações oriundas de adaptações necessárias para o seu pleno desenvolvimento. Tal como esta proposta de estudo, que se constitui em adaptação das propostas metodológicas de escolas, situadas na região de fronteira, com finalidade de atender à população dos países envolvidos.

Nesse contexto, visualizamos a inserção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no País. Instituições com raízes estruturais nos antigos Cefet's – Centro de Formação Tecnológica, com foco no desenvolvimento de educação científica e tecnológica para contribuir para com o desenvolvimento local. Ao ser implantado, esse modelo de educação conduz a premissa de oferecer educação pública de excelência atendendo às demandas regionais, com vista aos arranjos produtivos locais.

Importante dizer que há uma preocupação, expressa nos Planos de Desenvolvimento Institucionais - PDI, em atender às necessidades locais na oferta de cursos técnicos, qualificação profissional e cursos de formação inicial e continuada vinculados aos arranjos produtivos da região. Evidenciando-se na dinâmica de implantação das unidades, bem como na inclusão de novos cursos nas unidades já implantadas. Onde prioritariamente, realiza-se uma consulta pública e/ou uma consulta aos gestores locais, para a inserção de novos cursos ou linha de atuação a ser implantada.

Neste artigo, procura-se analisar um recorte no estado de Mato Grosso do Sul, onde recentemente fora implantado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS, LEI nº 11.892, 29/12/2008, constituídos por 10 unidades, sendo duas destas situadas em regiões fronteiriças, compreendendo as regiões noroeste e sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul: Campus Corumbá (fronteira com a Bolívia) e o Campus Ponta Porã (fronteira com o Paraguai).

Destaca-se ainda, que em ambos os municípios, as unidades do IFMS constituem-se nas únicas escolas públicas federais com oferta de ensino médio integrado ao técnico – profissional na região. Considerando que, ao Estado compete a obrigatoriedade da oferta de educação básica à população. Conforme aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9394/96) em seu artigo 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Depreende-se que, o agente do Estado responsável pela educação técnica profissional na região supracitada é o Instituto Federal. Então, a estas unidades

cabará atender dentro de toda a sua premissa de instalação as demandas daquela população. Sendo assim, é necessário conhecer a dinâmica dos IF's no que tange aos anseios da comunidade e sua Missão.

Toda Instituição educacional deve a princípio possuir como instrumento norteador o atendimento às necessidades locais, a educação desvinculada da cultura local não promove o desenvolvimento humano - social e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico. Conforme observa, Pacheco (2011, p. 16), em se tratando de Institutos Federais:

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho - ciência - tecnologia - cultura, na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades. As novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio - históricos. A ciência deve estar a serviço do homem e a comunicação da produção do seu conhecimento é premissa básica para o progresso.

Sob este pilar emerge o Instituto Federal de Educação, Instituição que visa contribuir para o desenvolvimento local com a oferta de cursos profissionalizantes de curta e longa duração, atendendo jovens e adultos com escolaridade variando do ensino fundamental II incompleto até o ensino superior completo. Destaca-se na sua missão o compromisso de intervenção na realidade local, com o intuito de promover o desenvolvimento local, como indica o inciso 1, parágrafo 1, do capítulo 1 do Estatuto do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul:

O Instituto Federal é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi e descentralizada, especializada na oferta educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

A rede Federal de Educacional Profissional e Tecnológica implantada no estado de Mato Grosso do Sul, em consonância com sua concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), precisará atender as particularidades desse estado multifacetado. Formado por várias etnias: japoneses, árabes, paraguaios, bolivianos, indígenas e outros, requer uma organização curricular/pedagógica coerente com essa dinâmica populacional, bastante heterogênea. E, particularmente na região de fronteira, onde fica evidente a mistura entre povos de diferentes origens, responsáveis pela identidade peculiar da região fronteiriça. Como bem destaca Garcia (2012, p. 23):

Não obstante, a própria identidade fronteiriça se dá na fronteira das identidades, no limite entre dois países, num lugar de troca, de encontro de alteridades. É na fronteira

regional e geográfica que surge o ser fronteiriço, mas é na fronteira, no limite simbólico entre duas identidades nacionais, que surge a identidade fronteiriça. Ela se manifesta no encontro, embora os sujeitos, mesmo sendo fronteiriços, continuem a ser brasileiros ou paraguaios. Na fronteira, há uma troca de culturas e de signos culturais, tais como a comida e a música (GARCIA, 2012, p. 56).

Esse cenário integra o estado de Mato de Grosso do Sul em que, a implantação do Instituto Federal de Educação no Estado, cuja missão, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2019-2023) é:

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional (PDI, 2019-2023).

Considerando tais objetivos, questionamos: Qual a trajetória a ser seguida para se garantir a eficiência na inserção de uma organização educacional com esses moldes, na região de fronteira? Importante dizer que, muito se tem avançado nesse sentido com pesquisas desenvolvidas no Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pesquisas voltadas ao Programa escola de fronteiras, a oferta de ensino técnico na modalidade Ead, além daquelas voltadas a formação de docentes. Não obstante, e com semelhante relevância, destaca-se aqui a dissertação intitulada “ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – Campus Corumbá: A Internacionalização de uma escola técnica na fronteira Brasil-Bolívia”, autoria deste pesquisador, relacionada a esse assunto, cujo estudo resultou em uma demanda que aponta para a necessidade da inserção da temática, “internacionalização” no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Fundamentada por pesquisas bibliográficas e prática de pesquisador – observador, a dissertação supracitada propicia compreender a “internacionalização”, como uma pauta que propiciará promover/articular ações voltadas a qualificação profissional e tecnológica na fronteira, observando às potencialidades humanas e materiais da região.

Notoriamente importante por se tratar de uma Instituição Educacional na região de fronteira, deve-se ter a preocupação com o atendimento para a questão linguística, misturas de culturas na sala de aula, por exemplo. Questões que suscitarão a oferta simultânea de atendimento ao aluno, presencial e via Educação à Distância e, a formação de docentes, são fatores que exigem pesquisa e adaptação para execução.

A inserção da temática “internacionalização” no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Mato do Grosso do Sul, se constitui como

estritamente necessário, pois, é o documento que regula as ações na Instituição, formalizando com a comunidade os passos a serem executados para atingir a meta proposta. As metas propostas nesse documento devem, obrigatoriamente, serem executadas e na impossibilidade devidamente justificadas, sob pena de advertência por órgãos de fiscalização.

Ao passo que a Instituição compreenda a necessidade e insira em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a temática de “internacionalização”, pressupõem-se que ocorrerá o início de um processo de implementação de um programa educacional diferenciado com objetivo de atender as regiões de fronteiras.

Ressalta-se que, a ‘internacionalização’ apontada nesse estudo, não corresponde ao intercâmbio estudantil ou intercâmbio de capacitação docentes, ações estas já desenvolvidas no âmbito das Universidades e Institutos Federais brasileiros. Mas, refere-se a um programa estruturado visando o atendimento as necessidades educacionais da população de fronteira. Onde ocorra o estudo de viabilidade por cursos técnicos que atendam o arranjo produtivo local da fronteira, a população estudantil a ser atendida, a formação continuada do corpo docente e a estrutura disponível para a efetivação dos cursos.

Compete destacar ainda, que a logística de implantação de novos cursos nos Institutos Federais, perpassa por consulta pública aberta a todos os agentes envolvidos (estudantes, empresários, gestores, comunidade em geral), estudo de viabilidade envolvendo análise de corpo técnico e infraestrutura e vínculo com os arranjos produtivos locais.

A proposta de um programa educacional diferenciado para a região de fronteira em tese tem um perfil bilateral, envolvendo ambos os países da região de fronteira, porém entendendo a característica do Instituto Federal em atender as demandas locais de acordo com o arranjo produtivo da região. Não cabe aqui pensar no atendimento a essa premissa somente de um lado da fronteira, especialmente em se tratando de fronteira seca, como os casos de Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai. Outrossim, ao se pensar em fronteira, ou melhor região fronteira, não cabe pensar em separação, países separados por uma linha imaginária, divisória que segrega, mas sim pensar em uma região de constante movimento humano, com características peculiares formadas justamente pela heterogeneidade de seu povo e de sua cultura.

Considerando a concepção da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nesse contexto, de características peculiares que constituem as regiões fronteiriças, deverá romper com o dogma de uma educação padronizada geradora de um conflito cultural presente nas fronteiras brasileiras, como destaca Josgrillbert e Boufleur (2011, p. 6):

Pelo cenário que se descortina, acredita-se que na fronteira se configura um conflito cultural, visto que as escolas brasileiras ainda apresentam um currículo tradicional homogêneo, influenciado pela cultura luso-brasileira, enquanto que ao cultural indígena, pois o país é bilíngue fazendo com que desde cedo as crianças aprendam o guarani e o espanhol, alternando as duas línguas frente às necessidades cotidianas; crianças desse tipo, muitas vezes vêm ser alfabetizadas no Brasil, ou se apresentam em séries posteriores, incluindo-se até o nível universitário. Tem-se assim um currículo padronizado para pessoas diferenciadas. Ultimamente, um trabalho de entrosamento entre as escolas do Brasil e do Paraguai.

Ademais, o IFMS possui uma dinâmica de reestruturação dos PDIs a cada cinco anos, o que permite a inserção de ações visando o atendimento da missão institucional. Ou seja, o IFMS não é uma instituição com padrões “engessados”, possibilitando alteração e/ou inserção de propostas que permitam atendimento as particularidades oriundas da região na qual está inserida.

Conclusões

Assim, vislumbra-se com esse estudo, contribuir com uma proposta de organização educacional diferenciada, que caminhe em consonância com os anseios das comunidades locais, fronteiriças, neste caso, contribuindo sobremaneira para o seu desenvolvimento. A oferta de ensino técnico profissional atendendo à demanda local no que tange ao aproveitamento dos recursos humanos e materiais produzidos na região, fortalece a economia da região. Ação que inevitavelmente promove o desenvolvimento da fronteira e conseqüentemente o desenvolvimento dos países envolvidos. Fazendo com que seja respeitada a identidade fronteiriça e esta seja um marco significativo para o crescimento econômico e social da região.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

BARROSO, Carla Carneiro. Ações e políticas públicas para o desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira. In: BRASIL. *Reunião da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, jun. 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cindra/audiencias-publicas/audiencias-publicas-2013/09-07-13/apresentacoes>. Acesso em: 13 mai. 2018.

BRASIL. *Lei Federal nº 9394, 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – LDB. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. *Educação Profissional e Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*: Documento Base. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional de nível tecnológico*. Brasília: MEC, 2002.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* [en línea], Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 545-562, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27520749002>. Acesso em: 22 jun. 2019.

FAZENDA, Ivani. *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. *A Sociedade Global*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IFMS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. *Estatuto*. Campo Grande: IFMS, 2008.

IFMS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. *Plano de desenvolvimento institucional - 2014 - 2018*. Campo Grande: IFMS, 2014.

JOSGRILBERT, Maria de Fátima V; BOUFLEUR, Emne Mourad. A ação docente na fronteira entre dois países frente à multiculturalidade: diversidade e diferenças culturais na perspectiva do Processo Civilizatório. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSOS CIVILIZADORES: Civilidade, Fronteira e Diversidade, 14., 2012, Dourados. *Anais [...]*. Dourados: UFGD, 2012. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao_Oral/Trabalhos_Completos/Emne_e_Maria_de_Fatima.pdf. Acesso em 13 de maio de 2019.

LIBÂNEO. José C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, Lia Osório; STEIMAN, Rebeca. *Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa escolas bilíngues de fronteira*. Brasília: MEC, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Formação de professores do ensino médio*. Curitiba: MEC, 2013.

PACHECO. Eliezer. *Os Institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: Moderna, 2011.

PEREIRA, Jacira Helena do V. Diversidade cultural nas escolas de fronteiras Internacionais: o caso de Mato Grosso do Sul. *Revista Múltiplas Leituras*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 51-63, jan./jun. 2009

RAFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito C. M. (Org.). *Territórios sem Limites*. Campo Grande: Editora UFMS, 2006.

NOTAS INICIAIS SOBRE O SURGIMENTO DE RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS COTIDIANAS ENTRE PATO BRAGADO E *NUEVA ESPERANZA*, MUNICÍPIOS DA ZONA DE FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAY

Initial Notes on the Emergency of Daily Cross-Border Relations Between Pato
Bragado and Nueva Esperanza, Municipalities of the Brazil-Paraguay Border Area

Notas Iniciales sobre la Emergencia de las Relaciones Transfronterizas Diarias entre
Pato Bragado y Nueva Esperanza, Municipios del Área Fronteriza Brasil-Paraguay

Aline Kammer*
Maristela Ferrari**

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar os fatores que contribuíram para o surgimento de relações transfronteiriças num segmento da zona da fronteira brasileiro-paraguaia, formado pelos municípios de Pato Bragado (Paraná - BR) e *Nueva Esperanza*- (Dept. de *Canindeyú* - PY). A análise, parte do ano de 1982, notadamente ano da formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu quando se observa a emergência de interações transfronteiriças entre os dois municípios. As redes de interação transfronteiriças são recentes e se devem, sobretudo, as profundas mudanças ocorridas na região, com a formação do Lago de Itaipu.

Palavras-chave: Zona de fronteira, redes de interações transfronteiriças, Pato Bragado, *Nueva Esperanza*.

Abstract: This paper aims to analyze the factors that contributed to the emergence of cross-border relations in a segment of the Brazilian-Paraguayan border zone, formed by the municipalities of Pato Bragado (Paraná - BR) and *Nueva Esperanza*- (Dept.

Introdução

Os municípios de Pato Bragado (Paraná) e *Nueva Esperanza*- (Dept. de *Canindeyú* - PY) (Figura 1), estão localizados num segmento da zona de fronteira brasileiro-paraguaia. O limite internacional é antigo, datando de 1872, e foi traçado sob o Rio Paraná. Desde sua demarcação, o limite fora considerado obstáculo para a travessia entre Brasil e *Paraguay*, pois o rio Paraná apresentava desníveis em suas margens e fortes correntezas dificultando a navegação. Entretanto, tal característica foi alterada, notadamente após a construção do reservatório de água da Usina Hidrelétrica de da Itaipu (1982) o que favoreceu

* Graduada em Geografia. Bolsista da CAPES, Mestranda do PPG em Geografia da UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus Marechal Cândido Rondon. E-mail: alinealinekammer@outlook.com.

** Doutora em Geografia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus Marechal Cândido Rondon. E-mail: maristela7ferrari@gmail.com.

de Canindeyú - PY). The analysis begins in 1982, notably the year of the formation of the Itaipu Hydroelectric Power Plant Reservoir when the emergence of cross-border interactions between the two municipalities is observed. It shows that the transboundary interaction networks are recent and due, above all, to the profound changes that occurred in the region, with the formation of Itaipu Lake.

Keywords: Border Area, networks of cross-border interactions, Pato Bragado, Nueva Esperanza.

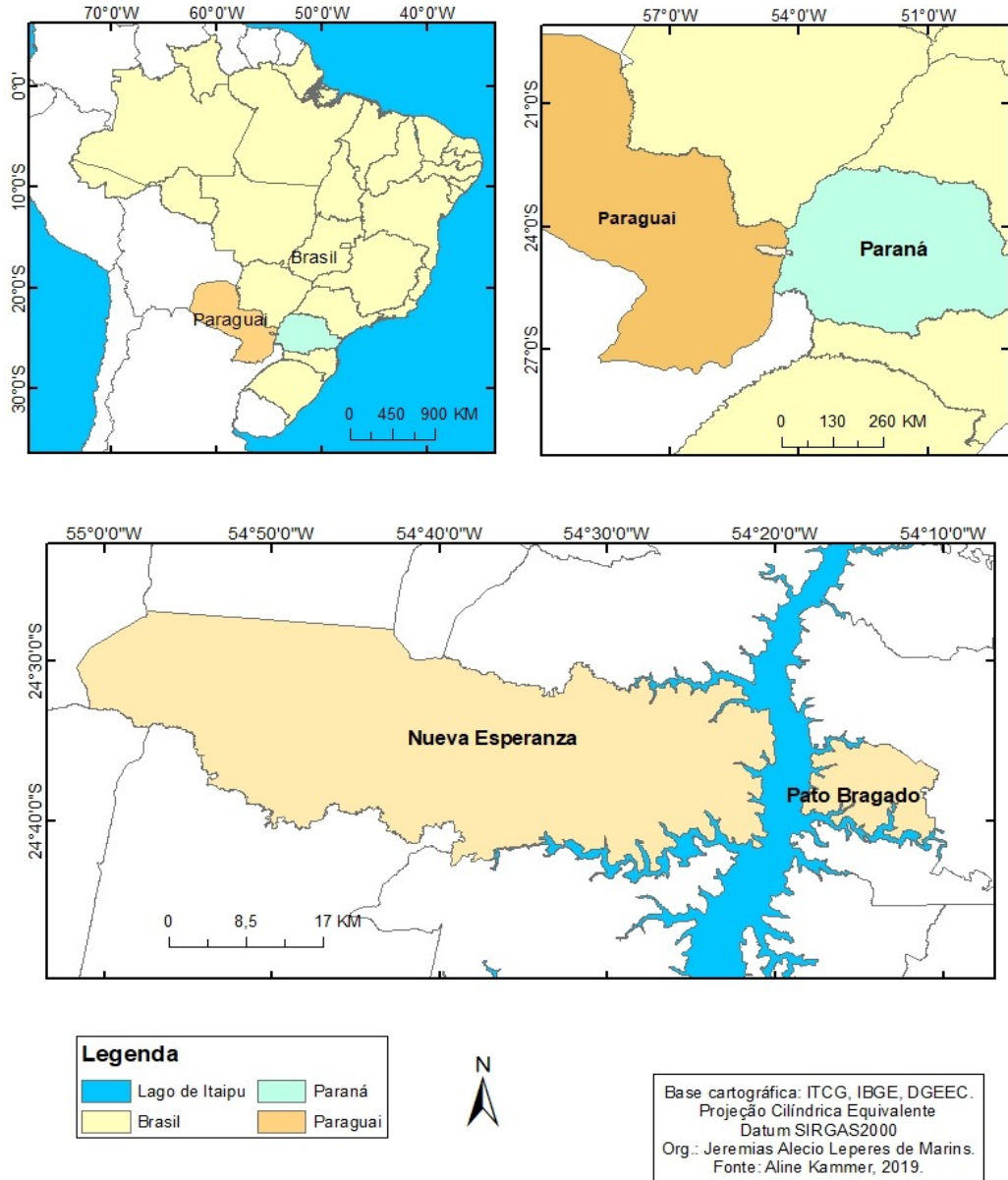
Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar los factores que contribuyeron al surgimiento de las relaciones transfronterizas en un segmento de la zona fronteriza paraguayo-brasileña, formado por los municipios de Pato Bragado (Paraná - BR) y Nueva Esperanza- (Departamento de Canindeyú - PY). El análisis comienza en 1982, especialmente el año de la formación del embalse de la central hidroeléctrica de Itaipú, cuando se observa la aparición de interacciones transfronterizas entre los dos municipios. Las redes de interacción transfronterizas son recientes y se deben, sobre todo, a los profundos cambios que ocurrieron en la región, con la formación del lago Itaipu.

Palabras clave: Zona Fronteriza, redes de interacciones fronterizas, Pato Bragado, Nueva Esperanza.

a navegação e como efeito contribuiu para o desenvolvimento de práticas sócio espaciais transfronteiriças. Neste sentido, pode-se questionar: as relações ou redes de interação transfronteiriças entre os habitantes de Pato Bragado e *Nueva Esperanza* são cotidianas ou esporádicas? Que fatores explicam motivos o estabelecimento de redes de interação transfronteiriças? Existem assimetrias sócio espaciais entre os dois lados do limite internacional? Como os Estados nacionais regulam ali os fluxos transfronteiriços? Essas questões estabelecem um guia para o desenvolvimento do presente trabalho.

Figura 1 – Localização dos municípios de Pato Bragado e *Nueva Esperanza*

Localização de Pato Bragado/BR e Nueva Esperanza/PY



Elaboração: Os autores, 2019.

Materiais e métodos

Nesse trabalho, adotamos o método de pesquisa qualitativo, mais apropriado aos nossos propósitos. Inicialmente, nos pautamos em leituras teóricas sobre zona de fronteira, redes e fluxos. Posteriormente, organizamos as atividades de campo com observações e aplicação de entrevistas abertas e semiestruturadas com moradores de Pato Bragado e *Nueva Esperanza*.

O trabalho foi organizado em duas partes: a primeira desenvolve uma reflexão sobre os conceitos de fronteira, limites, zona de fronteira e redes e mostra como tais conceitos podem auxiliar na análise de uma problemática sobre redes de interações transfronteiriças. Dias (2002), nos lembra que uma das propriedades importantes da rede é a conectividade já que representa as ligações existentes entre lugares. Segundo a autora, ao longo do tempo a *rede* passa a significar um conceito com *nós* que são interligados por vias onde se pressupõe circulação material e informacional. É neste sentido que o conceito de rede será empregado neste trabalho.

Já na perspectiva das interações transfronteiriças Haesbaert (1998, p. 68) argumenta que elas podem ocorrer “[...] tanto sob uma lógica reticular, de redes (de trabalhadores, comerciais, financeiras, culturais, político-eleitorais, ligadas à saúde e educação etc.) quanto sob uma lógica zonal [...]”. A segunda parte do trabalho analisa as principais redes de interações transfronteiriças estabelecidas entre Pato Bragado e *Nueva Esperanza*. Finalizamos o trabalho, tecendo algumas considerações preliminares, tendo em vista que o trabalho faz parte de uma pesquisa maior, a dissertação de mestrado em desenvolvimento.

Zona de fronteira, redes e fluxos

Refletir sobre o surgimento de relações transfronteiriças cotidianas, exige mobilizar conceitos e categorias que auxiliam na análise de tal problemática. Neste sentido, parece adequado recorrer aos conceitos amplamente discutidos e analisados pela Geografia Política, ramo notadamente ligado a Geografia Humana, fronteira, limite, zona de fronteira e redes. Apontaremos inicialmente, o que se entende por fronteira e limite. Sobre os conceitos de limite e fronteira existem numerosos estudos, mas interessa-nos aqui, seguir a ideia de Machado (1988) que mostra as diferenças entre “fronteira e limite” e argumenta que os termos “não são sinônimos”. Na mesma direção, Ferrari (2014) indica que a fronteira pode ser concebida como uma zona geográfica, um espaço que pode conseqüentemente criar relações que ultrapassam o limite de divisão entre dois territórios, logo, a fronteira é uma área habitada, espaço aberto e não fechado, espaço onde podem

se desenvolver interações entre as populações que habitam as margens do limite internacional. (FERRARI, 2014).

Mas mesmo os conceitos de limite e fronteira tendo diferentes acepções, são conceitos intimamente ligados. Podemos perceber sua ligação nas palavras de Raffestin; “o limite é, portanto, uma classe geral, um conjunto cujo a fronteira é o subconjunto (RAFFESTIN, 1993, p. 166)”. Nota-se que, os termos tem uma relação direta, uma coexistência, pois as relações sociais que marcam a fronteira se dão sobre o limite nacional, nas áreas de confluência entre os territórios nacionais.

O limite se faz importante ao Estado Nacional, pois, é através do limite que o Estado estabelece e exerce a sua soberania, jurisdição e até o controle da população. O limite é reconhecido como uma linha e não pode ser habitada, “[...] uma linha puramente imaginária, marcada na superfície terrestre por objetos naturais e artificiais” (MARTIN, 1994, p. 48). O autor, refere-se aos traços cartográficos que delimitam os Estados nacionais, agregam a rigidez ao limite quando delimitam e delineiam o território. A rigidez do limite difere do caráter de movimento da fronteira. Machado (1989), teoriza sobre a diferença entre fronteira e limite:

A palavra fronteira implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere - o que está na frente. A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política. [...] A palavra limite, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização. O monopólio legítimo do uso da força física, a capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos), a capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação [...] (MACHADO, 1998, p. 41-42).

Na explicação de Machado (1998), fica evidente que o conceito de fronteira difere do conceito de limite, embora, no senso comum ordinariamente, os termos sejam tomados como sinônimo. Para a autora a gênese da fronteira é espontânea e demonstra a dinâmica entre as bordas de dois territórios nacionais, com fluxos e interações. Já o limite, está totalmente ligado ao território e a sua demarcação, que com a modernidade e o estabelecimento dos Estados Nacionais, agrega a delimitação do fim da soberania, moeda, língua e jurisdição de um Estado. O limite é, portanto, um traço, algo inanimado e estático que demarca a territorialidade do

Estado Nacional. A fronteira, receptáculo dos povos que habitam suas margens, é o lugar de interação e trocas dadas sob o limite internacional.

Na mesma obra, a autora continua dissertando sobre as diferenças conceituais entre fronteira e limite, parafraseando Machado (1998): As fronteiras estão orientadas “para fora”, caracterizando as forças centrífugas – as forças centrífugas se afastam do centro do Estado Nacional. Esse processo é marcado pelo movimento da sociedade que habita a fronteira, sendo essa, a área periférica do território. Já os limites são orientados “para dentro”, as forças centrípetas – que tendem a se aproximar do centro, é a área de controle territorial, marca com uma linha a territorialidade do Estado. Portanto, a fronteira é um lugar de interação, o limite marca a separação entre dois Estados nacionais, duas jurisdições ou duas unidades políticas soberanas. É comum observar no segmento fronteiro estudado, que compreende aos municípios de *Nueva Esperanza* e Pato Bragado, interações entre a sociedade fronteiriça. Os fluxos entre os fronteiriços, perpassam o limite jurídico entre os Estados nacionais do Brasil e do *Paraguay*.

Analisando a mobilidade e a porosidade em espaços fronteiriços da América do Sul, Machado (2005) também propõe pensar a fronteira como “sistema aberto” e inspirada em *Johon House* (1980) a autora sugere que em análises que abordem redes e fluxos transfronteiriços pode-se mobilizar o conceito de *zona de fronteira*. Para ela o “conceito de zona de fronteira se caracteriza por interações transfronteiriças” interações que formam um meio geográfico próprio só perceptível na escala local/regional. (MACHADO, 2005, p. 259). Na mesma direção Ferrari (2013) indica que:

A zona de fronteira é espaço que se encontra na confluência do limite entre dois territórios nacionais. [...] ela remete à ideia de ligação entre territórios e, para apreendê-la é necessário considerar o conjunto territorial de ambos os lados do limite internacional, pois se trata de outra territorialidade que vai reconfigurar o espaço territorial dividido. (FERRARI, 2013, p. 88)

A autora pondera ainda sobre interações transfronteiriças em zona de fronteira e salienta que:

[...] as interações em zonas de fronteira [...] não se desenvolvem somente no sentido econômico, elas envolvem todo um conjunto de interações materiais e imateriais, como as simbólicas, culturais e identitárias, pois são vinculadas umas às outras justamente porque elas são estabelecidas por sujeitos (fronteiriços) que em sua realidade cotidiana atuam de forma relacional num conjunto sócio-territorial que envolve os dois lados do limite internacional (FERRARI, 2013, p. 88-89).

Ao compreender o conceito de zona de fronteira e de interações transfronteiriças, fica claro que fluxos e as redes estão na base das nas práticas sócio espaciais

transfronteiriças. Neste sentido, é importante precisar as noções de fluxos e redes. Milton Santos (1999) ao refletir sobre redes geográficas, pondera igualmente sobre fixos e fluxos. Segundo o autor, as redes geográficas são formadas por um conjunto de pontos fixos, esses fixos são interligados por fluxos por onde circulam bens materiais e imateriais. Tal ponderação pode ser associada à análise das práticas sócio espaciais transfronteiriças já que elas ligam dois conjuntos espaciais (*Nueva Esperanza* e Pato Bragado), uma ligação que se faz por meio de fluxos estabelecidos por redes sociais (fronteiriças).

Segundo Ferrari (2011/ 2014), uma das especificidades das zonas de fronteira são essas interações dadas através das redes e fluxos. Tais interações, não são apenas as econômicas-comerciais, mas também as de ordem sociais e culturais. As interações transfronteiriças dizem respeito às inter-relações promovidas historicamente e passíveis de serem promovidas de um lado ao outro do limite internacional, sobretudo na zona de fronteira. Ainda segundo Ferrari (2011), as interações transfronteiriças, sejam econômicas, sociais ou culturais podem ser apreendidas a partir da noção de rede, já que as interações pressupõem entrelaçamento de lugares e pessoas gerando fluxos de diferentes naturezas e que podem estar articulados em diferentes escalas e não somente entre lugares contíguos ao limite internacional.

O conceito de rede, baseado nas relações sociais vividas nessas áreas fronteiriças é “a rede concebida aqui é componente fundamental na articulação e na desarticulação dos territórios” (MACHADO, 1998 p.21). A articulação desses municípios é feita pelos fronteiriços. Os Estados nacionais não oferecem suporte, há apenas duas estruturas portuárias – Porto Britânia e Puerto Marangatú, sendo o último construído pela comunidade Paraguaia, com taboas e estrutura precária em madeira oferecendo risco à população.

As relações estabelecidas nesse recorte espacial, ocorrem sem fiscalização mesmo sendo vias de fluxo entre diferentes territórios nacionais. Observamos inicialmente que, algumas redes estabelecidas no segmento fronteiriço, se articulam através de amigos, parentes e vizinhos. Esses, auxiliam por meio de informações, estimulam a formação de uma rede internacional, é o que Scherer-Warren (2005) chama de rede social ou rede de solidariedade, quando as redes de solidariedade se constituem num movimento social e extrapolam os limites locais atingindo escalas internacionais.

A partir da noção de zona de fronteira como espaço de interações transfronteiriças, sugerida por Ferrari (2015), pode-se analisar a zona fronteiriça como espaço social aberto, onde se estabelecem relações reticulares. Daí, a importância de teorizar, analisar e aplicar o conceito de rede em nosso artigo, sobretudo da

rede social. Para Matos (2013), as redes sociais, são um conjunto de relações resultantes da articulação de pessoas ou de instituições sociais, localizadas em espaços contíguos ou lugares distantes. Além disso assumem outro caráter, o de redes sociais pessoais, e estão diretamente ligadas a fluxos de trabalhadores, redes de parentesco e redes de amizades.

Surgimento e tipo de redes transfronteiriças estabelecidas entre Pato Bragado e *Nueva Esperanza*

As redes de interações transfronteiriças cotidianas, estabelecidas entre Pato Bragado e *Nueva Esperanza* são recentes, se iniciam efetivamente após a construção do Lago de Itaipu ou Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Ainda que no passado tenha havido relações comerciais entre Brasil e *Paraguay* por este ponto de fronteira, onde inclusive foram estruturados os portos: Porto Britânia e o *Puerto Marangatú*, tais relações comerciais eram esporádicas e não cotidianas, se faziam notadamente durante ciclos produtivos (ciclo da erva-mate, da hortelã e da madeira). Os produtos eram exportados de um país ao outro via rio Paraná.

Portanto, pode-se dizer que o surgimento de relações transfronteiriças cotidianas entre as populações dos municípios de Pato Bragado e *Nueva Esperanza* são recentes e emergem após a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, obra que transformou a fronteira obstáculo em fronteira porosa e favoreceu a navegação e por consequência as relações cotidianas entre habitantes fronteiriços. Assim, após a formação do lago de Itaipu as populações de ambos os lados do limite brasileiro-paraguaio reativam o antigo ponto de passagem entre os dois territórios e dão início a interações transfronteiriças cotidianas de natureza diversas. Deste modo, fica claro que tal ponto de passagem não foi legalizado pelos Estados brasileiro e paraguaio, foi ativado pelas populações daquele segmento de fronteira, que passam a estabelecer relações transfronteiriças particulares, notadamente após a formação do Lago de Itaipu. Portanto, as redes de interações transfronteiriças que lá ocorrem, se fazem à revelia dos Estados nacionais e, mesmo no contexto do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), são consideradas ilegais.

Durante as primeiras pesquisas de campo, identificou-se que as principais redes transfronteiriças de Pato Bragado em direção a *Nueva Esperanza* são constituídas, por trabalhadores e agricultores brasileiros que são proprietários de terras em *Nueva Esperanza*. Suas propriedades são mantidas em *Nueva Esperanza* e promovem fluxos de trabalhadores fixos que atravessam a fronteira cotidianamente e trabalhadores sazonais (que geram fluxos em períodos de cultivo e colheita

de produtos em propriedade de brasileiros dentro do Paraguay). Após um levantamento de dados sobre a estrutura fundiária de *Nueva Esperanza*, pôde-se identificar que a questão agrária no município é muito latente, posses irregulares, conflitos e pressão ao pequeno agricultor por parte dos latifundiários que dominam agricultura em *Nueva Esperanza*. Tanto os trabalhadores fixos quanto os sazonais, promovem fluxos de interações que partem de Pato Bragado em direção a *Nueva Esperanza*. Esses trabalhadores são operadores de maquinário agrícola, peões para a colheita e agrônomos, etc. Além disso, em função da migração brasileira, na década de 1975 e 1980, para o interior do município de *Nueva Esperanza*, identificamos fluxos de parentes e amigos que geram mobilidade cotidiana entre os dois lados do limite.

Já de *Nueva Esperanza* em direção a Pato Bragado, observamos que as principais redes de interações transfronteiriças se estabelecem pela busca de serviços de saúde (serviços médico-hospitalares, odontológicos e outros), serviços de educação e serviços comerciais (compra de produtos e mercadorias de consumo corrente em supermercados do lado brasileiro) além de redes sociais formadas por parentes e amigos.

Referente a busca de serviços de saúde pelos habitantes de *Nueva Esperanza*, como os serviços médico-hospitalares procurados em Pato Bragado, identificamos que, embora existam clínicas em *Nueva Esperanza*, Centro Médico Santa Clara, uma clínica particular que apresenta atendimento a comorbidades de média atenção, *Clinica Nueva Esperanza* com atendimento público, ambas localizadas na área urbana de *Nueva Esperanza*, quem busca serviços médico-hospitalares em lado brasileiro são pessoas residentes em áreas periféricas, como as comunidades de *Colônia Marangatú*, *Puerto Marangatú*, *Vila Primero de Marzo*, *Colônia Velha*, *Isla Verde*, *Km 3*, *Km 8*, *Km 10*, *Km 16*, *Km 18* e *Km 24*, onde existe uma única clínica *Unidad de Salud de la Familia* localizada na *Vila Primeiro de Marzo*, com atendimentos de comorbidades leves. Por outro lado, uma justificativa comum entre os paraguaios que buscam tais serviços em lado brasileiro, é de que o lado brasileiro oferece mais especializações em serviços médico-hospitalares.

O município de Pato Bragado conta com Centro de saúde, uma Unidade de Atendimento para a Família (ambos públicos) e Hospital *Villela Capriotti* (público-privado) com corpo clínico capacitado para médias comorbidades. Pôde-se identificar que, os atendimentos a moradores de *Nueva Esperanza* em Pato Bragado surgem das áreas periféricas localizadas a leste de *Nueva Esperanza*. A unidade de saúde dessa localidade, não supre a demanda da área e os atendimentos ali ofertados são de baixa complexidade, comorbidades mais graves devem ser levadas para *Nueva Esperanza* ou *Salto Del Guairá*.

O acesso ao atendimento de saúde nas clínicas públicas de Pato Bragado é possível¹, mediante apresentação do cartão do SUS e/ou ter o cadastro de município. No sentido de adquirir os documentos necessários para a comprovação de endereço, os moradores de *Nueva Esperanza*, articularam-se através de redes de solidariedade com amigos ou familiares. Os fronteiriços utilizam contas de luz, água ou documentos formais autenticados no cartório, de familiares e conhecidos. Foi observado que, uma porcentagem desses moradores de *Nueva Esperanza*, tem propriedades em Pato Bragado o que facilita retirada de documentação para atendimento. As redes de interações transfronteiriças estabelecidas em busca de saúde, são comuns nas zonas de fronteira brasileiras, não sendo um caso isolado apenas no segmento entre Pato Bragado e *Nueva Esperanza*. Nesse sentido, o governo brasileiro por meio do Ministério da Saúde, criou o SIS-Fronteira, em 2005, com o objetivo de planejar e lançar ações e acordos bilaterais ou multilaterais entre os países fronteiriços, após diagnóstico da situação de saúde além do território nacional. Mas esse projeto, não avançou e deixando de repassar recursos aos municípios fronteiriços como Pato Bragado (FERREIRA, 2015).

As interações estabelecidas pelos fronteiriços do lado paraguaio em direção ao lado brasileiro não se limitam a busca por serviços de saúde. Outra rede que se destaca é a rede em busca de educação de *Nueva Esperanza* para em Pato Bragado. No setor da educação, Pato Bragado conta com uma rede pública de ensino que inicia no Centro Municipal de Ensino Infantil Gotinha de Mel, passando pela escola Municipal Marechal Deodoro até o Ensino Médio no Colégio Estadual Pato Bragado (essas são as únicas escolas em Pato Bragado). *Nueva Esperanza* oferece serviços de educação, as escolas localizadas na área urbana são *Escuela San Jose Obrero* (Ensino superior privado), *Escuela San Antonio* (Ensino infantil, fundamental e médio público). Nas áreas rurais existem as escolas públicas: *Escuela Mariscal Lopez* e a *Escuela Isla Verde*, que conta com ensino básico e ensino médio. Segundo a pesquisa de campo, as redes em busca de ensino no lado brasileiro são estabelecidas a partir das localidades de *Colônia Marangatú*, *Puerto Marangatú*, *Vila Primero de Marzo*, *Colônia Velha*, *Km 3*, *Km 8*, *Km 10*, *Km 16*, *Km 18* e *Km 24*, que contam com as escolas do campo.

Os moradores das localidades e vilas paraguaias acima mencionadas, em entrevista, consideram o ensino naquelas escolas de “pouca qualidade” e apontam para um problema recorrente em períodos chuvosos “cancelamento das aulas”. O acesso as escolas, ocorre por vias sem pavimentação e em péssimas condições para trafego, além disso, há quedas de energia constantes, de forma

¹ Existe o atendimento que é prestado aos paraguaios e não cobra o cartão do SUS é o atendimento emergencial, quando o sujeito corre algum risco de perder a vida ou em caso de febre, vômito ou diarreia.

que, as aulas são canceladas no período chuvoso, fazendo com que os conteúdos fiquem atrasados e falhos para os alunos dessas localidades, por essa razão buscam serviços de educação em lado brasileiro. Essa rede se estabelece de duas formas, com a migração pendular dos alunos e com a migração de *Nueva Esperanza* para Pato Bragado. Com a migração pendular, esses alunos deslocam-se diariamente de *Nueva Esperanza* para Pato Bragado, nesse processo, destacamos a importância das redes de solidariedade, para o uso da documentação para comprovante de residência no caso desse aluno não ser filho de proprietários de terras em Pato Bragado.

A migração pode ser classificada de duas formas: toda a família migra para Pato Bragado ou o aluno paraguaio migra sozinho para casa de amigos e familiares em Pato Bragado. Ao que tudo indica há solidariedade entre habitantes dos dois lados do limite na busca de determinados tipos de serviços públicos no lado brasileiro. Essa solidariedade se estabelece por meio de amigos e parentes gerando uma rede social ou rede de solidariedade, como destacada por Scherer-Warren (2005, p. 41) quando indica que “[...], as redes de solidariedade constituem-se num movimento social que poderão extrapolar os limites locais atingindo escalas internacionais”.

Outra rede que se destaca de *Nueva Esperanza* para Pato Bragado é a política. Identificamos que moradores de *Nueva Esperanza*, normalmente brasileiros que moram no lado paraguaio possuem documentação brasileira, como o título e ainda que residam em lado paraguaio são votantes no município brasileiro. Nesse sentido, é comum os candidatos a vereador(a) ou prefeito(a), deslocar-se a *Nueva Esperanza* para fazer campanha eleitoral. Inclusive, há candidatos na eleição municipal, que moram em *Nueva Esperanza*.

Além das redes acima identificadas, constata-se que desde a década de 1980, há a rede do contrabando. Tal rede vem desde a década de 1980, quando era comum contrabandear do lado brasileiro para o lado paraguaio notadamente produtos como o café e óleo de hortelã, que eram remetidos por portos clandestinos do Brasil para o Paraguai. O contrabando do café ocorria de Pato Bragado até *Puerto Marangatú*, uma vez em território paraguaio era distribuído para diversos pontos de venda e beneficiamento de café no Paraguai. Já o contrabando de óleo de hortelã dava-se entre *Nueva Esperanza* e Pato Bragado. Ambas as redes, se estabeleciam devido a diferença nos preços pagos pelo produto, assim, visando maior lucratividade os produtores contrabandeavam os produtos ao país vizinho. Atualmente, as redes de contrabando continuam a se estabelecer entre Pato Bragado e *Nueva Esperanza*, mas essas, levam outros produtos, como agrotóxicos, drogas e cigarros, sendo comum na mídia regional notícias sobre apreensões

expressivas desses produtos. Atualmente os fluxos de contrabando ocorrem de *Nueva Esperanza* para Pato Bragado.

Outra rede que estabelece entre esses municípios, ocorre pelo fator econômico-comercial e embora se modifique em termos de produtos e mercadorias, devido à variação cambial, gera interações cotidianas na zona de fronteira analisada. Os habitantes das áreas periféricas leste de *Nueva Esperanza*, buscam por produtos e mercadorias de consumo corrente em Pato Bragado, nessas localidades o comércio, não atende às necessidades dos seus moradores. Portanto esses fronteiriços deslocam-se até o comércio de Pato Bragado para efetuar suas compras. Os principais produtos identificados nesses fluxos são: produtos de consumo corrente (alimentícios e especialmente industrializados), roupas, calçados, medicamentos. Além disso, com o uso do telefone e de aplicativos como o *WhatsApp*, os fronteiriços solicitam a mercadoria aos comerciantes, que as levam ao Porto Britânia e lá o balseiro entrega o dinheiro dos produtos e os atravessa e os entrega ao comprador.

Considerações finais

Identificamos que a ocupação e colonização desse segmento fronteiriço, obedeceram ao mesmo processo, inicialmente com a entrada das *Obrageras* e posteriormente com a entrada das *Colonizadoras*. O período conhecido como *Obrages*, estabelecia fluxos de trabalhadores entre o Brasil e o *Paraguay*. Esse processo, era propulsor de interações esporádicas, com fluxos de trabalhadores na fronteira e fluxos de comércio internacional, importação e exportação dos gêneros explorados pelo extrativismo; madeira e erva-mate.

Constatamos que, as redes de interações transfronteiriças passaram a ocorrer de forma cotidiana entre os municípios de Pato Bragado e *Nueva Esperanza* a partir da formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu em 1982. Esse, facilitou o estabelecimento de fluxos e redes entre os fronteiriços. As redes de interações transfronteiriças passam se estabelecer com as mais diferentes demandas, redes em busca de serviços médicos hospitalares, redes em busca de educação, redes econômico comerciais, redes de agricultura e redes de parentesco e amizade.

Através dos dados coletados nas atividades de campo, verificamos que as redes de interações transfronteiriças estabelecidas de Pato Bragado para *Nueva Esperanza*, estão ligadas diretamente a agricultura, e esses fluxos se dão com os proprietários e trabalhadores do campo sazonais. Esses moradores de Pato Bragado se deslocam a *Nueva Esperanza* especialmente nos períodos de plantio e colheita de soja e o milho. Além disso, no setor agrário há um problema que se arrasta desde a colonização do município, muitas terras foram e são comercializadas sem

posse. Nesse sentido, os entrevistados relataram a situação, conflitos, grilagem e perda de terras no município, essa situação está diretamente ligada as fortes redes de migração estabelecidas na década de 1970 para as terras de *Nueva Esperanza*.

Podemos identificar que, as principais redes estabelecidas de *Nueva Esperanza* para Pato Bragado, assumem outra característica e ocorrem devido a assimetrias existentes entre os municípios, notadamente, no que tange os serviços básicos como saúde e educação. A desigualdade entre as áreas estudadas é bastante significativa, e tem destaque na área periférica leste de *Nueva Esperanza*, que compreende as localidades de *Colônia Marangatú*, *Puerto Marangatú*, *Vila Primero de Marzo*, *Colônia Velha*, *Isla Verde*, *Km 3*, *Km 8*, *Km 10*, *Km 16*, *Km 18* e *Km 24*. Os governantes de *Nueva Esperanza*, falham na prestação de serviços básicos a essas comunidades que, precisam se deslocar para o centro de *Nueva Esperanza* ou *Salto del Guairá*. As condições das vias acesso e distância geográfica para a área urbana de *Nueva Esperanza*, tornam-se um empecilho a essa busca, fazendo com que essa demanda de serviços básicos como educação e saúde seja atendida em Pato Bragado. Podemos perceber que, os governantes de *Nueva Esperanza* falham na prestação de serviços básicos as vilas localizadas em sua área periférica leste.

Além dessas redes contatamos a presença da rede que se perpetua através das décadas, a rede do contrabando, inicialmente com o café e a hortelã que se estruturou pelo diferencial de preços entre os dois países. Atualmente essa rede se estabelece de *Nueva Esperanza* para Pato Bragado, organizada especialmente por grupos de narcotráfico transfronteiriços que tem seus membros espalhados nos dois municípios. Os principais produtos transportados são; cocaína, maconha e cigarro.

Constatamos que, as redes de interação transfronteiriças, se estabelecem por diferentes buscas entre esses municípios. Mas, uma rede tem a mesma motivação, a rede de parentesco e amizades. Essas redes, se estabelecem, pois, em diferentes períodos históricos (ciclo do café, hortelã), ocorreram migrações entre os municípios de Pato Bragado e *Nueva Esperanza*, com isso, algumas famílias têm entes dos dois lados do limite internacional. Essa rede, se acentua principalmente no período de férias, feriados e finais de semana propícios para visitar e matar a saudade dos familiares.

Referências

COELHO, Douglas Cristian. *Conflitos agrários na fronteira entre o Brasil e o Paraguai: o caso de Colônia Marangatú/PY*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste Paranaense, Marechal Cândido Rondon, 2015.

- COLODEL, J. *Então corra, porque a Coluna vem aí!* No dia em que Foz do Iguaçu caiu sem que se disparasse um tiro sequer. 2010. Disponível em: <http://jacolodel.blogspot.com/2010/12/entao-corra-porque-coluna-vem-ai-no-dia.html>. Acesso em: 8 dez. 2018.
- CORREA, Roberto Lobato. Dimensões de análise das redes geográficas. In: CORREA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CÔRREA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. *Cidades*, São Paulo, v. 16, p.199-2018, 2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/2378/2122>. Acesso em: 1 mar. 2019.
- DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. Lima da. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. da C.; CORREA R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- FERRARI, Maristela. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e paraná e a província de Misiones (século XX e XIX)*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2011.
- FERRARI, Maristela. Zona de fronteira, cidades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do MERCOSUL. *Revista Transporte y Territorio*, Buenos Aires, v. 1, p. 87-103, 2013.
- FERREIRA, Clarisse *et al.* O SIS-Fronteira na perspectiva dos profissionais de saúde atuantes no município de Corumbá-MS. In: MORETTI, César Eduardo, MARIANI, Milton. *Estudos fronteiriços: desafios perspectivas e práticas*. Campo Grande: Editora UFMS, 2015.
- HAESBAERT, Rogério. Região e Redes Transfronteiriças em Áreas de Migração Brasileira nos Vizinhos do Mercosul. In: STROHAECKER, Tânia Marques *et al.* (Orgs.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998. p.59-68.
- MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidades, redes. Cidades Gêmeas na fronteira sul americana. In: SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 244-280.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques *et al.* (Orgs.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.
- MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto, 1997.
- NICKSON, R. A. Colonización brasilera en la Región Oriental del Paraguay. In: FOGEL, R.; RIQUELME, M. *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza*. Assunción: CERI, 2005.
- SANTOS, Gisleine. Redes e territórios: reflexões sobre a migração. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. Lima da. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SHERER, Warren. Redes de movimentos sociais no mundo multicultural. *Katalasys*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 24-31, jan./jun. 2005.
- SILVA, Manoel Henrique. *Fronteiriços: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio*. Maringá: Eduem, 2010.
- WACHOWICZ, R. C. *Obrageros, Mensus e colonos*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

A CONSOLIDAÇÃO DA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE E AS RELAÇÕES COM O PARAGUAI AO LONGO DOS DIFERENTES PERÍODOS DA HISTÓRIA BRASILEIRA

The Consolidation of the International Border in Mato Grosso do Sul and the Relations with Paraguay Throughout Different Periods in Brazilian History

La Consolidación de la Frontera de Mato Grosso do Sul y las Relaciones con el Paraguay a lo Largo de los Diferentes Períodos de la Historia Brasileña

Robson de Araújo Filho*

Camilo Pereira Carneiro Filho**

Tito Carlos Machado de Oliveira***

Resumo: O trabalho traz a evolução das relações Brasil-Paraguai enfocando a formação da fronteira e zona fronteiriça do atual estado de Mato Grosso do Sul com o país vizinho, para demonstrar o incremento gradual e contínuo historicamente, e o papel primordial das fronteiras neste processo. As seções equivalem períodos históricos representativos e definidores dos eventos ali ocorridos. As interações entre os países abrangeram inicialmente estratégias bélicas e disputas territoriais, passando à forma colonizadora, e são, desde o fim do governo Stroessner e do advento do Mercosul, regidas por investimentos em infraestrutura e desregulação ou simplificação tributária, impulsionando o dinamismo nas áreas de fronteira.

Palavras-chave: Paraguai, Fronteira, Mato Grosso do Sul, Matte Larangeira, Migrações.

Abstract: The article presents the evolution of Brazil-Paraguay relations, focusing on the formation of the border line and border area (frontier) between what is now the state of "Mato

Introdução

Definidos no decorrer do processo de colonização da América, os limites internacionais costumam ser arbitrários, retilíneos e ignorar tanto acidentes naturais quanto as populações originais (não raro deliberadamente, de modo a fragmentá-las), como é o caso do Tratado de Tordeilhas, de 1494, (primeiro dispositivo de separação entre os locais de estudo deste texto). Quando, por outro lado, são construídos ao longo do tempo, os limites entre Estados nacionais trazem consigo um traçado que permite remontar a diversos períodos históricos, refletindo com maior clareza a relação

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da UFGD. Especialista em Construção Civil e Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo no câmpus Jardim do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: arqrobsonfilho@gmail.com.

** Doutor em Geografia. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da UFGD. E-mail: camilofilho@ufgd.edu.br.

*** Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da UFGD. E-mail: tito.ufms@gmail.com.

Grosso do Sul” in Brazil and Paraguay, aiming to demonstrate that such relations increase gradually and continuously in each historic period, with borders playing a prime role. Each section is equivalent to a representative, defining historic period that shaped the events occurring there. Interactions between those countries ranged initially from hostility, with territorial disputes, passing to colonization, and are now, since the end of Stroessner era and the advent of Mercosur, governed by investments in infrastructure and deregulation or tax simplification.

Keywords: Paraguay, Borders, Mato Grosso do Sul, Matte Larangeira, Migrations.

Resumen: Este artículo presenta la evolución de las relaciones Brasil-Paraguay, enfocando la formación de la frontera y zona fronteriza del actual estado brasileño de “Mato Grosso do Sul” con Paraguay, buscando demostrar que estas relaciones han crecido gradual y continuamente, y que las fronteras tuvieron rol primordial en su definición. Se divide en secciones que equivalen a períodos históricos determinantes de los eventos que allí ocurrieron. Las interacciones entre los países inicialmente abarcaran estrategias bélicas y disputas territoriales, pasando a la forma colonizadora y son, desde el fin del gobierno Stroessner y de la creación del Mercosur, regidas por inversiones en infraestructura y desregulación o simplificación tributaria.

Palabras clave: Paraguay, Frontera, Mato Grosso do Sul, Matte Larangeira, Migraciones.

desenvolvida pelas comunidades com o espaço.

No contexto sul-americano, Brasil e Paraguai passaram por uma fase inicial de definição arbitrária, com o Tratado de Tordesilhas, a uma definição construída historicamente, iniciada com o Tratado de Madri (1750) e alterada por eventos como a Guerra do Paraguai (1864-1870) e, por fim, o Tratado de Itaipu, que deu origem à hidrelétrica de Itaipu Binacional e pôs fim ao conflito em torno das Sete Quedas.

A zona de fronteira entre Brasil e Paraguai, quando comparada a outros locais, apresenta povoamento não indígena mais tardio e esparsos, agravado pela distância do litoral e de regiões de mineração, em um primeiro momento, e de grandes centros urbanos e industriais, posteriormente. Atualmente, esta zona de fronteira apresenta uma economia dinâmica, uma cultura rica e diversa, mas também é marcada por conflitos socioespaciais.

Com o objetivo de analisar o processo de ocupação da fronteira Brasil-Paraguai, enfocando a faixa de fronteira sul-mato-grossense e os departamentos paraguaios limítrofes, o presente trabalho é baseado em pesquisa bibliográfica e documental e visa aferir o aumento gradual e constante do vínculo entre os dois países, em que a fronteira desempenha papel primordial. Compreende seis partes, a começar com esta introdução, organizadas por períodos histórico-políticos que repre-

sentam estágios da relação entre os dois países e o gradual incremento de seu vínculo, no marco temporal que abrange o período entre o final do século XV e os dias atuais. A segunda e terceira seções tratam do período de expansão e disputa territorial, marcado por eventos importantes como tratados e a Guerra da Tríplice Aliança. A quarta e quinta seções retratam a República Velha, o Estado Novo e os governos militares, período de incremento da atuação estatal e ocupação do território fronteiriço. Por fim, a sexta e sétima seções abordam as transformações econômicas e espaciais ocorridas desde a criação do Mercosul.

As estratégias de ocupação territorial no período colonial

Mesmo antes de ser ocupada por europeus, a região que corresponde hoje aos territórios de Brasil e Paraguai, já tinha, de certa maneira, fronteiras estabelecidas. O Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha, dividia o globo entre os impérios. Consistia em uma linha reta imaginária traçada a partir de 370 léguas contadas a partir das ilhas de Cabo Verde. Torrecilha (2004) destaca que o fato de o documento ter sido assinado antes do *descobrimento* corrobora a teoria da intencionalidade dos portugueses, ou seja, de que já se conhecia a existência de terras a leste daquele meridiano, bem distantes da África.

Tordesilhas representava uma barreira artificial, difícil de ser delimitada e respeitada na prática. A circulação de colonizadores além do “território formal” ocorria desde os primórdios da nova colônia, porém, Portugal tardou a investigar sistematicamente o território que corresponde hoje ao extremo oeste brasileiro. Os paulistas, navegando o Tietê e logo o Paraná, puseram-se cedo em contato com a colonização hispânica e as missões na região do Paraguai. Tal contato, todavia, não era amistoso e diversos núcleos instalados no processo de colonização paraguaia foram destruídos ou cooptados pela Coroa Portuguesa. Entre os povoados importantes na região, derivados de missões jesuíticas, estão a antiga Santiago de Xerez, (região dos Itatins, inicialmente entre os rios Miranda, Apa, Paraguai e a Serra de Maracaju e logo transferida para mais próximo do rio Miranda), Ciudad Real del Guairá (no atual estado do Paraná) e Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul. Os fortes também foram cruciais para consolidar a posse do território além da linha imaginária do Tratado (TORRECILHA, 2004).

Nos primeiros dois séculos da colonização, a expansão se dava por bandeiras e entradas (séculos XVI e XVII) e, no século seguinte, por monções. Os bandeirantes paulistas – embora se propague que nos domínios da coroa portuguesa não se escravizassem os gentios – comportaram-se até o século XVIII como aprisionadores de índios. As missões jesuíticas da região do Paraguai estavam entre seus alvos (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A parca ocupação não indígena do território e sua vastidão fizeram com que se atentasse a focos distantes da linha de disputa e que, à primeira vista, não pareciam estar relacionados. As duas coroas buscavam garantir imensas faixas de proteção às suas maiores fontes de riqueza naquele momento: as Minas Gerais, para Portugal, e as minas de Potosí, para a Espanha, reciprocamente cobiçadas. Estavam em jogo também interesses privados dos colonos em relação a suas poses e negócios, e o imperativo de sobrevivência das etnias indígenas e suas áreas tradicionais, o que determinava alianças ou disputas com o homem branco. As monções surgem nesse contexto, e foram expedições paulistas que partiam em direção ao oeste, mais intensamente entre 1720 (após a descoberta de ouro, em 1718, na região da atual Cuiabá) e 1839, após a independência. Dentre os diversos percursos, o considerado mais eficaz partia do rio Tietê e rumava contra a corrente pela bacia do rio Paraná, transpondo-se para a bacia do rio Paraguai (varadouro) pela Serra de Maracaju, divisora de águas. O varadouro e a navegação do trecho mais difícil ocorriam em território pertencente atualmente a Mato Grosso do Sul, na região dos municípios de Camapuã e Coxim (SILVA, 2007). O esgotamento do ouro na região, a dependência dos ciclos hidrográficos e o desenvolvimento de rotas terrestres tornaram as monções cada vez mais inviáveis no fim do século XVIII, e a última delas ocorreu em 1839.

Por sua vez, o extremo sul do Brasil foi um território incorporado tardiamente. Sua posse era nebulosa, a despeito de seu valor estratégico, já que por ela se acessava a região da Bacia do Rio da Prata. Foi inicialmente ocupada por padres vindos do Paraguai em 1626, que fundaram missões para o aldeamento de índios (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Nesse contexto, em 1750, firmou-se o Tratado de Madri, baseado no princípio do *uti possidetis* e também pelo princípio de fronteiras naturais, em que a demarcação dos limites internacionais se dá a partir de acidentes geográficos, tais como rios, montanhas, entre outros. Essa doutrina seria novamente aplicada no século XIX quando, já independentes, os novos Estados precisavam delimitar suas fronteiras (ALBUQUERQUE, 2010; TORRECILHA, 2004).

Os conflitos e a consolidação da fronteira no Brasil Império

O Tratado de Madri consolidou as doutrinas que o balizaram, de determinação das fronteiras segundo a ocupação e, em segundo caso, por acidentes geográficos. Com as independências dos países sul-americanos houve o interesse em se erguer uma única soberania rio-platense. Face a este cenário, no Brasil, foi promulgada Lei de Terras (1850), que dispunha sobre terras devolutas do Império. As frontei-

ras receberam especial atenção nesta lei: não era permitida a aquisição de terra devoluta a não ser por compra, exceto aquelas “*situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente*”. A mesma lei previa a possibilidade de naturalização de estrangeiros que comprassem terras e a formação de colônias (BRASIL, 1850), promovendo, assim, a ocupação do território para protegê-lo. Foram fundadas diversas colônias militares, três delas na região próxima ao Paraguai: Nioac (1854), Rio Brillhante (1854) e Dourados (1856), na região do atual Mato Grosso do Sul (MATTOS, 1990, apud OLIVEIRA, 2008).

A Guerra do Paraguai foi motivo de grande desequilíbrio financeiro para o Brasil e alterou a geopolítica da América Platina. Custou onze vezes o orçamento do governo para 1864, criou enorme déficit e monopolizou as atenções do governo, adiando até a questão abolicionista (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Suas origens remontam a outros conflitos na região, mas a questão ganhou corpo em 1863, com a guerra civil no Uruguai, em função da divisão entre os partidos *Colorado* (apoiado por Brasil e Argentina) e *Blanco* (apoiado pelo Paraguai). Desde que Francisco Solano López assumira o poder no Paraguai, em 1862, substituindo seu pai, Carlos Antonio López, recrudescera a disputa entre este país e o Brasil pelo comércio de erva-mate, principal produto na economia local. Assunção percebia no Uruguai uma alternativa para o comércio exterior, mas os federalistas argentinos também cobizavam o território. Alinharam-se, então, de um lado, federalistas argentinos, *blancos* uruguaios e o Paraguai, com políticas expansionistas e demanda por redefinição de fronteiras – López desejava uma saída para o mar. Do outro lado estavam o império brasileiro, o Partido Colorado e o governo argentino. Atritos no Uruguai com o Império brasileiro e outros incidentes envolvendo os demais países ganharam escala e, em 12 de novembro de 1864, autoridades paraguaias aprisionam um vapor brasileiro no porto de Assunção (devido à precariedade das estradas no Brasil, o presidente da província de Mato Grosso transitava entre o Rio de Janeiro e Cuiabá pelos rios platinos, atravessando os países da região). Em dezembro daquele ano tropas paraguaias invadiram o sul da província de Mato Grosso e em abril de 1865 colunas do exército do Paraguai tomaram Coxim, mas interromperam a ofensiva a Cuiabá. López se isolou quando, em abril, o exército paraguaio invadiu províncias argentinas até então aliadas a seu país (SILVA, 2007; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Várias versões disputam a narrativa, indo da megalomania de Solano López ao imperialismo inglês, mas é possível afirmar que a complexidade da geopolítica na região e a precariedade da estabilidade em muito contribuíram para o estopim da disputa. O Brasil precisava manter a navegabilidade dos rios Paraná e Paraguai,

tanto para acessar a região do Prata como para a comunicação de Mato Grosso com outras partes do país. Seus vizinhos não confiavam no império escravocrata. A Argentina mantinha ambições acerca da expansão de seu território, inspirada na extensão do antigo Vice-Reino do Rio da Prata.

Os aliados assinaram, em 1º maio de 1865, um tratado secreto: López seria deposto, as fronteiras mudariam e o Paraguai pagaria por tudo isso. Esperava-se um conflito rápido, tradução do poder e população dos países unidos contra o pequeno Estado mediterrâneo. Mas a realidade foi diferente. À euforia inicial se sucederam o desânimo e a necessidade de recrutamento obrigatório, trazendo, no ano seguinte, novamente a discussão sobre o papel do negro na sociedade brasileira e a centelha da abolição, já que se fez necessário recorrer aos braços dos escravos no conflito. Em 1867, a cólera tornou-se um surto nacional e, em 1868, ocorreriam grandes batalhas, mas somente no início do ano posterior Assunção seria ocupada – já sem resistência. Ainda assim, Dom Pedro II não se deu por satisfeito sem a captura de López. Finalmente, em 1º de março de 1870, o líder paraguaio foi encurralado em Cerro Corá, departamento de Amambay, a menos de 40 km das cidades gêmeas contemporâneas de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã.

O Brasil saiu desmoralizado e endividado da guerra, mas para o Paraguai as consequências foram muito mais severas. Não só o Estado havia sido destruído, como também um grande percentual da população pereceu, cifra que se estima entre 800.000 e 1,3 milhão de mortos. O conflito consolidou os exércitos como instituições vitais dos países e a presença militar passou a influenciar cada vez mais as fronteiras nacionais. O novo prestígio dos generais se nutria da decadência de D. Pedro II, propulsionando o fim do Império, a chegada da República e a abolição da escravidão (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Houve muitas outras consequências à zona de fronteira: a reabertura da navegação no rio Paraguai facilitou a exploração de riquezas naturais e escoamento da produção. Na primeira metade do século XIX o povoamento não indígena no sul da então província de Mato Grosso ganhara algum impulso, com migrantes paulistas, mineiros e cuiabanos. Ainda assim, baseava-se em pecuária extensiva rudimentar, caça e exploração de sal. Na maior parte daquele território, a agricultura era pouco desenvolvida. Mato Grosso passou a se vincular mais intensamente à região platina e, em 1872, com o Tratado de paz e de limites Loizaga-Cotegipe, foram delimitadas suas fronteiras com o Paraguai, todas baseadas em acidentes geográficos (rio Paraná, Salto Grande das Sete Quedas, cume das serras de Maracaju e Amambay e rio Apa). A nova estabilidade permitiu o início de um ciclo, concessões de terras e frentes de povoamento, vinculadas à produção ervateira.

Nesse contexto ocorreu o arrendamento de imensa área do sul da província de Mato Grosso à Companhia Matte Larangeira. Isso foi possível graças aos novos instrumentos, onerosos ou não, trazidos pela Lei de Terras de 1850, que reconhecia inclusive o direito de imigrantes, isto é, estrangeiros. A Companhia Matte Larangeira monopolizou os arrendamentos na região e tinha como principal alvo o mercado argentino. Este processo, como tantos outros na América do Sul, se deu à custa da expropriação de territórios indígenas. Agora, além dos migrantes do sudeste e do norte da província, também acorriam à região sulistas e paraguaios (ALBUQUERQUE, 2010; LOPES, 2014).

O papel da Matte Larangeira na República Velha e Era Vargas

Desde sua fundação no terceiro quarto do século XIX, até a década de 1940, a Companhia Matte Larangeira moldou o extremo sul de Mato Grosso, tornando-se o ator mais importante da província, mais poderosa até que a própria administração local. Seu poderio e monopólio foram gradualmente constituídos. Seu fundador, Thomaz Larangeira, participara da demarcação das fronteiras após a Guerra do Paraguai e iniciara aí seu trânsito no governo, obtendo alguns privilégios nas concessões de terras. Cabe sublinhar que a exploração do mate nativo já ocorria na região, tanto que, na concessão inicial, a companhia ficava obrigada a permitir que moradores que vivessem dessa atividade continuassem a coletar a erva.

Iniciou-se então um período de quase simbiose entre a Matte Larangeira e o Mato Grosso, havendo uma negligência do governo central em relação àquela região. Para Mato Grosso e seus poucos recursos, representava vantagens pelas benfeitorias realizadas pela empresa, pelos impostos e pela contemplação dos interesses de oligarquias locais. A empresa, por sua vez, crescia com os sucessivos decretos de concessão e, assim, instrumentalizava o Executivo a seu favor com o papel de oficializar seu monopólio, garantindo-lhe exclusividade na exploração dos ervais e chegando mesmo a se valer da anulação de contratos de concorrentes e sua expulsão. Na cidade de Ponta Porã, era a Matte Larangeira quem detinha o poder político e econômico, constituindo um verdadeiro “Estado dentro do Estado”. O Estado cobrava que a companhia aumentasse a produção e esta, conseqüentemente, conseguia sucessivos benefícios, desde que mantivesse seu papel de arcar com a infraestrutura que deveria ser provida pelo governo.

Paralelamente, chegavam ali migrantes de regiões vizinhas e também gaúchos, além de paraguaios transitando pelos dois lados da fronteira, e disseminando a cultura paraguaia e o idioma guarani. Essa presença se dava, inicialmente, em função do pouco dinamismo da economia paraguaia, destruída pela guerra.

Posteriormente, teve início a prática da escravidão por dívida, construída pelo recrutamento com falsas promessas. A polícia paraguaia era partícipe das armações e, em território brasileiro, o trabalhador deveria adquirir todo tipo de bem nos armazéns da Matte Larangeira. Contudo, a pressão populacional dos diversos tipos de migrantes começava a desgastar o monopólio. Em 1915 os posseiros obtiveram preferência para aquisição dos terrenos que ocupavam, criando, assim, um grupo de ervateiros independentes. Nos anos seguintes, pelo menos 350 títulos seriam expedidos para propriedades produtoras de mate na região (LOPES, 2014).

Por sua vez, em 1930, Getúlio Vargas ascendeu ao poder e passou a promover mudanças com o intuito de modernizar o Estado e a economia, e de buscar dar ao país hegemonia na América do Sul, papel que até então cabia à Argentina, muito mais influente na bacia do Prata. Quando o coronel Rafael Franco tomou o poder no Paraguai, em 1936, o país seguiu aprofundando as tímidas iniciativas de integração com o Brasil, com o intuito de dar aos militares paraguaios treinamento brasileiro e estabelecer uma união ferroviária. Em 1941 foi firmado o acordo para a construção de uma ferrovia que ia de Pedro Juan Caballero a Concepción. O acordo previa ainda a concessão de créditos para trocas comerciais, a criação de uma Comissão para elaborar tratados de comércio, navegação e intercâmbio cultural e estabeleceu, no porto de Santos, um entreposto franco para mercadorias comercializadas pelo Paraguai (BRASIL, 1941; COSTA, 2009).

A ocupação de áreas pouco povoadas ou ocupadas por indígenas foi estimulada, de modo que a fronteira econômica avançasse até, no limite, coincidir com a fronteira política, isto é, o suposto vazio demográfico deveria se integrar ao circuito produtivo nacional. Agricultura e indústria eram os carros-chefes (SILVA, 2011). Nesse contexto, a Constituição de 1934 trouxe uma alteração no tamanho da faixa de fronteira, ampliando-a para 100 km. Nela deveriam predominar capitais e trabalhadores nacionais, inclusive em indústrias que interessassem à segurança nacional (BRASIL, 1934). A Constituição de 1937, por sua vez, tinha caráter centralizador e dava à União o poder privativo de legislar sobre a defesa externa, compreendendo polícia e segurança das fronteiras (BRASIL, 1937). A faixa de fronteira foi novamente ampliada e alcançou o valor vigente, de 150 km, preservando a exigência de predomínio de capitais e trabalhadores nacionais.

Parte deste esforço envolve modernização da política tributária, eliminando impostos sobre produtos que circulavam entre estados e municípios. Somou-se a isso a redistribuição da população, com o deslocamento da massa desempregada para outras regiões, preferencialmente as fronteiras, e a criação de condições para que o efeito da industrialização paulista se irradiasse por regiões vizinhas, como Paraná e Mato Grosso. A criação do Departamento Nacional de Trabalho (1933) e

do Conselho de Colonização e Migração (1938) se deu em meio a essa conjuntura (SILVA, 2011). A campanha ficou conhecida como “Marcha para o Oeste” e incluía também a criação de Institutos ou Departamentos Nacionais para os principais produtos (café, açúcar, álcool, mate e pinho), a instituição de Colônias Agrícolas e de Territórios Federais. Estes territórios se inseriam no contexto de ingresso brasileiro na Segunda Guerra Mundial e se originavam do desmembramento de parte dos estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina. Foram criados os territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguassú, os dois últimos na fronteira com o Paraguai. A prática permitia que a União administrasse diretamente áreas na fronteira (BRASIL, 1943; OLIVEIRA, 2008).

As Colônias Agrícolas Nacionais (CANs) visavam fomentar a integração e industrialização nacionais através da sofisticação da produção e do mercado consumidor, reprimir oligarquias regionais que concorriam com o poder central e dar unidade territorial ao país. Localizada no Território Federal de Ponta Porã, a CAN de Dourados foi criada em 1943 e instalada no ano seguinte. Seu êxito estimulou o crescimento da região e a criação de colônias estaduais e municipais (SILVA, W., 2011). Buscava-se, com a distribuição de terras, conter o poderio da Matte Larangeira e a expansão do modelo latifundiário, reduzir a pressão por terras e promover o adensamento populacional da região, bem como garantir presença e posse brasileira no local, onde moeda e língua nacionais eram menos presentes que suas concorrentes paraguaias e argentinas. Ou seja, era preciso nacionalizar a fronteira, e a Matte Larangeira constituía seu principal entrave (LOPES, 2014).

O período varguista marcou uma alteração na relação com o Paraguai. Naquele país, desde 1870 ao fim da Guerra do Chaco (ocorrida entre 1932 e 1935, contra a Bolívia) viveram-se anos de instabilidade política e sucessivos golpes militares. O fim deste último conflito marcou a ascensão do Partido Colorado. Em 1941, Vargas visitou Assunção – o primeiro presidente brasileiro a visitar o país – com promessas de projetos de integração física e cultural (ALBUQUERQUE, 2010).

Expansão capitalista na fronteira: governos militares e o papel dos brasiguaios

Em 1954 o general Alfredo Stroessner subiu ao poder, permanecendo até o fim da década de 1980. Governando ditatorialmente, implantou um regime violento, além de grandes transformações físicas e econômicas no país, apoiado pelo Brasil. A partir do governo Juscelino Kubitschek (1955-60) e com intensidade redobrada a partir do governo militar (1964-1985), iniciou-se uma aproximação geopolítica em nível inédito com o Paraguai, de modo a projetar interesses brasileiros na América Latina, disputando espaço com a Argentina. A conjuntura argentina também

favoreceu o Brasil, pois em 1955, Perón havia sido derrotado, e, com isso, ocorreu um distanciamento entre o novo governo e o Paraguai.

Stroessner desejava garantir um caminho alternativo de comunicação do Paraguai com o restante do mundo, de modo a diminuir a dependência do país em relação ao porto de Buenos Aires. Desta forma, passou a deslocar o vetor de desenvolvimento do país, até então na órbita de Assunção, em direção à fronteira com o Brasil. São frutos dessa época uma rodovia ligando a capital paraguaia aos principais portos e cidades brasileiras e a concessão de uma área no porto de Paranaguá para atender às importações e exportações paraguaias (1956). Em 1957 foi fundado o município atualmente denominado Ciudad del Este (inicialmente com o nome Puerto Flor de Lis e logo Puerto Presidente Stroessner). A Ponte da Amizade seria inaugurada em 1964 e Itaipu Binacional seria completada vinte anos depois. Este último grandioso projeto surgiu após um período de enfrentamento entre os países acerca da demarcação da fronteira na região do Salto Grande das Sete Quedas, com militares brasileiros ocupando a região (ALBUQUERQUE, 2010). O ano que assistiu à inauguração da ponte e ao início da ditadura militar no Brasil simbolizou o início de um período de cooperação e colonização do extremo leste do Paraguai, região até então marginalizada. Se naquele momento os brasileiros no país vizinho somavam 70.000 pessoas, aproximadamente, no fim da década já seriam 300.000 (SOUCHAUD, 1997, p. 57).

Em 1959, o ditador paraguaio põe em marcha um plano de modernização econômica, de modo a adequar a produção agrícola ao molde exportador capitalista de grande escala e aumentar a participação do país no mercado externo. Até então, a limitada pauta de exportações paraguaia consistia em gado em pé, erva-mate e algodão e era feita em grande medida de forma artesanal em terras públicas. Para isso, considerou-se necessário colonizar o território com mão de obra qualificada, mecanização e preços baixos. O Brasil, por sua vez, desejava ter contingente populacional em seu vizinho para forçá-lo a cumprir acordos, principalmente, no futuro, em relação a Itaipu Binacional (WAGNER, 1990).

A região paraguaia escolhida como de ocupação prioritária foi a do departamento de Alto Paraná, deslocando para o sudeste do país o foco de contato com o Brasil, após o declínio da Matte Larangeira. Também os departamentos de Amambay e Canindeyú, a noroeste/norte de Alto Paraná e fronteira com Mato Grosso do Sul, além de Itapúa, Caaguazú e Caazapá, passaram a ser locais de concentração de imigrantes brasileiros (ALBUQUERQUE, 2010). No entanto, paulatinamente as decisões beneficiaram em maior medida o departamento de Alto Paraná, mais próximo, simultaneamente, de Assunção e de regiões mais povoadas do Brasil. Ainda assim, o processo afetou a fronteira com Mato Grosso

do Sul ainda naquela época e segue com repercussões atuais, com regiões antes desprestigiadas passando a ter o papel de novas fronteiras agrícolas.

Albuquerque (2010) alega que os desdobramentos da “Marcha para o Oeste” getulista se aproximaram da “*Marcha al Este*” de Stroessner no Paraguai a partir da década de 1960. Elas se assemelhavam não só no nome e no objetivo de fortalecer o vetor de desenvolvimento de cada país em direção à fronteira, como também pela grande escala da colonização agrícola. As transformações econômicas pretendidas, todavia, eram diferentes. Getúlio, com as Colônias Agrícolas Nacionais, buscava colonizar as fronteiras para garantir a posse do território, realocar setores urbanos insatisfeitos (e a possível eclosão de conflitos derivados), minar oligarquias locais e reorganizar a produção para atender às demandas da industrialização paulista. O uso do solo e a colonização se deram desconstruindo o poder latifundiário e desconcentrando a posse da terra. Os beneficiários eram “nativos”: ainda que viessem de regiões distantes, eram, em grande maioria, brasileiros. O governo paraguaio, por sua vez, buscava essencialmente multiplicar a renda agrícola exportadora do país implantando um modelo de produção em larga escala, baseado no latifúndio monocultor mecanizado.

Reassentar camponeses da área central do Paraguai, de modo a reduzir tensões sociais (como no Brasil) também estava entre os objetivos, mas para acelerar o crescimento Stroessner atraiu um grande contingente de estrangeiros, principalmente de origem europeia, inspirado por ideais de pureza ou suposta superioridade racial, em voga na época. Nesse contexto, os imigrantes do sul do Brasil, que eram descendentes de alemães e italianos, eram seu principal alvo.

O primeiro fator de estímulo aos imigrantes ocorria em função do preço da terra, que durante os primeiros anos se manteve cerca de um décimo daquele praticado no sul do Brasil. Alto Paraná, além de água abundante e topografia favorável, possui solo de grande qualidade e bom clima, que permite o plantio de *commodities* como soja, algodão, milho, cana e trigo com excelente produtividade e baixo custo. Essa região foi destinada aos brasileiros, enquanto Canindeyú, divisa com Mato Grosso do Sul e noroeste do Paraná, com solo de maior teor de arenito, foi destinada a uma colonização por paraguaios. Isso logo se refletiu no êxito da ocupação de Alto Paraná e na estagnação de Canindeyú (SOUCHAUD, 1997). Assim, quando os agricultores do sul do Brasil passaram a não mais conseguir reproduzir seu meio e padrão de vida, pois isso dependia da disponibilidade de mais terras para as gerações seguintes, a imigração ao Paraguai se apresentou como uma solução vantajosa. A venda de uma pequena propriedade na região de origem permitiria a compra de uma área muito maior do outro lado do rio Paraná.

Contudo, o plano de Stroessner seria concretizado através de etapas e seu público preferido (imigrantes de origem europeia) não era o primeiro a ser atraído, ainda que tivesse papel dominante nas relações econômicas e de trabalho, mas não numericamente. No início, a fronteira leste tinha grandes áreas com cobertura vegetal nativa e precisaria ser preparado. Os primeiros brasileiros que o ditador mandou vir não eram majoritariamente sulistas, mas sim nordestinos e nortistas (aproximadamente 75% do total), com preferência aos negros, pois o governo julgava que teriam menos consolidada a noção de posse da terra e seriam mais facilmente expulsos assim que o duro serviço inicial estivesse feito: a derrubada da mata e limpeza do terreno. Esta primeira etapa vigoraria até o fim da década de 1960. Neste período, os brasileiros vendiam a madeira para o dono da terra, que a contrabandeava para empresas brasileiras. Também realizavam agricultura de subsistência e cultivavam hortelã para vender ao Japão. Assim, alguns brasileiros do Norte e Nordeste ocupavam terras, enquanto outros eram boias-frias de gaúchos e paraguaios para os serviços preparatórios (WAGNER, 1990).

Além da diferença do preço da terra, Stroessner também usava como chamariz o financiamento do preparo do terreno para os primeiros plantios em maior escala. Assim, os brasileiros que dependiam de expansão da fronteira agrícola estavam contemplados. No início da década de 1970 foram fundados vilarejos próximos a Puerto Presidente Stroessner: Naranjal, Santa Rosa del Monday e Santa Rita. Foram atraídos também mineiros e (sul-)mato-grossenses, que introduziram a pecuária semi-intensiva de exportação. Iniciaram-se ciclos de expansão e expulsão, ou seja, de concentração de terra e deslocamento dos ocupantes iniciais (SOUCHAUD, 1997). A população passou a crescer a taxas elevadas:

Em menos de 15 anos a região de Alto Paraná (...) sofreu uma imensa transformação. A agricultura foi modernizada e a produção de soja atingiu índices jamais alcançados. A população da região, que até 1950 era de 9.531 pessoas, passou para 24.067 pessoas em 1962 e 88.607 em 1972, segundo dados do Censo paraguaio. A taxa anual de imigração, segundo o mesmo Censo, passou de 49,7%, entre 1950 e 1962, a 94,6% no período de 1962/72. O crescimento relativo do número de habitantes de Alto Paraná de 1950 a 1972 foi de 420,7% (WAGNER, 1990, p. 17).

A população paraguaia também se reorganizou no território. Ocorreram movimentos de êxodo rural em direção às povoações emergentes (migrantes que tiveram maior êxito econômico) e aos grandes centros urbanos; ao mesmo tempo, diversos dos camponeses que haviam sido expulsos na década anterior retornaram a Alto Paraná e passaram a invadir áreas que ocupavam anteriormente. A posse da terra ficou cada vez mais concentrada nas mãos de grandes proprietários rurais, principalmente brasileiros. Todo o contingente brasileiro no Paraguai passou a ficar

mal visto, mas algumas instituições de apoio, notadamente as religiosas, passaram a atuar para conscientizar sobre os diferentes papéis exercidos pelos pequenos e grandes agricultores, que não necessariamente são sempre, respectivamente, paraguaios e brasileiros. Muitos brasileiros que emigraram não conseguiram aumentar a área de suas propriedades devido ao processo de concentração de terras, contudo, esta etapa se constituía em passo planejado pelos tecnocratas stroessneristas, uma vez que a mecanização se fazia com maior êxito em latifúndios.

Vázquez (2010, p. 200) registra ainda a presença de brasileiros na região do Chaco e identifica três ondas migratórias, sendo a primeira delas no começo dos anos de 1970. Pecuaristas, em maioria sul-mato-grossenses, passaram a adquirir terras no departamento de Alto Paraguay (que faz divisa com os municípios de Porto Murtinho e Corumbá). Esta primeira onda não chegou a afetar a economia ou demografia locais. O período entre o fim da década de 1970 e o começo dos anos de 1980 ficou conhecido como o “milagre econômico paraguaio”. As cifras que ingressaram naquele país para a construção de Itaipu Binacional representaram um volume inédito de investimentos. Neste período, foi possível dissimular os efeitos dos processos de concentração de terra e renda, empregando populações marginalizadas em obras ou dotando-as de recursos indenizatórios pelo alagamento. Em 1984, Itaipu Binacional foi inaugurada e o Brasil passou a contratar energia dos paraguaios, tornando este produto uma importante fonte de divisas para o país.

A partir da segunda metade da década de 1980 o regime paraguaio perdeu força e iniciou-se a transição democrática no Brasil. As estratégias das ditaduras dos dois países vieram à tona. Neste período houve o retorno de 950 famílias brasileiras ao território nacional. Elas chegaram por Mundo Novo (MS). Muitas foram atraídas por promessas de reforma agrária e maior possibilidade de organização popular com a redução da repressão. No fim do mesmo ano, seriam assentadas em Ivinhema. Nesse período foi cunhado o termo “brasiguai”, por um deputado que dialogava com os imigrantes que retornavam e notavam não ser plenamente cidadãos em nenhum dos lados da fronteira (WAGNER, 1990).

Em que pese os benefícios econômicos da conclusão de Itaipu Binacional, eles não eram, em primeiro momento, maiores que os ingressos durante a obra. Ao longo da primeira metade da década de 1980 a economia paraguaia desaqueceu e, em 1986, estava em seu quinto ano de recessão. As reservas cambiais eram tão baixas que impediam a importação de produtos – o país produzia muito pouco do que consumia –, o que levou à carestia. O desemprego atingia 16% e a informalidade crescia em ritmo acelerado: o contrabando movimentava US\$ 2 bilhões por ano, mesmo tamanho da dívida externa do país, cujo maior credor era o Banco

do Brasil. Isso, por um lado, permitiu que, a partir do ano seguinte, o governo brasileiro interviesse nas contas paraguaias. Assim, ainda que em 1989 Stroessner fosse derrubado, na prática, o governo de seu sucessor, o general Andrés Rodríguez, manteve a política do governo em relação aos brasileiros e parecia haver um “stroessnerismo sem Stroessner”. Contudo, o fim da repressão do longo regime anterior permitiu que os paraguaios se expressassem mais livremente, ocasião em que muitos questionaram a presença de brasileiros no país, tachando-os de invasores e, pontualmente, agredindo-os (SOUCHAUD, 2007).

A colonização brasileira reproduziu, no Paraguai, as mesmas estratégias de ocupação espacial ocorridas no Brasil décadas antes. Assim como na Era Vargas o sul do então estado de Mato Grosso, Goiás e o Paraná repercutiam especialmente a industrialização paulista e adequaram seu território a fim de atendê-la, Souchaud nota que, no leste paraguaio, em meados da década de 1980,

[...] aparecem instalações tais como silos, cooperativas, ... muitas delas brasileiras. Essas infraestruturas comerciais do setor agrícola, os brasileiros foram aprendendo a manejá-las nos estados colonizados neste século [XX] (São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul). No entanto, a expansão no Leste do Paraguai corresponde a uma ampliação, e não somente uma criação da área de abrangência desse setor comercial cuja função é a conexão, da agricultura com a indústria de transformações, ou seja, entre o campo e a cidade. (1997, p. 60-61)

Este período histórico se encerra com um Paraguai bastante transformado, em que se estima que 10% da população sejam de brasileiros ou de seus descendentes diretos (350.000 pessoas) – em Alto Paraná, chegou-se a cinco brasileiros para cada paraguaio. Por volta de 2006, a proporção havia caído para aproximadamente 7%, ainda assim, um valor significativo. São responsáveis por produzirem 60% das 600 mil toneladas/ano soja e mais da metade das 540 mil toneladas/ano de algodão, os principais produtos exportados naquele momento (CÉSAR, 2016, p. 20; WAGNER, 1990, p.14; p. 20; p. 40).

Redemocratização, MERCOSUL e neoliberalismo no Paraguai

A reaproximação possibilitada pela redemocratização nos países do Cone Sul levou à assinatura, em 1991, do Tratado de Assunção e à criação do Mercosul. O bloco surgiu com os objetivos centrais de conformação de um mercado comum – com livre circulação interna de bens, serviços e fatores produtivos – o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio com terceiros países e a adoção de uma política comercial comum. Foi promovida a isenção ou redução de diversas tarifas alfandegárias. Em 1994, foi assinado o Protocolo de

Ouro Preto, que operacionalizou o grupo, estabelecendo sua estrutura institucional básica e funcionamento. O modelo era inspirado na União Europeia, que nascera como mercado comum e logrou medidas de integração mais abrangentes. A livre circulação de trabalhadores chegou a ser proposta por intelectuais e movimentos sociais, mas foi rechaçada (ALBUQUERQUE, 2008). Naquele momento, ocorria no planeta uma proliferação de acordos sub-regionais que visavam à promoção dos intercâmbios intrarregionais e o aumento da competitividade global, em um contexto de liberalização dos mercados (CRUZ, 2015).

Em meados da década de 1990 teve início, segundo Vázquez (2010, p. 200), uma segunda onda migratória de brasileiros à região do Chaco paraguaio, na fronteira com Mato Grosso do Sul, dedicados à pecuária. O Autor destaca que os proprietários brasileiros das terras não residiam no Paraguai, mas empregavam brasileiros e estes sim viviam no país. Este fenômeno reforça o solo paraguaio como nova fronteira agrícola brasileira e a repetição das práticas consolidadas no Brasil, em que os agroempresários não desenvolvem vínculos (culturais, afetivos) com o local onde atuam além da mera posse e estratégias que venham a garanti-la (como, por exemplo, integrar-se ao circuito político).

Durante a década de 1990, os brasileiros e seus descendentes que vivem no Paraguai ficaram sujeitos a estratégias dúbias do governo paraguaio. Algumas delas eram as mesmas da etapa anterior, outras eram acomodações em função de realidades que se descortinavam. Esse contingente, então, desenvolveu um repertório de ações e táticas para garantir sua sobrevivência e autonomia – o que quer dizer, basicamente, sua mobilidade. Somente no final de 1996, contudo, foi promulgada uma nova lei de migrações, de número 978, para substituir a regulação anterior que se baseava na Constituição de 1967. Desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança o Paraguai desenvolve políticas de fomento à imigração, haja vista a dizimação de grande parte da população naquele contexto. Estas políticas eram voltadas inicialmente a imigrantes europeus e norte-americanos e, em sequência, a brasileiros. A novidade do texto de 1996 reside em ressalvas, que acabam por representar as ambiguidades e contradições do discurso oficial, e se constituem em uma margem de manobra do poder central. Uma dessas manifestações é o fato de que o texto legal não é particularmente restritivo ou exigente ao imigrante, mas é na concretude das situações reais que se apresentam os obstáculos, seja pela desorganização e negligência do Estado, por limitações vividas pelos poderes locais, ou ainda nas diversas práticas de corrupção (SOUCHAUD, 2007).

Como resposta, os brasiguaios passaram a aderir a muitas dessas práticas e a outros mecanismos, muitos deles ilegais, como registrar seus filhos dos dois lados da fronteira. Em última instância, esse expediente permite que lhes seja transferida

a posse dos bens familiares, já que há legislação coibindo a propriedade privada estrangeira na faixa de fronteira. Interessa, a esse grupo, preservar possibilidades de ação em um eventual recrudescimento da política migratória.

Em 1997 foi aprovada no Paraguai a legislação que, embora tardasse a demonstrar frutos, assentava as bases para um dos grandes trunfos recentes de sua economia: A Lei nº 1064, “*de la industria maquiladora de exportación*”, inspirada na experiência mexicana. No entanto, somente em 2000, com o Decreto Nº 9585, entraria de fato em vigor. Maquiladoras, ou *maquilas*, são um tipo de indústria com matriz fora do Paraguai que importa matéria-prima e reexporta manufaturas. São isentas de todos os impostos, arcando somente com 1% sobre o valor que é agregado ao produto final. Pode-se afirmar que o marco legal da maquiladora completa um tripé de baixos custos com mão de obra e energia, requerido pelas multinacionais em um mercado globalizado e neoliberal para instalação de empresas com competitividade. A estratégia paraguaia tem como objetivo primordial a geração de empregos formais, já que os benefícios tributários para o país são irrisórios, apenas 10% da produção pode ser vendida localmente e os lucros são exportados às matrizes. A lei surge na esteira da consolidação do Paraguai como “o vizinho barato”, estratégia que permitiu o crescimento da atividade de reexportação, principalmente no comércio fronteiriço, dentro da lei ou à margem dela.

As altas taxas praticadas pelos países vizinhos visavam à proteção de seu parque industrial e estavam também relacionadas à incapacidade de implantar política tributária progressiva, de modo que a tributação do consumo responde por grande parte da receita estatal. O Paraguai, porém, tinha, naquele momento, participação muitíssimo menor do setor secundário na formação de seu Produto Interno Bruto e podia importar com taxação bastante reduzida. As maquiladoras, no entanto, tardariam a se disseminar devido, em parte, à parca infraestrutura do país, principalmente em relação aos transportes. Logo, pode-se afirmar que este período histórico se encerra com a economia paraguaia assentada em três fontes básicas: exportação agropecuária, venda de energia elétrica e comércio de reexportação. A contribuição do Mercosul vinha no sentido de reduzir ainda mais as barreiras ao envio da produção paraguaia aos vizinhos (CÉSAR, 2016).

As iniciativas do Paraguai naquele momento podem ser consideradas estratégias de posicionamento regional, simultaneamente em proveito das relações com seus vizinhos e em reafirmação de seu poder. Souchaud (1997, p. 64) afirma que “no âmbito do estabelecimento do Mercosul, as tendências à polarização para a região Sul do Brasil constituem uma preocupação essencial, não somente para o Paraguai, mas também para o Brasil, que sofre de desequilíbrios regionais” e

que “o conjunto de departamentos de Alto Paraná e Canindeyú já está formando parte do ‘continente brasileiro’”.

Relações contemporâneas Brasil-Paraguai

Em 2002 teve início a interiorização de pecuaristas em direção a áreas colonizadas por menonitas (grupo religioso protestante oriundo do Canadá), que viviam então período de crescimento econômico. Ocorreu também o afluxo de brasileiros às áreas urbanas dessas cidades, uma migração interna de trabalhadores das regiões colonizadas a partir dos anos 1970. Os menonitas têm visão mais positiva dos brasileiros em comparação com os “paraguaios”, o que lhes garante melhores postos de trabalho. Mulheres trabalham como empregadas nos lares ascendentes, atividade antes desempenhada pelo próprio grupo ou por indígenas. Em 2007, estimava-se que 2.500 brasileiros viviam na região, número pequeno, mas relevante quando se tem em conta a diminuta população do Chaco. De modo similar ao ocorrido na colonização do Leste paraguaio, brasileiros são responsáveis por deslocar indígenas e ‘paraguaios’ (denominação dada aos migrantes nativos oriundos da porção oriental do país) a substratos econômicos inferiores. Além disso, a integração é mínima, derivada da persistência do preconceito de brasileiros contra paraguaios, especialmente os de origem indígena (VÁZQUEZ, 2010).

Em 2003 ocorreu uma mudança de governo nos dois países: no Brasil, tomou posse Luiz Inácio Lula da Silva, e no Paraguai, Nicanor Duarte Frutos. Frutos ficou conhecido por desenvolver relações amistosas com os países vizinhos, naquele momento com governos mais à esquerda no campo ideológico. Foram implantadas reformas estruturais no país, o que, somado a um marco legal existente (lei de *maquilas*, incentivos fiscais) e à ampliação de incentivos (criação de Zonas Francas e da janela única de exportação) e outras ações, deu início a um período de dinamismo econômico (CÉSAR, 2016).

Em 2004, o Paraguai aprovou uma lei de segurança fronteiriça que delimitou uma faixa de 50 km paralela ao limite ao limite internacional como área de segurança nacional, um recrudescimento dos nacionalismos. O país argumentou que a nova lei era similar à de seus vizinhos (além dos 150 km da lei brasileira, a Argentina tem a mesma medida em 100 km das fronteiras). Esta lei proíbe a venda de terras a estrangeiros dos países limítrofes nessa faixa e acrescenta um novo ingrediente à já complexa conjuntura dos brasiguaios (ALBUQUERQUE, 2008).

No âmbito da infraestrutura, o Brasil, através do BNDES, atuou no Paraguai para financiar obras que colaborassem com sua demanda interna. A *Ruta 10* é um exemplo, ligação do departamento de Canindeyú, região sojeira vizinha de Mato

Grosso do Sul e Paraná. O Brasil também aceitou alterar o indexador da dívida paraguaia e o valor pago pela energia comprada de Itaipu Binacional, que seria triplicado em 2009 (CÉSAR, 2016).

Em 2008 tomou posse no Paraguai o presidente Fernando Lugo, um ex-bispo. Ele completava, naquele contexto, o rol de presidentes sul-americanos de ideologia de esquerda: Bolívia, Brasil, Equador, Venezuela e Uruguai. Findava uma hegemonia de 61 anos do partido Colorado (ANR) e havia a expectativa de melhoria dos índices macroeconômicos e de inserção paraguaia no mercado mundial, além da antecipação da renegociação dos termos do contrato de Itaipu Binacional, ainda os mesmos da época de construção da usina e considerados defasados e prejudiciais ao Paraguai. (MACHADO NETO, 2008).

Em 2012, Lugo sofreu um golpe parlamentar, o que acarretou a suspensão do país do Mercosul até a realização de eleições. Em 2013, o partido Colorado retornou ao poder com o empresário Horacio Cartes. Cabe destacar que o Brasil continua sendo agente preponderante de grande parte da atividade econômica do país vizinho, enquanto principal comprador da energia elétrica e destino final do comércio de reexportações e de produtos agropecuários. Se os dois primeiros itens são computados na balança bilateral, evidencia-se superávit paraguaio (CÉSAR, 2016).

No âmbito do Mercosul, o Paraguai também tem se beneficiado de recursos do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul), destinado a diminuir as disparidades entre os países-membros. O fundo iniciou suas operações em 2007 (os aportes são integralizados por Brasil (70%), Argentina (27%), Uruguai (2%) e Paraguai (1%)). Já a distribuição do montante angariado se destina em 48% ao Paraguai e 32% ao Uruguai, ou seja, torna-se possível financiar projetos nas menores economias do bloco que contribuam para o nivelamento dos indicadores.

Tais transformações ocorridas desde a virada do século, mais intensamente a partir do reconhecimento e combate de assimetrias entre os países, permitiram inaugurar uma nova etapa, mutuamente benéfica, em que pese haver ajustes pendentes. Por si só, os novos termos energéticos e os recursos do FOCEM são de grande peso para o Paraguai, mas há inúmeras outras vantagens que têm sido auferidas. Por sua vez, o Brasil observa o aumento de exportações industriais ao país vizinho, que ocupa o quinto lugar entre os destinos. Algumas empresas brasileiras priorizam o Paraguai em sua internacionalização. Que perde apenas para Argentina e Estados Unidos nesse quesito. Na segunda década do século XXI, mais de 30 empresas brasileiras têm participação no setor produtivo paraguaio, a grande maioria tendo iniciado após 2008, todas sob o regime maquilador. No início de 2017, 71 das 126 maquilas do país eram brasileiras (ION, 2017).

Atualmente, o Brasil exporta ao Paraguai principalmente insumos da produção agrícola brasileira. Desde 2014, além de maquiladoras, indústrias brasileiras médias, siderúrgicas e metalúrgicas, têm buscado ali redução de custos, especialmente com energia. Estes setores são base para outras indústrias, como a automobilística e naval, que já existem ali com capital asiático (CÉSAR, 2016).

A fronteira sul-mato-grossense tem ganhado protagonismo na relação bilateral. No âmbito da Rota Bioceânica, foi assinado acordo para a construção de ponte sobre o rio Paraguai entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta (Alto Paraguay-PY), o que, somado ao asfaltamento do trecho paraguaio da rota, deverá aumentar a conectividade da região do Chaco e, conseqüentemente, as interações com o Brasil. O governo paraguaio anunciou também uma segunda ponte, também em Porto Murtinho, sobre o rio Apa, conectando o município ao departamento de Concepción via Valle-Mi, consolidando nova rota a Assunção.

Considerações finais

A natureza das relações entre Brasil e Paraguai evoluiu a cada período histórico, sendo, porém, constante o aumento do vínculo entre eles. Os períodos de colonização e do Império no Brasil são marcados por disputas territoriais e constante redesenho de fronteiras, sendo a Guerra da Tríplice Aliança o evento de maior impacto. Por sua vez, o período que corresponde à implantação da República no Brasil até a redemocratização em ambos os países se caracteriza por consolidação das fronteiras a partir da colonização do território e seu desenvolvimento econômico impulsionado pelos governos centrais, com grande entrelaçamento da produção.

Finalmente, o advento do MERCOSUL e as relações contemporâneas são marcadas por uma nova dinâmica, em que crescem as iniciativas baseadas em livre mercado, investimentos a fundo perdido e, recentemente, uma nova aposta em obras de infraestrutura, principalmente pontes nos trechos fluviais da fronteira.

Em Mato Grosso do Sul, o comércio de reexportação, a produção agropecuária, o ensino superior privado (principalmente de medicina), as maquilas e a promessa de novas obras são fatores econômicos preponderantes de ligação em um território onde a influência cultural paraguaia é evidente.

Dessa forma, pôde-se demonstrar que, em todas as etapas, as fronteiras desempenharam papel primordial, com o trecho sul-mato-grossense ganhando inserção crescente, principalmente como fruto de obras de infraestrutura e acordos comerciais em nível regional.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. *Cadernos Ceru*, São Paulo, v. 19, n. 1, p.49-63, 1 jun. 2008.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.
- BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro: Coleção das Leis do Brasil, 1850. v. 1. p. 307.
- BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*: promulgada em 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, 1934.
- BRASIL. Constituição (1937). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*: decretada em 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, 1937.
- BRASIL. Decreto nº 7.712, de 25 de agosto de 1941. Convênio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai para Intercâmbio de Técnicos dos Dois Países. *Diário Oficial da União* - Seção 1, Rio de Janeiro, p.16.958, 29 ago. 1941.
- BRASIL. Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. *Diário Oficial da União* - Seção 1, Rio de Janeiro, p. 13.731, 15 set. 1943.
- CÉSAR, Gustavo Rojas de Cerqueira. Integração produtiva Paraguai-Brasil: novos passos no relacionamento bilateral. *Boletim de Economia e Política Internacional*: BEPI, Brasília, v. 1, n. 22, p.19-32, jan./abr. 2016.
- COSTA, Jessica Ausier da. As relações bilaterais Brasil-Paraguai e a problemática dos “brasiguaios”. *Revista Habitus*: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 60-75, jul. 2009.
- CRUZ, Dayana Aparecida Marques de Oliveira. O comércio intra-regional no Mercosul: uma discussão a partir do intercâmbio entre Brasil e Paraguai. *Geosaberes*: Revista de Estudos Geoeducacionais, Fortaleza, v. 6, número especial (2), p. 209-221, nov. 2015.
- ION. Instituto Observatório Nacional. *Empresas maquiladoras paraguaias: panorama geral e investimentos brasileiros no setor*. São Paulo, 2017. Disponível em: www.observatoriosocial.org.br/sites/default/files/relatorio_sobre_maquilas_2017.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.
- LOPES, Vânia Vieira. *Do mundo eróateiro à frente pioneira: contribuição à história de Caarapó*. 2014. 128 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.
- MACHADONETO, José Ribeiro. A questão paraguaia II: renegociação antecipada com perspectivas de uma nova abdicação. *Meridiano 47*, Brasília, v. 9, n. 97, p. 9-12, ago. 2008.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Teoria de Fronteiras: fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.
- OLIVEIRA, Márcio Gimene de. *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade*. 2008. 110 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, Rodrigo. Monções revisitadas: patrimônio e cultura material. *Revista de História da Arte e Arqueologia do Centro de História da Arte e Arqueologia da Universidade Estadual de Campinas*, Campinas, v. 1, n. 7, p. 5-24, jul. 2007.

SILVA, Walter Guedes da. A integração do mercado brasileiro na Era Vargas e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. *Revista Geográfica de América Central*, San José, número especial, p.1-17, ago. 2011.

SOUCHAUD, Sylvain. Migrações pioneiras e dinâmicas territoriais: os casos do Alto Paraná e do Canindeyú no Paraguai. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 57-68, 1997.

SOUCHAUD, Sylvain. *Geografía de la migración brasileña en Paraguay*. Assunção: Fondo de Población de Las Naciones Unidas (UNFPA), 2007.

TORRECILHA, Maria Lúcia. *A fronteira, as cidades e a linha*. Campo Grande: Uniderp, 2004.

VÁZQUEZ, Fabricio. Revolución urbana en el Chaco: Las nuevas ciudades mundializadas del Paraguay. In: NÚÑES, Ángel; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (Orgs.). *Dilemas e diálogos platinos: Fronteiras*. Dourados: Editora UFGD, 2010. p. 193-224.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: Homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1990.

UM HISTÓRICO DA POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS MARCOS LEGAIS (1808-2019)

A History of Brazilian Migration Policy from its Legal Landmarks (1808-2019)

Historia de la Política de Migración Brasileña con Base en sus Marcos Legales (1808-2019)

Luiz Rosado Costa*

José Eduardo Melo de Souza**

Lívia Cristina dos Anjos Barros***

Resumo: Este trabalho descritivo e exploratório, por meio dos métodos de pesquisa bibliográfica e documental, visa a analisar os principais marcos legais que regularam as políticas migratórias estatais no Brasil de 1808 até o presente com a entrada em vigor da Lei 13.445/2017, a Nova Lei de Migração que, sob uma inédita perspectiva humanizante, passou a tratar das migrações como um fenômeno globalmente integrado e no qual o Brasil se insere como país de trânsito, saída e destino.

Palavras-chave: Política migratória; Legislação migratória; Direitos Humanos;

Abstract: This descriptive and exploratory research, through bibliographical and documentary methods, aims to analyze the main legal landmarks that governed state migration policies in Brazil from 1808 to the present with the entry into force of Law 13,445 / 2017, New Migration Law that, from an unprecedented humanizing perspective, began to treat migrations as a globally integrated phenomenon in which Brazil participates as a transit, exit and destination state.

Keywords: Migration Policy; Immigration legislation; Human rights.

Introdução

Historicamente, especialmente na última metade do século XIX e início do século XX, o Brasil foi o destino de milhares de migrantes. Estes fluxos migratórios ao longo do século XX e XXI diminuíram, mas não cessaram, e a partir da década de 80 o Brasil também deixou de ser apenas país de destino para tornar-se país de origem.

Nessa perspectiva, o presente trabalho visa a analisar os principais marcos legais que regularam as políticas migratórias estatais no Brasil de 1808 até o presente. Tal limitação temporal justifica-se porque até aquela data os fluxos migratórios eram precipuamente de portugueses que vinham colonizar as terras transoceânicas “descobertas”, isto é, eram portugueses migrando para

* Mestre em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: luizrosadocosta@gmail.com.

** Graduando em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: duroo2008@hotmail.com.

*** Mestranda em Direito pela Universidade de Brasília. E-mail: liviaanhos13@gmail.com.

Resumen: Este trabajo descriptivo y exploratorio, por medio de los métodos de investigación bibliográfica y documental, busca analizar los principales marcos legales que regularon las políticas migratorias estatales en Brasil de 1808 hasta el presente con la entrada en vigor de la Ley 13.445 / 2017, la Nueva Ley de Migración que, bajo una inédita perspectiva humanizante, pasó a tratar de las migraciones como un fenómeno globalmente integrado y en el que Brasil se inserta como país de tránsito, salida y destino.

Palabras clave: Política migratoria; Legislación migratoria; Derechos humanos.

terras pertencentes a Portugal. Vale ressaltar que não serão abordadas as migrações forçadas de escravos africanos, porque é característica essencial da imigração a voluntariedade, nem os marcos legais e políticas migratórias brasileiras para refugiados, que contam com *status* jurídico e marcos legais específicos no contexto nacional e internacional.

Busca-se, assim, no presente trabalho, utilizando-se como método a pesquisa bibliográfica e as técnicas de levantamento documental, observacional e normativo e o método histórico-comparativo, proceder a uma análise da política migratória estatal brasileira e seus principais marcos legais, analisando-se as fases da política migratória e suas transições, bem como o contexto atual das migrações no Brasil

O artigo divide-se em duas partes. Na primeira, analisam-se as fases percorridas pelos marcos legais que fixaram as políticas migratórias estatais, classificando-as cronologicamente em: fase da xenofilia (1808 a 1930), fase da xenofobia (1930 a 1969), e fase da segurança nacional (1969-2017?) e, por fim, analisa-se a política migratória brasileira contemporânea, que da re-democratização até a entrada em vigor da Lei 13.445/2017 convivía com o paradoxo da aplicação de uma política migratória restritiva em um contexto de Estado Democrático de Direito a partir da Constituição de 1988.

O início da política migratória brasileira

Desde a chegada dos europeus às terras brasileiras e durante todo o período colonial (1500-1808) houve presença estrangeira no Brasil, mas não havia ainda correntes propriamente migratórias com o fito de se estabelecer em um país estrangeiro: o fluxo predominante era de portugueses que vinham se estabelecer nas então terras portuguesas de ultramar e de escravos traficados da África.

Considera-se então como o marco legal inicial da migração para o Brasil, a abertura dos Portos às nações amigas, promovida por Dom João VI, por meio da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, e que possibilitou uma livre circulação de estrangeiros nos portos brasileiros ao revogar “todas as leis, cartas regias, ou outras ordens que até aqui proibiam neste Estado do Brazil o reciproco commercio e navegação entre os meus vassallos e estrangeiros” (BRASIL, 1808).

Assim, o ano de 1808 deve marcar o início da imigração no Brasil: “é com a ação da Regência, naquele ano trasladada a Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, que se torna possível a imigração para o Brasil” (CAVARZERE, 1995, p. 27).

A partir de então, é possível observar pelo menos três fases percorridas pelos marcos legais que fixaram políticas migratórias: a) fase da xenofilia europeia, que durou até o início da década de 30 do século XX, caracterizada pelo incentivo estatal à imigração de europeus brancos para o Brasil, seja para a ocupação das grandes áreas com baixa densidade demográfica visando a garantir a posse destes territórios, seja para substituição do braço escravo; b) fase da xenofobia, que no contexto dos efeitos da crise econômica mundial de 1929 e da maciça participação estrangeira no movimento operário, foi caracterizada pela forte restrição à imigração para o Brasil com o estabelecimento da política de quotas à entrada de estrangeiros e sua responsabilização pela “desordem econômica e insegurança social” (BRASIL, 1930); e, finalmente, a c) fase de segurança nacional que, embora já fosse tema de preocupação estatal na República Velha¹ e no Estado Novo², teve seu auge no contexto da Guerra-Fria com o regime militar (1964-1985) e a Lei 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro), que adotou política migratória altamente restritiva por visualizar o imigrante como uma ameaça à segurança interna e um inimigo em potencial. Apenas a partir da Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, conhecida como Nova Lei de Migração, buscou-se mudar o paradigma da segurança nacional para o de direitos humanos, substituindo o estrangeiro pelo imigrante.

¹ A “Lei Adolfo Gordo” (Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907), já mencionava que “Art. 1º O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometter a **segurança nacional** ou a tranquillidade pública, póde ser expulso de parte ou de todo o territorio nacional”. (BRASIL, 1907, destaque nosso)

² A “segurança nacional” era mencionada no Decreto-Lei nº 7.967/1945 na fixação da política migratória do fim do Estado-Novo.

A xenofilia³ europeia (1808-1930)

A primeira política migratória estatal⁴ brasileira foi alicerçada na criação de colônias baseadas no trabalho familiar em pequenas propriedades, para garantir a ocupação (e posse) de áreas com baixa densidade demográfica e o abastecimento do mercado interno. O Decreto sem número de D. João VI, de 25 de novembro de 1808, passou a permitir a concessão de sesmarias a estrangeiros, sob o fundamento de ser conveniente “aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado” (BRASIL, 1808). Em que pese o incentivo legal à migração para o Brasil tenha se iniciado em 1808, apenas a partir de 1818 seria constatada a entrada de suíços e alemães, os quais iriam fundar uma colônia de imigrantes em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (AGUIAR, 1991, p. 101).

Estava em curso uma política de colonização, que é a imigração em grupos nacionais mediante concessão ou venda prévias de terras para ocupação e realizada ou autorizada pelo governo do Estado receptor:

Tomando a colonização num sentido amplo, seu conceito se confunde com povoamento, isto é, o processo de ocupação e valorização de uma área realizado por indivíduos provenientes de fora. Num sentido mais restrito, colonização é o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado (TAVARES; CONSIDERA; SILVA, 1972, p. 25).

Sob esta política de pequenos núcleos coloniais de povoamento europeu, foram estabelecidos colonos suíços nas imediações da capital, em Nova Friburgo e alemães em São Leopoldo, já no reinado de D. Pedro I: “este modelo de pequena propriedade, com imigrantes europeus em regime de trabalho familiar vai ser ensaiado, com maior ou menor sucesso, em quase todos os Estados do Brasil, entre as décadas de 1810 a 1870. Acabou vingando melhor nos Estados do Sul” (BEOZZO, 1992, p. 84).

A colonização muitas vezes envolvia restrição à liberdade dos colonos em decorrência da dívida colonial (subsídios, preço da terra etc.): os colonos endividados não podiam deixar a colônia sem autorização dos administradores (SEYFERTH, 2002, p.98). O aviso de 11 de julho de 1836 (IOTTI, 2011, p. 196), por exemplo, ordenava “ao Chefe da Polícia, na Corte [...] sejam recolhidos ao Depósito da Sociedade Promotora da Colonização todos os Colonos, que forem encontrados vagando pelas ruas sem a competente autorização, escrita, do agente do Depósito”.

³ Xenofilia é o contrário de xenofobia, e refere-se ao sentimento de apreço por quem é estrangeiro.

⁴ A política migratória estatal durante muito tempo conviveu paralelamente com políticas migratórias privadas como, por exemplo, a da Sociedade Promotora da Imigração, instituição fundada por fazendeiros em 1886 com o objetivo de introduzir imigrantes europeus no Estado de São Paulo (ALVIM, 2000, p. 395).

O colono estava ainda sujeito à exclusão de suas terras se considerado “in-corrígível” e tal medida fosse julgada, pelo Presidente de Província, “conveniente ao bem-estar e interesses da colônia” (IOTTI, 2001, p. 302).

Na obra *Memórias de um colono no Brasil*, publicada em 1858, o ex-colono suíço Thomas Davatz (1980), que migrou para o Brasil para trabalhar em uma fazenda de café em São Paulo, relatou as péssimas condições que os colonos encontravam no Brasil e que os levou a uma revolta por melhores condições de trabalho em 1856.

Davatz atribuiu, em seu relato, grande parte dos problemas dos colonos como decorrentes da mentalidade escravista ainda reinante no Brasil:

Esses empresários tem agido até aqui com seus parceiros e pode prever-se desde já como agirão para o futuro, tendo em conta o fato de se acharem habituados, desde a infância, a tratar com escravos e não terem aprendido até aqui a respeitar os direitos que assistem um trabalhador livre [...]. Aos olhos desses homens o colono europeu só vale mais do que os negros africanos pelo fato de proporcionar lucros maiores de custar menos dinheiro (DAVATZ, 1980, p. 233).

Mesmo bem-vindos no Brasil, que adotava uma política migratória de incentivo à colonização, os colonos não usufruíam dos mesmos direitos e liberdades que os nacionais, como demonstram as restrições aos direitos que lhes eram impostas por alguns dispositivos da legislação e, na prática, pelos administradores das colônias.

No ano de 1867, buscando fortalecer esta política migratória de colonização e diminuir suas falhas minimizando os problemas dos recém-chegados, foram editadas novas normas pelo governo imperial brasileiro (ALVIM, 2000, p. 388).

O Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867 estabeleceu diversos novos incentivos aos colonos como a construção de edifícios destinados a receber e hospedar os colonos recém-chegados (art. 28), sendo, eles mantidos nos 10 primeiros dias à custa dos cofres da colônia⁵; a atribuição de um lote de terra a cada família, que poderia ser pago em “cinco prestações iguaes, a contar do fim do segundo anno de seu estabelecimento” (BRASIL, 1867); possibilitava-se ainda ao colono que quisesse, como forma de auferir renda até a primeira colheita, o emprego em trabalhos na colônia pelo prazo de 6 meses. O Governo passou ainda a garantir a passagem desde o porto do Rio de Janeiro até o núcleo colonial, forçando, assim, pelo Decreto 3.815, de 20 de março de 1867, que a companhia de navegação fornecesse ao Governo abatimento de 50% no preço da passagem subvencionada para colonos.

⁵ Art. 29. Durante os primeiros dez dias de estada, os colonos, que o reclamarem, serão sustentados á custa dos cofres da colonia, debitando-se-lhes a importancia do adiantamento para ser reembolsado na fórmula do art. 6º (BRASIL: 1867).

O sistema colonial, todavia, “não prosperou muito, principalmente porque a base na mão-de-obra brasileira era escrava e o tráfico negreiro representava um excelente negócio para agricultores e comerciantes brasileiros (ELIAS, 2005, p. 14). Assim, apenas na segunda metade do século XIX, com a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, alcunhada “Lei Eusebio de Queiroz”, que proibia o tráfico negreiro, anunciando a extinção iminente da escravidão, a política migratória de atração de imigrantes para substituição da mão de obra escrava passou a ser levada a sério.

As lavouras de café cresciam exponencialmente desde meados do século XIX e “a elite paulista [...] não tinha interesse em estrangeiros para formar núcleos coloniais, prática até então incentivada pelo Governo imperial. Precisava apenas de mão-de-obra barata que substituísse o braço escravo” (ALVIM, 2000, p. 319).

Assim, “é o fim do tráfico negreiro que começa a colocar na ordem do dia a necessidade de substituição da mão-de-obra por imigrantes” (OLIVEIRA, 2002). Em 1871 entrou em vigor a Lei do Ventre Livre, Lei nº 2.040, anunciando o fim próximo da escravidão, no mesmo período em que teve início a emigração europeia transoceânica em massa que se estendeu até a década de 30 do século XX (ZUBILLAGA, 2000, p. 419). Também em 1871, o Decreto nº 1.950, de 27 de julho, flexibilizou as exigências para naturalização de estrangeiros garantindo “naturalização a todo o estrangeiro que a requerer, maior de 21 annos, e tendo residido no Brasil ou fóra delle, em seu serviço por mais de dous annos” (BRASIL, 1871).

Ao mesmo tempo em que a Europa apresentava um contexto propício à emigração com um crescimento demográfico sem precedentes, avanço da tecnologia que substituía a mão-de-obra do homem pela máquina e a melhoria dos transportes com o uso de embarcações a vapor⁶, o Brasil apresentava um contexto bastante favorável à recepção de imigrantes com a premente necessidade de substituição da mão-de-obra escrava e uma política migratória aberta. Havia ainda uma preocupação em “branquear” a população brasileira, ressaltando seu caráter europeizado, na chamada “política de branqueamento”⁷:

No final do século XIX, na iminência da abolição da escravatura, discutir a questão racial significava, para as elites, debater a questão nacional, já que o progresso do país dependeria da composição étnica de seu povo. Assim, a defesa da imigração não se restringia às necessidades de mão-de-obra, mas também a um ideal de construção de uma nacionalidade. O Brasil que se pretendia formar era livre e de cidadãos brancos (PESSANHA, 2005, p. 21).

⁶ A Itália e Alemanha apresentavam na época, ainda, como fatores expulsórios os processos de unificação política, terminados apenas em 1870 e 1871, respectivamente.

⁷ Thomas Skidmore (2012, p. 110), resalta que essa tese do “branqueamento”, aceita pela maior parte da elite nacional entre 1889 e 1914 era uma teoria peculiar ao Brasil.

O ideal dessa política era o desaparecimento do negro por sua absorção gradativa pela raça branca e baseava-se no pressuposto de que: “a miscigenação não gerava, necessariamente, ‘degenerados’, e poderia forjar uma população mestiça saudável que se tornaria cada vez mais branca, tanto cultural quanto fisicamente” (SKIDMORE, 2012, p. 111).

Em síntese, “o imigrante, além de vir preencher uma demanda de braços para o trabalho, teria o papel de contribuir para o branqueamento da população, ao submergir na cultura brasileira por meio da assimilação” (OLIVEIRA, 2002).

O Governo republicano deu continuidade à política migratória aberta à recepção de imigrantes iniciada no Império: o Decreto nº 58-A, de 14 de dezembro de 1889, editado menos de um mês após a Proclamação da República promoveu a naturalização dos estrangeiros residentes no Brasil⁸ ao estabelecer em seu art. 1º que:

Art. 1º São considerados cidadãos brasileiros todos os estrangeiros que já residiam no Brasil no dia 15 de novembro de 1889, salvo declaração em contrario feita perante a respectiva municipalidade, no prazo de seis meses da publicação deste decreto (BRASIL, 1889).

O Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, por sua vez, continuou bastante liberal à entrada de imigrantes, mas com ressalva expressa aos oriundos da África e Ásia, em continuidade à política de “branqueamento”:

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, **exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa** que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas (BRASIL, 1890, grifo nosso).

A Constituição de 1891 constitucionalizou a política migratória xenófila aos europeus, e inseriu em seu texto “grande naturalização” promovida pelo Decreto nº 58-A, de 14 de dezembro de 1889, ao prever em seu art. 69, 4º, a concessão de cidadania brasileira automaticamente a todos estrangeiros que estivessem no Brasil em 15 de novembro de 1889 e não declarassem, dentro de seis meses após a entrada em vigor da Constituição, a vontade de conservar a nacionalidade de origem.

O art. 72, §10, do texto constitucional de 1891 reconhecia ainda o *ius migrandi* e assegurava a livre entrada em território brasileiro, independentemente de passaporte: “§ 10 - Em tempo de paz qualquer pessoa pode entrar no território

⁸ A primeira naturalização coletiva foi feita pela Constituição de 1824 (art. 6º, IV), que naturalizou brasileiros os portugueses residentes no Brasil na época da independência.

nacional ou dele sair com a sua fortuna e bens, quando e como lhe convier, independentemente de passaporte” (BRASIL, 1891)⁹.

Dos imigrantes que chegaram ao Brasil, grande parte participou da incipiente industrialização brasileira, como operários em um contexto de elevada exploração e pouca proteção ao trabalho, assim, integraram ativamente o movimento de trabalhadores sob influência das ideologias anarquistas e comunistas. Para que se tenha ideia da dimensão da participação de imigrantes, especialmente italianos, no movimento operário Zuleika M. F. Alvim (2000, p. 409) destaca que “entre 1890 e 1920 de todos os líderes sindicais identificados no Estado [de São Paulo], 82% eram estrangeiros e desses 61% eram italianos”.

Esta participação estrangeira nos movimentos sociais deflagrou o início das restrições à imigração na legislação brasileira. Assim, em 7 de janeiro de 1907, foi editada a primeira lei de expulsão de estrangeiros do Brasil, o Decreto nº 1.641, conhecido como “Lei Adolfo Gordo”, em referência ao deputado paulista¹⁰ Adolfo Afonso da Silva Gordo (1858-1929) que a apresentou. Este diploma legal tinha o pretexto de resguardar a “segurança nacional” e a “tranquilidade pública” e previa que: “art. 1º O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometter a segurança nacional ou a tranquillidade publica, póde ser expulso de parte ou de todo o territorio nacional” (BRASIL, 1907).

Apesar do início das restrições, o estrangeiro ainda era visto como necessário ao desenvolvimento nacional e o Decreto nº 9.081, de 3 de novembro de 1911, oferecia uma série de vantagens aos estrangeiros que viessem para trabalhar como agricultores ou proprietários rurais¹¹, buscando incentivar que as migrações se direcionassem ao campo, desviando os migrantes dos centros urbanos para que não viessem a engrossar o crescente movimento operário. Neste sentido, o art. 3º do Decreto, que menciona os trabalhadores imigrantes urbanos, ressalta que

⁹ Com o início de uma política migratória mais restritiva, que será abordada a seguir, a desnecessidade de passaporte foi suprimida da Constituição de 1891 pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926.

¹⁰ São Paulo era então o Estado mais industrializado do país e o que mais estava sofrendo os impactos das sucessivas greves deflagradas no início do século XX, assim, não surpreende que a legislação para expulsão dos estrangeiros “indesejáveis” tenha sido iniciativa de um parlamentar daquele Estado.

¹¹ O Decreto ao fixar os auxílios estatais à fixação dos imigrantes destaca que eles serão dirigidos aos “agricultores” ou aos que queiram se estabelecer como “proprietários rurais”: “Art. 4º O Governo Federal dirige e auxilia, de accôrdo com os Estados, e sem embargo de acção identica por parte destes, a introdução e localização de immigrants que, reunindo as condições moraes expressas no art. 2º, **sendo agricultores** e vindo acompanhados de familia ou a chamado da mesma, **quizerem localizar-se no paiz como proprietarios ruraes**, assim como protege e guia aquelles que vierem espontaneamente e carecerem de patrocínio para a sua primeira instalação, uma vez que possuam os requisitos exigidos dos primeiros” (BRASIL, 1911, grifo nosso).

todos imigrantes têm inteira liberdade de trabalho “desde que não haja offensa á seguranca, á saude e aos costumes públicos” (BRASIL, 1911).

Observa-se, desta forma, que as restrições se voltavam, até então, aos imigrantes que já estavam em território brasileiro, não havendo maiores óbices à sua entrada. A partir de 1926, contudo, inicia-se a restrição à entrada no Brasil com a retirada do texto da Constituição de 1891 da desnecessidade de passaporte para ingresso no território nacional, o que se deu através da Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926. O estrangeiro gradualmente passava — na ideologia aplicada nos marcos legais migratórios influenciada pela escalada do nacionalismo pós-primeira guerra mundial e pela crise mundial que se seguiria — de solução para causa dos problemas nacionais.

Fase da xenofobia racista (1930-1969)

A Grande Depressão, crise mundial desencadeada com a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, teve como efeito na política migratória brasileira o aprofundamento das restrições à entrada de estrangeiros, que passaram a ser diretamente responsabilizados pela situação de crise econômica e desordem social vigentes e, conforme assinala Póvoa Neto (2004, p. 17), “é notório que os imigrantes servem frequentemente como catalisadores de múltiplas frustrações, bem como de temores difusos contra ameaças dificilmente localizáveis”.

Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório, com a “Revolução de 1930”, em 3 de novembro daquele ano e já no mês seguinte implantou medidas restritivas à entrada de estrangeiros como o Decreto 19.482, de 12 de dezembro de 1930, que nas em suas razões deixa expressa a política migratória xenófoba que se seguiria nos próximos marcos legais:

CONSIDERANDO, também, que **uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros**, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança social” (BRASIL, 1930, destaque nosso).

A Constituição de 1934, constitucionalizou essa política migratória xenófoba e de “branqueamento”, chamada eufemisticamente pelo constituinte de “integração étnica”, ao assentar em seu texto no art. 121, §6º que:

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos (BRASIL, 1934).

A Constituição de 1934 vedou ainda a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território brasileiro¹².

Nesse ínterim, Oswaldo Truzzi (2003, p. 250) destaca que:

Em 1937, poucos meses antes da decretação do Estado Novo, uma circular secreta expedida pelo Itamarati proibiu a concessão de vistos para todas as pessoas de 'origem semítica'. Depois de a colônia se mobilizar e os Estados Unidos pressionarem, a entrada de judeus voltou a se normalizar às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

Comenta Fábio Koifman (2015), no entanto, que “o projeto do Estado não era especialmente impedir a entrada de judeus. Era impedir a entrada de estrangeiros que não fossem considerados adequados para a formação étnica e eugênica do povo brasileiro”.

Com o advento do “Estado Novo”, foi outorgada a Constituição de 1937, que manteve o sistema de quotas fixados na Constituição anterior para ingresso no território brasileiro, estabeleceu ainda, em seu art. 153, que a lei deveria fixar cotas para trabalhadores brasileiros “nos serviços públicos dados em concessão e nas empresas e estabelecimentos de indústria e de comércio”, prática que já ocorria desde o Decreto nº 19.482 de 1930 que fixava, em seu art. 3º cota de 2/3 de brasileiros natos no quadro de trabalhadores.

Embora a nova Constituição não tenha reproduzido em seu texto a questão das medidas restritivas necessárias à “integração étnica”¹³, isso não significou o abandono do racismo na política migratória brasileira, que se intensificou nos marcos legais que se seguiram:

A partir de 1937, após a instauração do Estado Novo, o governo brasileiro – sob o slogan ufanista ‘promover o homem trabalhador e defender o desenvolvimento e a paz social do país – encontrou uma fórmula para acobertar uma série de práticas autoritárias e racistas. O conceito político de trabalho – empregado desde as primeiras décadas do século XX pelas autoridades higienistas e eugenistas – foi (re)abilitado pelas autoridades estado-novistas como medida de avaliação social e racial. (CARNEIRO, 2003, p. 265).

O Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938 foi o primeiro diploma legislativo pós-Constituição de 1937, a regular a entrada de estrangeiros no território nacional e trouxe severas restrições à entrada de novos imigrantes e aos que já se encontravam em território brasileiro.

¹² “Art. 121 [...] § 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena” (BRASIL, 1934).

¹³ “Art 151 - A entrada, distribuição e fixação de imigrantes no território nacional estará sujeita às exigências e condições que a lei determinar, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos” (BRASIL, 1937).

O art. 1º, II, deste Decreto trazia vedação expressa à entrada de pessoas de etnia cigana, equiparando-os aos “indigentes, vagabundos” e “congêneres”¹⁴; e o art. 40 dispunha que o Conselho de Imigração e Colonização poderia “proibir a concessão, transferência ou arrendamento de lotes a estrangeiros da nacionalidade cuja preponderância ou concentração no núcleo, centro ou colônia, em fundação ou emancipados, seja contrária à **composição étnica** ou social do povo brasileiro” (BRASIL, 1938, destaque nosso).

Quanto às restrições aos estrangeiros que já se encontravam em território nacional, destacam-se a de que o exercício do magistério e direção das escolas só poderia ser exercido por brasileiros natos (art. 41) e a de que seria proibido o ensino de idioma estrangeiro a menores de 14 anos nas escolas rurais (art. 85, §2º). Estas restrições foram aprofundadas pelo Decreto nº 7.614, de 12 de dezembro de 1938, que estabelecia em seu art. 7º que “a instrução primária será ministrada exclusivamente em Português”, inviabilizando, assim, a continuidade das escolas mantidas pelas comunidades de imigrantes.

O último marco legal do Estado Novo a regular as imigrações foi o Decreto-Lei 7.967, de 18 de setembro de 1945, que manteve a política migratória racista e restritiva, especificando a etnia europeia como a ideal: “Art. 2º Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as **características mais convenientes da sua ascendência europeia**, assim como a defesa do trabalhador nacional” (BRASIL, 1945, destaque nosso).

A Constituição de 1946, apesar de seu viés democrático não rompeu totalmente com a política migratória restritiva do regime anterior. Seu art. 162, por exemplo, dispunha que: “Art. 162 - A seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional”. Da possibilidade conferida ao legislador à distribuição e fixação de migrantes, subentende-se que não lhes é reconhecida a plena liberdade de locomoção pelo território nacional.

Com o pós-guerra e o advento da guerra-fria, a “segurança nacional”, que aparecia como elemento secundário, assumiu o protagonismo da política migratória, que continuou restritiva, agora não mais por motivos raciais, visto que estes cederiam espaço aos motivos ideológicos.

Fase da segurança nacional (1969-2017?)

Como ressaltado acima, a legislação da República Velha e do Estado Novo¹⁵ já mencionavam a segurança nacional, preocupação que permaneceu na legislação

¹⁴ “Art. 1º Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo: [...] II - indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres” (BRASIL, 1938).

¹⁵ O art. 1º, do Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907 e o art. 11, IV, do Decreto-Lei 7.967, de 18 de setembro de 1945 já mencionam a segurança nacional como elemento da política migratória.

subsequente, alcançando seu auge com a Lei 6.815/80, o *Estatuto do Estrangeiro*, que esteve em vigor até 20 de novembro de 2017.

O Estatuto do Estrangeiro e a doutrina de segurança nacional

A década de 1980 foi caracterizada, no âmbito global, pela bipolaridade capitalismo/socialismo ainda no contexto da *Guerra Fria* e, no âmbito nacional, pela estagnação econômica e desemprego (FARIA, 2015).

Ao comentar a conjuntura política brasileira do início daquele período o General Golbery do Couto e Silva (1981, p. 505, destaque nosso) assinalou a importância de se reduzir o crescimento demográfico como forma de compensar a falta de crescimento econômico:

Conhecendo dificuldades em impulsionar, nesta época, o progresso do país com índices de crescimento econômico suficientes para chegar perto dos níveis de crescimento demográfico, não haverá outra solução, **senão disciplinar esse crescimento demográfico.**

Um dos meios de controle de crescimento populacional, embora não mencionado expressamente pelo general, é um maior controle sobre os fluxos migratórios que chegam: disciplina-se o crescimento demográfico ocorrido por meio da migração com a burocratização e entaves à regularização migratória.

Neste contexto de recessão econômica e bipolaridade foi editada a Lei 6.815/1980 que — de 19 de agosto de 1980 até a entrada em vigor da Lei 13.445/2017, em 21 de novembro de 2017 — permaneceu como o principal diploma normativo a regular a situação do estrangeiro no Brasil, e insere-se na lógica da “segurança nacional” do período em que foi elaborado:

Se nos dias de hoje a doutrina da segurança nacional parece ter perdido o fôlego, considerando os mais de vinte anos de vigência da ordem constitucional democrática no Brasil, em relação à imigração ela ainda se faz presente. Em detrimento do viés dos direitos humanos, a Lei nº 6.815/80 deixa muito bem sedimentada, logo em seus primeiros dispositivos, a finalidade da política imigratória: privilegiar a questão da segurança e dos interesses nacionais, bem como a proteção da ordem econômica (ANDENA, 2013, p. 99).

Um fato que deixa claro como a legislação considera os imigrantes como elementos potencialmente perigosos é o atendimento das questões referentes à imigração e estrangeiros ficar a cargo de um órgão de segurança pública, a Polícia Federal, ao invés de um órgão especializado, como seria o mais adequado a um Estado Democrático de Direito.

A presença desta doutrina autoritária pode ser exemplificada também pelo art. 18 do Estatuto, não recepcionado pela Constituição Federal de 1988, quando criou a situação em que a permanência do estrangeiro poderia ser condicionada à sua fixação em determinada região do território nacional. É possível verificar sua presença ainda em dispositivos ainda vigentes como, por exemplo, o art. 7º, II, do Estatuto que permite a avaliação fundada em estigmas ou preconceitos ao fixar critérios vagos e subjetivos para negar o visto (nocividade à ordem pública ou aos interesses nacionais). Institucionaliza-se os estrangeiros como uma categoria de “inimigos em potencial”.

A expulsão poderia decorrer de mera infração administrativa ou da condição social, não estando relacionada necessariamente à prática de infração penal: é prevista a aplicação da medida expulsória para aqueles que violarem dispositivos do Estatuto ou se entregarem à vadiagem ou mendicância¹⁶.

Os conceitos vagos utilizados pelo legislador, como “conveniência”, “interesses nacionais” e “moralidade pública” (BRASIL, 1980) abriam uma ampla margem para o arbítrio na seleção de quais estrangeiros seriam classificados como “indesejáveis” e a expressão “de qualquer forma”, utilizada pelo legislador, afastava a necessária aplicação da proporcionalidade.

Em síntese, é possível verificar que a segurança nacional sempre esteve presente na política migratória brasileira, mas sob diferentes perspectivas: num primeiro momento, a presença de imigrantes era útil à segurança nacional, pois ocupariam as vastas porções territoriais ainda vagas, garantindo-lhes a posse, e poderiam compor a fileira de soldados para garantir a defesa do país. Em um momento histórico posterior, a presença dos imigrantes passou a ser vista como uma ameaça a esta segurança, que outrora eles eram responsáveis por garantir, e o estrangeiro passou a ser encarado pela legislação como “inimigo em potencial”.

No atual contexto mundial de recrudescimento dos conflitos armados, terrorismo e criminalidade transnacionais, a segurança nacional não perdeu sua relevância e continua a ser tema que deve se fazer presente na política migratória, mas como seu elemento e não mais como seu núcleo, que deveria ser, a partir da Constituição de 1988, o de respeito aos direitos humanos.

Lei 13.445/2017: a nova lei de migração

Apesar de ser um diploma legal restritivo e da redemocratização ocorrida durante sua vigência, o *Estatuto do Estrangeiro* permaneceu por quase 30 anos como o principal diploma normativo brasileiro sobre migrações.

¹⁶ Art. 65, parágrafo único, da Lei 6.815/1980 (BRASIL, 1980).

A fim de dar conta das novas demandas migratórias apresentadas ao Estado brasileiro e de afinar a política migratória ao regime democrático — que impõe que o ser humano seja o fim das políticas estatais e não mais meio pelo qual o Estado desenvolve suas políticas, como a segurança nacional — foram debatidas propostas de um novo marco legal que deveria substituir o *Estatuto do Estrangeiro*.

A demora para se reformular a legislação migratória, apesar das iniciativas neste sentido, decorre, segundo César Augusto S. da Silva (2015, p. 186), de uma falta de vontade política nesse sentido: “parece existir falta de vontade política e de consenso entre os diferentes atores políticos para aprovação de uma reforma no Congresso Nacional e no Poder Executivo, pelo menos desde o início da década de 90”.

Em 2013 foi proposta uma nova lei de migração por meio do Projeto de Lei do Senado nº 288, de autoria do senador Aloysio Nunes. Em agosto de 2015, o projeto foi aprovado pelo Senado e seguiu para a Câmara, onde tramitou como PL 2.516/2015, sob relatoria do deputado Orlando Silva.

Aprovado pelo plenário da Câmara, em dezembro de 2016 o projeto retornou para análise do Senado. O relator então designado foi o senador Tasso Jereissati, que apresentou um texto bastante similar ao aprovado pela Câmara:

Entre as alterações feitas pelo relator no texto da Câmara dos Deputados, está a retirada de um inciso que inclui a proteção ao mercado de trabalho nacional. Para o senador, “essa diretriz é dúbia”, pois o mercado de trabalho não deve ser fechado e a migração é um fator de seu desenvolvimento. Também foram mantidas partes do texto original que tratam da expulsão do migrante e que foram retiradas no substitutivo da Câmara. Dessa forma, caberá à autoridade competente resolver sobre a expulsão, sua duração ou suspensão, e sobre a revogação de seus efeitos (BAPTISTA; VILAR, 2017).

O projeto substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados (SCD 7/2016) ao projeto original do Senado (PLS 288/2013) foi aprovado em 18 de abril de 2017 e seguiu para sanção presidencial. Foram vetados, pelo Presidente, 18 dispositivos.

Finalmente, em 25 de maio de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 13.445, que instituiu a nova Lei de Migração e dispõe “sobre os direitos e deveres do migrante e do visitante, regula sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante” (BRASIL, 2017).

A nova lei, que teve *vacatio legis* de 180 dias, entrou em vigor em 21 de novembro de 2017 e, ao substituir a Lei 6.815/1980, visou a colocar a política migratória brasileira em acordo com a Constituição de 1988 e em seu art. 3º trouxe a base principiológica da política migratória brasileira, que deverá ser regida pela “universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos” (BRASIL, 2017).

A lei, ao situar topograficamente os princípios humanizantes logo em seu início, no art. 3º, destacou-os, como parâmetros hermenêuticos da lei e alinhou axiologicamente a política migratória ao regime jurídico-constitucional de prevalência dos direitos humanos.

A Lei nº 13.445/2017 teve a clara finalidade de humanizar a política migratória, mas os vetos e sua regulamentação — realizada pelo Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017 —, ao diminuírem o alcance dos direitos previstos, em contrariedade ao espírito da lei, reduziram seu caráter progressista e expuseram os conflitos ideológicos que se fizeram presentes durante o trâmite da Lei, quando grupos chegaram a protestar nas ruas contra a sua aprovação.

Apesar dos vetos a importantes dispositivos e de sua regulamentação restritiva, a nova Lei de Migração avançou bastante em relação à lei anterior na humanização da política migratória brasileira, ao lograr trazer as migrações do campo de discussão e política de segurança nacional para o campo dos direitos humanos, ao reconhecer o imigrante como sujeito de direitos e substituir o paradigma do “estrangeiro” para o do “migrante”.

Assim, em que pese ainda persistam alguns obstáculos a serem vencidos, como a regulamentação restritiva e sua aplicação, a nova lei deu um importante passo no caminho de reverter a posição autoritária do Estado brasileiro em relação às migrações.

Conclusões

No âmbito histórico da política migratória brasileira foi possível verificar o transcurso de três fases — xenofilia europeia, xenofobia racista e de segurança nacional — percorridas pelos marcos legais que fixaram as políticas migratórias brasileiras desde 1808 e observou-se que em nenhuma delas as migrações foram tratadas como questão orientada à luz dos direitos humanos.

Apenas a partir da entrada em vigor da Lei 13.445/2017, a Nova Lei de Migração, o Brasil teve um marco legal sobre migrações baseado nos direitos humanos dos migrantes, o que trouxe uma nova perspectiva, humanizante, no trato das migrações pelo Estado brasileiro ao visar a colocar a política migratória em acordo com a Constituição brasileira de 1988, no âmbito interno, e com o sistema internacional de proteção aos direitos humanos, no externo. Abriu-se, assim, com a novel lei a perspectiva para a construção de uma nova fase na política migratória brasileira, a fase de direitos humanos.

Apesar do avanço no campo legislativo, o Brasil ainda busca equacionar o conflito ideológico de um modelo migratório anterior, e que ganhou força em escala global a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, pautado na securitização das migrações, e um novo modelo, humanizador. Neste sentido observou-se que os vetos a importantes dispositivos e a regulamentação restritiva da Lei 13.445/2017, que reduziram muito seu alcance progressista, expuseram esse choque de modelos.

Referências

- AGUIAR, Cláudio. *Os espanhóis no Brasil: contribuição ao estudo da imigração espanhola no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América-Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 383-418.
- ANDENA, Emerson Alves. *Transformações na legislação imigratória brasileira: os (des)caminhos rumo aos direitos humanos*. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- BAPTISTA, Rodrigo; VILAR, Isabela. Projeto da nova Lei de Migração segue para sanção presidencial. *Senado Notícias*, Brasília, 19 abr. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/18/projeto-da-nova-lei-de-migracao-segue-para-sancao-presidencial>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- BEOZZO, José Oscar. *Brasil 500 anos de migrações*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891*. Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 26 jul. 2016.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2015.
- BRASIL. *Decreto de 25 de novembro de 1808*. Rio de Janeiro, 1808. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-40271-25-novembro-1808-572458-publicacaooriginal-95562-pe.html>. Acesso em: 4 jun. 2016.
- BRASIL. Decreto nº 58-A, de 14 de dezembro de 1889. Providência sobre a naturalização dos estrangeiros residentes na República. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 251, 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-58-a-14-dezembro-1889-516792-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- BRASIL. *Decreto nº 528*, de 28 de junho de 1890. Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 set. 2016.
- BRASIL. *Decreto nº 1.641*, de 7 de janeiro de 1907. Providência sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. Rio de Janeiro, 1907. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>. Acesso em 14 ago. 2016.
- BRASIL. *Decreto nº 1.950*, de 12 de julho de 1871. Autoriza o Governo para conceder carta de naturalização a todo o estrangeiro que a requerer, maior de 21 annos, e tendo residido no Brasil ou

fóra delle, em seu serviço por mais de dous annos. Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1950-12-julho-1871-551847-publicacaooriginal-68679-pl.html>. Acesso em: 08 ago. 2016.

BRASIL. *Decreto nº 7.614*, de 12 de dezembro de 1938. Provê sobre o ensino primário. Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/125330/DECRETO%207614%20DE%201938.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. *Decreto nº 9.081*, de 3 de novembro de 1911. Dá novo regulamento ao Serviço de Povoamento. Rio de Janeiro, 1911. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578-republicacao-102836-pe.html>. Acesso em: 8 ago. 2016.

BRASIL. *Decreto nº 19.482*, de 12 de dezembro de 1930. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Acesso em: 1º nov. 2016.

BRASIL. *Lei nº 13.445*, de 24 de maio de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 26 dez. 2017.

BRASIL. *Lei nº 6.815*, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm. Acesso em: 13 jul. 2015.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cumplicidade secreta: o Brasil diante da questão dos refugiados judeus (1933-1948). In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de A.; MALATIAN, Teresa (Orgs.). *Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 257-276.

CAVARZERE, Thelma Thais. *Direito internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Planejamento estratégico*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: EdUSP, 1980.

ELIAS, Rodrigo. Braços para fazer um país. *Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 14-19, out. 2005.

FARIA, Maria Rita Fontes. *Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O homem cordial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PESSANHA, Andréa Santos. Em nome do progresso. *Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 20-22, out. 2005.

PÓVOA NETO, Helion. Rejeição e criminalização das migrações na nova ordem internaional após o 11 de setembro. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES. *Migrações: discriminação e alternativas*. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 11-24.

SEYFERTH, Giralda. Colonização e política imigratória no Brasil Imperial. In: SALES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário R. (Orgs.). *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p. 79-111.

SILVA, César Augusto S. da. *A política migratória brasileira para refugiados (1998-2014)*. Curitiba: Íthala, 2015.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TAVARES, Vania Porto; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; SILVA, Maria Thereza L. L. de Castro e. *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica*. Rio de Janeiro: IPEA, 1972.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Reformulações na política imigratória do Brasil e Argentina nos anos 1930: um enfoque comparativo. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de A.; MALATIAN, Teresa (Orgs.). *Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 233-256.

ZUBILLAGA, Carlos. Breve panorama da imigração maciça no Uruguai (1870-1931). In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América-Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 419-460.

A TERRITORIALIDADE DA REDE BANCÁRIA NO ESTADO DE RONDÔNIA: CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DOS AGENTES FINANCEIROS

Territoriality of Banking Network in The State of Rondônia: Concentration and Dispersion of Financial Agents

Territorialidad de la Red Bancaria en el Estado de Rondônia: Concentración y Dispersión de Agentes Financieros

Fábio Brito dos Santos*

Décio Keher Marques**

Edwarda de Paula Soares Ojopi***

Resumo: A finança, variável chave da dinâmica econômica e da reprodução dos interesses hegemônicos, cria políticas reinventando-se por meio de formas diversas de circulação do dinheiro no território brasileiro. Essa lógica também não escapa aos bancos que possuem uma rede diversificada de fixos geográficos por todo o território nacional (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco etc.), em particular no estado de Rondônia. Dessa forma, partindo de uma concepção geográfica da relação da finança com o território, pretendemos apresentar um panorama da distribuição da rede bancária no território rondoniense.

Palavras-chave: Território, Finança, Concentração e Dispersão, Rede Bancária, Rondônia.

Abstract: Finance, a key variable of economic dynamics and the reproduction of hegemonic interests, creates new policies reinventing itself through different forms of money circulation in the Brazilian territory. This logic also does not escape the banks that have a diversified network of geographic fixed throughout the national

Introdução

A dinâmica atual das finanças, no território, está ligada ao movimento de intervenção da ordem global que tem estimulado, nos diferentes países, políticas voltadas para a criação de formas mais eficazes de circulação do dinheiro. No caso do Brasil, novas formas-conteúdo foram se integrando às instituições financeiras que adentraram no país, bem como às já existentes. Assim, a redefinição dos conteúdos técnicos e informacionais em escala mundial, serviram para intensificar o controle sobre o direcionamento das economias dos países subdesenvolvidos. Essas intervenções, por um lado, fizeram com que o território brasileiro sofres-

* Graduado em Geografia, mestre em Geografia Humana. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: fabio.brito@ifro.edu.br.

** Graduado em Filosofia, mestre em Educação Escolar. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: decio.marques@ifro.edu.br.

*** Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Aluna do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: edwardaojopi@gmail.com.

territory (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco etc.), in particular in the state of Rondônia. Thus, starting from a geographical conception of the relationship of finance with the territory, we intend to present an overview of the distribution of the banking network in the rondoniense territory.

Keywords: Territory, Finance, Concentration and Dispersion, Banking Network, Rondônia.

Resumen: La finanza, una variable clave de la dinámica económica y la reproducción de los intereses hegemónicos, crean nuevas políticas que se reinventan a través de diferentes formas de circulación de dinero en el territorio brasileño. Esta lógica tampoco escapa a los bancos que tienen una red diversificada de fijos geográficos en todo el territorio nacional (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco, etc.), particularmente en el estado de Rondônia. Por lo tanto, a partir de una concepción geográfica de la relación de las finanzas con el territorio, tenemos la intención de presentar una visión general de la distribución de la red bancaria en el territorio rondoniense.

Palabras clave: Territorio, Finanza, Concentración y Dispersión, Red Bancaria, Rondônia.

se, sensivelmente, uma modernização em curto prazo, por outro, produziu resultados negativos nas estruturas econômica e social a respeito à inserção de nexos financeiros ligados ao cotidiano de sua população, tal como a ideologia do consumo conspícuo.

À luz dos progressos da ciência e da técnica, a renovação da base material, responsável por facilitar os fluxos de dinheiro no território, configura-se em consonância com os novos arranjos organizacionais submetidos, por sua vez, à intencionalidade de agentes diversos, frequentemente, alheios à escala do lugar. Logo, como a atuação dos bancos se dá sob a égide do mercado, a organização financeira do território tende a se constituir de maneira seletiva, privilegiando as zonas economicamente mais desenvolvidas.

Nesse sentido, a má distribuição de recursos financeiros no país, resultado da grande discrepância econômica nos diferentes pontos do território e da concentração bancária que a segue, desencadeou um alargamento da centralidade de centros mais dinâmicos, levando ainda a um aumento do grau de dependência de outros maiores. Essa concentração reflete, em grande parte, a produção de liquidez que demandam os bancos, principalmente por meio da drenagem de recursos das áreas mais pobres para concentrá-los nos lugares com crescimento mais robusto.

A rarefação de serviços financeiros nas zonas mais opacas do território é

expressão da falta de um desenvolvimento econômico nesses lugares. Ao considerar tal fenômeno podemos asseverar que a concentração e dispersão bancárias explicam a ausência de políticas financeiras consistentes para o desenvolvimento das áreas mais “letárgicas” do país. Segundo Adriana Amado (2006, p. 152) é possível entender que “[...] dada a base mais remota de informações dos projetos da periferia, os bancos do centro tendem a estender empréstimos para a periferia via projetos de empresas que têm suas sedes no centro, uma vez que, assim, a volatilidade da base de informações é menor”.

Acontece que os investimentos das empresas instaladas no território brasileiro são causa do fortalecimento de atividades não muito relevantes para as demandas das áreas mais pobres, não promovendo elos importantes com a economia dos lugares menos desenvolvidos, os enxergando, apenas, como recurso a ser explorado, estimulando, assim, a ampliação das desigualdades já existentes na rede urbana. Com a realidade bancária, não tem sido diferente, mantendo laços cada vez mais verticais com os lugares, a exemplo daqueles que apenas possuem correspondente bancário, um fixo geográfico que funciona como meio de drenagem de recursos para os centros financeiros do país. Apesar do aumento de fixos bancários desde a década de 2000, a maior parcela permanece ainda nas áreas mais dinâmicas, resultado do desnivelamento da rede urbana nacional.

Concomitantemente, a concentração bancária é um fenômeno importante na análise do comportamento dos lugares, e sua hierarquia no sistema de cidades, sendo que as bases para esse processo se dão através da reestruturação do capital, uma lógica capaz de alterar a divisão territorial do trabalho. As instituições financeiras, por representarem também tal lógica, assumem sua irracionalidade, nesse sentido.

É nessa perspectiva que a pesquisa tem nos permitido investigar a difusão da topologia bancária no território de Rondônia e sua relação com os lugares, procurando destacar, sobretudo, a relevância da presença de fixos geográficos (agências, postos de atendimento, correspondentes etc.) nos municípios rondonienses como forma de entender a relação que as instituições financeiras possuem com os lugares.

Ademais, o trabalho insere-se no rol de uma pesquisa desenvolvida na fronteira Brasil-Bolívia e suscita a discussão das finanças com o território brasileiro, sendo que a rede bancária é a grande expressão territorial da atuação de agentes financeiros que usam e abusam dos recursos materiais e imateriais que os lugares fronteiriços e não fronteiriços lhes oferecem.

Síntese teórico metodológica da pesquisa

Não é algo recente a preocupação da Geografia com os processos espaciais desencadeados pela ação das finanças. Geógrafos clássicos como Jean Brunhes (1925) já demonstravam interesse pelo tema em seus escritos. Logo mais, Jean Labasse (1974) desenvolve estudos sobre a rede bancária na França. Decerto, ao passo que a finança vai ganhando importância na construção do meio geográfico, esta desperta a necessidade de estudos mais aprofundados, atribuindo-lhe maior espaço na agenda dos geógrafos. À guisa de exemplo, pode-se apreender a obra de Santos ([1979] 2004; 1999; [1993] 2005; [2000] 2008) e, paralelamente, Corrêa (1989; [1993]), afora importantes trabalhos desenvolvidos por Dias (1992; 2005; 2009), Contel (2006).

Com efeito, o processo de mundialização das finanças, fundamentado na liberalização dos conteúdos normativos e na produção de técnicas de automação e tecnologias da informação, tem se intensificado continuamente e fundamentado as bases para o fortalecimento da lógica neoliberal capitalista. Neste sentido, a técnica, a partir dos trabalhos de Ortega y Gasset ([1939] 1963), Santos ([1996] 2009) e Sánchez, (1991), constitui importante dado do mundo contemporâneo, e estudá-la é também um caminho para o entendimento da difusão dos fluxos financeiros que têm, nos objetos técnicos, o suporte para sua aceleração.

A sucessiva renovação da materialidade do território tem contribuído para a penetração de novas formas geográficas, mais capazes de intensificar os fluxos de dinheiro no território. Para Santos e Silveira ([2001] 2003) é o momento em que “[...] novos instrumentos financeiros são incorporados ao território”. Portanto, os processos desencadeados pela ação das finanças não se realizam de maneira isolada, mas pela integração de sistemas de engenharia. Trilhando neste sentido, Castells (2001), Dias (1995) e Santos ([1996] 2009) nos mostram caminhos possíveis para o entendimento de tais processos, ao identificarem a importância das redes para o entendimento do espaço geográfico neste período. Assim, o sistema bancário está entre os que, de forma mais expressiva, conseguiu se beneficiar de tais avanços conduzindo a uma internacionalização financeira, como apontou Chesnais (1996).

A propósito, não se deve esquecer que a norma, Antas Jr. (2005) e Santos ([1996] 2009), também é um elemento importante no entendimento de como a finança se comporta no espaço. Ademais, a partir do olhar geográfico sobre a dinâmica provocada pelas finanças, pode-se destacar ainda os trabalhos de Contel (2001; 2006) e Medeiros (2013). Estes, entre outros estudos, assinalam a efetivação de um crescente processo de “financeirização do território e da sociedade”

(SILVEIRA, 2009) que, atualmente detém, numa grande parcela de pobres, um caminho promissor à sua expansão.

Com efeito, a noção de território usado autoriza uma interpretação particular à Geografia acerca da atuação do aparelho bancário, permitindo apreendê-lo a partir dos agentes que interferem nos fluxos financeiros, cuja difusão apresenta variações em função das especificidades existentes no território. Assim sendo, buscou-se investigar o objeto em análise na perspectiva do território usado, notadamente a partir das contribuições de Santos ([1994] 1996) e Souza (1994).

Os sistemas técnicos como meio para a territorialização do sistema bancário

A sofisticação dos sistemas técnicos permitiu uma maior fluidez aos sistemas de ações das organizações financeiras (DIAS; LENZI, 2009), ampliando o alcance geográfico de fluxos de natureza diversa. Com efeito, o sistema bancário está entre os que, de forma mais expressiva, conseguiu se beneficiar de tais avanços. Ademais, a criação de novas formas geográficas possibilitou uma progressiva expansão da topologia bancária, aumentando também sua capilaridade no país.

Pressionados a acompanhar os avanços técnicos do sistema bancário, o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional concebem uma série de liberalizações normativas no sentido de oferecer maior fluidez à atividade financeira. Nesse sentido, diversas normas criadas conseguiram regular o padrão de ação dos agentes financeiros no território, autorizando assim, a geografação de sistemas técnicos necessários à ampliação das bases para a expansão das finanças no território nacional. Logo, isso impulsionou a novas determinações financeiras em lugares mais pobres.

Além da difusão da rede bancária, há uma diversificação dos fixos geográficos (agências, postos de atendimento, caixas eletrônicos, correspondentes) que a formam, com a introdução de sistemas técnicos com maior poder de automação e alcance geográfico que, por sua vez, constituem num dos principais mecanismos dessa nova racionalidade das finanças. Cabe advertir que o uso do território pelas instituições financeiras difere também segundo o tipo de agente envolvido.

No que se refere aos bancos privados, por exemplo, verifica-se que a maior capilaridade de suas formas bancárias se faz acompanhada por um intenso processo de drenagem de recursos das zonas opacas do território. A fragmentação da atividade bancária, assim como a precarização do trabalho no mundo dos bancos, são algumas das tendências e resultados desse processo de capilaridade das finanças que se ramifica de forma desigual no país (JINKINGS, 2001).

Do ponto de vista dos clientes, o maior fracionamento da atividade bancária – seguido pelo maior fatiamento das receitas geradas por essa atividade – se reflete numa maior facilidade para o oferecimento e obtenção de produtos financeiros, sobretudo o crédito. Contudo, em condições de difícil liquidação da dívida, devido às altas taxas cobradas pelos bancos que reclamam maior parte nas suas receitas, o resultado destas novas topologias e tipologias bancárias é um progressivo endividamento da sociedade.

Esse mesmo processo trouxe à luz uma maior percepção do Governo acerca das disparidades sociais que se gestavam no território, concomitantemente à difusão de um meio técnico-científico informacional. Logo, o aparelho bancário enquanto mecanismo de drenagem e irrigação de recursos converte-se em objeto de grande interesse, pois passa a cumprir papel essencial no processo de “organização” financeira do território. A esse respeito, Contel (2006, p. 63) assevera que “A existência de atores públicos em regiões menos desenvolvidas de qualquer território contribui para evitar a concentração dos capitais nas cidades e nas regiões mais dinâmicas destes mesmos espaços.” A isso deve-se aos bancos públicos.

Atualmente, os bancos constituem um grupo importante de agentes no controle de diversas atividades econômicas. Nesse sentido, uma hipótese a considerar é que a difusão da topologia bancária e a ação por parte desses atores depende de alguma forma, das relações estabelecidas, não somente com o setor privado, mas especialmente com inúmeras atividades do setor público. Este último, de alguma maneira, acaba por ser relevante na criação de alguns mecanismos fundamentais para que as instituições financeiras angariem parcela dos recursos direcionados à esfera social.

Por conseguinte, não se pode esquecer que os bancos demonstram maior interesse pelas áreas tecnicamente mais densas, como bem é possível entender a partir da distribuição da rede bancária no país que se expressa paralelamente ao comportamento da rede urbana nacional (CORRÊA, 1989). Quer dizer, alguns lugares acabam por estabelecer relações hierárquicas com a maioria, tendo em vista a concentração de diversas atividades importantes e de capitais ampliada com uma divisão internacional do trabalho cada vez mais intensa.

Esses lugares carregam o peso de um processo histórico de transformação baseado em interesses em sua maioria forâneos, especialmente de agentes capazes de determinar ordens e modelar as bases técnicas para a concretização de seus interesses, o que gera uma agressiva desigualdade espacial, mas principalmente de uma densidade de sistemas técnicos cada vez mais seletivos.

Contudo, os espaços mais opacos do território também não escapam à lógica de interesses dos atores hegemônicos, especialmente do setor bancário. Como inferido, a topologia segue a densidade da rede urbana nacional, porém, com a instalação das novas bases técnicas e informacionais, e a invenção de novas formas de financeirização, cada espaço do território é alvo de inúmeras disputas por parte dos agentes financeiros.

Com isso, apesar da intensa capilaridade das instituições financeiras – especialmente dos bancos públicos no território brasileiro – através de novos canais de atendimento (Correspondentes, Caixas Eletrônicas, Internet Banking, Mobile Banking etc.) a chamada topologia bancária tradicional (Agências e Postos de Atendimento) tem sido ampliada com o objetivo de intensificar a atuação desses agentes nos lugares com menor expressão econômica. Em parte, isso se deve à atuação dos Correspondentes que atuam como um mecanismo, não apenas de drenagem e canalização de recursos, mas de autoconhecimento da realidade onde estão instalados (SILVA; JAYME JR., 2013).

Por outro lado, é importante também atentar para o papel da economia do setor público no aumento da capilaridade dos bancos nos lugares mais opacos, especialmente, os municípios com maior rarefação técnica e dinâmica econômica pouco expressiva. Nesse sentido, alguns elementos, típicos da economia do setor público, acabam por ser um canal de atração dos bancos que enxergam a possibilidade de expandir suas políticas e aumentar sua capilaridade, além de controlar alguns seguimentos da estrutura social e econômica desses lugares.

Assim, é importante elencar algumas questões que dizem respeito à forma como os bancos acabaram por ser expressivos agentes na execução da maioria das atividades das esferas governamentais públicas, especialmente dos municípios que são uma fonte para angariar recursos financeiros. As Prefeituras, através da administração da Folha de Pagamento de seus servidores, fornecedores, arrecadação de tributos etc., por exemplo, aparecem como elemento importante na expansão da topologia bancária no país, especialmente dos bancos públicos (SANTOS, 2018).

As novas técnicas e as tecnologias da informação são elementos importantes na efetivação das novas formas de modernização do setor público, a exemplo da instalação do Sistema de Folha de Pagamento nas Prefeituras Municipais. Nesse sentido, os bancos revelam grande interesse em manter relações cada vez mais intensas com a economia do setor público no Brasil, primeiro por que a possibilidade de angariar clientes é maior e a aumentar sua política de atuação nos lugares com menos expressividade econômica depende, em grande parte, da setor público para promover a infraestrutura necessária para a instalação, por exemplo de uma agência bancária em lugares com menos de dois mil habitantes.

A rede bancária de Rondônia: concentração e dispersão

À luz do surgimento de novas formas de prestação de serviços financeiros e em face dos recentes arranjos normativos criados para responder à capacidade crescente de circulação do dinheiro no território, assistimos, neste início de século, a uma nova configuração da topologia bancária no país. No atual quadro de hipercapilaridade das finanças (CONTEL, 2006), a organização espacial de cada fixo geográfico financeiro, aparece entremeada por fatores externos, sejam eles ligados aos avanços das técnicas bancárias ou mesmo às conjunturas políticas nacionais e internacionais de regulação, conforme anteriormente exposto.

Não obstante, a diversificação contemporânea da topologia bancária e o maior alcance territorial das redes de informação, permitiram que, através de distintos modos, a firma bancária se fizesse presente em lugares que, até antes da virada do século, eram desprovidos de atividades dessa natureza. A propósito dessa nova realidade, como salienta Milton Santos

A exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro (ainda que a das mercadorias possam ficar para depois), suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico (transformação dos ejidos, os campos comunitários do México, ou dos latifúndios no Brasil, ambos condenados pelas grandes organizações mundiais financeiras). (SANTOS, [1994] 2008, p. 14).

A despeito desse caráter auto induzido e despótico do sistema bancário, o conteúdo dos lugares se reafirma como condição de oportunidade para a instalação de seus fixos. Esse campo de forças entre o dinheiro (que a tudo busca se impor) e o território (que por sua vez possibilita sua circulação) é o que dá sentido à configuração da topologia bancária.

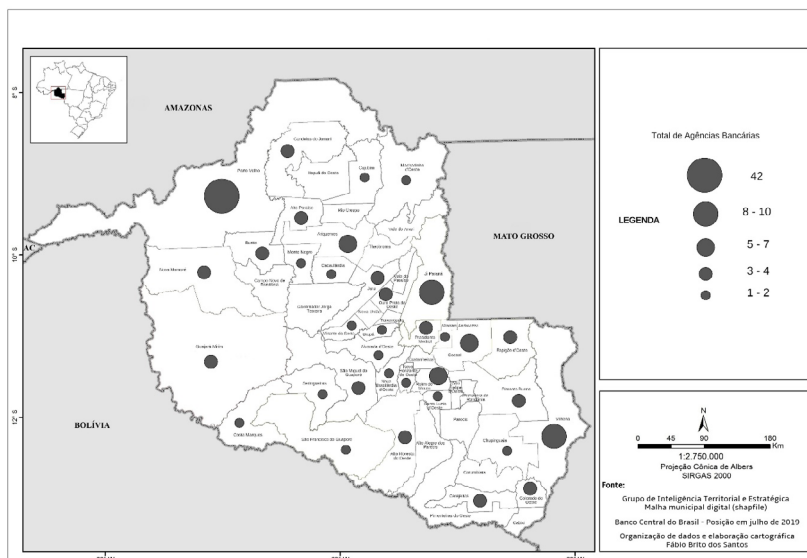
Na verdade, a ampliação da capilaridade financeira em Rondônia representa um processo ainda em curso. Em virtude, sobretudo, da reestruturação bancária ocorrida na segunda metade da década de 1990, o estado assistiu a uma retração do número de fixos bancários tradicionais, que passou de 185 em 1994 para 103 em 2000. A partir de então, sob o influxo do fortalecimento dos bancos federais e das políticas de inclusão financeira adotadas pelo Governo Federal, verificou-se não apenas uma ampliação do número de fixos bancários (agências e postos de atendimento), mas igualmente um grande aumento do número de municípios assistidos por serviços desse setor. Em 2010 já havia no território rondoniense 109 agências e 35 postos de atendimento. Atualmente, esses fixos somam 140 agências e 447 postos de atendimento. (RELATÓRIO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS MENSAIS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, set./2017).

Além disso, o segmento para o qual cada instituição financeira está autorizada pelo Banco Central a direcionar seus recursos, é um dado revelador de seu mercado potencial e, por conseguinte, da parcela do território que melhor atende aos interesses de cada firma bancária. atual quadro de hipercapilaridade das finanças (CONTEL, 2006), a organização espacial de cada fixo geográfico financeiro, aparece entremeada por fatores externos, sejam eles ligados aos avanços das técnicas bancárias ou mesmo às conjunturas políticas nacionais e internacionais de regulação, conforme anteriormente exposto.

A concentração bancária é um fenômeno importante na análise do comportamento dos lugares, e sua hierarquia no sistema de cidades, sendo que as bases para esse processo se dão através da reestruturação do capital. As instituições financeiras, por representarem também tal lógica, assumem sua irracionalidade, nesse sentido. Sobre essa questão, já afirmava Lenin ([1917] 1979, p. 36) que “Seja como for, em todos os países capitalistas, e qualquer que seja a sua legislação bancária, os bancos reforçam e aceleram consideravelmente o processo de concentração dos capitais e de formação de monopólios.”

Em Rondônia, há uma concentração de agências em poucos lugares, sendo que isso nos permite pensar na distribuição desigual recursos, já que as agências bancárias são dependências que tratam de realizar atividades de grande envergadura na atividade bancária. O mapa 1 nos permite observar como se distribui esse fixo em Rondônia.

Mapa 1 – Rondônia: difusão das agências bancárias por município (2019)



Elaboração: Autores, 2019.

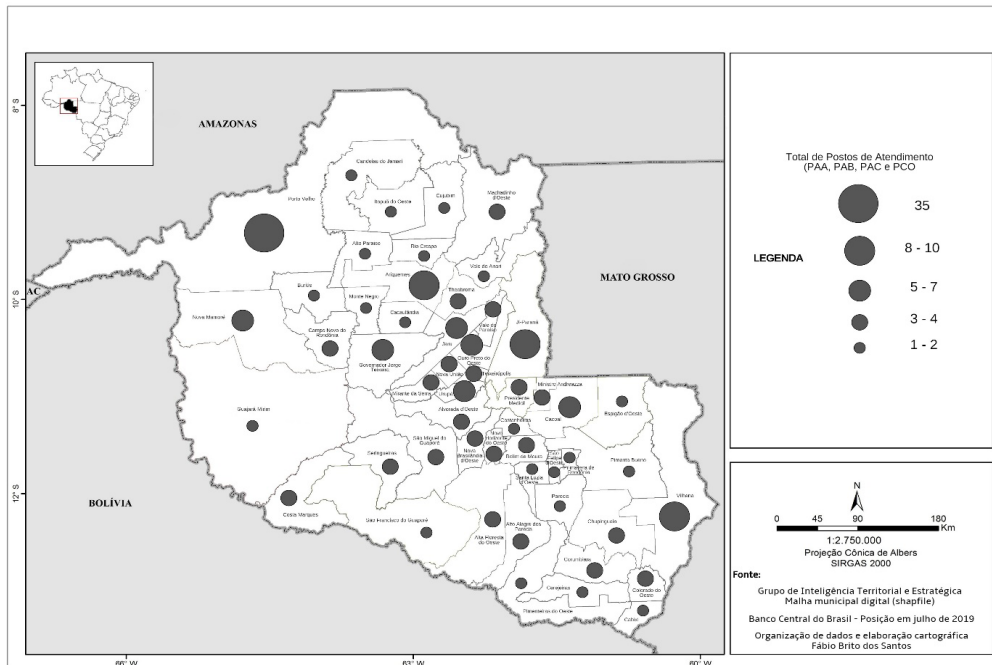
Atualmente, os bancos constituem um grupo importante de agentes no controle de diversas atividades econômicas. Nesse sentido, uma hipótese a considerar é que a difusão da topologia bancária e a ação por parte desses atores depende de alguma forma, das relações estabelecidas, não somente com o setor privado, mas especialmente com inúmeras atividades do setor público.

Atualmente, os bancos constituem um grupo importante de agentes no controle de diversas atividades econômicas. Nesse sentido, uma hipótese a considerar é que a difusão da topologia bancária e a ação por parte desses atores depende de alguma forma, das relações estabelecidas, não somente com o setor privado, mas especialmente com inúmeras atividades do setor público.

A ampliação da capilaridade financeira em Rondônia representa um processo ainda em curso. Em virtude, sobretudo, da reestruturação bancária ocorrida na segunda metade da década de 1990, o estado assistiu a uma retração do número de fixos bancários tradicionais, que passou de 185 em 1994 para 103 em 2000. A partir de então, sob o influxo do fortalecimento dos bancos federais e das políticas de inclusão financeira adotadas pelo Governo Federal, verificou-se não apenas uma ampliação do número de fixos bancários (agências e postos de atendimento), mas igualmente um grande aumento do número de municípios assistidos por serviços desse setor.

Os mapas 2 e 3 apontam para a difusão da dos postos de atendimento (PAs) dos em Rondônia. Os postos de atendimento são um conjunto de fixos geográficos estabelecido pelo Banco Central do Brasil a partir de 2012, subordinados à agência ou à sede de uma instituição financeira, destinados ao atendimento ao público no exercício de uma ou mais atividades, podendo ser fixa ou móvel. O mapa 2 faz alusão a um conjunto de postos de atendimento que compõe a topologia tradicional em Rondônia, o Posto de Atendimento Avançado (PAA), o Posto de Atendimento Bancário (PAB), o Posto de Atendimento Cooperativo (PAC) e o Posto de Compra de Ouro (PCO).

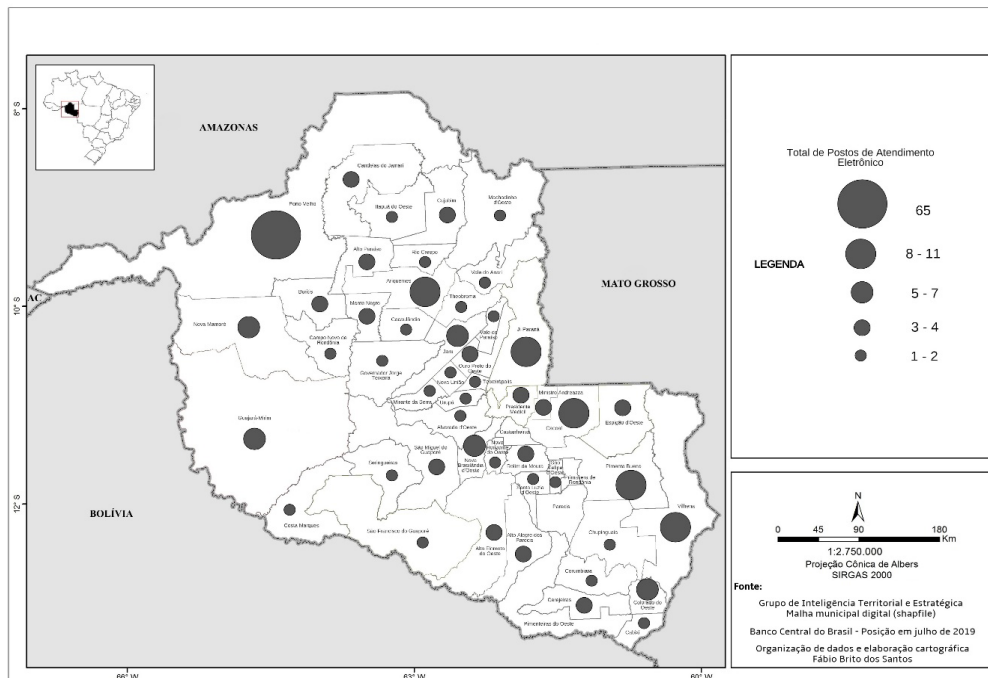
Mapa 2 – Rondônia: difusão dos postos de atendimento por município (2019)



Elaboração: Autores, 2019.

Ademais, é possível também encontrar outra forma de atuação física na rede bancária em Rondônia, o Posto de Atendimento Eletrônico (PAE). Este é um fixo bem mais automatizada. Constituído por um ou mais terminais de autoatendimento, subordinados à agência ou à sede da instituição, destina-se à prestação de serviços por meio eletrônico, podendo ser fixo ou móvel, permanente ou transitório. Um PAE é constituído por um ou mais ATM. A partir de 2002, o PAE passou a ser instalado em qualquer localidade do país, inclusive em município em que a instituição financeira não mantenha qualquer tipo de dependência. Assim como em escala nacional, os caixas eletrônicos são canais de atendimento presentes em grande parte da rede de atendimento tradicional em Rondônia, como pode ser observado no mapa 3.

Mapa 3 – Rondônia: difusão dos postos de atendimento eletrônico por município (2019)



Elaboração: Autores, 2019.

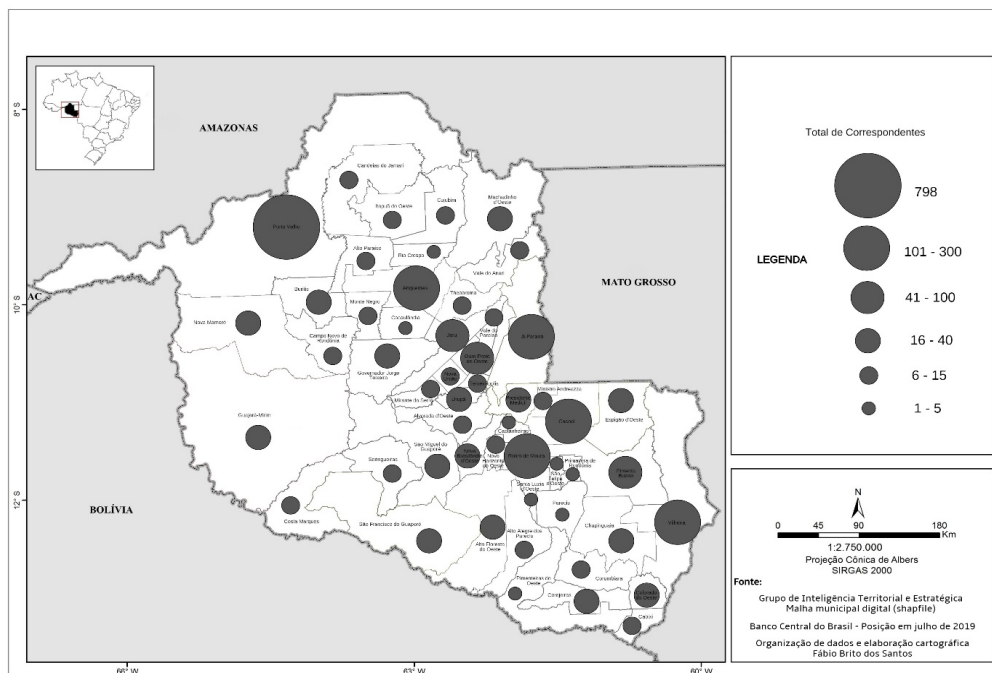
É importante ressaltar que um dado importante do aumento tanto da atividade bancária como também da acessibilidade da população aos serviços e produtos financeiros no país se deve ao incremento de novos objetos técnicos, o que aumentou “sensivelmente a capilaridade da concessão de crédito”. (CONTEL, 2009, p. 128). Essa difusão dos serviços financeiros impulsionou mudanças na organização do espaço e no uso do território pelas instituições financeiras, sendo que a utilização de canais para drenagem e irrigação de recursos passou a ser um dos temas mais relacionados à nova estratégia do sistema financeiro nacional (SFN).

Nesta nova feição da topologia bancária, outro fixo geográfico merece destaque, os correspondentes. Estes, emergiram como uma das principais novidades do período atual. Há de se destacar que vários trabalhos já trataram do tema, alguns brevemente outros mais a fundo. Nesse sentido é necessário apontar as contribuições de Contel (2006), Dias e Lenzi (2009), Medeiros (2013) e Diniz (2010) que trataram já o tema dentro da proposta de estudar a dinâmica da topologia bancária no país e a dimensão que a capilaridade das finanças tomou desde os anos 2000.

De forma sintética, o correspondente pode ser entendido como um “fixo geográfico bastante simples do ponto de vista de sua operacionalidade; e, portanto, muito mais flexível em relação à sua localização potencial. (CONTEL, 2006, p. 236). Para além disso, não há necessidade de grande quantidade de capital para sua instalação, já que se utiliza de pontos fixos já existentes para sua atuação, demandando manutenção mínima por parte da instituição financeira contratante do serviço.

Em Rondônia, além de já termos apresentado anteriormente o número de correspondentes por instituição financeira, é possível perceber que a quantidade desse fixo geográfico difundida por município é bem maior em relação aos fixos mais tradicionais como mostra o mapa 4.

Mapa 4 – Rondônia: difusão dos correspondentes por município (2019)



Elaboração: Autores, 2019.

O que nos chama a atenção nesse processo é que os bancos comerciais e a Caixa Econômica Federal, com sua estratégia de criar políticas de reprodução de capital e lucro com o mínimo custo e responsabilidade possível, criaram, por meio dos correspondentes, uma forma expressiva de flexibilização do trabalho e a consequente expansão do processo de terceirização no sistema bancário.

No âmbito dessa redefinição de normas para a atuação de correspondente bancário, pode-se dizer que há uma terceirização que “representa uma estratégia

através da qual um terceiro, em condições de parceria, com competência, especialidade e qualidade, produz bens ou presta determinados serviços para uma empresa que o contrata” (FIGUEIREDO; CARVALHO, 2010, p. 19). Isso explica essa quantidade exacerbada de correspondentes em lugares com pouca dinâmica econômica, já que seu custo, para a instituição financeira é baixo, o que facilita a atuação dessa atividade em toda a rede urbana do estado.

Nesse sentido, uma outra justificativa para esse fenômeno é que o conjunto de centros funcionalmente articulados se expressam no território rondoniense de forma bastante irregular e com uma hierarquia bem definida. Esta hierarquia foi configurada a partir das principais atividades econômicas desenvolvidas no estado em cada período de sua história, e as centralidades que delas emergiram. Atualmente, apesar dos 52 municípios, apenas uma miríade de pequenos núcleos urbanos situados sob o raio de influência de algumas cidades maiores detém a maior parte dos fixos geográficos que compõem toda a rede bancária fixa.

Considerações finais

Considerando que a atividade bancária é uma das mais inteligentes, sua forma de se difundir pelo território brasileiro leva sempre em consideração as diferenciações existentes e as possibilidades oferecidas pelos lugares. E isso pode ser levado em consideração para Rondônia que, apesar da especificidade da rede urbana, torna-se atrativa, mesmo que de forma concentrada, por causa de um pequeno número de municípios que detêm grande parte da riqueza e do potencial econômico do estado.

Não olvidemos também que o sistema de fixos e fluxos no estado é bem escasso. Poucas são as vias de circulação que permitem uma maior integração e relação entre os lugares. Exemplo disso é que a rodovia BR 364 sinaliza a importância de menos de 8 cidades que constituem, em conjunto, a “veia” de circulação da economia de Rondônia, ligando o estado tanto a Mato Grosso como também à capital do Acre, Rio Branco.

Isso significa que a atividade financeira nos espaços fronteiriços e a difusão da rede bancária em Rondônia segue a lógica de uma grande concentração de fixos geográficos (agências, postos de atendimento e correspondentes) em uma pequena parcela de cidades. O caso de Rondônia, especificamente, permite entender que, mais de 80% de sua rede urbana torna-se um espaço complementar ao crescimento das cidades mais importantes, a exemplo de Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena.

Por outro lado, é possível compreender também que, esses espaços fronteiriços, como os três mencionados anteriormente, criam novas relações entre lugares

que ligam estratégias econômicas e financeiras desde as fronteiras, sendo que as instituições bancárias que atuam em Rondônia, Acre e Mato Grosso, por exemplo, se inserem como agentes que intensificam a financeirização da sociedade e das atividades cotidianas tanto de lugares em território brasileiro como também de lugares que situam-se em jurisdição de outros países fronteiriços.

Portanto, é possível realizar uma interpretação da dinâmica econômica dos lugares por meio da movimentação das finanças que aparecem como uma variável determinante na difusão dos agentes bancários. Estes, por natureza, concluem sua atuação por meio da territorialização de seus interesses funcionando como agentes de captação de recursos desde as áreas mais desenvolvidas do território como também de áreas opacas, como é o caso de municípios como Guajará-Mirim e Nova Mamoré, municípios brasileiros situados na faixa de fronteira com a Bolívia.

Referências

- AMADO, Adriana Moreira. Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990. In: CROCCO, Marco; JAYME JR, Frederico Gonzaga (Orgs.). *Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 147-168.
- ANTAS JR, Ricardo Mendes. *Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não formal do direito*. Associação Editorial Humanistas/FAPESP: São Paulo, 2005.
- BRUNHES, Jean. *La géographie humaine*. 3. ed. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925. v. 2: Monographies. Liaisons avec les disciplines voisines.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONTEL, Fabio Betioli. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 119-134, jan./abr. 2009.
- CONTEL, Fabio Betioli. *Finanças municipais e território: horizontalidades e verticalidades no município de Bauru (SP)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CONTEL, Fabio Betioli. *Território e finanças: técnica, normas e novas topologias bancárias no Brasil*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração bancária e os centros de gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 17-32, abr./jun. [1989] 1994.
- DIAS, Leila Christina. O sistema financeiro: aceleração dos ritmos econômicos e integração territorial. *Anuário do Instituto de Geociências: UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 43-53, 1992.
- DIAS, Leila Christina. Por que os bancos são o melhor negócio no país? In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. *Que país é esse?: pensando o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- DIAS, Leila Christina; LENZI, Maria Helena. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22 n. 55, p. 97-117, jan./abr. 2009.

DINIZ, Eduardo Henrique. *Correspondentes bancários e microcrédito no Brasil: tecnologia bancária e ampliação dos serviços financeiros para a população de baixa renda*. São Paulo: FGV, 2010. 102 p. Relatório G.V. Pesquisa.

FIGUEIREDO, Karoline de Brito; CARVALHO, Rogério Lima de. *A terceirização nas instituições financeiras, na figura do correspondente*. Belo Horizonte: Lastro, 2010.

JINKINGS, Nise. Os trabalhadores bancários em face a reestruturação do capitalismo contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, n. 28, ago. 2001. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2028.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2013.

LABASSE, Jean. *L'espace financier: analyse géographique*. Paris: Armand Colin, 1974.

LENIN, V. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, [1917] 1979.

MEDEIROS, Dhiego Antonio de. *Financeirização do território e circuitos da economia urbana: agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ORTEGA Y GASSET, José. *Meditação da técnica: vissitudes das ciências cacofonia na física*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Limitada, [1939] 1963.

SANTOS, Fábio Brito dos. *Topologia bancária e economia do setor público: a atuação do Banco do Brasil em Alagoas e a importância das folhas de pagamento das prefeituras*. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia (Geografia Humana)) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 5. reimp. Edusp: São Paulo, [1996] 2009.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, [1979] 2004. (Coleção Milton Santos, 4).

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Território: globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, [1994] 1996. p. 15-20.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, [2000] 2008.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 5. ed. Edusp: São Paulo, [1994] 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, [2001] 2003.

SÁNCHEZ, Joan-Eugení. *Espacio, economía y sociedad*. Barcelona: Siglo Veintinuno de España Editores S.A., 1991.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da; JAYMER JR. Frederico G. Estratégia de localização bancária: teoria e evidência empírica aplicada ao estado de Minas Gerais. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 729-764, dez. 2013.

SILVEIRA, Maria Laura. Modernizações territoriais e circuitos da economia urbana no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de Souza. Estudos sobre a cidade no espaço regional e nacional: teoria e método. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994. cap. 8, p. 101-128.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E NÚCLEOS URBANOS COM ARTICULAÇÕES FRONTEIRIÇAS ENTRE BRASIL E BOLÍVIA

International Cooperation and Borderland Articulated Urban Centers
Between Brazil and Bolivia

Cooperación Internacional y Núcleos Urbanos con Articulaciones
Fronterizas entre Brasil y Bolivia

André Vieira Freitas*
Marilia Steinberger**

Resumo: A fronteira entre Brasil e Bolívia é marcada por uma diversidade de níveis de intercâmbios, em especial em núcleos urbanos que se articulam através do limite internacional. Tendo em vista estas relações, a título de cooperação na região, os dois países firmaram, em 2004, um acordo que garante uma série de direitos relativos a residência, estudo e trabalho às suas populações fronteiriças e reconhece alguns núcleos urbanos como “localidades fronteiriças vinculadas”. Considerando o seu alcance geográfico e o seu reconhecimento pela legislação de ambos os países, esta medida de cooperação é analisada neste trabalho como uma norma que se relaciona ao uso do território e indica para uma maior porosidade na fronteira.

Palavras-chave: Fronteira, território usado, Brasil, Bolívia, localidades fronteiriças vinculadas.

Abstract: The borderlands between Brazil and Bolivia are marked by diverse exchanges levels, especially in urban centers articulated through the international border. In view of these relations, as a cooperation initiative in the region, both countries signed an agreement in 2004 that ensures a series of residence, study and work rights for their border populations and recognizes any urban centers as “related border localities”. Considering its geographical scope and its recognition by both countries’ laws, this cooperation measure is

Introdução

Ao longo do limite internacional entre Brasil e Bolívia, constituem-se distintas dinâmicas territoriais influenciadas pelas características destas duas formações socioespaciais, mas que mantêm relações mútuas por sua realidade de espaços fronteiriços, que são forjados também pelo contato. São 3.423 km de limite, o que corresponde à maior porcentagem das lindes de ambos os países (INE, 2015; IBGE, 2018).

Apesar da expressiva extensão do limite internacional, a fronteira entre ambos os países, entendida como uma zona de contato entre os respectivos territórios, encontra-se relativamente à margem dos seus centros econômicos mais dinâmicos. De todo modo, neste recorte territorial se apresentam distintos graus de intercâmbio, em especial

* Doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília. E-mail: andrevfr@gmail.com.

** Doutora em planejamento urbano e ambiental (FAU-USP). Professora titular da Universidade de Brasília. E-mail: rtlia@solar.com.br.

analyzed in this paper as a rule related to the using territory that indicates for a greater porosity in the borderlands.

Keywords: borderlands, using territory, Brazil, Bolivia, related border localities.

Resumen: La frontera entre Brasil y Bolivia está marcada por una diversidad de niveles de intercambios, en especial en núcleos urbanos que se articulan a través del límite internacional. En vista de estas relaciones, a modo de cooperación en la región, ambos países firmaron en 2004 un acuerdo que garantiza una serie de derechos relativos a residencia, estudio y trabajo a sus poblaciones fronterizas y reconoce algunos núcleos urbanos como "localidades fronterizas vinculadas". Considerando su alcance geográfico y su reconocimiento por la legislación de los dos países, en este trabajo se analiza esta medida de cooperación como una norma que se relaciona con el uso del territorio e indica para una mayor porosidad en la frontera.

Palabras clave: frontera, territorio usado, Brasil, Bolivia, localidades fronterizas vinculadas.

nos núcleos urbanos que se articulam através do limite internacional.

Diante da relevância de encarar as fronteiras não como barreiras, mas como regiões que podem contribuir para a integração e o desenvolvimento conjunto, o objetivo deste artigo é discutir a dimensão urbana da cooperação fronteiriça entre Brasil e Bolívia. Para tanto, quanto aos aspectos metodológicos, adota-se uma revisão bibliográfica teórico-conceitual, com a discussão sobre fronteira, normas, porosidade e território usado; uma revisão bibliográfica empírico-documental relacionada à cooperação fronteiriça entre Brasil e Bolívia; além de análise e apresentação de dados sobre o recorte espacial e sua representação cartográfica, utilizando-se também de ferramentas de geoprocessamento.

Além da introdução e das considerações finais, o trabalho se estrutura em três seções: a primeira discute as fronteiras e limites entre os dois países, a segunda se volta para as articulações fronteiriças em núcleos urbanos e a terceira aborda o acordo para permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos (2004), que prevê o reconhecimento de localidades fronteiriças vinculadas. Como resultados, destaca-se que os núcleos urbanos com articulações fronteiriças entre ambos os países são indicativos de pontos de maior intercâmbio entre os dois territórios e que já há algum reconhecimento institucional

de ambos os Estados em termos de cooperação internacional, mas que tal medida poderia ser ampliada.

Fronteiras e limites entre Brasil e Bolívia

Embora sejam muitas vezes utilizados como sinônimos, limite e fronteira designam entendimentos distintos. A origem do termo fronteira se liga a estratégias de expansão dos povos (MACHADO, 1998; CATAIA, 2007), já a definição de limites internacionais se liga à afirmação do Estado-nação moderno, que se difundiu como a forma de organização mundial por excelência. Contemporaneamente, é possível afirmar que esses entendimentos distintos e relacionados designam elementos do território que expressam as relações entre os grupos humanos, sua materialização e sua dinâmica.

Pensando o limite (*boundary*) em relação ao Estado-nação, Kristoff (1959) aponta que representa a linha extrema de controle exercida pelo Estado, com uma orientação para dentro do território, afetada por forças centrípetas. Neste sentido, para Machado (2000), é um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas e define o perímetro máximo de efetivo controle pelos governos centrais.

Em que pese a sua relação com as compartimentações políticas dos territórios, para Kristoff (1959), a fronteira (*frontier*), periférica em relação à integração do Estado-nação, é orientada para fora e onde se dão forças centrífugas, constituindo uma zona de transição. Tal visão da fronteira como zona também é discutida por House (1980), que destaca o papel dos intercâmbios nesta porção do território. Para Machado (2000) é “lugar de comunicação e troca”. Neste sentido, cabe compreender a fronteira a partir da territorialização de grupos humanos pertencentes a distintos sistemas de poder estatal que se vinculam através da porosidade dos limites políticos, estabelecendo redes de circulação e intercâmbio entre si (MACHADO, 1998).

Afinal, as fronteiras estão vinculadas a processos territoriais como povoamento, colonização e interação, sendo apropriado sua associação a noções como ‘zona’ ou ‘região’, como entidades geográficas que apresentam uma posição singular pela sua proximidade ao limite internacional (MACHADO, 2005, p. 256-257). Ao ser analisada uma fronteira internacional, a zona de fronteira seria composta pelas faixas de fronteira de cada um dos lados do limite internacional (STEIMAN; MACHADO, 2012).

Quanto à diferença entre limite e fronteira, Cataia (2007) compreende que se referem a duas visões de fronteira, como linha e como zona. Além disso, aponta

que internamente essas linhas delimitam as subunidades dos territórios nacionais, indicando suas fronteiras internas. Sem deixar de reconhecer que as noções de linha e zona se referem a compartimentações e relações políticas que se dão através dos territórios e são úteis para o entendimento de fronteira, neste texto são adotadas as definições de limite, faixa de fronteira e zona de fronteira.

Um aspecto relacionado ao limite internacional e à faixa de fronteira é o processo de fronteirização, entendido por Benedetti (2013) como um conjunto de objetos e ações que o poder central estabelece para controlar o acesso ao território, em geral nos arredores dos limites internacionais. Um dos mecanismos de fronteirização seria, para o autor, a definição de normatizações especiais em recortes territoriais ao longo do limite internacional, os “distritos fronteiriços”, como

aquelas divisões do território nacional, adjacentes ao limite internacional, estabelecidas para executar ações tais como segurança, defesa, desenvolvimento, urbanização, planejamento de caminhos, proteção de recursos estratégicos, impedir aos estrangeiros o acesso à terra. É a fronteira legal do Estado. (BENEDETTI, 2013, p. 51, *tradução nossa*).

Como o autor destaca, trata-se de uma ação do Estado, podendo ser compreendida como norma territorial do tipo jurídica/formal. Já as ideias de faixa e zona de fronteira se baseiam em uma leitura empírica da dinâmica espacial e podem ser lidas a partir do uso do território, na perspectiva de Santos (2005).

É no sentido de reconhecer a dinâmica espacial que Machado (2005, p. 256) defende a análise da fronteira a partir das noções de zona ou região. Com ênfase nesta dinâmica, a autora afirma que se constitui um meio geográfico próprio da fronteira (MACHADO, 2005, p. 260), Moreira (2018, p. 23) aponta que se constitui um “espaço de encontro” e Benedetti (2013) defende o reconhecimento de “espaços fronteiriços”, formados a partir de relações entre espaços vizinhos, com seus distintos grupos humanos, que representam particulares estruturas institucionais, econômicas e culturais.

O espaço fronteiriço estaria referido à fronteira e ao limite “de cada um dos territórios justapostos, que se articulam de alguma maneira e que engendram uma nova entidade bipartida ou tripartida, segundo seja o caso” (BENEDETTI, 2013, p. 43, *tradução nossa*). O autor compreende o espaço fronteiriço como um conjunto solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, a partir de um diálogo com Santos (2008). Aprofundando esse diálogo, já que Santos (2005) compreende o espaço geográfico como sinônimo de território usado, é possível afirmar que os espaços fronteiriços constituem materialidade animada pela vida social dos povos de fronteira, território usado por esses povos, onde estão implicadas as normas.

O território usado pode ser entendido de acordo com as diferentes ações humanas articuladas em sistema. Como apontam Santos e Silveira (2008, p. 21, *grifo dos autores*):

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos utilizando a denominação de *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

As normas, que estão relacionadas à dinâmica de uso do território, são compreendidas por Pereira (2011, p. 109) como uma “estratégia de regulação do território”. Neste sentido, segundo Antas Jr. (2005, p. 61),

A norma, para a geografia, pode ser vista como o resultado da tensão e/ou da harmonia entre objetos e ações que constituem o espaço geográfico; dito de outro modo, como decorrência da indissociabilidade entre configuração territorial e uso do território, determinantes de diferentes tipos de normas.

As normas estão, portanto, intimamente ligadas a essas relações de tensão/harmonia entre objetos e ações, às relações entre os agentes que animam a materialidade e, assim, usam o território. Algumas normas, como as jurídicas, remetem ao papel do Estado, de modo a criar ou restringir a criação de fixos e regular fluxos. É o caso, por exemplo, de normatizações específicas para as fronteiras que muitos Estados adotam, como a criação de “distritos fronteiriços” discutira por Benedetti (2013) ou a definição legal de faixas de fronteira (STEIMAN; MACHADO, 2005). Como aponta Silveira (1997), quando se analisa o território, é possível perceber então distintas densidades normativas que têm concretude graças a sua função organizacional. Quanto à faixa de fronteira, infere-se que é, a partir da perspectiva do Estado-nação, um recorte do território que é objeto de leis e outras medidas direcionadas para a sua regulação. É possível reconhecer, portanto, determinada densidade normativa pensada a partir do limite internacional que influencia na dinâmica de uso do território na fronteira.

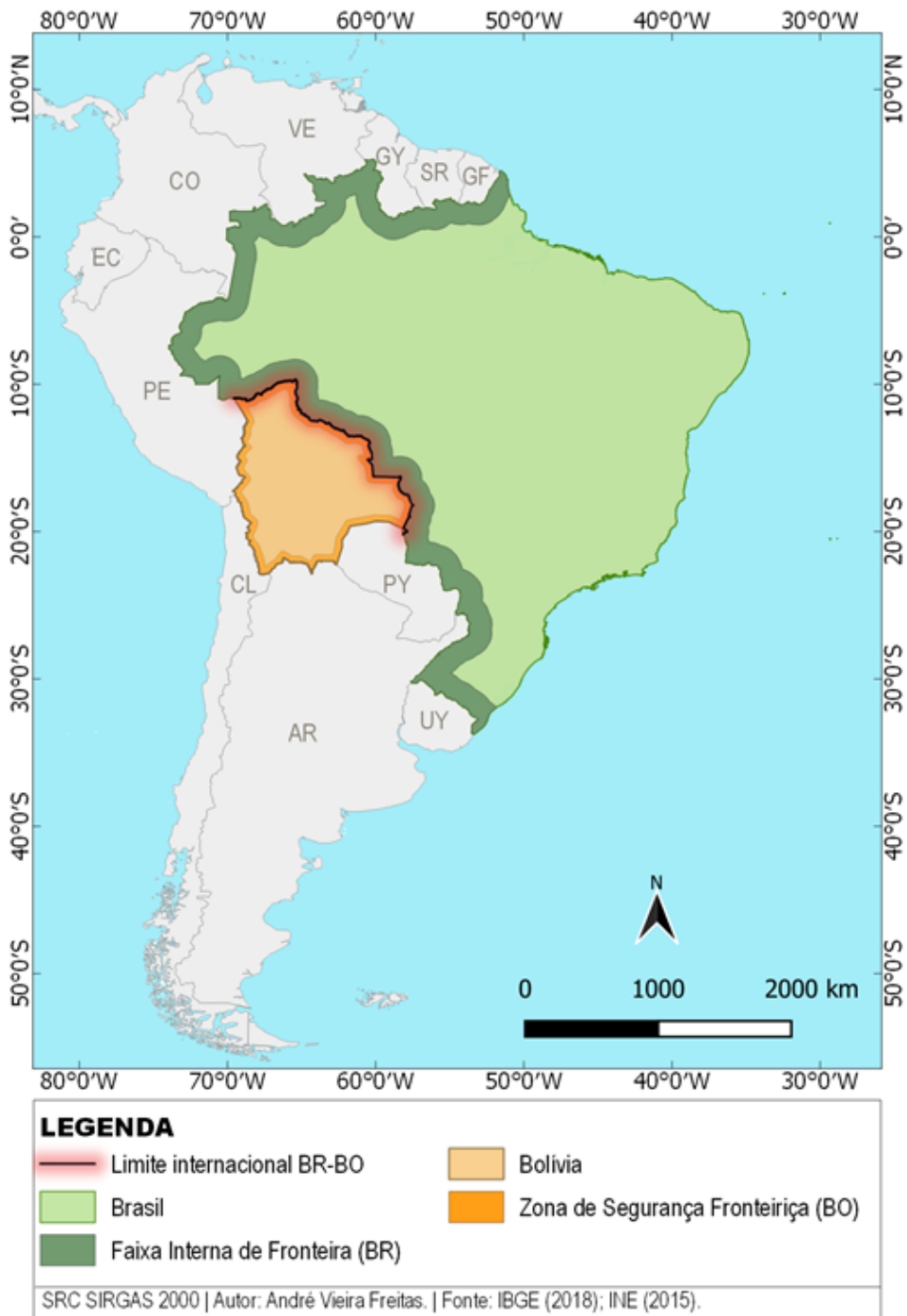
No que concerne às relações entre Brasil e Bolívia, a construção desse espaço fronteiriço e as normatizações específicas que os países adotam para esse recorte territorial relacionam-se à materialidade animada pela vida social dos seus povos. No processo histórico de definição das fronteiras e dos limites entre os dois países, verificou-se, grosso modo, um movimento de expansão e dilatação dos limites pelo lado brasileiro em detrimento do boliviano (ANDRADE, 1989). Atualmente, embora essa zona de fronteira abranja porções bastante expressivas

e estratégicas de ambos os territórios (por exemplo, é a região de contato entre as bacias amazônica e platina), a fronteira partilhada entre os dois países se encontra relativamente à margem das suas *core* áreas. Neste sentido, constitui também uma fronteira interna do ponto de vista econômico.

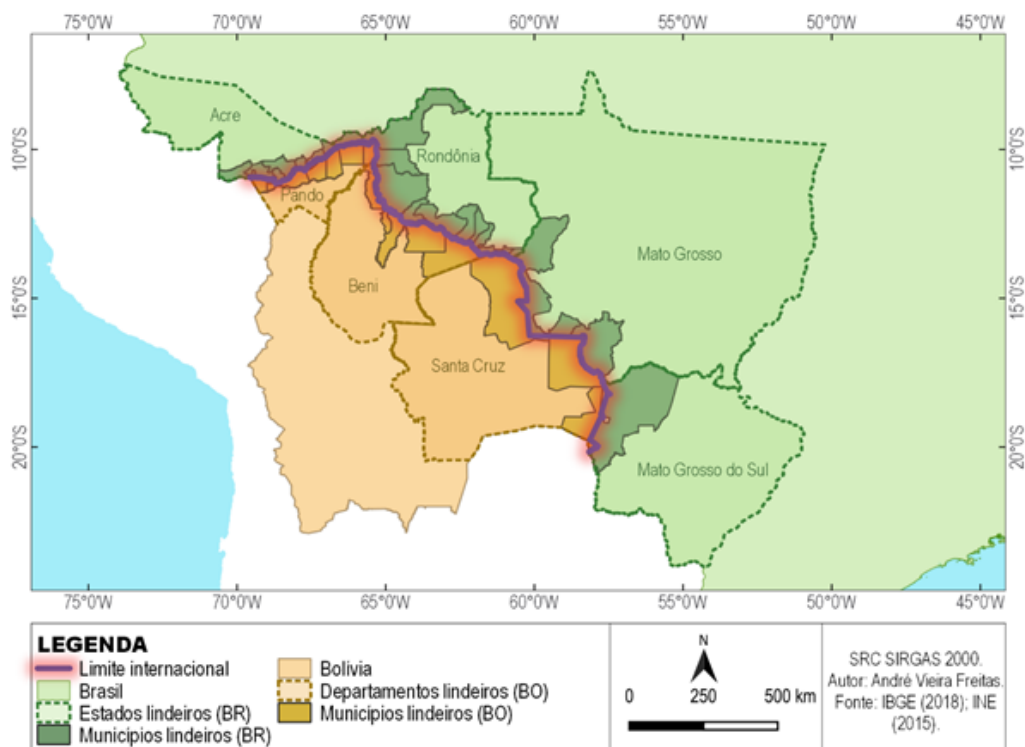
Quando ao aspecto político, ao longo do limite internacional entre Brasil e Bolívia, existem normatizações específicas de ambos os países para a definição de “faixas de fronteira” (STEIMAN; MACHADO, 2005) ou “distritos fronteiriços” (BENEDETTI, 2013), que se estendem por suas divisões político-administrativas, as suas “fronteiras internas” (CATAIA, 2007). O Brasil define legalmente uma faixa interna de fronteira (mapa 1), que é composta por uma extensão de 150 km a partir do limite internacional (CF/1988, Art. 20, § 2; Lei 6.634, de 2/5/1979; Decreto 85.054, de 26/08/80) com a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana e a Venezuela (ao norte); a Colômbia e o Peru (a noroeste); a Bolívia (a oeste); o Paraguai e a Argentina (a sudoeste); além do Uruguai (ao sul). A Bolívia define uma zona de segurança fronteiriça (mapa 1), que abrange uma faixa de 50 km de terras a partir do limite internacional (Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia de 2009, Art. 262) com o Peru e o Chile (a oeste); o Brasil (a leste); além da Argentina e do Paraguai (ao sul).

Entre Brasil e Bolívia, o limite é de 3.423 km, o que corresponde a aproximadamente 21,7% do limite internacional continental brasileiro (cerca de 15.719 km) e a aproximadamente 50% do total das lindes bolivianas (aproximadamente 6.834 km) (IBGE 2018; INE, 2015). Ao longo deste extenso limite entre os dois países (mapa 2), do lado boliviano, há 17 municípios, distribuídos pelos departamentos de Pando (8), Beni (5) e Santa Cruz (4); já do lado brasileiro, existem 21 municípios, distribuídos pelos estados do Acre (7), Rondônia (9), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (1).

Mapa 1 – Limite internacional e faixas de fronteira – Brasil e Bolívia



Elaborado por André Vieira Freitas.

Mapa 2 – Limites internos e externos entre Brasil e Bolívia

Elaborado por André Vieira Freitas.

Trata-se, destarte, de distintas divisões internas e externas, de distintas malhas territoriais que indicam uma interconexão entre esferas de poder e escalas geográficas: desde as relações entre os países como Estados-nação que compartilham uma fronteira (escala internacional) até a influência de suas divisões (e fronteiras) internas (escalas regional e local), pois é nos departamentos, nos estados e nos municípios que estas relações se efetivam, mediadas pelas normatizações internas a cada país (escala nacional).

De modo geral, a zona de fronteira em torno do limite internacional entre Brasil e Bolívia apresenta recortes territoriais que estão relativamente à margem dos centros econômicos mais dinâmicos de ambos os países, mas há uma vida social que anima a materialidade, agentes/atores que usam estes territórios e constituem um espaço híbrido com características singulares pela realidade fronteiriça. Neste sentido, destacam-se determinados nós de articulação a partir das cidades.

Os núcleos urbanos com articulações fronteiriças

As manifestações do urbano ao longo do limite internacional constituem um objeto de preocupação nos estudos fronteiriços. Em geral, os autores destacam aqueles núcleos urbanos mais estruturados que apresentam elevado grau de intercâmbio entre territórios nacionais. Refletindo sobre tais núcleos, Machado (2005) fala em “cidades gêmeas”. Segundo a autora:

Na escala local/regional, o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas. Estes adensamentos populacionais, cortados pela linha de fronteira, seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infra-estrutura, apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações localizadas dos problemas característicos da fronteira. (MACHADO, 2005, p. 260).

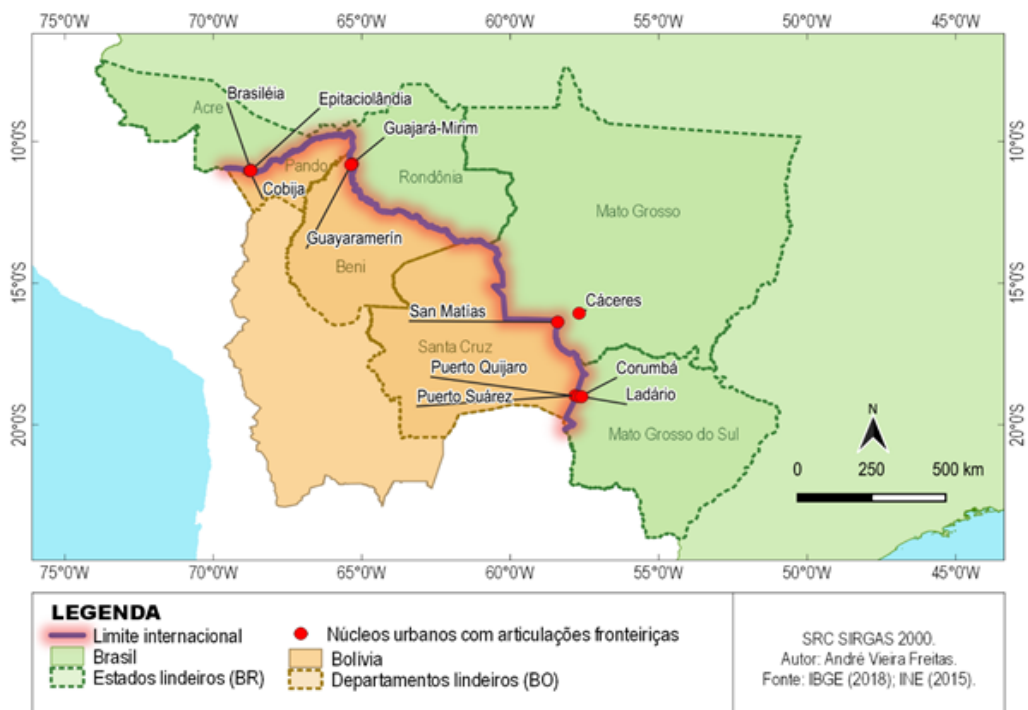
Por sua vez, Moura e Oliveira (2018, p. 244) usam o termo “arranjos espaciais urbanos transfronteiriços”, entendidos como “espaços contíguos de ocupação”. Já Kralich, Benedetti e Salizzi (2012) preferem o termo “conurbações ou aglomerações transfronteiriças ou transnacionais” para designar pares de cidades (às vezes trios) desenvolvidas em vizinhança em distintos lados do limite internacional. Esses núcleos “não deixam de ser unidades urbanas com autonomia (administrativa e funcional) mas cuja conexão, especialmente nas práticas cotidianas, tende a ser mais intensa que com o entorno circundante” (KRALICH; BENEDETTI; SALIZZI, 2012, p. 122, tradução nossa).

Sem deixar de reconhecer as contribuições desses autores e tendo em vista a discussão sobre limite e fronteira apresentada na seção anterior, neste texto adota-se uma denominação mais ampla “núcleos urbanos com articulações fronteiriças”, para indicar conjuntos de cidades de dois ou mais países, contíguas ou não, cujas manchas urbanas tocam ou estão próximas ao limite internacional, que mantêm determinado nível de articulação na zona de fronteira.

A respeito dos núcleos urbanos na fronteira entre Brasil e Bolívia (mapa 3), Kralich, Benedetti e Salizzi (2012, p. 125) identificam como aglomerações transfronteiriças os seguintes pares: Brasileia (Acre, Brasil) e Cobija (Pando, Bolívia); Guajará-Mirim (Rondônia, Brasil) e Guayaramerín (Beni, Bolívia); além de Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Puerto Suarez (Santa Cruz, Bolívia). Como cidades gêmeas entre os dois países, Machado (2005, p. 276) lista todas as cidades apontadas pelos autores, incluindo a cidade brasileira de Epitaciolândia (Acre) à articulação com Brasiléia e Cobija. Ao identificarem os “arranjos transfronteiriços”, Moura e Oliveira (2018, p. 269-270) contemplam a lista de Machado, incluindo ainda a cidade brasileira de Ladário (Mato Grosso do Sul) e a boliviana de Puer-

to Quijarro (Santa Cruz) à articulação com Corumbá e Puerto Suárez. Para além dessas localidades apontadas pelos autores, todas compreendidas neste texto como nucleações urbanas com articulações fronteiriças, sugere-se neste texto o reconhecimento de outra articulação: entre o município brasileiro de Cáceres (Mato Grosso) e o município boliviano de San Matías (Santa Cruz).

Mapa 3 – Núcleos urbanos com articulações fronteiriças entre Brasil e Bolívia



Elaborado por André Vieira Freitas.

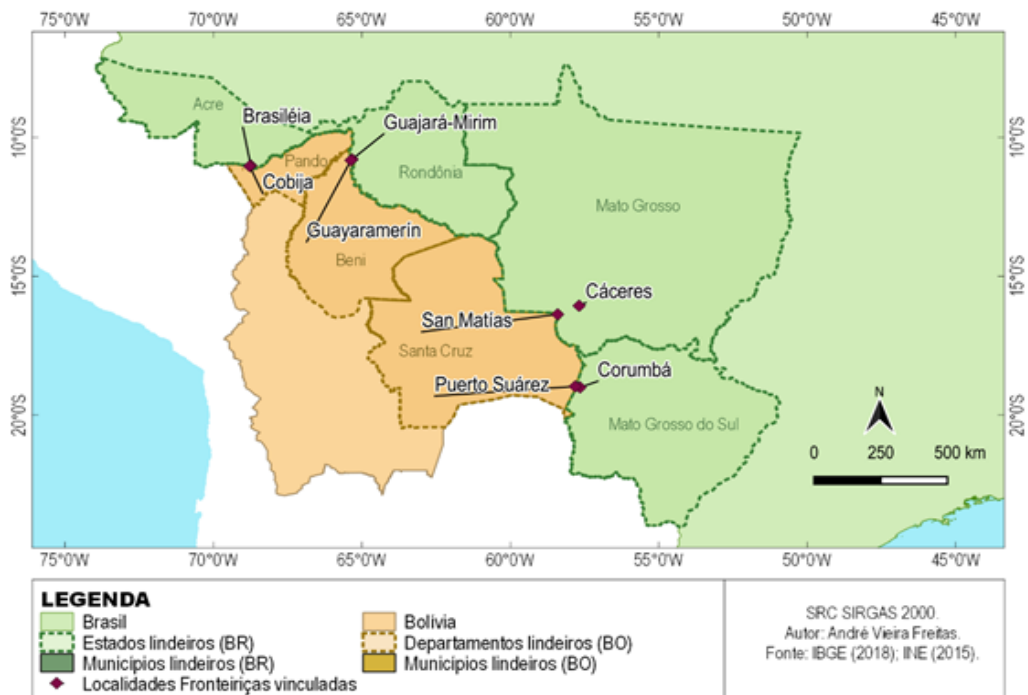
O acordo sobre localidades fronteiriças vinculadas entre Brasil e Bolívia: normas e porosidade territorial

Como uma medida de cooperação internacional para a fronteira que compartilham, Brasil e Bolívia firmaram, em 8 de julho de 2004, na cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra, o acordo para permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos. O acordo foi incorporado à legislação brasileira por meio do Decreto Legislativo nº 64, de 18 de abril de 2006 e promulgado pelo Decreto nº 6.736, de 12 de junho de 2009. À legislação boliviana foi incorporado pela Lei nº 3.016, de 12 de abril de 2006. Essa incorporação do acordo aos aparatos normativos de ambos os países constitui um suporte insti-

tucional mais amplo à integração entre essas localidades, apontada como uma norma que indica para a ampliação da *porosidade* na zona de fronteira, no sentido que compreende Arroyo (2001, p. 143), como um aspecto dos territórios nacionais que facilita sua relação com o exterior, a partir de um apoio institucional para regular o movimento.

Partindo da visão da sua fronteira como um elemento de integração entre suas populações, o acordo prevê um tratamento diferenciado aos nacionais de ambos os países residentes nas localidades fronteiriças vinculadas (mapa 4; quadro 1), a eles, de posse de um “documento especial de fronteiriço”, sendo permitidos nos limites da localidade vinculada do outro país, o direito de residência, ao exercício de trabalho, ofício ou profissão e a permissão para frequência a estabelecimentos de ensino públicos ou privados.

Mapa 4 – Localidades Fronteiriças Vinculadas entre Brasil e Bolívia



Elaborado por André Vieira Freitas.

Quadro 1 – Localidades fronteiriças vinculadas entre Brasil e Bolívia

BRASIL		BOLÍVIA	
Estado	Município	Município	Departamento
Acre	Brasileia	Cobija	Pando
Rondônia	Guajará-Mirim	Guayaramerín	Beni
Mato Grosso	Cáceres	San Matías	Santa Cruz
Mato Grosso do Sul	Corumbá	Puerto Suarez	Santa Cruz

Fonte: Acordo entre Brasil e Bolívia para permissão de residência, estudo e trabalho aos nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos (2004).

Depreende-se desse alcance geográfico que o acordo sinaliza para o reconhecimento da importância da dimensão urbana nas interações fronteiriças entre Brasil e Bolívia, ao priorizar esses núcleos urbanos com determinado nível de articulação fronteiriça e buscar ampliar as relações que se estabelecem entre si. No que se refere ao rol de localidades contempladas pelo acordo, abrange todas aquelas identificadas por Kralich, Benedetti e Salizzi (2012) como “aglomerações transfronteiriças”, e parcialmente a lista de “cidades gêmeas” identificada por Machado (2005) e de “arranjos transfronteiriços” de Moura e Oliveira (2018), pois exclui as cidades brasileiras de Epitaciolândia (conturbada com Brasileia) e Ladário (conturbada com Corumbá), além da não contemplar a cidade boliviana de Puerto Quijaro, situada entre Puerto Suarez e Corumbá. Entretanto, avança ao incluir a cidade brasileira de Cáceres e a boliviana de San Matías. Quanto às localidades fronteiriças vinculadas, o acordo prevê também a possibilidade de ampliação da lista para inclusão de outras localidades que estejam situadas em uma faixa até 20 km do limite internacional, a partir de solicitação de uma das partes por nota diplomática e ratificação pela outra parte.

Em maior ou menor grau, compreende-se nesse texto que todas essas localidades (mapa 3) constituem núcleos urbanos com articulações fronteiriças. Para o caso daquelas abrangidas pelo acordo (quadro 1; mapa 4) passam a ter formalmente o reconhecimento de uma porosidade territorial a partir de determinados usos do território pelas populações fronteiriças, como norma territorial institucionalizada a partir da alta diplomacia, já que se tem o respaldo de um acordo bilateral internalizado pelos países signatários.

Considerações finais

Para além da compartimentação política dos territórios, representada pelos seus limites políticos, as fronteiras internacionais indicam um recorte espacial

onde se estabelecem intercâmbios entre os povos ligados aos Estados envolvidos, que, por sua vez, nos circuitos da alta diplomacia, estabelecem instrumentos de cooperação internacional entre si.

O acordo bilateral entre Brasil e Bolívia (2004) para a permissão de residência, estudo e trabalho constitui um importante instrumento para o estreitamento de laços entre as populações fronteiriças dos dois países. Ao destacar núcleos urbanos com articulações fronteiriças, essa iniciativa de cooperação mostra um diálogo com a dinâmica do território. Tendo em vista a discussão preliminar apontada sobre esses núcleos urbanos, que precisa ser mais lapidada com subsídios teóricos e empíricos, defende-se neste texto que esse rol de localidades fronteiriças vinculadas poderia ser ampliado, de modo a incluir outros núcleos para contemplar uma parcela maior dos povos de fronteira que vivem esses intercâmbios no cotidiano.

Nesse sentido, para além de uma abertura com foco no mercado, vislumbra-se uma cooperação internacional que poderia indicar para uma porosidade territorial orientada para a melhoria nas condições de vida das populações locais, que, através dos limites internacionais, conformam um espaço fronteiriço.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANTAS JR, Ricardo Mendes. *Território e regulação: espaço geográfico como fonte material e não-formal do direito*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.
- BENEDETTI, Alejandro. Los espacios fronterizos binacionales del sur sudamericano en perspectiva comparada. *Revista GeoPantanal*, Corumbá, v. 8, n. 15, p. 37-62, jul./dez. 2013.
- CATAIA, Márcio. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XI, n. 245 (21), 1 ago 2007.
- HOUSE, John W. The frontier zone: a conceptual problem for policy makers. *International Political Science Review*, Montreal, v. 1, n. 4, p. 456-477, 1980.
- KRALICH, Susana; BENEDETTI, Alejandro; SALIZZI, Esteban. Aglomeraciones transfronterizas y movilidad. Una aproximación desde casos sudamericanos. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 38, n. 1-2, 2012.
- KRISTOF, Ladis K. D. The nature of frontiers and boundaries. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, v. 49, n. 3, p. 269-282, 1959.
- MACHADO, Lia Osorio, Estado, territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura. *Continentes em Chamas*. Globalização e Território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 245-281.
- MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p. 7-23, jan./jun., 2000.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques *et al.* (Orgs.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

MOREIRA, Paula Gomes. Trajetórias conceituais e novas formas de interação nas fronteiras brasileiras. In: PÊGO, Bolívar *et al.* *Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública*. Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018. v. 1.

MOURA, Rosa; OLIVEIRA, Samara. Referências sobre a faixa de fronteira e os arranjos transfronteiriços do Brasil. In: PÊGO, Bolívar *et al.* *Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública*. Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018. v. 1.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. O antagonismo das normas territoriais no sudoeste da Amazônia: território usado e conflito de interesses em Rondônia e Acre. *Geografia*, Rio Claro, v. 36, n. especial, p.107-117, 2011.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 4. ed.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *OSAL: Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, ano 6, n. 16, jun. 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVEIRA, Maria Laura. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. *Experimental*, São Paulo, n. 2, p. 35-45, 1997.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. In: TRINCHERO, Héctor Hugo; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. *Fronteiras Platinas – Territórios e sociedades*. Dourados: Ed. UFGD, 2012. p. 257-278.

TURISMO DE COMPRAS E PAISAGEM FRONTEIRIÇA EM PEDRO JUAN CABALLERO (PY) E PONTA PORÃ (BR)

Shopping Tourism and Border Landscape in Pedro Juan Caballero (PY) and Ponta Porã (BR)

Turismo de Compras y Paisaje de Frontera en Pedro Juan Caballero (PY) y Ponta Porã (BR)

Janaína Costa Teixeira*

Resumo: A presente pesquisa trata das transformações na paisagem: dinâmica, forma, função e estrutura e de como elas concretizam as dinâmicas das fronteiras. Selecionamos local de estudo a região fronteiriça entre Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR), por trata-se de uma região de grande fluxo de pessoas e circulação de mercadorias e serviços, onde ocorreram intervenções no traçado urbano pelos projetos paisagísticos, devido às políticas econômicas locais e extra-locais. A paisagem fronteiriça com suas inovações e rugosidades, seus usos e distinções, se torna única.

Palavras-chave: Fronteira, Transformações na paisagem, transfronteiridades.

Abstract: The present research deals with the transformations in the landscape: dynamics, form, function and structure and how they concretize the dynamics of the borders. We selected a study site in the frontier region between Pedro Juan Caballero (PY) and Ponta Porã (BR), because it is a region of great flow of people and circulation of goods and services, where interventions occurred in the urban layout for the landscape projects, due to local and extra-local economic policies. The landscape bordering on its innovations and rugosity, its uses and distinctions, becomes unique.

Introdução

A **paisagem concreta** é entendida como o resultado das marcas que a(s) sociedade(s) humana(s) imprime na superfície terrestre ao longo do tempo. Essas marcas se traduzem em fomas, linhas, cores e texturas, condicionadas por fatores geológicos, geomorfológicos, ecológicos e climáticos em constante transformação por dinâmicas físicas, sociais econômicas e culturais (VERDUM, 2016)¹

Como no trecho em que o professor Roberto Verdum, (2016, p. 131-150) descreve a paisagem concreta, nesse artigo também nos propomos a pensar a circunscrição da paisagem a partir da forma, função e estrutura desta. Sendo essa constantemente modificada tanto na escala temporal, quanto em sua materialidade.

* Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Geografia (UFRGS), mestre em Geografia, doutoranda em análise territorial pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail janart@terra.com.br.

¹ VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PIMENTEL, Maurício Ragagnin (Orgs.). As Múltiplas Abordagens para o Estudo da Paisagem. *The Multiples Approaches For The Landscape*. StudyEspaço Aberto, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 131-150, 2016.

Keywords: Border, Transformations in landscape, Transboundary.

Resumen: La presente investigación trata de las transformaciones en el paisaje: dinámica, forma, función y estructura y de cómo ellas concretan las dinámicas de las fronteras. En el caso de la región fronteriza entre Pedro Juan Caballero (PY) y Ponta Porã (BR), se trata de una región de gran flujo de personas y circulación de mercancías y servicios, donde ocurrieron intervenciones en el trazado urbano por los proyectos paisajísticos, debido a las políticas económicas locales y extra-locales. El paisaje fronterizo con sus innovaciones y rugosidades, sus usos y distinciones, se vuelve única.

Palabras clave: Frontera, Transformaciones en paisaje, Transfronterizo.



A paisagem de fronteira ligada ao turismo de compras passou a ser disputada por agentes que consideram que a linha de fronteira é estratégica e simbólica (devendo, portanto, expressar valores nacionais), entre aqueles que usam a fronteira como lugar de trânsito (em suas operações comerciais) e aqueles que a tem como lugar de permanência, seu lugar de origem. Para realizar essa pesquisa, aprimoraremos nosso arcabouço teórico, elaboraremos o referencial metodológico teórico, e com base nestes, faremos as saídas de campo; e por meio de consultas ao acervo local e ao Portal Unbral Fronteiras, buscaremos analisar as imagens e as fotografias da área de estudos, com olhar atento aos elementos paisagísticos, oriundos dos processos sociais, tais como: traços arquitetônicos, inovações técnicas e urbanísticas. Com o auxílio desse levantamento de dados poderemos elencar evidências sobre as hipóteses apontadas nessa pesquisa.

Destacamos como local de estudo a região fronteira entre Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR), por trata-se de uma região de grande fluxo de pessoas e circulação de mercadorias e serviços, que sofreu muitas intervenções no traçado urbano e de projetos paisagísticos, com forte influência das políticas econômicas locais e extra-locais. Além disso, a pesquisa busca discutir a fronteira como processo explicitado na paisagem, apresentando complexidades históricas, políticas e culturais, contribuindo com um estudo

sobre a paisagem de fronteira como lugar de profunda manifestação de pertencimento.

O principal objetivo é pesquisar sobre turismo de compras e paisagem de fronteira em Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR) e os agentes envolvidos em suas transformações, com ênfase em centros de compras populares.

A metodologia abrange os trâmites e as etapas do trabalho, com base nesta elaboramos o cronograma e as demais segmentações que compõem esse projeto. Faremos saída de campo para área de fronteira entre Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR), a fim de fazermos os registros fotográficos, as observações e coleta de dados para a escrita da tese. O trabalho de campo nos auxilia a aproximarmos dos objetivos desta pesquisa, no sentido de detectarmos as características e transformações da paisagem de fronteira. A saída de campo e os apontamentos resultantes desta irão contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre o comércio de fronteira e suas consequências em termos de mudança desta paisagem.

O entendimento da dinâmica da paisagem de fronteira é algo imensamente complexo, pois abrange além das problemáticas associadas ao lugar como a criminalidade, os fatores de insegurança e ausência de consenso entre as nações vizinhas; temos também as relações socioculturais que tornam a fronteira um lugar de tensão política, por meio da securitização das fronteiras; mas também são espaços de muitas trocas e interações que o tempo contribui para estreitar em laços de afetividade e de pertencimento. Com o auxílio das referências é possível compreender mais sobre a paisagem de fronteira, especificamente, pois essa se caracteriza pela confluência de territorialidades e remete a muitas reflexões; no sentido de aprofundar as investigações sobre os processos que compõem e interligam esses espaços. Esses que estão conectados a outros por motivo de associação, sejam de interesse geopolítico, sejam por iniciativas ideológicas ou de mercado. Na sequência apresentamos os principais conceitos que norteiam essa pesquisa (Quadro 1).

Quadro 1 – Principais categorias de análise e fundamentação teórica

TEMA CONCEITO	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA CONCEITUAL
ESPAÇO	Milton Santos (1985), Marcelo Lopes de Souza (2013), Ruy Moreira (2012)
FRONTEIRA	Lia Osório Machado (2000), Eric Gustavo Cardin (2011), Fábio Anibal Goiris (1999), Regina Coeli Machado da Silva (2016), Leandro Baller (2014), Adriana Dorfman (2009)
PAISAGEM	Milton Santos (2003), Roberto Verdum (2016)
PAISAGEM DE FRONTEIRA	Chiara Brambilla (2015), André Sanguin (2015)
TRANSFRONTEIRIDADES	Dan Arreola (1996), Marcos Mondardo (2009), Maristela Ferrari (2014), Laura Velasco Ortiz (2014)

Elaboração: Janaína Teixeira, 2019.

Metodologia e procedimentos operacionais

Nesse trabalho partiremos da premissa de que as transformações da paisagem concretizam mudanças na dinâmica das fronteiras. Entendemos que as fronteiras estão em constante movimento, seja por suas características geopolíticas, seja pelos processos sociais que marcam as regiões de fronteira. Nesse sentido (BRAMBILLA, 2015, p. 13) nos auxilia a compreender esse contexto de análise:

O conceito de paisagem de fronteira nos permite ir além da lacuna frequentemente criticada entre práticas e representações e nos permite abandonar a essencialização das fronteiras como linhas divisivas nos mapas políticos modernos, movendo-se em direção a uma compreensão das fronteiras contemporâneas como continuamente realizadas e (re) compostas por conjuntos de desempenhos contingentes revelando seu caráter dinâmico (BRAMBILLA, 2015, tradução nossa)².

Percebemos que existe um novo contexto de conceituação de paisagem de fronteira, como algo que deve pertencer ao novo debate sobre inclusão social, quando a autora fala de uma fronteira humanizada, atenta para outras formas de poder como a técnica cultural, contrárias as antigas práticas hegemônicas e opressoras. De fato, nota-se uma metodologia muito distinta daquela adotada por Deffontaines (1956, p. 150-168) ao propor a divisão regional do Estado brasileiro, por meio da percepção das unidades de paisagem em 1935; o autor partia do princípio de que a paisagem pode ser regionalizada com base em suas feições naturais.

Para Brambilla (2015, p. 13) a fronteira tem um papel na modernidade, pois produz uma subjetividade política que amplia os direitos e dá suporte para novas possibilidades de vivenciar a diversidade e as formas de acessar a paisagem de fronteira, seja em suas práticas comerciais e turísticas, seja pelo contexto das tensões e complexidade na qual está imersa. Pretende-se fazer uma análise das imagens, com o uso de fotografias associadas a comentários, os quais têm como objetivo a interpretação das imagens. Terão destaque as relações comerciais e políticas, bem como, os aspectos de transformações da paisagem de fronteira. Tais observações buscam ressaltar aspectos da dinâmica da fronteira e as marcas desta na paisagem do lugar. Fundamentando-se de uma pesquisa qualitativa, de modo exploratório, com direcionamento analítico-descritivo e perceptivo, realizada mediante entrevistas semiestruturadas.

² The borderscape concept allows us to move beyond the often-criticized gap between practices and representations and enables us to abandon the essentialization of borders as divisive lines on modern political maps, moving instead towards an understanding of contemporary borders as continually performed and (re) composed by sets of contingent performances revealing their dynamic character (BRAMBILLA, 2015).

Buscamos investigar de que maneira o turismo de compras influenciou nas mudanças apresentadas pela paisagem de fronteira e seus reflexos na condição fronteiriça. Ao analisarmos as imagens associadas ao trabalho de campo, será possível discutir a dinâmica da região nos processos de apropriação dos espaços, sejam eles espontâneos, ou promovidos por políticas de revitalização dos espaços públicos, de cunho desenvolvimentista e/ou higienista (Fotografia 1 e 2).

Fotografia 1 – Centro Popular de compras na Linha Internacional, fronteira e Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY)



Fonte: Arquivo pessoal, out/2019.

Fotografia 2 – Centro popular de compras de Pedro Juan Caballero (PY)



Fonte: Arquivo pessoal, out/2019.

Faremos duas saídas de campo para a área de fronteira entre Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR) a fim de realizarmos os registros fotográficos, observações e coleta de dados para a escrita da tese. Sendo uma destas no outono e outra na primavera, para termos uma percepção das transformações naturais da paisagem. E, também, para identificarmos possíveis sazonalidades que uma única saída a campo não nos permitiria. As fotografias acima são produtos da saída de reconhecimento à região de fronteira entre Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã realizada entre os dias 10 e 28 de outubro de 2019. São imagens captadas no último dia observações e, no meu entendimento, essas captam, com muita propriedade, o clima da Linha Internacional entre as cidades gêmeas. O trabalho de campo nos auxilia a aproximarmos-nos dos objetivos desta pesquisa, no sentido de detectarmos as características e transformações da paisagem de fronteira. A saída de campo e os apontamentos, resultantes desta, irão contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre o comércio de fronteira e suas consequências em termos de mudanças desta paisagem.

O trabalho está dividido em três capítulos os quais contextualizam o local de estudo com breves históricos de Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR); detalhamos o comércio de compras como propulsor de mudanças na paisagem local; discutem as transformações socioeconômicas e os processos sociais que contribuíram para as alterações na paisagem fronteiriça. E tratam das possíveis consequências de termos uma paisagem fronteiriça transformada por interesses unilaterais, com foco no fator economia. Ainda que, seja importante para o desenvolvimento regional, é necessário manter a preservação da cultura local. Conforme destaca (SALGUEIRO, 2001, p. 325-350):

As sociedades não transformam a natureza apenas por razões econômicas e a organização do território traduz os valores da sociedade, as suas crenças sobre o mundo. As pessoas identificam-se com determinadas porções do território, desenvolvem laços afetivos com ele e o território torna-se parte de si.

A paisagem de fronteira possui muita diversidade. Podemos afirmar que essa diversidade de seus recursos, das trocas da possibilidade de circulação nesses lugares de interação e história multicultural. Em linhas gerais trataremos da situação do turismo de compras na fronteira, da paisagem fronteiriça e suas mudanças, das relações de pertencimento com base na condição fronteiriça; e resultados da pesquisa.

Considerações finais

A cronologia das fronteiras é diversa possuem trajetórias marcadamente traumáticas para algumas nações, que tiveram seus países dilacerados por guerras, e conflitos armados. Muitas dessas fronteiras constituídas de forma violenta, outras por decretos ou decisões unilaterais; algumas que ainda estão em processo de arranjo com seu próprio território e sua identidade. Uma vez que, a paisagem é um resultado das ações sociais que dele se ocupam e recontam suas histórias a partir de seu entendimento de integração e transfronteiridade.

Ao longo do tempo, a fronteira passou a ser integrada aos projetos de desenvolvimento econômico e social dos países. Muitos desses implementaram demandas locais no sentido de criar condições de inserção no mercado global, no intuito de dar visibilidade ao local, gerando desenvolvimento regional, proporcionando alternativas ao crescimento econômico, comumente, pouco desaquecido das fronteiras. Com relação às políticas públicas, ganha destaque a URB-AL I, URB-AL II e URB-AL III programa de cooperação regional que envolve governos subnacionais da União Europeia (UE). Esse está na terceira fase de implementação, sendo que nas fases anteriores, vigentes de 1994 a 2007, incentivava a troca de conhecimentos e experiências.

A terceira fase tinha como objetivo aumentar a coesão social, por meio da seleção de cidades que se tornariam modelos de referência para as políticas de coesão na América Latina, conforme previa o programa URB-AL III (2008- 2013). Vejamos alguns dos resultados do Programa URB-AL, nesse período.

Identificamos como a região de fronteira entre Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR) está inserida nesse cenário geopolítico, de algum incentivo à cooperação tecnológica, com vistas ao desenvolvimento das fronteiras. Porque com o avanço das tecnologias e o aumento da mobilidade, essas regiões fronteiriças se tornaram locais de interesse, pois agregam um conjunto de culturas e distintas e uma atmosfera voltada para as bordas, para o que extravasa seus limites territoriais, fatores que despertam a curiosidade e o desejo de conhecer a paisagem de fronteira. E o uso desses recursos tende a tornar as paisagens de fronteira: seja em seus aspectos naturais de diversidade biológicas, seja em termos de expressões culturais e simbólicas, patrimônio histórico, e comércio; polos de interação de pensamentos, ideias, sensações oportunizados pela paisagem, pode promover a integração transfronteiriça no sentido de dar maior visibilidade ao local, inserindo-o no cenário global. Ao promover a paisagem de fronteira como uma região de prosperidade ativa em termos de circulação de pessoas e trocas culturais. Pois, produz um dinamismo regional, que contribui para o seu desenvolvimento econômico local.

Portanto, ter um olhar para as características da paisagem de fronteira, observando o seu amadurecimento e evolução do lugar. Isso produz consequências e resultados positivos para a sua valorização em sentido amplo. A paisagem fronteira com suas variações e rugosidades, seus usos e distinções, se torna única; e assim ganha destaque a partir das próprias potencialidades no sentido de conquistar mais visibilidade para a questão fronteira, relevância para o aprofundamento das relações humanas enquanto polo multicultural. No sentido de pensar a paisagem fronteira para além das contradições sociais e dos dissensos ideológicos os quais permeiam esse tema tão geograficamente humano.

Referências

- ARREOLA, D. Border – City Ideé Fixe. *The Geographical Review*, New York, v. 86, n. 3, p. 356-369, 1996.
- BRAMBILLA, C. Exploring the Critical Potential of the Borderscapes Concept. *Geopolitics*, London, v. 20, n. 1, p. 14-34, 2015.
- BRAMBILLA, C.; HOLGER, P. Border, Borderscapes, Bordering: A Discussion between Holger Pötzsch and Chiara Brambilla. *Society + Space*, Interviews, p. 13, March 5 2015.
- BALLER, L. *Fronteira e fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS: UFGD, 2014.
- DELL'AGNESE, E.; SZARY, A.-L. A. Borderscapes: From Border Landscapes to Border Aesthetics. *Geopolitics*, London, v. 20, p. 4-13, 2015.
- DORFMAN, A. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. 2009. 360 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2009.
- FERRARI, M. As noções de fronteira em Geografia. *Revista Perspectiva Geográfica*, Marechal Cândido Rondon, v. 9, n. 10, 2014.
- HAESBAERT, R.; MONDARDO, M. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileira - latino-americana. [1996]. *GEOgraphia*, Niterói, v. 12, n. 24, p. 19-50, 2010.
- MACHADO, L. O. Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). *Continente em chamas: globalização e territórios na América Latina*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2005.
- MACHADO, L. O. Limites e Fronteiras: da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade. *Território*, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p. 7-23, jan./jun. 2000.
- ORTIZ, L. V. The Border as a Life Experience: Identities, Asymmetry and Border Crossing between Mexico and the United States. *Frontera Norte*, Tijuana, v. 26, n. esp. 3, p.37-56, 2014.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e geografia. *Finisterra*, Lisboa, v. 36, n. 72, p. 37-53, 2001.
- SANGUIN, A. L. Paisagens de fronteira: variações em um importante tema da geografia política. *BGG*, Goiânia, v. 42, n.2, p. 389-411, mai. 2015.
- SANTOS, M. Uma discussão sobre a noção de região. In: SANTOS, M. *Espaço e método*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 1985.

SANTOS, M. Estrutura, processo, função e forma, como categorias de método geográfico. In: SANTOS, M. *Espaço e método*. 5. Ed. São Paulo: EDUSP, 1985.

SILVA, R. C. M. e. Significados da cultura e seus deslocamentos nas fronteiras nacionais: três momentos-chave. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 60-77, ago. 2016.

SOUZA, J. A. C.de; MONDARDO, M. L. O processo de transformação da linha de fronteira de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY): da ocupação à modernização. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA PLATINA, 6.; Colóquio Unbral de Estudos Fronteiriços, 1., 2016, Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande: UFMS, p. 10, 2016.

SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais de pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

UNBRAL FRONTEIRAS. *Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Fronteiras e Limites*. Disponível em: <http://unbral.nuvem.ufrgs.br/site/>. Acesso em: 08 abr. 2019.

VERDUM, R.; VIEIRA, L. de F. dos S.; PIMENTEL, M. R. As Múltiplas Abordagens para o Estudo da Paisagem. *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 131-150, 2016.

A SEGURANÇA NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI: É POSSÍVEL COOPERAR?

Security on the Border Between Brazil and Paraguay: is it Possible to Cooperate?

Seguridad en la Frontera entre Brasil y Paraguay: ¿es Posible Cooperar?

Maurício Kenyatta Barros da Costa*

Resumo: A hipótese desse artigo é que políticas para as fronteiras mais próximas ao paradigma realista, principalmente no campo da segurança, para as fronteiras dificulta, senão impede, a cooperação e a integração das fronteiras. O argumento em torno da hipótese considera a interação entre o âmbito doméstico e externo. O método utilizado é o método comparado, o que faz com que esse artigo também pertença ao campo da Política Comparada, já que esse é um campo definido por seu método.

Palavras-chave: Fronteiras; Brasil; Paraguai; Segurança; Defesa; Política Comparada.

Abstract: The hypothesis of this paper is that border policies closer to the realistic paradigm, especially in the field of security, for borders make it difficult, if not preclude, cooperation and integration of borders. The argument around the hypothesis raised considers the interaction between the domestic and external spheres. The method used is the comparative method, which makes this article also belong to the Comparative Policy field, since this is a field defined by its method.

Keywords: Borders; Brazil; Paraguay; Security; Defense; Comparative Policy.

Resumen: La hipótesis de este documento es que las políticas fronterizas más cercanas al paradigma realista para las fronteras, especialmente en el

Introdução

A discussão acerca do conceito de fronteiras e das práticas fronteiriças possui múltiplas dimensões, tanto por envolver atores de alcance local, nacional e internacional, quanto também por envolver práticas e problemáticas que perpassam os diversos níveis de análise (BUZAN, 1995), o que torna o trabalho do analista e daqueles que devem produzir políticas públicas acerca do tema, uma tarefa árdua, mas não ingrata. A fronteira é uma porção geográfica, a qual se singulariza por ser uma parte territorial sensível ao contato com outras nações, as quais comportam regras e instituições que podem diferir do país vizinho. Desse modo, as questões sanitárias, desenvolvimentistas, securitárias, ambientais, identitárias e outras comportam uma distinta peculiaridade que motiva esse artigo: os encontros e desencontros com o outro. Entretanto,

* Bolsista CNPq de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Segurança Internacional (GEPsi-UnB) (mauriciodfgo@gmail.com). <https://orcid.org/0000-0003-3524-3574>.

campo de la seguridad, dificultan la cooperación e integración en las fronteras. El argumento en torno a la hipótesis considera la interacción entre las esferas doméstica y externa. El método utilizado es el método comparativo, lo que hace que este artículo también pertenezca al campo Política comparativa, ya que este es un campo definido por su método.

Palabras clave: Frontera; Brasil; Paraguay; Seguridad; Defensa; Política Comparativa.



nesse artigo, o recorte do trabalho são as questões de defesa nacional, política externa, segurança pública e regional, limitando o trabalho aos atores e políticas desses campos que sejam direcionados à segurança fronteiriça. A fronteira Brasil-Paraguai corresponde ao recorte geográfico, enquanto o destaque para o período democrático até o ano de 2015 corresponde ao recorte temporal deste trabalho.

Esse artigo utilizou-se de documentos e *sites* oficiais dos governos brasileiro e paraguaio, além de literatura básica do tema abordado. A literatura escolhida permite que nesse artigo se possa responder a seguinte questão: por que Brasil e Paraguai não cooperam com o intuito de integrar suas fronteiras, principalmente, no campo da segurança fronteiriça? A hipótese desse artigo é que políticas para as fronteiras mais próximas ao paradigma realista, principalmente no campo da segurança, para as fronteiras difíceis, não impede, a cooperação e a integração das fronteiras. O argumento em torno da hipótese e da resposta da pergunta levantada considera a interação entre o âmbito doméstico e externo. No âmbito doméstico, políticas não articuladas entre si e que não tenham como guia uma política nacional para as fronteiras difíceis gera uma ação coordenada e gera conflito ou inércia entre as burocracias locais, o que dificulta a cooperação e integração externa. No âmbito externo, políticas distintas e soberanistas para as fronteiras podem representar interesses

divergentes de difícil conciliação, o que pode impedir a cooperação e, por conseguinte, a integração.

O método utilizado é o método comparado, o que faz com que esse artigo também pertença ao campo da Política Comparada, já que esse é um campo definido por seu método (LIJPHART, 1971). A comparação foi escolhida enquanto estratégia analítica que possibilita a descoberta e a análise de relações empíricas entre variáveis (LIJPHART, 1971). Esse método permite também que se possa realizar análises causais, examinar um número de casos para demonstrar que um conjunto de conceitos ou uma teoria funciona e utilizar casos para demonstrar suas diferenças ou semelhanças (COLLIER, 1993). Desse modo, a relação causal entre políticas de segurança para as fronteiras e a integração das fronteiras dos países é o que se busca demonstrar. As percepções e os interesses de cada país sobre suas fronteiras são as variáveis antecedentes. As políticas para as fronteiras são as variáveis independentes, enquanto a articulação interna ou não dos órgãos e atores internos, assim como a cooperação ou não são as variáveis intervenientes. A integração ou não é a variável dependente que se quer explicar.

A comparação das políticas brasileiras e paraguaias e suas possibilidades de gerar integração fronteiriça é relevante porque a comparação delas possibilitará o controle (verificação e falseamento) das variáveis por meio de parâmetros bem definidos por causa da abordagem escolhida (SARTORI, 1994).

Esse trabalho é dividido em três seções para além dessa introdução e da conclusão ao final. A primeira seção apresenta a parte teórica e conceitual do artigo que será utilizada para efetuar a comparação entre as políticas brasileiras e paraguaias. A segunda seção apresenta breve caracterização das fronteiras e as políticas de segurança pública, defesa e externa pertinentes à segurança fronteiriça de Brasil e Paraguai. Por fim, a terceira seção questiona se é possível Brasil e Paraguai cooperarem com o intuito de se integrarem na segurança fronteiriça. Nessa seção, as políticas serão efetivamente comparadas.

Relações internacionais, fronteiras e suas políticas: um estudo comparado

Princípios geográficos, naturais, sociais, políticos e culturais foram utilizados para a definição das fronteiras. Na América do Sul, o *uti possidetis de facto* e *de juris* foram acepções divergentes que embasaram as negociações políticas e os conflitos regionais por porções territoriais (CERVO, 2010). O argumento da fronteira natural também foi invocado diversas vezes na região, porém, independentemente do princípio utilizado, as fronteiras serão aqui consideradas como fatos políticos estabelecidos por meio de relações humanas (HOUTUM, 2005), as quais, na perspectiva

externa, se propõem a separar indivíduos e, na perspectiva interna, a congregá-los por intermédio de práticas de discurso e das relações políticas (PAASI, 1996). Essa delimitação territorial produzida historicamente, socialmente e politicamente ao longo do tempo (HOUTUM, 2005) é constituída e reconstituída em termos de percepção, de importância e de ação na fronteira conforme o pensamento político ou a lente analítica adotada (MORACZEWSKA, 2010).

Esse artigo considera que as teorias de Relações Internacionais contribuem para o estudo da segurança e defesa nas fronteiras de maneira indireta, pois a fronteira, como *locus* preferencial não é analisada por essas teorias (SCHERMA, 2015). Esse silêncio teórico nas principais teorias do campo reafirma o caráter provincialista (TICKNER; BLANEY, 2012), ao generalizar a partir da realidade local dos grandes centros dos principais países, o que relega as fronteiras à marginalidade do campo. As relações internacionais nas fronteiras ocorrem de maneira corriqueira, o que pode ser visto na realidade das cidades-gêmeas e nas zonas de fronteiras povoadas nos dois países (SCHERMA, 2015). Nesse sentido, duas realidades nacionais confluem em uma realidade na qual se destaca a singularidade fronteiriça.

Além disso, a classificação dos tipos de fronteiras propostos no trabalho de Moraczewska (2010) será utilizada para a comparação das políticas brasileiras e paraguaias. Segundo Sartori (1994), antes de se realizar a comparação, é necessário efetuar a classificação para se ter claro o que comparar e se, de fato, é comparável. A classificação utilizada nesse artigo, ainda que traga em seu bojo as críticas e os debates do uso de determinadas teorias em detrimento de outras, expõe suas virtudes e limites analíticos com o intuito de se evitar os problemas levantados por Sartori (1994) de paroquialismo, de má classificação, de gradação excessiva e de alargamento conceitual.

A classificação aqui discutida baseia-se em três paradigmas das relações internacionais: o realista, o transnacional e o global. Esses paradigmas foram formulados pela autora (MORACZEWSKA, 2010) a partir de teorias representativas do campo e suas possibilidades analíticas para as políticas fronteiriças. O paradigma realista é caracterizado pelo Estado como ator principal, pela desconfiança mútua e pela securitização da fronteira. O paradigma transnacional é caracterizado pela interdependência entre Estados e atores não-estatais e pela mescla de políticas que abrem e fecham as fronteiras a depender do fluxo transnacional. O paradigma global é caracterizado pelo cosmopolitismo, redução das fronteiras e liberalização dos diversos fluxos. A percepção de ameaças em cada paradigma também é distinta. No realista, a ameaça é estatal, há desconfiança entre os atores. No transnacional, há ameaças estatais e não-estatais, mas os benefícios da abertura das fronteiras e a

crescente interdependência não permite que o fechamento das fronteiras seja uma possibilidade. No global, há simetria entre os Estados, condições homogêneas e ausência de ameaças, o que permite a abertura das fronteiras e liberdade de fluxos sem grandes preocupações entre os atores.

As políticas para as fronteiras serão classificadas por meio da percepção, da importância e da ação delas na fronteira (Quadro 1). O conceito de ameaças, segundo Saint-Pierre (2004, p. 24), será necessário para precisar a concepção da autora acerca da percepção que cada paradigma tem sobre a fronteira. A percepção de ameaças na fronteira ou que a afetam são determinantes para a percepção da fronteira e para as políticas que surgem para ela. A importância da fronteira e as infraestruturas consideradas são em relação à proteção e ao fechamento da fronteira. Por fim, a ação na fronteira relaciona-se a ação do Estado e dos diversos fluxos que perpassam por ela.

Quadro 1 – Paradigmas das Relações Internacionais aplicados às fronteiras

Paradigma	Realista	Transnacional	Global
Percepção da Fronteira	<u>Linha divisora</u> , determinante de nacionalidade e separação.	<u>Linha porosa</u> , um elemento do sistema permissivo à penetração dos Estados.	<u>Linha virtual</u> , uma linha demarcatória vista apenas no mapa, as fronteiras “desaparecem” em favor do avanço do mercado.
Importância da Fronteira	Muito importante; como uma barreira contra ameaças; proteção da soberania; elemento rentável do sistema; <u>função de desintegração</u> .	Menos importante; como uma ponte entre Estados e atores não-estatais; <u>função de fragmentação</u> .	Não é importante; não há barreiras para fluxos internacionais; <u>função de integração</u> .
Ação na Fronteira	Construção de infraestrutura; securitização da fronteira e militarização desta quando há conflitos.	Abolição gradual da infraestrutura; abertura de canais para fluxos de bens, pessoas, dinheiro e informação.	Sem infraestrutura ou infraestrutura irrelevante; tornando heterogêneo o sistema de mercado e o sistema legal.

Fonte: MORACZEWSKA (2010 p. 333). Tradução nossa.

No paradigma realista, a percepção da fronteira é a de que esta seja apenas uma linha divisora, a qual separa “nós” e “eles”. Nesse paradigma, as principais ameaças são os demais Estados que queiram porções territoriais de outros Estados, ameaçando a soberania dos demais. A fronteira é muito importante, por isso deve ser protegida. A função de desintegração da fronteira representa a vontade de separar um mesmo território que contenha nações distintas. A ação na fronteira é visível por um processo bem definido de demarcação ou de litígios fronteiriços para que as fronteiras sejam demarcadas conforme o interesse nacional; além de

infraestruturas de proteção e de procedimentos rígidos para controle dos fluxos de pessoas e bens. Desse modo, os aspectos de segurança estão acima dos benefícios econômicos.

No paradigma transnacional, a fronteira é percebida como uma linha porosa, onde o Estado tenta controlar alguns fluxos e liberar outros. A fronteira ainda é importante por representar uma ponte, isto é, a iniciativa de se ultrapassar a ideia de fronteira enquanto barreira. A função de fragmentação da fronteira significa que o Estado adota uma atitude de permeabilidade em relação a alguns fluxos e de impermeabilidade em relação a outros por causa dos benefícios da interdependência em contrapartida às vulnerabilidades em relação a essa mesma interdependência. A ação na fronteira é caracterizada pela interação entre Estados e atores não-estatais de diversas nacionalidades. A infraestrutura de proteção na fronteira permanece, o que se altera é a proliferação de pontos que permitam o cruzamento da fronteira e o aumento da facilidade de transição dos diversos fluxos (criação de rodovias, abolição de tarifas e taxas, redução da burocracia na entrada e saída e uniformidade dos processos administrativos na hora de atravessar a fronteira).

No paradigma global, a percepção da fronteira é a de uma linha virtual, existente apenas no mapa, e que é livre para os diversos fluxos. A simetria entre os Estados envolvidos é grande e facilita para que cada um não seja uma ameaça para o outro e nem os fluxos provenientes de cada um deles. Esses fluxos são dinâmicos e difíceis de serem controlados. A fronteira tem importância apenas simbólica por não constituir uma barreira em nenhuma dimensão, sendo livre para bens, capitais, informações e pessoas. As fronteiras passam a ser entre mercados econômicos ao invés de ser entre nações. A ação na fronteira é descrita pela abolição da infraestrutura de proteção da fronteira e ampla liberdade de movimentação por ela. Não há hipóteses de ameaças nesse paradigma.

A classificação a partir da abordagem proposta possibilitará comparar as políticas para as fronteiras, principalmente as pertinentes à segurança, com base na teoria das relações internacionais. Nesse sentido, a percepção, a importância e a ação na fronteira serão utilizadas para verificar em qual paradigma se encaixa a estratégia para as fronteiras de Brasil e Paraguai, considerando para isso as políticas e o marco legal para as fronteiras de cada país, para posterior comparação. Por fim, a comparação das duas estratégias possibilitará compreender se é possível caminhar para uma resolução conjunta de seus problemas fronteiriços no campo da segurança.

As fronteiras e as políticas fronteiriças de Brasil e Paraguai

Atualmente, a faixa de fronteira brasileira corresponde à aproximadamente 27% do território nacional, compreendendo 10 estados, 588 municípios, 120 localizados na linha de fronteira e desses, 29 são cidades gêmeas, abrigando cerca de 11 milhões de pessoas e margeando 10 países da América do Sul. A linha limítrofe da fronteira do Brasil com seus vizinhos chega a ter 16.886,5 km, compreendendo a terceira maior extensão de uma fronteira na terra. Dos 16.886,5 km de fronteiras brasileiras, 1.339 km correspondem a fronteira com o Paraguai, o que representa cerca de 5,8% de toda faixa de fronteira, sendo a quarta maior fronteira do Brasil (BRASIL. Ministério da Integração, 2005).

A faixa de fronteira brasileira foi estabelecida em 150 km de largura (Lei nº 6.634 de 02/05/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Essa faixa teve sua extensão alterada ao longo da história do Brasil, mas após a lei de 1979 persiste na Constituição Federal de 1988, expressando uma preocupação securitária com essa porção territorial, a qual não reverberou na produção de uma política nacional para as fronteiras.

O Paraguai tem uma fronteira de 3.425 km com três países, Argentina, Bolívia e Brasil. A fronteira com o Brasil é composta de trechos terrestres e fluviais. Os limites fluviais estão conformados pelos rios Paraná, Paraguai e Apa; enquanto os limites terrestres são conformados pela cordilheira de Mbaracayú, de Amambay e pelo Salto do Guairá. As fronteiras paraguaias foram estabelecidas por meio de conflitos, alguns que envolveram perda territorial, como a Guerra do Paraguai (1864-1970), e outros que envolveram ganhos, ainda que possam ser relativizados, como a Guerra do Chaco (1932-1935). Esses conflitos foram seguidos de tratados que dariam o traçado original das fronteiras paraguaias, as quais ao longo do tempo seriam ajustadas ou acordadas em alguns pontos que persistissem o litígio como foi o caso da questão fronteiriça entre Brasil e Paraguai que seria alagada pelo lago de Itaipu, quando da construção da hidroelétrica.

No Brasil, o governo Sarney é caracterizado pela redemocratização e aproximação com o governo argentino para minar as rivalidades regionais. Isso afetou as relações do Brasil com o Paraguai de modo a influenciar o processo democrático também no país vizinho a partir da queda de Stroessner (CÔRTEZ, 2010). Em 1985, é criado por meio da Exposição de Motivos nº 018/85, em 1985, o Programa Calha Norte (PCN), cujo nome oficial é “Desenvolvimento e Segurança na Região Ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas”, tinha como objetivo principal o aumento da soberania brasileira em uma zona identificada como estratégica para as nossas fronteiras e escassamente povoada, abrangendo

as fronteiras com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela e Colômbia (alcançando 94 municípios).

No Paraguai, a destituição do presidente Alfredo Stroessner, que governou de 1954 até 1989, e a abertura política iniciada pelo governo do general Andrés Rodríguez puseram fim ao isolamento paraguaio na região. Assim como fora no Brasil, o momento de transição política no Paraguai coloca os direitos humanos e a democracia como diretrizes centrais de sua política externa (YEGROS; BREZZO, 2013). No período Stroessner não foram promulgadas políticas específicas para as fronteiras, além da promoção da ocupação dessas porções territoriais por brasileiros e paraguaios para que se tornassem zonas produtivas. A Constituição paraguaia de 1992, diferentemente da brasileira, não abordará o tema fronteiras.

Em 1991, no governo Collor, Uruguai e Paraguai acompanham Brasil e Argentina para a formação do Mercosul. A redemocratização de Brasil e Paraguai transcorriam assim em um cenário de crescente cooperação com os países do cone sul (SALLUM JR, 2011). A integração regional abre margens para projetos comuns na fronteira, tanto por via da integração física quanto pela solução de problemas comuns. Entretanto, os limites dessa incipiente integração para temas fronteiriços podem ser comprovados quando da criação do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), criado para gerenciar o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) junto com o Sistema de Vigilância (SIVAM). O Censipam gerou certa desconfiança dos países vizinhos por não os ter consultado (MIYAMOTO, 2011).

A busca de autonomia pela integração (VIGEVANI; OLIVEIRA, CINTRA, 2003) no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) deve ser compreendida como sendo como uma inserção internacional de cunho liberal-híbrida por valorizar o multilateralismo e a integração regional conjuntamente (CERVO, 2002). Nesse contexto, o Mercosul é valorizado. Além da institucionalização da defesa nacional em um contexto democrático por meio da criação do Ministério da Defesa e da Política Nacional de Defesa, no período FHC é criado o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) lançado em 2000 com o objetivo de aprimorar o sistema de segurança pública brasileiro. Essa foi a primeira iniciativa a pensar a segurança pública nacionalmente e nas suas dimensões municipais, estaduais e federais de modo interligado. Essa política foi a primeira no âmbito nacional que atenderia parcialmente às necessidades securitárias da fronteira brasileira ao incorporar no Plano o combate ao tráfico de drogas também nas fronteiras (ADORNO, 2003). Nesse governo, a integração econômica é o objetivo principal, sendo as questões securitárias, inclusive na fronteira, questões de segundo plano.

A política externa do governo Luís Inácio Lula da Silva é caracterizada como sendo a autonomia pela diversificação por buscar uma inserção internacional autônoma por meio da diversificação de parcerias e a criação de novos foros multilaterais de negociação, principalmente, com os países em desenvolvimento (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Nessa lógica de diversificação e desenvolvimento, os projetos regionais de integração têm destacado relevo, principalmente, em suas vertentes políticas e sociais. Desse modo, na Cúpula de Presidentes em Ouro Preto em 2004, é criado o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) a fim de financiar programas de convergência estrutural, competitividade, coesão social e infraestrutura institucional. Internamente, o governo cria o Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PPDF) para o desenvolvimento dessas regiões. É importante notar a conexão entre segurança e desenvolvimento, pois esse programa considera que as ameaças ao Estado soberano estão no progressivo esgarçamento do tecido social, na miséria, no crime organizado e na falta de integração entre países vizinhos. Essas seriam as principais ameaças na faixa de fronteira, sendo o desenvolvimento regional a estratégia para manter a soberania e promover a integração regional. Desse modo, esse programa vislumbra a vertente interna e externa das fronteiras com o intuito de abordar a questão securitária de modo mais complexo (HIRATA, 2015).

Em 2008, no intuito de fortalecer a segurança pública na fronteira, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) criou o Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira (PEFRON) para lidar com alguns crimes típicos dessa região. Nesse sentido, os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso foram exemplos estaduais para um projeto apoiado pelo Governo Federal para a criação no âmbito dos estados de policiamento especializado para atuação na faixa de fronteira. A experiência de Mato Grosso do Sul deve ao Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e a de Mato Grosso por causa do Grupo Especial de Segurança de Fronteira (Gefron). Desse modo, o PEFRON emerge como uma resposta às inseguranças fronteiriças que se potencializam devido à porosidade e à vastidão das fronteiras brasileiras.

Em relação ao Paraguai, em 2005, é criada a primeira lei do país para as suas fronteiras. A Lei nº 2.532 de 2005, editada no Governo de Nicanor Duarte Frutos e cujo teor é muito sucinto e voltado basicamente para o estabelecimento de uma Zona de Segurança Fronteiriça, a qual corresponde a um espaço de 50 quilômetros adjacentes às linhas de fronteira terrestre e naval (Art. 1º) e que veda a propriedade, o uso fruto ou a participação condominial por parte de estrangeiros ou de pessoas jurídicas integradas majoritariamente por estrangeiros oriundos dos países vizinhos (Art. 2º). A lei incumbe ao Ministério da Defesa realizar as diligências necessárias para o estabelecimento da Zona de Segurança e para o inventário dos imóveis rurais

nela existentes (Art. 6º e 7º). Esta lei, ao restringir-se à questão fundiária, dista muito de ser um dispositivo que alcance o diversificado conjunto de temas presentes nas fronteiras paraguaias. Sua edição foi amplamente interpretada como resposta à crescente presença de brasileiros exercendo atividades agrícolas nas regiões fronteiriças e não foi acompanhada, então, da edição de outros dispositivos ou de medidas que denotassem preocupação mais ampla com controles fronteiriços.

Outras leis relacionadas ao exercício do controle fronteiriço que interessa citar são a Lei de Migração, Lei nº 978 de 1996 e regulamentada pelo Decreto nº 18.295 de 1997, a Lei de Defesa e Segurança Interna, Lei nº 1.337 de 1999 e regulamentada pelo Decreto Sete e as Leis nº 525 de 2011 e nº 2.422 que dispõem sobre o Regulamento Aduaneiro. Em relação a Lei de Segurança Interna cabe ressaltar que apesar da importância da territorialidade expressamente reconhecida tanto na dimensão de defesa nacional quanto na de segurança interna, as fronteiras e regiões adjacentes não são objeto de considerações específicas. Além disso, a segurança das fronteiras que é tratada de modo similar ao das demais regiões é desdobrada em duas frentes, uma por meio das Forças Armadas e outra por meio da Polícia Nacional, sem articulação entre ambas. Desse modo, percebe-se um retrato similar ao caso brasileiro devida à falta de articulação entre os atores de segurança e defesa para a proteção das fronteiras.

No governo Dilma, é criado o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) destinado à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão dos delitos transfronteiriços, por meio da atuação integrada dos órgãos de segurança pública. O Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), sob a coordenação do Vice-Presidente da República Michel Temer, que passou a integrar as ações dos diversos Ministérios e dos poderes públicos locais. O PEF tem como sua diretriz a articulação interna dos diversos agentes de segurança pública, da Receita Federal e da defesa nacional, assim como a integração, no âmbito externo, com os países vizinhos. Desse modo, a construção de confiança torna-se central nesse Plano com o intuito de se promover a articulação e a integração. Além disso, a melhoria estrutural e o aumento de pessoal também são relevantes. No sentido de se alcançar esses objetivos, o PEF conta com dois órgãos para realizar a articulação política interna: o Gabinete de Gestão Integrada da Fronteira (GGIF) e o Centro de Operações Conjuntas (COC). Ambos os órgãos têm a função de implementar o PEF articulando e integrando, conforme as atribuições de cada um, os diversos atores envolvidos com a segurança fronteiriça.

Três operações têm sido conduzidas no marco do Plano, cada uma sob a égide do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda. O Ministério da Defesa lidera a Operação Ágata, conduzida pelas Forças Armadas

em coordenação com outros órgãos federais e estaduais na faixa de fronteira para combater delitos transfronteiriços e ambientais. Já o Ministério da Justiça mantém uma operação de caráter permanente, a Operação Sentinela, que envolve fundamentalmente a Polícia Federal, as polícias civis e militares dos estados, a Polícia Rodoviária Federal, as Forças Armadas, a Força Nacional de Segurança Pública e a Receita Federal. A Receita Federal fica responsável pela Operação Fronteira Blindada, a qual já existia em caráter reduzido anteriormente ao PEF, mas ganha maior abrangência e passa a buscar a articulação com demais órgãos na faixa de fronteira. Essas operações se tornaram a face mais visível das ações federais nas fronteiras, sendo responsáveis diretas pelo significativo aumento da apreensão de drogas, armas e contrabando observado desde sua implementação.

Na órbita do Ministério da Justiça, o PEF apoia-se em projetos e ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Departamento de Polícia Federal, do Departamento da Polícia Rodoviária Federal e da Secretaria Nacional de Justiça. Do ponto de vista do planejamento, tem como componente central neste Ministério um programa específico, a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), entabulada desde a Secretaria Nacional de Segurança Pública com os objetivos de promover a articulação dos atores governamentais, das três esferas de governo e incentivar e fomentar políticas públicas de segurança, uniformizar entendimentos e ações para otimizar o investimento de recursos públicos nas regiões de fronteira. A ENAFRON, propicia, portanto, a reverberação política do Plano Estratégico de Fronteiras na dimensão da segurança pública.

No Paraguai, a ausência de foco sobre as fronteiras no marco legal encontra correspondência no tratamento setorial para as questões de segurança, desenvolvimento e integração fronteiriça. Nesse país, observa-se apenas a preocupação com o fortalecimento dos controles fronteiriços, principalmente, no campo migratório e aduaneiro. Ainda não há um modelo de gestão das fronteiras paraguaias, sendo estas cobertas por políticas setoriais que em alguns casos são de cunho geral e não direcionadas as fronteiras. Alguns exemplos que podem ser destacados são o Plano de Ordenamento Territorial, o Plano Quinquenal 2013-2017 para a Tríplice Fronteira, o Programa Nacional Integrado de Impacto para o Paraguai 2011-2014 e o Plano Estratégico do Estado Paraguaio de Combate à Lavagem de Ativos, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição de Massa.

Comparando as políticas fronteiriças de Brasil e Paraguai: é possível cooperar?

A aproximação entre Brasil e Paraguai acentua-se com a construção da Ponte da Amizade em 1965, o que permitiu ao país ter acesso ao atlântico por meio da

conexão das rodovias de ambos os países. A hidroelétrica de Itaipu e a migração de brasileiros para a fronteira adensaram as relações entre os dois países, unindo-os estrategicamente, a partir da gestão binacional de recurso energético que representa cerca de 72% do consumo paraguaio e de 17% do consumo brasileiro. A criação do Mercosul e o aprofundamento da integração entre os países propiciaria que o comércio bilateral entre os países aumentasse em mais de 300% de 2002 até 2013, passando de 942 milhões de dólares para 4 bilhões de dólares (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, 2016). Em 2012, devido à destituição de Fernando Lugo da presidência do Paraguai, as relações bilaterais sofreriam um abalo que culminaria na suspensão temporária do Paraguai no Mercosul. Em 2013, as relações diplomáticas são retomadas.

A agenda bilateral entre os dois países é composta por uma diversidade de temas, como cooperação técnica, desenvolvimento fronteiriço, temas comerciais e iniciativas de combate à pobreza, sendo os temas de segurança pública e assuntos fronteiriços, temas com elevado potencial de crescimento na agenda bilateral (BRASIL. Planalto, 2013). Um interessante exemplo é a ratificação do “Mecanismo 2+2 de Consulta Política e Avaliação Estratégica” em abril de 2016. Esse mecanismo possibilita a aproximação dos ministros das relações exteriores e defesa de Brasil e Paraguai. Nesse mesmo encontro, em 04 de abril de 2016, foi prorrogado por mais cinco anos o acordo de cooperação militar entre ambos os países de 1995. Entre os temas de interesse conjunto dos países encontra-se os exercícios e operações combinadas ou simultâneas na fronteira (BRASIL. Ministério da Defesa, 2016).

A construção de confiança e o avanço da cooperação em área tão sensível quanto a fronteira entre os dois países passa por alguns desafios, os quais são a falta de confiança entre os países devido à existência de corrupção entre policiais de ambos os lados, como pode ser exemplificado pela condenação de Newton Ishii, o “japonês da federal”, em operação realizada pela própria Polícia Federal, conhecia como operação sucuri. A falta de investigação dos casos de corrupção pelo lado vizinho também é questionada. Além disso, as megaoperações realizadas pelo Brasil em suas fronteiras e a constante presença das Forças Armadas gera uma assimetria de poder que dificulta a ruptura da desconfiança, ainda mais porque durante boa parte da história do Brasil, o país atuou de modo soberanista nas fronteiras sem desenvolver canais de diálogo e envolvimento do país vizinho em suas ações na fronteira. A falta de comunicação pode ser percebida pelas acusações do governo paraguaio de invasão de suas fronteiras por policiais e militares brasileiros, além de outros conflitos que vão desde à questão sanitária dos rebanhos que circulam na região até os conflitos sociais por terras.

A redemocratização e o Mercosul ensejam alguns acordos incipientes dentro de uma lógica de integração que vem tentando se firmar em meios às preocupações soberanistas de cada nação. A fronteira em ambos os casos persiste sendo como uma região estratégica do ponto de vista da proteção da soberania e do território, o que distingue é que no Brasil se busca realizar uma lenta, gradual e segura transição para o paradigma transnacional entre avanços e recuos, enquanto que no Paraguai tem políticas e ações pontuais que não indicam ainda uma transição, restringindo-se, assim, ao paradigma realista. O esquecimento da fronteira também é uma maneira de se esquecer as relações com o outro e evitar as inseguranças que surgem de relações mais próximas. Desse modo, a ação na fronteira varia entre presença e ausência, mas sempre com a preocupação em manter o território e a soberania. A ausência destacada em alguns casos retrata menor preocupação com a perda do território e soberania que estariam já estabelecidos.

No Brasil, o Programa Calha Norte é um marco para as políticas de fronteira em 1985, enquanto, no Paraguai, o marco é a Zona de Segurança Fronteiriça de 2005. Ambas as políticas estão inclusas no paradigma realista por prezarem a proteção da soberania e do território fronteiriço de seus países. Essas políticas percebem as fronteiras como o limite de seus Estados que devem ser resguardados para seus cidadãos, separando o país de seus vizinhos. Ambas políticas consideram as fronteiras regiões importantes por serem estratégicas. Nessas políticas, as fronteiras são securitizadas por ambas estarem sob responsabilidade de seus respectivos Ministérios da Defesa, sendo responsabilidade dos militares a implementação e a proteção da fronteira.

Essas duas políticas que são consideradas marcos para as políticas fronteiriças de cada país têm uma distância temporal de vinte anos, mas retratam um primeiro aspecto interessante. O despertar inicial para a produção de políticas para as fronteiras deve-se às questões de segurança, principalmente, no âmbito militar de preservação do território. As próximas políticas analisadas retrataram se há manutenção desse paradigma realista para as fronteiras de ambos os países ou se há uma mudança que permita a cooperação com o intuito de uma integração das políticas para as fronteiras semelhantes entre esses países.

No Brasil, o Programa Calhar Norte, o Censipam, o SIPAM e o SIVAM representam o paradigma realista das políticas brasileiras para as fronteiras. Essas políticas emergem em um período caracterizado pela transição para um sistema democrático e o início da integração regional. O aumento dos fluxos intensifica os temores advindo desta. O contexto de transformações políticas vividas pelo país contrasta com o conservadorismo das políticas fronteiriças que persistem no paradigma realista por separar, ressaltar a importância de proteção da fronteira e securitizá-la.

O PNSP é um marco inicial e incipiente das mudanças que viriam. A importância é trazer a preocupação da segurança nas fronteiras para o campo da segurança pública também. O PPDF e o PEFRON representam o amadurecimento do PNSP por ressaltar a preocupação com a segurança pública e incluir a dimensão do desenvolvimento social em áreas como saúde, educação e infraestrutura para efetivamente dirimir vulnerabilidades e elevar a segurança dessas regiões.

O PEF é o marco que congrega as transformações citadas para um esforço de articulação interna dos agentes responsáveis pela fronteira e de cooperação com os países vizinhos. Desse modo, os GGIFs, os COCs e as Câmaras Temáticas de Fronteira atuam no esforço de articular os atores nacionais e de fomentar a cooperação com os países vizinhos. A policialização das Forças Armadas (Decreto nº 7.496/2011) e as Operações Ágata, Fronteira Blindada e Sentinela são vetores de articulação interna e que possuem espaço para a cooperação também. Políticas mais antigas, como o Calha Norte, Censipam, SIPAM e SIVAM ganham nova roupagem ao se abrirem para a cooperação com outros países. As vertentes civis das atuações militares também demonstram uma preocupação antiga que é sistematizada por meio dessas políticas para atuar em outras vulnerabilidades daqueles que estão afastados dos grandes centros urbanos.

No Paraguai, um silêncio mais prolongado acerca das preocupações com suas fronteiras demonstra a preocupação em apenas resguardar as fronteiras do país sem maiores preocupações com outras ameaças transnacionais. O marcante silêncio na constituição paraguaia é mostra disso. A Zona de Segurança Fronteiriça e uma lei anterior, a de imigração, demonstram uma maior preocupação com os estrangeiros de países vizinhos. Além da preocupação com o fluxo de pessoas e com a ocupação de terras, há uma posterior preocupação fiscal demonstrada pela política aduaneira. Entretanto, o movimento de preocupação com a segurança pública e o desenvolvimento fronteiriço seguido no Brasil encontra-se em um estágio inicial no Paraguai. O Paraguai tem produzidos políticas de ordenação territorial; de saúde; de combate ao crime, às drogas, à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo; e de ação dos militares ao apoio de cidadãos em fronteiras que estejam isolados.

No Brasil, O PNSP é um primeiro indicativo de mudança e o PEF o amadurecimento de transição para políticas fronteiriças que estejam sob o paradigma transnacional. Isso é demonstrado pelo fato das fronteiras continuarem sendo importantes, mas não tanto pelo foco estratégico de separação das demais nações. Elas adquirem a função de fragmentação por serem fronteiras porosas que permitem alguns fluxos e barram outros. A infraestrutura de proteção é importante, mas o país não quer privar-se dos fluxos econômicos e de pessoas que sejam benéficos

ao desenvolvimento do país. Não há redução da infraestrutura na fronteira, pelo contrário, há maior preocupação e aumento desta, mas, ao mesmo tempo, há o desejo de se negociar infraestruturas compartilhadas. Desse modo, a preocupação do paradigma realista existe e persiste, mas há um esforço, contextualizado pela integração regional, de superar as desconfianças para que se possa cooperar na fronteira. A cooperação existente pelo lado brasileiro é limitada e ainda não indica possibilidades óbvias de uma integração, mas sim uma possibilidade remota que precisa ser amadurecida.

No Paraguai, o paradigma realista é predominante. A preocupação com o controle fronteiriço é recente e emergente no país. Há algumas políticas pontuais e não articuladas que começam a considerar elementos de segurança pública e de desenvolvimento social nas fronteiras, mas assim como o PNSP no Brasil, elas representam um início que pode vir a tornar-se um marco para transformações mais profundas. A questão fundiária na fronteira paraguaia ressalta a preocupação principal em manutenção do território em detrimento de avanços na integração.

A cooperação, mesmo no paradigma realista, tem seu lugar. A questão é que a predominância do paradigma realista nas políticas para as fronteiras impede uma cooperação que gere integração. A cooperação no paradigma realista permite uma coordenação pontual que mine as pretensões estatais de ambos em relação ao território do outro. Entretanto, a cooperação para a integração parte de uma consideração mútua de amizade e de relações profundas que permitam a solução de problemas comuns e cotidianos que existem na fronteira de ambos os países. No Brasil, o PEF e seus desdobramentos ensejam a articulação interna e a cooperação externa, mas como aponta o Relatório do TCU, a articulação é limitada e a cooperação muito mais (BRASIL. Tribunal de Contas da União, 2015). No Paraguai, a articulação interna e a cooperação externa são muito limitadas também. Além disso, a transição para um paradigma transnacional é ainda mais incipiente que no caso brasileiro.

Verificam-se percepções de ameaças fronteiriças distintas entre os dois países, mas que direta ou indiretamente, envolvem os vizinhos, seja por causa da confiança limitada entre os atores ou de desafios securitários que passam de uma fronteira a outra, no qual os responsáveis são sempre o outro. Isso não quer dizer que não haja cooperação, como apontado ao longo do artigo, os dois países cooperam em uma série de questões, inclusive em questões de segurança fronteiriça, mas essa cooperação transcorre em meio a uma série de dificuldades que precisam ser superadas. Fortalecer os mecanismos já existentes de cooperação entre as polícias brasileiras e paraguaias, assim como das chancelarias de ambos os países é um caminho, mas ainda é suficiente na perspectiva do avanço do projeto de integração regional.

Considerações finais

O caso da fronteira entre Brasil e Paraguai demonstra a necessidade de esforços articulados entre os atores dentro de cada país, elevando a capacidade dos Estados de agir internamente e externamente, a qual pode ser potencializada por meio do envolvimento das autoridades políticas para que se alcance os resultados por modo cooperativo internamente e externamente. No Paraguai, as maiores plantações de maconha e as maiores redes de corrupção são comandadas pelo PCC e o Comando Vermelho, o que demonstra a articulação do crime transnacional articulado em rede com os centros urbanos brasileiros; entretanto as fronteiras com o Paraguai não são apenas corredores, sendo afetadas diretamente pelas inseguranças vizinhas regionais que utilizam o Paraguai como rota de criminalidade. A atuação em redes do crime organizado necessita de uma atuação cooperativa dos agentes de segurança de ambos os países também.

O Plano Estratégico de Fronteiras, o qual une Defesa, Segurança Pública e Receita Federal, tornou-se o marco legal que guia as políticas de segurança para a faixa de fronteira, mas tem o seu limite quando se trata do estabelecimento de instâncias de atuação conjunta entre os órgãos federais e estaduais. A articulação entre órgãos é um dos fundamentos do PEF, mas a falta de elaboração de um modelo de atuação conjunta para as operações diárias que evite a sobreposição ou a lacuna de funções pelos diversos órgãos envolvidos demonstra a baixa institucionalização da articulação. O PEF não é claro sobre quem devam ser os atores envolvidos e como devam ser coordenados, o que significa que a articulação interna e a cooperação e integração com os países vizinhos dependerá de afinidades dos atores locais.

No Paraguai, o quadro geral das políticas fronteiriças demonstra a baixa institucionalização das fronteiras dentro do marco legal e nas políticas estatais, o que dificulta definir qual seja a visão estratégica do país sobre suas próprias fronteiras. Além disso, a articulação interna entre os agentes de segurança e defesa paraguaios e a cooperação com seus homólogos brasileiros não representa um *modus operandi* para atuação nas fronteiras, o que também limita os resultados no combate aos ilícitos. Além disso, a economia paraguaia e das regiões fronteiriças entre Brasil e Paraguai estão em certa medida capturadas pela economia ilegal gerada pelo tráfico internacional, o que dificulta a ação estatal seja por causa da corrupção de alguns agentes, seja por causa da falta de interesse do Estado em acabar com um tipo de economia local, a qual não encontra equivalente legal que a substitua e permita uma maior qualidade de vida para essas regiões. Alternativas, como o desenvolvimento do turismo e outras atividades econômicas são fundamentais para o aumento da segurança fronteiriça.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo auxílio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa, assim como às contribuições de meu orientador, Alcides Costa Vaz, e das discussões realizadas no VII Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços sobre minha pesquisa e demais, as quais contribuíram para o desenvolvimento final deste artigo.

Referências

- ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011. Institui o Plano Estratégico de Fronteiras. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 jun. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BRASIL. Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira. *Diário Oficial da União*, Brasília, 3 mai. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Brasil e Paraguai inauguram mecanismo 2+2*. Brasília: Assessoria de Comunicação (Ascom) do Ministério da Defesa, 2016. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/19519-brasil-e-paraguai-renovam-acordo-militar-ate-2021>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais; MACHADO, Lia Osório. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *República do Paraguai*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5635-republica-do-paraguai>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BRASIL. Planalto. Brasil e Paraguai normalizam relações bilaterais. *Portal Brasil*, Brasília, set. 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/09/brasil-e-paraguai-normalizam-relacoes-bilaterais>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 2252/2015-TCU-Plenário*. Relator: NARDES, Ministro Augusto. TC nº 014.387/2014-0. Publicado pela Secom do TCU, 2014. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F99F813014FB44F0D0500F4&inline=1>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- BUZAN, Barry. "The Level of Analysis Problem in International Relations Reconsidered". In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve (Eds.). *International Relations Theory Today*. Pennsylvania: The Penn State University Press, 1995.
- CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Rev. bras. polít. int.* [online], Brasília, v. 45, n. 1, p. 5-35, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; CLODOALDO, Bueno. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CÔRTEZ, Octávio Henrique Dias Garcia. *A Política Externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia*. Brasília: FUNAG, 2010.

HIRATA, Daniel. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, 2015.

HOUTUM, Henk Van. The Geopolitics of Borders and Boundaries. *Geopolitics*, London, v. 10, n. 4, p. 672-679, 2005.

MACHADO, Artur Andrade da Silva. Percepção de Segurança no Brasil e a Fronteira com o Paraguai: Sincronias e Assincronias. *Boletim Mundorama*, 2010. Disponível em: <http://mundorama.net/2010/12/06/percepcao-de-seguranca-no-brasil-e-a-fronteira-com-o-paraguai-sincronias-e-assincronias-por-artur-andrade-da-silva-machado/>. Acesso em: 15 jun. 2016.

MORACZEWSKA, Anna. The changing interpretation of border functions in international relations. *Revista Română de Geografie Politică*, Oradea, v. 12, n. 2, p. 329-340, nov. 2010.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Amazônia: meio ambiente, fronteiras e segurança. In: MARTINS, Estevão; MOREIRA, Felipe (Orgs.). *As relações internacionais na fronteira norte do Brasil*. Boa Vista: Ed. UFRR, 2011. p. 61-84.

PAASI, A. *Territories, Boundaries and Consciousness: The Changing Geographies of the Finnish-Russian Border*. Chichester: John Wiley, 1996.

PARAGUAY. Lei nº 2.532/05, de 17 de febrero de 2005. Institui la ley de zona de seguridad fronteriza. *Servicio Nacional de Catastro*, 2005. Disponible en: <http://www.catastro.gov.py/archivos/leyes/leyes%20relacionadas%20al%20catastro/ley%202532-05%20seguridad%20fronteriza.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

PARAGUAY. Ministerio de Relaciones Exteriores. *Consulta de Tratados*. Disponível em: http://www.mre.gov.py/tratados/public_web/Tratados.aspx. Acesso em: 15 jun. 2016.

PARAGUAY. Presidencia de la República de Paraguay. *Plan Estratégico del Estado Paraguayo al Combate al Lavado de Activos, Financiamiento del Terrorismo y la Proliferación de Armas de Destrucción Masiva*. Asunción, 2013.

PARAGUAY. Secretaria Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social (STP). *Plan Marco Nacional de Desarrollo y Ordenamiento Territorial del Paraguay*. Asunción, 2011.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Una reconceptualización de las “nuevas amenazas”: de la subjetividad de la percepción a la seguridad cooperativa. In: LÓPEZ, L.; SAIN, M. (Orgs.). “Nuevas amenazas”. Dimensiones y perspectivas. Dilemas y desafíos para la Argentina y el Brasil. Quilmes: UNQ, 2004.

SCHERMA, Márcio Augusto. *As políticas brasileiras para a faixa de fronteira: um olhar a partir das relações internacionais*. 2015. 245 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SALLUM JR., Brasílio. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 259-288, 2011.

TICKNER, Arlene B; BLANEY, David L. Introduction: thinking difference. In: TICKNER, A. B.; BLANEY, D. L. (Eds.). *Thinking International Relations Differently*. London: Routledge, 2012.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul./dez. 2007.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política Externa no Período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. *História das Relações Internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013.

A QUESTÃO DO GÁS E SUA REPERCUSSÃO NA RELAÇÃO BRASIL-BOLÍVIA: UMA ANÁLISE SOB A LUZ DA TEORIA DA “INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA”

The Gas Issue and Its Repercussion in the Brazil-Bolivia Relationship: An Analysis under the Light of the Theory of “Complex Interdependence”

La Cuestión del Gas y su Repercusión en la Relación Brasil-Bolivia: Un Análisis a la Luz de la Teoría de la “Interdependencia Compleja”

Adriana dos Santos Corrêa*
Bruna Letícia Pereira**

Resumo: O comércio de gás boliviano para o Brasil teve início na década de 1990 com o advento do GASBOL, e um dos tratados em vigor tem como prazo final dezembro de 2019. Mudanças importantes sobre o mercado nacional de gás são sinalizadas pelo o atual governo brasileiro. O objetivo deste trabalho é compreender a lógica de cooperação e interdependência historicamente estabelecida entre Brasil-Bolívia na questão do gás, e apresentar as perspectivas futuras desta relação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório a qual contou com as contribuições de Keohane e Nye sobre a “interdependência complexa” nas relações internacionais.

Palavras-chave: GASBOL; Brasil; Bolívia; Teoria da Interdependência Complexa; Relações internacionais.

Abstract: The Bolivian gas trade to Brazil began in the 1990s, with the advent of GASBOL and one of the treaties has as deadline December 2019. Significant changes in the national gas market are signaled by the current Brazilian government. The aim of this paper is to understand the logic of cooperation and interdependence historically

Introdução

Brasil e Bolívia possuem relações comerciais importantes. O gás boliviano é o principal produto na pauta de itens comercializados entre os dois países. Em 1996 foi criado o gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), que leva o gás de Santa Cruz de La Sierra à Canoas no Rio Grande do Sul e abastece os parques industriais do Sudeste e do Sul do Brasil além de alguns setores de produção de energia do país.

Atualmente encontram-se vigentes quatro contratos de transporte e fornecimento de gás entre a empresa boliviana YPFB (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*) e a Petrobras (Petróleo Brasileiro S/A): o primeiro é o *Transportation*

* Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Fronteiras e Direitos Humanos da Faculdade de Direito e Relações Internacionais- Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: adrianasantoscorrea03@gmail.com.

** Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Fronteiras e Direitos Humanos da Faculdade de Direito e Relações Internacionais- Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: brunaleticia@hotmail.com.

established between Brazil-Bolivia in the gas issue, and to present the future perspectives of this relationship. This is a qualitative, exploratory research, which counted on the contributions of Keohane and Nye on the “complex interdependence” in international relations.

Keywords: GASBOL; Brazil; Bolivia; Theory of Complex Interdependence.

Resumen: El comercio de gas boliviano a Brasil inició en la década de 1990, con el advenimiento de Gasbol, uno de los tratados vigentes tiene como fecha límite diciembre de 2019. Cambios importantes en el mercado nacional de gas son señalados por el actual gobierno. El objetivo de este trabajo es entender la lógica de la cooperación e interdependencia históricamente establecida entre Brasil y Bolivia en este tema, y presentar las perspectivas futuras de esta relación. Se trata de una investigación cualitativa, que contó con las contribuciones de Keohane y Nye sobre la “interdependencia compleja” en las relaciones internacionales.

Palabras clave: GASBOL; Brasil; Bolivia; Teoría de la Interdependencia Compleja.

Capacity Quantity (TCQ), um contrato firme de transporte de gás natural do tipo *take-or-pay* (nesse tipo de contrato, a empresa ou tira o produto do fornecedor ou paga uma penalidade ao fornecedor); o *Transportation Capacity Option (TCO)* tem o objetivo de aumentar a capacidade de transporte de gás acima das quantidades contratuais mediante a compra antecipada; o *Transportation Capacity Extra (TCX)* foi firmado para se ter capacidade acima dos volumes dos contratos TCQ e TCO; e o Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade (CPAC 2007) que trata sobre a capacidade adicional contratada no volume de trechos específicos no lado brasileiro (MORAES, 2019).

Os acordos sobre o gás, estabelecidos entre Brasil e Bolívia são considerados instrumentos importantes na cooperação econômica e diplomática entre os dois Estados, embora tenham ocorrido divergências entre os países neste contexto de cooperação, ambos permaneceram no acordo até o presente momento. Mas o contrato TCQ, o qual trata especificamente sobre o fornecimento e compra de gás, tem como prazo final a data de 31 de dezembro de 2019.

Novas perspectivas têm sido consideradas para as negociações que ocorrerão em 2019, especialmente com os novos interesses do atual governo brasileiro, sobre o mercado energético. Neste sentido, a primeira seção deste artigo apresenta o histórico de negocia-

ções entre Brasil e Bolívia, desde as primeiras iniciativas para firmar um acordo bilateral de fornecimento de gás natural.

Para que este acordo fosse possível foram necessários esforços de ambos os governos, bem como de empresas estatais e privadas para viabilizar economicamente e administrar todo o processo de construção do GASBOL. Por esse motivo, o artigo aborda brevemente sobre a criação da Petrobras e sobre a sua forte atuação em território boliviano.

A terceira seção conta com a apresentação dos principais conceitos da Teoria da Interdependência Complexa (vulnerabilidade e sensibilidade), proposta em 1970 pelos teóricos Robert O. Keohane e Joseph S. Nye na obra *“Power and Interdependence”*. Ambos os autores são considerados institucionalistas liberais, por escreverem sobre a importância das instituições como as Organizações Internacionais e regimes de cooperação e integração regional, para o desenvolvimento das relações entre os atores do sistema internacional, principalmente no que diz respeito às questões econômicas.

A quarta seção analisa a questão do gás entre Brasil e Bolívia sob a ótica da Teoria da Interdependência Complexa, e faz reflexões sobre um hipotético encerramento de contrato no atual contexto. Esta análise leva em consideração as características de interdependência presentes no acordo bilateral para a criação do GASBOL em si e também na relação dos dois Estados com o panorama internacional do gás natural. São apresentadas ainda algumas perspectivas sobre a relação Brasil-Bolívia para os próximos anos e o cronograma de chamada pública do governo brasileiro sobre as negociações que serão conduzidas em 2019. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, pautada em análise bibliográfica e documental sobre o tema.

O histórico das negociações de hidrocarbonetos entre Brasil e Bolívia

A Bolívia possui a segunda maior reserva de gás natural da América Latina, atrás apenas da Venezuela, e carrega um histórico de nacionalizações e expropriações de empresas estrangeiras que participam desta cadeia produtiva. Para isso desenvolveu várias leis de hidrocarbonetos que foram sempre muito criticadas pela comunidade internacional. O conteúdo destas leis variou de acordo com as contingências políticas de cada período, mas em geral em todas elas, o governo boliviano manteve a posse das jazidas de petróleo e gás, e permitiu a participação de empresas privadas na prospecção, exploração e comercialização do gás e petróleo por não possuir recursos e tecnologia suficiente para o processo (ALBUQUEQUE, 2006).

A configuração dos últimos anos da oferta e demanda por gás natural no Brasil mostra um mercado altamente dependente das importações. No início da década de 1990, o Brasil tinha duas opções para importar gás natural, a Argentina e a Bolívia. A Argentina possuía maiores reservas, porém seu consumo doméstico era muito intenso, e as reservas vinham diminuindo. O Brasil então preferiu a Bolívia. Não somente pelo discurso de possuir relações comerciais com a mesma desde 1867, quando foi definida a fronteira entre os dois países ou com a assinatura do Tratado de Petrópolis, negociado pelo Barão do Rio Branco, que garantiu ao Brasil o Estado do Acre. A oferta de gás boliviano era interessante, porque mesmo a Bolívia tendo reservas provadas menores que as brasileiras, a mesma possuía um consumo modesto e poucos investimentos no setor, o que mantinha tais reservas estagnadas.

Em 1938, o Brasil assinou o Tratado sobre Vinculação Ferroviária com a Bolívia, e o seu complemento o Tratado sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano. Esse acordo bilateral teve como foco a exploração conjunta do petróleo da Bolívia e o acesso desta aos portos brasileiros por uma linha ferroviária, concluída em 1955. Em 1958, foi assinada a Ata de Roboré, composta de 29 notas reversais elaboradas sob a justificativa de atualização do compromisso de 1938, neste contexto, o Brasil se comprometeu novamente a aumentar os investimentos no setor de hidrocarbonetos na Bolívia. Estes compromissos previam também a criação de uma agência estatal brasileira para tratar sobre o petróleo boliviano. Foi criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que administrava as fases da exploração petrolífera brasileira até a criação em 1953 da Petrobras (MEIRA, 2009).

A Petrobras

A empresa “Petróleo Brasileiro S.A” (Petrobras S.A) foi fundada por Getúlio Vargas no dia 3 de outubro de 1953, quando o presidente sancionou a Lei nº 2.004. O seu principal objetivo era de conquistar a autossuficiência do Brasil na exploração do petróleo. Atualmente a Petrobras é uma estatal de economia mista que tem o Governo Brasileiro como acionista majoritário, opera em mais de 25 países, com negócios no segmento de energia, nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados (LAMARAO; MOREIRA, 2017).

A Petrobras Bolívia foi criada em 1995 e entrou em funcionamento em 1996 através da promulgação da Lei nº 1.689, Lei dos Hidrocarbonetos (1996), em que o Estado boliviano oferecia às empresas estrangeiras um contrato de risco compartilhado, a qual dava direito de exploração e desenvolvimento das jazidas

petrolíferas e gasíferas por até 40 anos. A empresa se tornou a maior do setor na Bolívia. Segundo Albuquerque (2006), “de 1995 a 2006 a Petrobras investiu U\$1,5 bilhão em modernização de refinarias, plantas de tratamento de gás, postos de combustíveis e gasodutos. Esse montante equivalia a cerca de 20% de todo o investimento estrangeiro, 78% das receitas bolivianas com gás natural, 42% do PIB industrial e 22% do PIB total da Bolívia no período”.

Um 1996 foi assinado o “*Acuerdo de Llava em Mano*”, entre a estatal YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) e a Petrobras, este tratado definia a responsabilidade da empresa brasileira em arcar com praticamente todos os custos de criação e implementação do gasoduto que transportaria o gás da Bolívia para o Brasil. Como uma estratégia de viabilização da construção do gasoduto, foi estabelecida uma política de preço favorável, e como resultado houve do lado brasileiro um aumento da utilização do gás pelas indústrias na produção de energia e aumentou também a distribuição de gás para as residências (ALBUQUERQUE, 2006).

Em 1999 foi firmado o “Contrato TCQ Brasil” (*Transportation Capacity Quantity*) entre as empresas Gás Transboliviano (GTB) do lado boliviano e Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S. A (TBG) do lado brasileiro, neste mesmo ano o GASBOL (Gasoduto Brasil-Bolívia) entrou em funcionamento. A TBG é regulada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Considerada uma obra de infraestrutura de destaque na América Latina, o GASBOL tem sua origem em Santa Cruz de La Sierra, percorre 557 km na Bolívia e entra em território brasileiro por Corumbá, no Mato Grosso do Sul, passa, em 2.593 km, por 136 municípios em cinco estados: Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ANP, 2018).

A demanda por gás natural no Brasil só aumentou desde então, a importação via gasoduto correspondeu em 2004 a cerca de 50% da oferta total de gás, mas ao longo dos anos acabou perdendo espaço para o GNL nacional e em 2014 correspondeu a 30% da oferta. Segundo Albuquerque (2006), a partir de 2013, o GASBOL atingiu a sua capacidade máxima de transporte de 30 milhões m³/dia de gás natural, seguindo as disposições do acordado bilateral. O Brasil não possui infraestrutura para armazenamento de gás, e tem a importação enquanto maior meio para atender a demanda de gás natural. Porém o contrato de fornecimento com a Bolívia tem como data para vencimento o ano de 2019, o que gera uma série de incertezas sobre o futuro da oferta de gás no país, mesmo com a descoberta das jazidas de Campos e Santos no litoral.

O Decreto “Héroes Del Chaco”

No dia 1º de maio (Dia do Trabalho) de 2006, o então presidente da Bolívia Evo Morales decretou a nacionalização do setor de hidrocarbonetos. Este decreto foi batizado de “*Héroes Del Chaco*” em homenagem aos mortos na guerra contra o Paraguai (1931-1935). Na ocasião duas refinarias da Petrobras, uma em Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra e outras empresas estrangeiras foram cercadas por tropas militares bolivianas. O decreto de nacionalização foi embasado em artigos constitucionais que declaram os hidrocarbonetos um patrimônio inalienável do Estado e que todas as empresas em território boliviano devem se submeter à soberania e às leis da República. E a partir da publicação do decreto, as empresas estrangeiras de petróleo e gás que atuavam na Bolívia estavam obrigadas a entregar a propriedade de sua produção à YPFB, a nova responsável pelo preço, quantidade e condições destes mercados (CEPIK; CARRA, 2006; FONSECA, 2008; BOLÍVIA, 2006).

A tomada decisão de Evo Morales teve como influência uma série de grupos de interesses a nível doméstico, como, acadêmicos e diplomatas, que cobravam uma postura mais rígida do governo boliviano acerca da liberalização do mercado de hidrocarbonetos. A atitude simbólica também foi considerada por muitos analistas enquanto uma estratégia de recuperação de sua popularidade que vinha decaindo desde sua chegada á presidência. No cenário internacional, o mercado de hidrocarbonetos encontrava-se aquecido por conta dos conflitos no Oriente Médio e Nigéria e pelo aumento considerável do consumo de gás pelos chineses, e também pelo aumento da demanda a nível regional (CEPIK; CARRA, 2006).

A atitude do governo boliviano não teve uma repercussão positiva internacionalmente, em especial para o Brasil. A ANP divulgou uma nota técnica considerando a medida como fora dos procedimentos legais de nacionalização. Porém a reação do Poder Executivo brasileiro foi considerada branda, o então presidente Lula usou um discurso de tolerância sobre o ocorrido e foi duramente criticado pela oposição. Segundo Ricardo Fonseca “depois de um processo de negociação conturbado, o tom das declarações entre os dois Estados foram se acalmando, à medida que ambos foram percebendo as perdas associadas a uma possível interrupção do negócio entre as partes” (FONSECA, 2008).

Para o lado boliviano, uma interrupção nas negociações do gás com o Brasil representaria a perda de 25% de sua receita tributária, além de uma grande parte do seu PIB industrial no período, desperdício de sua produção por falta de tecnologia de armazenamento e paralisia das atividades no setor, isso teria como efeito um colapso na economia boliviana. Do lado brasileiro, muitas indústrias

seriam afetadas diretamente, um enorme desabastecimento nas regiões sul/sudeste e geraria uma enorme insegurança energética em todo o país. Com o intuito de reduzir as perdas associadas às ações tomadas, diversos acordos foram firmados entre o governo boliviano e as empresas atingidas para a ampliação da capacidade produtiva. Porém após esse período um clima de insegurança energética se instaurou e prejuízos foram constatados por conta das mudanças contratuais. Uma alternativa adotada pelo Estado brasileiro foi à diversificação na importação de gás mesmo que em pequena escala, e este fator atrelado à exploração de jazidas nacionais pode afetar o poder de barganha da Bolívia na renegociação do contrato de fornecimento que está previsto para vencer em dezembro de 2019 (FONSECA, 2008).

Teoria da Interdependência Complexa

A Teoria da Interdependência Complexa é proposta em 1970 pelo teórico Robert O. Keohane e Joseph S. Nye na obra *“Power and Interdependence”*. A conjuntura internacional desse período contava com os desdobramentos da Guerra Fria, marcada por conflitos indiretos entre EUA (Estados Unidos) e URSS (União Soviética) como a Guerra do Vietnã. Havia se instaurado a nível global a crise do petróleo que teve seu ápice em 1973, e o período contou ainda com o colapso no Sistema de *Bretton Woods*, este último refletiu fundamentalmente na nova era da política econômica global que estava por vir. É neste contexto que segundo os autores se observa a ascensão de uma nova sociedade global, sem uma estrutura dominante de cooperação ou conflito, uma verdadeira anarquia de Estados, grupos subnacionais e transnacionais (KAOHANE; NYE, 1987).

A obra *“Power and Intedependence”* faz parte de um processo de contestação ao qual a teoria realista das relações internacionais passou entre as décadas de 1960 e 1970. A abordagem realista enfatiza, segundo as análises trazidas por Keohane e Nye, os pressupostos de que os Estados são unidades coesas e as mais relevantes da política internacional, que a agenda política internacional é organizada em uma hierarquia rígida, guiada por questões de segurança e que o uso da força é sempre um instrumento de política disponível e efetivo. Assim, a possibilidade de guerra entre os Estados soberanos é constante e a balança de poder seria a principal responsável pela estabilidade do sistema internacional. Segundo tais pressupostos os autores, considerados transnacionalistas, defendem que após 1960 a teoria realista se demonstrou insuficiente para explicar o desenvolvimento de novos atores, que não estão no centro das questões militares ou de segurança, como a interdependência econômica e a social (KAOHANE; NYE, 1987).

No mundo político globalizado, atores estatais e não estatais são dependentes mutuamente, em termos gerais, segundo Keohane e Nye “dependência significa o estado de ser determinado ou significativamente afetado por forças externas. Interdependência significa a dependência mútua. Interdependência na política mundial refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre diferentes atores internacionais” (KEOHANE; NYE, 1977, p. 8 apud RANA, 2015, tradução nossa). A teoria não afirma que a arena internacional seja um ambiente de cooperação apenas, mas que as assimetrias da interdependência são consideradas fontes de poder entre os atores, e que para obter resultados desejados é necessária a manipulação desses fatores. Essas assimetrias na relação de dependência mútua aumenta a complexidade do sistema global.

Segundo Fernandes (2004, apud RODRIGUES, 2014), na interdependência, os Estados que partilham de interesses e valores comuns tendem a cooperar entre si, e passam a estar interligados por um conjunto de regras e instituições comuns responsáveis por orientar tais relações. As Organizações Internacionais agem nesse contexto enquanto instrumento eficaz de negociação e barganha entre os Estados, e enquanto suporte por diminuir os custos de negociações, algo considerado positivo para países pouco desenvolvidos, pois acabam sendo inseridos na arena de cooperação. Geralmente nesse jogo de cooperação, todos ganham mesmo que em proporções diferentes, isso contribui para a permanência da relação de dependência entre os envolvidos (RODRIGUES, 2014).

De acordo com a Teoria da Interdependência Complexa, há duas dimensões em que o poder se manifesta, são elas a vulnerabilidade e a sensibilidade. Nesses aspectos a manifestação do poder está relacionada à maneira com que os recursos são utilizados frente a outro ator e a capacidade de resposta política frente a uma ação contrária. A vulnerabilidade retrata esta possibilidade de determinado país em influenciar no resultado das ações de outro país a curto e médio prazo. É identificada também na capacidade de um ator enfrentar as mudanças do cenário internacional, bem como os custos provenientes destas mudanças. Nesse sentido, se o ator for menos vulnerável, possuirá maior poder de barganha e possibilidade de estratégia nas relações internacionais. A sensibilidade significa o potencial de resposta política de um país frente a uma ação que possa afetar de modo significativo à política interior do mesmo (ALVES, 2003, p. 356 apud RODRIGUES, 2004).

Uma das principais características da Interdependência Complexa são os múltiplos canais de contatos que interligam as sociedades, dentre estes estão os contatos interestatais, transgovernamentais e as transações transnacionais. Nessa complexidade e relações temos as ações de empresas multinacionais e instituições

financeiras enquanto grandes geradores de impacto no âmbito doméstico dos Estados, influenciando nas políticas governamentais dos países mais sensíveis (KEOHANE; NYE, 1977, p. 26 apud RANA, 2015).

Outra importante característica é a ausência de uma hierarquia entre as agendas domésticas e política externa dos Estados. Há uma diversificação nas temáticas das relações entre os atores, e diferentemente do que propunha a teoria realista, a segurança militar não é a agenda dominante. Temáticas voltadas para questões econômicas e de meio ambiente estão cada vez mais em destaque nos espaços domésticos e internacionais de tomadas de decisão.

A última grande característica da Interdependência Complexa é o menor papel das forças militares, quando o cenário de interdependência prevalece, a força militar pode ser irrelevante na resolução de desentendimentos sobre questões econômicas entre membros de alguma aliança ou regime internacional, no entanto, seu papel como ferramenta de barganha ainda é importante e pode variar de acordo com a agenda (RANA, 2015).

A questão do gás entre Brasil-Bolívia na Interdependência Complexa

Ao iniciarem as negociações à cerca dos hidrocarbonetos bolivianos, tanto o governo do Brasil quanto o da Bolívia foram capazes de identificar objetivos comuns e possíveis ganhos ao estabelecerem um acordo sobre o fornecimento e a compra de gás natural. Para que se estabeleça uma relação de cooperação e interdependência os benefícios necessariamente precisam existir, para que se justifique a relação. O Brasil e a Bolívia intentavam a estabilidade econômica e melhorias das condições para governar. Além disso, segundo Lisboa (2011) esta parceria beneficiaria a Bolívia, pois geraria divisas com a exploração de recursos naturais que o país andino por si só não teria condições econômicas e tecnológicas de executar. Para o Brasil, a proposta representava a possibilidade de abastecer com recursos energéticos um parque industrial com potencial de crescimento a partir da abertura nacional para o mercado externo, além de suprir a demanda crescente de gás natural em outros setores internos.

No período em que se deram os primeiros passos da negociação do GASBOL (entre 1993 e 1999), ambos os países construíram uma relação baseada na cooperação em detrimento do uso da força. Isso prevaleceu mesmo em momentos de divergências políticas como na iniciativa de privatização da Petrobras pelo lado boliviano com o *Decreto Heroes Del Chaco* em 2006. Esta é uma característica do cenário globalizado descrito por Keohane e Nye, que destaca a irrelevância da força militar para a resolução de questões econômicas, pois se reconhece os custos

altamente onerosos que seu uso poderia trazer para os Estados envolvidos em alguma aliança ou regime internacional (KEOHANE; NYE, 1987).

Para a construção do gasoduto, novos atores passaram a atuar como canais de comunicação como as empresas estatais e privadas e as instituições financeiras regionais e extrarregionais. No caso das empresas, pode-se destacar a atuação das estatais YPFB e a Petrobras, houve também a participação de empresas multinacionais como a Shell e a Enron. Neste contexto, temos as empresas estatais enquanto canais de contato entre os Estados e as empresas privadas e instituições financeiras enquanto responsáveis pela viabilização econômica da construção e funcionamento do GASBOL. Estes atores agem como correias de transmissão, fazendo com que as decisões governamentais de um país, mesmo internas, sejam sentidas no outro (NYE; KEOHANE, 1977, p. 26 apud LISBOA, 2011).

A obra de construção do GASBOL custou em torno de US\$ 2.154 bilhões, em um acordo que responsabilizou a Petrobrás por arcar com a maior parte dos custos de implementação do gasoduto (cerca de US\$1.719 bilhão), pelo fato de a maior parte do mesmo estar em território brasileiro, e pelo Brasil possuir recursos e tecnologia para tal. Outra situação está relacionada à mudança nas políticas fiscais internas, como imposições das agências financiadoras. Isso demonstra que o Brasil e a Bolívia cederam parte de sua autonomia na política interna para atender exigências externas, visando possibilitar a execução da obra. Para que a operação de comércio de gás através do gasoduto se tornasse rentável, foi necessário o compromisso de ambas as partes de dar continuidade na transação por um longo período, isso de certa forma também limitou a possibilidade de ambos os Estados em barganhar novas oportunidades de negócios com outros mercados de gás. Conforme visto anteriormente, a redução da autonomia é um dos custos inerentes à interdependência (LISBOA, 2011, p. 83; CEPIK; CARRA, 2006; FONSECA, 2008).

A posição de poder na Interdependência Complexa está relacionada aos custos e benefícios da relação de interdependência. Geralmente essa relação é assimétrica mesmo se tratando de ganhos absolutos. Isso ocorre porque os custos e os ganhos das transações também são assimétricos. Nesta situação, a sensibilidade significa o grau em que os atores são sensíveis às mudanças em uma determinada área de problema, ou ainda a capacidade de resposta política frente a mudanças trazidas por consequência de outros atores. Já a vulnerabilidade está relacionada com a responsabilidade de um ator em sofrer os custos impostos por eventos externos, em conseguir “escapar do sistema vigente” ou em mudar as regras do jogo. O menos vulnerável dos dois atores não é necessariamente o menos sensível, mas aquele que incorreria em custos mais baixos de alterar a situação (KEOHANE; NYE, 1987).

Acerca das definições de sensibilidade e vulnerabilidades propostas pela Teoria da Interdependência Complexa: embora haja uma forte atuação da Petrobras na Bolívia, o Brasil ainda ocupa uma posição de grande sensibilidade em relação a possíveis crises institucionais e políticas do lado boliviano, tendo em vista a sua alta dependência da importação deste recurso. Os esforços do Estado brasileiro em aumentar a produção nacional do GNL e diversificar a matriz energética, é uma medida alternativa para reduzir essa sensibilidade por ter um único grande fornecedor de gás natural. Mas os custos de substituição total do fornecimento de gás através do GASBOL por outras fontes ainda são inviáveis para o Brasil, fazendo-o permanecer na relação de interdependência com a Bolívia (KEOHANE; NYE, 1987; BRASIL, 2017b).

Em uma análise comparativa entre os dois Estados envolvidos nas negociações do GASBOL, é possível identificar que a Bolívia é o lado mais vulnerável desta corrente. O gás natural é o maior produto de exportação da Bolívia, em 2014 correspondia a 47% de todas as exportações do país, tendo como principais importadores o Brasil, responsável por importar 63% deste volume, e a Argentina com 37% das importações. Estes dados demonstram que a exportação de gás natural se tornou crucial para o desenvolvimento da economia boliviana, e que por esse motivo a Bolívia está exposta aos fatores conjunturais e estruturais que afetam o crescimento econômico do Brasil e da Argentina. Vale ressaltar que a posição de vulnerabilidade do Estado boliviano também está condicionada a possível queda global nos preços do petróleo e do gás natural, uma vez que os contratos de exportação e fornecimento estão atrelados ao preço do petróleo e/ou uma cesta de derivados (KEOHANE; NYE, 1987; BRASIL, 2017b).

Outra situação a se considerar nesta relação de interdependência é a dificuldade, bem como os altos custos de uma possível reação do Estado boliviano em caso de um rompimento no fornecimento de gás para o Brasil. Houve estímulos da Bolívia em fornecer gás natural para além da demanda regional, em futuras exportações para o México e EUA, porém, a concretização de projetos desse tipo pela Bolívia, se esbarra nas dificuldades econômicas e políticas e exigiria duas vezes mais recursos e países envolvidos que o acordo com o Brasil. Isso também é um fator ao qual mantém a Bolívia na relação de interdependência analisado (BRASIL, 2017b).

Estudos brasileiros sobre segurança do suprimento e estocagem subterrânea de gás buscam adequar o suprimento às variáveis de demanda dos consumidores, e na ausência de grandes variações climáticas teriam como objetivo principal garantir abastecimento de gás em casos de interrupções causadas por grandes fatores técnicos ou políticos do lado boliviano. Neste caso pode-se analisar a capacidade

do Estado brasileiro em lidar com uma possível interrupção do fornecimento de gás boliviano, fator que o torna o menos vulnerável na relação. De maneira geral, após as análises acerca do GASBOL, seguindo a corrente de pensamento proposta por Keohane e Nye, podemos considerar que em uma interdependência assimétrica os Estados “mais fracos” são mais vulneráveis às mudanças externas por causa do alto custo para que possa se ajustar às novas mudanças (KEOHANE; NYE, 1987; BRASIL, 2017b).

Relação Brasil-Bolívia: perspectivas para os próximos anos

A maior parte da produção brasileira de gás natural está associada a produção de petróleo. E nessa dinâmica o petróleo é foco principal dos investidores, esse fator torna a produção de gás natural um tanto inflexível, principalmente pelo fato de o Brasil ainda não possuir infraestrutura de armazenamento de gás no país. Com o desenvolvimento do mercado consumidor deste produto ao longo dos anos, o gás natural importado da Bolívia é totalmente consumido, e apresenta geralmente preços inferiores ao preço de mercado. Assim, a importação de gás ainda será nos próximos anos o principal meio de atendimento à demanda de gás natural no Brasil, e a aproximação do fim do contrato de fornecimento com a Bolívia, introduz incertezas quanto às novas condições dos futuros acordos (BRASIL, 2016; BRASIL, 2017a).

A Lei brasileira Nº 11.909/2009 determina que a contratação de capacidade firme de transporte de gás natural (um serviço de transporte com uma probabilidade de interrupção muito baixa) ocorra mediante processo de chamada pública. Tendo em vista a proximidade do vencimento do contrato em 31 de dezembro de 2019, a ANP solicitou à TBG que encaminhasse uma minuta de edital de Chamada Pública para a contratação da capacidade de transporte no Gasoduto Bolívia-Brasil, esta se refere atualmente a uma capacidade de 18,08 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural. Para o processo de contratação foi instituído em abril de 2019, a partir da Resolução Nº 4 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), um Comitê para a Promoção da Concorrência no Mercado de Gás Natural (BRASIL, 2019; ANP, 2019).

O objetivo do Comitê é de propor um “Novo Mercado de Gás”: Um conjunto de ações do governo e do setor privado para promover a abertura deste mercado, incentivando a concorrência entre os agentes e a privatização das empresas estaduais de gás canalizado, por meio das propostas conduzidas no Ministério da Economia; de ações para a simplificação tributária e da integração com políticas energéticas. É prevista ainda a criação de agências regulatórias autônomas para

a formulação das políticas públicas da regulação dos contratos de concessão e assegurar a prestação dos serviços (BRASIL, 2019).

Dentre os benefícios defendidos pelo Comitê com a abertura do mercado de gás, destacam-se a arrecadação de ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) pelos estados e de *Royalties* por todas as esferas: Federal, Estadual e Municipal; uma possível retomada de crescimento em alguns segmentos da indústria pela disponibilização de volumes de gás natural a preços competitivos, otimização dos fluxos e maior liquidez e diversidade de agentes e competição do mercado do gás (BRASIL, 2019).

Seguindo cronograma da chamada pública para contratação da capacidade de transporte do GASBOL (Tabela 1), em abril de 2019 foi realizada uma audiência pública, e a ANP recebeu 41 contribuições de mais de 10 empresas, mostrando grande interesse no gás importado e na possibilidade de abertura do mercado no Brasil. As negociações deverão levar em conta as necessidades do Brasil em garantir o maior volume possível de gás para as próximas décadas, a preços competitivos e principalmente a capacidade de fornecimento do Estado boliviano em longo prazo; uma vez que, em 2018, a Bolívia não entregou a totalidade do volume de gás natural solicitado pela Petrobras. Para renovar os contratos com os países importadores, a Bolívia deverá garantir reservas adicionais, intensificando seu esforço exploratório (MORAES, 2019).

Tabela 1 – Cronograma da chamada pública para contratação da capacidade de transporte GASBOL

ATIVIDADE	PRAZO
1. Finalização dos documentos referentes à Chamada Pública	Set-Nov/2018
2. Envio pela TBG da minuta de Edital de Chamada Pública para a ANP	09/11/2018
3. Consulta Pública (ANP) do edital de Chamada Pública e seis anexos	Mar/2019-Abr/2019
4. Audiência Pública (ANP) do edital de Chamada Pública e seis anexos	10/04/2019
5. Publicação do Edital de Chamada Pública pela TBG	30/07/2019
6. Promoção da Chamada Pública	
6.1 Inscrição Chamada Pública	Jul-Ago/2019
6.2 Recebimento de Manifestações de Interesse e Propostas Garantidas	Ago-Out/2019
6.3 Publicação do Resultado Final da Chamada Pública	13/12/2019

Fonte: ANP, 2019.

Sobre a relação de interdependência, um fator que pode dificultar as negociações, é a existência do contrato de fornecimento de gás natural entre Bolívia e Argentina que limita em certa medida o poder de barganha do Brasil por melhores preços. Em 2006, a Argentina e Bolívia fizeram um contrato em longo prazo, até 2026, com dificuldades enfrentadas pela Bolívia de honrar a entrega de gás, foi feita renegociação para a redução dos volumes entregues em determinado período, mas a previsão é de retomada do volume a partir de 2020 (BRASIL, 2017a; MORAES, 2019).

De maneira geral, as perspectivas do setor de gás ainda contam com a relação entre Brasil-Bolívia para o abastecimento de indústrias e geração de energia do lado brasileiro, mas são previstas mudanças importantes nos processos de negociações com a abertura do mercado do gás no Brasil.

Considerações finais

O presente artigo buscou compreender a lógica de cooperação a qual as negociações do GASBOL estão inseridas, e apresentar as perspectivas do acordo para os próximos anos. Para isso foi apresentado o histórico do acordo e identificadas as características de interdependência existentes na relação.

O histórico de negociações entre Brasil e Bolívia e a boa relação entre os Estados foram fatores que contribuíram para a viabilização do acordo de fornecimento e importação de gás natural, porém destaca-se a busca de ambos os Estados em atender seus interesses políticos e comerciais com esta aliança. Atender aos interesses nacionais implica na responsabilidade de se assumir custos relativos ao acordo, lidar de maneira estratégica com possíveis divergências também é um fator crucial para a continuação da cooperação, foi o que ocorreu no episódio de privatizações por parte da Bolívia em 2006.

As negociações do GASBOL contém uma série de fatores que as insere na lógica da Teoria da Interdependência Complexa. As principais características apresentadas neste artigo foram: a existência de benefícios mútuos e assimétricos decorrentes das negociações, aos quais se destacam a geração de divisas para a Bolívia e abastecimento energético para o Brasil; a existência de uma relação baseada na cooperação em detrimento do uso da força; a existência de múltiplos canais de contatos, como as estatais Petrobras e YPF e outras empresas privadas inseridas no processo; foi observada também a redução da autonomia dos Estados enquanto um custo da relação de interdependência.

As análises feitas acerca dos conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade descritos por Kaohane e Nye foram de extrema importância para a identificação dos impactos gerados na Bolívia e no Brasil em um possível fim de contrato no contexto atual. O Brasil é considerado o lado mais sensível da relação, por sua alta dependência da importação do gás natural para o abastecimento principalmente de suas indústrias, mas a sua capacidade econômica e tecnológica em diversificar a matriz energética faz com que não se torne tão vulnerável a uma possível interrupção de fornecimento de gás do lado boliviano. Mas ainda assim, o acordo ainda é considerado o meio mais viável atualmente para o Brasil abastecer a sua demanda interna. A Bolívia possui uma condição mais vulnerável no acordo, porque tem o gás natural enquanto elemento crucial da sua receita interna e o Brasil enquanto maior fornecedor, romper esta relação geraria uma enorme crise econômica no país. E por não possuir atualmente capacidade de diversificação de seu mercado de exportações, tende a permanecer na relação de interdependência.

As prospecções de instituições como a ANP e o Ministério de Minas e Energia acenam para uma continuação da relação de compra e fornecimento de gás natural entre Brasil e Bolívia. Estima-se que cada vez mais o Brasil diversifique sua matriz energética, invista na exploração do GNL nacional, e abra o mercado de gás no Brasil. O lado boliviano demonstra grande interesse na continuação do tratado de fornecimento e tem buscado aumentar o fornecimento de gás para a Argentina, enquanto medida alternativa a uma possível baixa da demanda de importação brasileira.

Referências

- ALBUQUERQUE, R. C. A Nacionalização do Gás e Petróleo na Bolívia à Luz do Direito Internacional. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 101, p. 479-513, jan./dez. 2006.
- ANP. *Boletim de Recursos e Reservas de Petróleo e Gás Natural 2017*. Rio de Janeiro: Superintendência de Desenvolvimento e Produção, mar. 2018.
- ANP. *Cronograma da chamada pública para o Gasbol sofre alteração*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/noticias/5222-cronograma-da-chamada-publica-para-o-gasbol-sofre-alteracao>.
- BRASIL. Comitê da Promoção da Concorrência no Mercado de Gás Natural do Brasil. *Propostas para o mercado brasileiro de gás natural*. Brasília, 2019. 115 p.
- BRASIL. Confederação Nacional da Indústria. *Gás natural liquefeito: cenários globais e oportunidades para a indústria brasileira*. Brasília: CNI, 2016.
- BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. Ministério de Minas e Energia. *Panorama da Indústria de Gás Natural na Bolívia*. Rio de Janeiro, 2017a.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Panorama da Indústria de Gás Natural na Bolívia*. Rio de Janeiro, 2017b.

CEPIK, M; CARRA, M. Nacionalização Boliviana e Desafios da América do Sul. Análise de Conjuntura. *Observatório Político Sul-Americano*, Rio de Janeiro, n. 4, abr. 2006.

BOLIVIA. *Decreto Supremo N° 28701*, del 1 de mayo del 2006. La Paz, 2006.

FONSECA, R. S. S. *O Acordo Brasil-Bolívia de Gás Natural: uma análise à luz da teoria dos custos de transação*. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

KAOHANE, O.; NYE, J. S. Power and Interdependence Revisited. *International Organization*, Cambridge, v. 41, n. 4, p. 725-753, 1987.

LAMARAO, S. T. de N.; MOREIRA, R. da L. *Petrobras 50 anos*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2017.

LISBOA, M. T. *Aspectos da Interdependência nas Relações do Brasil com a Bolívia na Questão Energética (1930-2008)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MEIRA, R. S. *Brasil, Bolívia, Hidrocarbonetos e o Processo de Integração Energética na América do Sul*. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MORAES, F. Brasil, Bolívia e Argentina: gás natural, mercados e acessos. In: FGV ENERGIA. *Boletim de Conjuntura do Setor Energético*. São Paulo: FGV, 2019. p. 32-39.

RANA, W. Theory of Complex Interdependence: A Comparative Analysis of Realist and Neoliberal Thoughts. *International Journal of Business and Social Science*, Radford, v. 6, n. 2, p. 290-297, fev. 2015.

RODRIGUES, N. Teoria da Interdependência: os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade nas Organizações Internacionais. *Conjuntura Global*, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 107-116, abr./jun. 2014.

TURISMO SEXUAL NAS ÁGUAS DO PANTANAL: O CASO DA MERCANTILIZAÇÃO SEXUAL EM CORUMBÁ – MS

Sexual Tourism in Pantanal Waters: The Case of Sexual Marketing in Corumbá/MS

Turismo Sexual en Aguas Pantanales: el Caso del Marketing Sexual en Corumbá/MS

Érica dos Santos Oliveira*
Éder Damião Goes Kukiel**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo identificar e compreender o arranjo espacial e social do Pantanal e sua relação com o turismo de pesca e sexual que ocorrem nas águas pantaneiras da cidade de Corumbá/MS. Como procedimento metodológico utilizou-se entrevistas online com garotas de programa que realizam tal atividade na cidade de Corumbá-MS e pesquisas bibliográficas relacionadas ao tema. O foco dessas mulheres são os atores de classe média alta. Lugares paradisíacos como o Pantanal criam cenário para prática do turismo sexual, onde turistas procuram a tranquilidade e o contato com a natureza para a prática do lazer e do prazer.

Palavras-chave: Fronteira, Turismo, Pantanal, Turismo Sexual, Corumbá/MS.

Abstract: This work aims to identify and understand the spatial and social arrangement of the Pantanal and its relationship with fishing and sexual tourism that occur in the Pantanal waters of Corumbá/MS. As methodological procedure we used online interviews with call girls who perform such activity in the city of Corumbá-MS and bibliographical research related to the theme. The focus of these women is on the upper middle-class

Introdução

Este trabalho em como objetivo abordar sobre a paisagem pantaneira e sua construção como atrativo turístico para a prática da mercantilização da natureza e de corpos, pautados no turismo da pesca e da prostituição.

Para dimensionarmos as amarras sociais e para relacionarmos os acontecimentos, precisamos primeiramente, entender os conceitos de turismo e abordar sobre o bioma pantaneiro e a exclusão social local, pois são elementos fundamentais para o entendimento do enredo descrito.

Metodologicamente foram utilizadas entrevistas online com mulheres que se utilizam da venda de seus corpos

* Graduada em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. Atualmente é acadêmica do programa de pós-graduação em Geografia, nível mestrado, da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail de contato: ericasantos566@gmail.com.

** Graduado em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. É Mestre em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. Atualmente é acadêmico do programa de pós-graduação em Geografia, nível doutorado, da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail de contato: kukielgeografia@gmail.com.

actors. Paradise places like the Pantanal create a scenario for the practice of sex tourism, where tourists seek tranquility and contact with nature for the practice of leisure and pleasure.

Keywords: Border, Tourism, Pantanal, Sex tourism, Corumbá/MS.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo identificar y comprender la disposición espacial y social del Pantanal y su relación con la pesca y el turismo sexual que ocurren en las aguas del Pantanal de Corumbá/MS. Como procedimiento metodológico, utilizamos entrevistas en línea con prostitutas que realizan dicha actividad en la ciudad de Corumbá-MS e investigación bibliográfica relacionada con el tema. El enfoque de estas mujeres está en los actores de la clase media alta. Lugares paradisíacos como el Pantanal crean un escenario para la práctica del turismo sexual, donde los turistas buscan tranquilidad y contacto con la naturaleza para la práctica del ocio y el placer.

Palabras clave: Frontera, Turismo, Pantanal, Turismo Sexual, Corumbá/MS.



para obtenção benefícios financeiros, além de pesquisa bibliográfica relacionada ao tema. A paisagem pantaneira torna-se palco de encontros entre turistas e garotas de programa, a área de estudo se encontra na cidade de Corumbá, conhecida como Capital do Pantanal, que devido a sua localização privilegiada em relação ao bioma Pantanal, atrai um grande quantitativo de turistas. Segundo Lomba (2004, p. 8) “O turismo não pode ser considerado isoladamente, pois é a consequência do modo de produção capitalista e do desenvolvimento tecnológico, que transformaram o estilo de vida e do pensamento das sociedades modernas”.

Assim, as áreas urbanas passaram a concentrar riqueza, surgindo uma nova classe de ricos, composta por banqueiros, financistas, comerciantes, que, nos momentos de não trabalho, fazem, das viagens, uma atividade recreativa que acaba contagiando indivíduos de outras classes, que, encontram nas ofertas tentadoras, um convite ao lazer turístico” (BARRETTO, 1995).

O turismo na cidade de Corumbá foi construído como ponte para o desenvolvimento local tendo o Pantanal como fator preponderante, tanto que qualquer evento na cidade, seja cultural ou esportivo, possui o nome Pantanal em sua nomenclatura, pois a partir dos anos 90, com a exibição da novela Pantanal exibida pela extinta Rede Manchete de Televisão, o bioma se tornou o grande pilar do turismo exploratório na

região e desde então, agrega renda e desenvolvimento econômico local. Yázigi (1999, p. 15), nos auxilia a concluir que “desde que informações fizeram circular pelo mundo através da comunicação que o turismo está se posicionando entre as primeiras rentabilidades econômicas, vem ocorrendo uma frenética disputa por sua exploração.

O turismo na cidade de Corumbá-MS

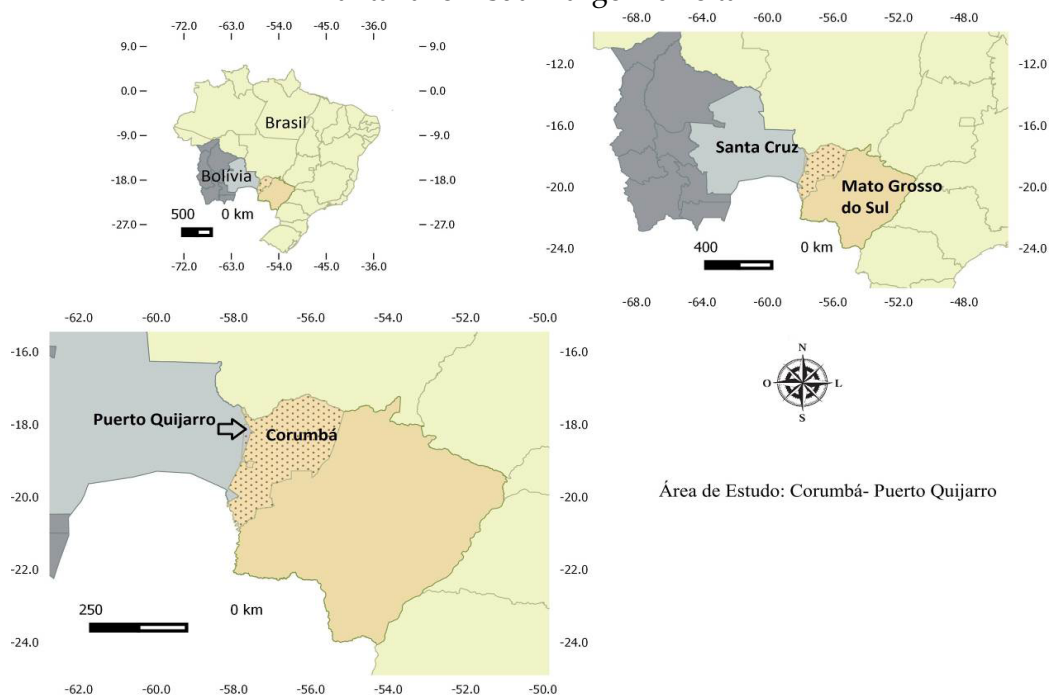
A partir de 1938, com o advento da “Marcha para o Oeste”, empreendida por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, “o Centro-Oeste do Brasil passou a ter uma ligação com as demais regiões do país, favorecendo o seu lento desenvolvimento por meio de incentivos para instalações industriais, sua urbanização e o seu povoamento”, como nos auxilia, Barros (2012). Logo, em 1960, surgiram projetos governamentais de expansão da agricultura e da pecuária devido ao favorecimento geográfico da Região, destacando-se o Estado do Mato Grosso, no qual se localizava grande parte do bioma Pantanal. De acordo com Costa (2015), por meio da “colonização, a anexação de parte do Oeste seria capitalista, já que a região não atraía investimentos de capital privado”. Assim, sua ocupação resultaria da ação estatal para o desenvolvimento de políticas migratórias e sua produção, dirigida ao mercado. Desta forma, “entendia-se que a região deveria ser introduzida ao capitalismo como uma região subordinada ao novo centro dinâmico da economia nacional” (COSTA, 2015).

Em 1977, ocorreu a divisão da extensão territorial do Estado do Mato Grosso em norte e Sul, formando dois estados distintos, o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul. Ocorreu também, a divisão do Pantanal, um bioma de rica biodiversidade localizado em sua totalidade nos territórios nacionais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e nos territórios internacionais da Bolívia e do Paraguai. Destacam-se nesse contexto, as relações de alteridade, relacionadas à paisagem pantaneira, assim como a interação econômica congruente desse espaço geográfico e seus recursos naturais, o que desperta o intento de compreender a construção desse ecossistema como atrativo turístico sem menosprezar o arranjo social e cultural a partir de seus moradores e de seus consumidores.

Corumbá-MS, é uma cidade situada à margem direita do rio Paraguai, (figura 01), região noroeste do Estado de Mato Grosso do Sul, que “por ter sido edificada sob um platô de calcário, tornou-se popularmente conhecida pela alcunha de Cidade Branca”, como destaca Pereira (2007). Fundada em 1778, segundo Barros (2012, p.63) possui “104.317 habitantes e localiza-se a 420 km da Capital, Campo Grande, numa área total de 64.960,863 km², o que representa 18,19% da área do

Estado de Mato Grosso do Sul, abrigando cerca de 65% do Pantanal”, uma planície inundável de vasta biodiversidade de fauna e flora e com suas tipografias de vegetação do cerrado, apesar da prática da pecuária de corte, que constitui-se em uma importante atividade econômica para a região, aliada às atividades turísticas. “É reconhecida como a maior planície de inundação contínua do Planeta Terra, diferenciando sua formação em relação aos demais biomas” (IBGE, 2010).

Figura 01 – Localização da Cidade de Corumbá- MS, Pantanal em sua margem direita



Fonte: Kukiél,E.D.G (2015)

Segundo Almeida (2003), “em 1988, o Bioma Pantanal foi definido como Patrimônio Nacional pela Constituição Brasileira, e no ano 2000, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), reconheceu o Pantanal como Reserva da Biosfera Mundial”. Ainda segundo o autor, no território brasileiro “a planície de inundação está localizada em sua maior parte, nos estados de Mato Grosso, com cerca de 35%, e no estado de Mato Grosso do Sul, com cerca de 65%, totalizando cerca de 11 milhões de hectares, o que representa algo em torno de 31% do território estadual e 2% do território nacional”.

O Pantanal possui em sua biodiversidade uma riqueza extrema em fauna e flora, sua totalidade de domínio morfoclimático, é configurado como um dos

menores do Brasil. Dorsa (2013), destaca que “ao se buscar uma definição sobre o que é Pantanal, pode-se relacionar no contexto, as influências vindas do Leste, uma miscelânea decorrente do cerrado e da caatinga, pois descem em seu entorno, cerca de 175 rios” entre seus afluentes e subafluentes que desembocam no Rio Paraguai.

O Pantanal configurou-se ao longo dos anos como um espaço natural e social de extensa gama como atrativo turístico e econômico, valorizando assim, sua dinâmica natural, cultural e social. Conforme BELLO (2014), “quando nos referimos ao Pantanal brasileiro, fazemos menção desse ecossistema como um todo, visando mostrar as tendências em relação à imagem vendida da região pelo e para o turismo”.

O turismo torna-se importante por ser uma atividade socioeconômica, assim, gera a economia em diversos setores sociais. (SILVA, 2007, p.2) nos auxilia ao destacar:

O turismo é um elemento importante para a vida social e econômica de um determinado local, por ser uma atividade socioeconômica que gera a produção de bens e serviços para o homem visando a satisfação de necessidades básicas e secundárias. Essa atividade reflete ainda os desejos dos turistas que pretendem conhecer e desfrutar novos lugares, culturas diferentes, além de descansar longe de suas residências e do trabalho. Mas a sua presença traz consequências como, o turismo sexual, as implicações de gênero, dentre outras. Uma dessas alterações é o envolvimento de um grande número de mulheres no comércio sexual.

O desejo em desfrutar as belezas naturais do Pantanal, conhecer novos patamares culturais, novas organizações espaciais baseadas no desejo em vivenciar novas experiências, longe do estresse urbano ocasionado na cidade grande, no trabalho e na residência, desperta o interesse também em atividades sexuais conjuntas ao lazer, estimulando a prática do turismo sexual, oportunizando mulheres em dificuldades empregatícias e logo, financeira, a agregar em sua renda, um ganho a mais. A atividade envolve um ciclo de mulheres para o comércio sexual. Prática crescente e visível em diversos focos sociais. Tais fatores desencadeiam ainda, uma escala de agenciamentos até que se chegue ao interessado, o turista. Corroborando com Lomba (2004, p. 12), “dentre as possibilidades de consumo de lazer, logo de prazer, o turismo tem proporcionado o consumo sexual, numa relação desigual entre dominadores e dominados, incluindo-se no campo da exploração sexual, identificado por turismo sexual”, que, segundo Swarbrooke (2000, p. 119):

[...] significa homens comprando sexo de prostitutas; entretanto, o moderno turismo sexual é um assunto mais complexo que isso, essas formas de turismo têm desvantagens em relação ao turismo sustentável, variando desde o risco de doenças sexualmente transmissíveis até a opressão e exploração [...] é meramente uma nova forma de explo-

ração ao estilo colonial. Os turistas viajam ao exterior para explorar o desespero dos pobres em outros países (ou estados do próprio país, mais vulneráveis economicamente).

Turismo sexual em Corumbá-MS

O segmento da prática sexual mercantilizada, está diretamente associada a problemas sociais e ao baixo poder econômico de mulheres, por vezes, despidas de estudos, emprego cujo ganho seja adequado e ao difícil acesso as oportunidades profissionais. Esse arranjo socialmente exclusivo, ocasiona um sistema turístico do e para o sexo, por vezes sem a devida organização e planejamento, já que a atividade exploratória da venda do corpo, é ilegal.

Mesmo com o devido conhecimento de que estão sendo exploradas por agenciadores, mulheres veem na atividade, a oportunidade de levar sustento para seu lar e romantizam tais ações, na expectativa de serem retiradas dessa vida de instabilidade financeira e sentimental. Pois não raro, turistas se apaixonam por garotas de programa e as assumem em outro estado, onde sua condição não é conhecida entre os familiares.

Essa prática de turismo assenta-se na desigualdade entre homens e mulheres, de classe e de raça; é uma expressão dessa desigualdade e sua prática somente exclui, ainda mais, as mulheres da cidadania, ainda que as aproxime e as inclua em um certo padrão de consumo, que, de outra forma, não teriam. É uma prática que tem produzido um impacto nefasto nas comunidades onde se constroem complexos turísticos, produzindo ali, entre jovens, o desejo por objetos que ganharão de presente, alimentando falsos sonhos de mudança de vida ou de facilidade para se obter coisas. De igual maneira, alimenta, nas demais pessoas de seus círculos de amizade e família, (LEITE, 2003, p. 68).

No caso da Cidade de Corumbá - MS, a faixa de fronteira intensifica a atividade turística e sexual, pois agregado ao desejo em desfrutar a exuberância da fauna e flora pantaneira, alia-se a vontade de conhecer o território boliviano, sua organização espacial, acessar produtos importados e conhecer outra cultura, para muitos, atravessar o limite de fronteira, soa como exótico, desperta o interesse e a curiosidade. Há ainda, o agravante do tráfico internacional de mulheres, crianças e adolescentes destinados ao cunho sexual, já que a fronteira é porosa e fluída (figura 02), a problemática é recorrente tanto do lado brasileiro, quanto do lado boliviano.

Figura 02 – Ponte sobre Arroio Conceição, fronteira Brasil-Bolívia

Fonte: Trabalho de campo 2019.

O (des)envolvimento do turismo sexual se relaciona a baixa escolaridade, ao desemprego e principalmente a exclusão social, o que reforça a introdução dessas mulheres no segmento sexual mercantilizado, que devido à pouca instrução, ocasiona a exploração em demasia por agenciadores, aliados a falta de estrutura e de planejamento do setor.

O turismo sexual, por ser uma prática ilegal, possui redes ocultas e esquemas não disseminados abertamente, nem amplamente, as atividades e negociações, ocorrem de forma discreta, sendo um segmento turístico obscuro. Guimarães e Melazzo (2010, p. 201), nos apresenta a realidade da falta da estrutura educacional para as mulheres, o que as torna excluídas socialmente. “Embora a exclusão seja determinada por vários fatores, o baixo nível de escolaridade pode ser considerado um item muito importante para revelar situações de pobreza, uma vez que a educação é um canal de ascensão e mobilidade social”.

Na cidade de Corumbá, o pacote turístico mais procurado está relacionado ao turismo de pesca, em barcos-hotéis que possuem capacidade para acomodar mais de 50 pessoas. São pacotes voltados aos turistas oriundos de outras regiões, tendo como principais consumidores, os turistas da Região Sudeste, principalmente os paulistas, e também da Região Sul, com destaque para os catarinenses. Geralmente turistas de meia idade, casados, com a vida financeira estabilizada, que veem o Pantanal e a pesca, como uma rota de fuga para os problemas estressantes e corriqueiros das cidades grandes.

O turismo se implanta no município de Corumbá, recebendo turistas à procura de peixes nas águas do rio Paraguai, pois o recurso pesqueiro nas regiões em que viviam, pela ação depredatória empreendida sobre seus estoques, encontravam-se escassos. Como novo modo de produção capitalista da modernidade, o turismo apresenta impactos significativos sobre os ambientes naturais e a sociedade local, através de suas iniciativas, empreendimentos e das ações predatórias e permissivas praticadas por grande número de turistas que ainda não assimilaram suficientemente sua responsabilidade socioambiental. (LOMBA, 2004, p. 17)

A modalidade de pacotes turísticos voltados a prática da pesca no Pantanal (figura 03), proporciona ao indivíduo de classe média alta, a oportunidade em desfrutar as paisagens pantaneiras em barcos hotéis luxuosos por sete dias, longe de olhares curiosos e indiscretos, facilitando o convívio com mulheres e a prática diversificada da atividade sexual. Por vezes, os pares são trocados em meio as configurações iniciais da estadia no barco. “O turismo nacional e internacional informalmente exerce influência na organização da prostituição feminina. [...] essa atividade é um elemento da produção do espaço, concretizada pelos clientes/prostitutas e outros que são os agentes modeladores desse espaço”. (CORIOLANO, 1998, p. 146).

Figura 03 – Vista do Porto Geral da Cidade de Corumbá-MS



Fonte: Corumbaincrível.com

Esse contexto possibilita de forma segura e discreta a concepção de alugueis de corpos femininos para a atividade sexual, casual, sem o envolvimento de sentimentos, mas de prazer. Ocorre então, não somente a venda da natureza

para o turismo, como o envolvimento da mercantilização sexual em cadeia produtiva, pois envolve profissionais dos setores secundário e terciário como os agenciadores, wiskerias, boates, bares, restaurantes, hotéis, agentes turísticos, pilotos, cozinheiros, faxineiros, pescadores profissionais, isqueiros, empresários de produtos e aparatos de pesca, supermercados, postos de combustíveis e prestadores de serviços diversos... Esse envolvimento mercantilizado forma uma rede de relações socioeconômicas de grande proporção e importância para o desenvolvimento local e a prostituição voltada a esse setor. Coriolano (2001) destaca que, para que haja desenvolvimento tanto para a comunidade como para o setor turístico, é necessário que sejam adotadas políticas que proporcionem trabalho para todos.

(...) a exploração de meninos, meninas e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade por ação direta ou omissão de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagem, além da tradicional cafetagem. (OLIVEIRA, 2006, p. 02)

No Brasil é comum associar as imagens de país paradisíaco, a beleza da mulher brasileira, ilustrada em imagens e vídeos de propagandas nacionais e internacionais, difundidos pela internet ou rede televisiva. Belas mulheres expondo seus corpos perfeitos em biquínis minúsculos despertam o interesse dos turistas em conhecer as maravilhas do Brasil e de suas regiões com biomas exuberantes, como é o caso do Pantanal. A imagem da mulher se associa a pouca vestimenta típica de países tropicais, devido à grande incidência de raios solares advindos da zona intertropical, onde se localiza a maior parte do território brasileiro. A imagem da mulher passa a ser objeto de desejo ou simbologia, na construção da imagem do Brasil para o setor turístico. Para Coriolano (1998), a atividade do turismo, exerce através de sua clientela, influência na configuração e organização espacial da prostituição feminina.

Quem possui poder aquisitivo, procura não só conhecer os biomas brasileiros e suas exuberâncias, mas também suas belas mulheres, numa tentativa de experimentar novas realidades, novos espaços e novos corpos. Esses fatores geram na economia local efeitos diretos e indiretos, pois não podemos especificar o turismo de lazer somente, mas relacionar a prática, ao favorecimento mercantilista da natureza, pois o turismo está subjetivamente incluído ao mundo moderno capitalista, gerando necessidades de consumo ao fenômeno das massas, intensificando relações entre os que pagam e os que vendem. Moretti (2007) nos auxilia a dizer que a reflexão sobre a atividade turística e a ideia de desenvolvimento remete a

uma análise complexa das mudanças em curso no capitalismo e as suas consequências para a sociedade.

O turismo exclui quando os que possuem emprego e estabilidade, moradia e alimentação, vestuário e acesso ao lazer, buscam se sobressair perante as minorias exploradas que encontram oportunidades através de ofertas de serviços braçais voltados ao setor turístico, entre eles, a prostituição. Em muitos casos, a própria família oferece suas filhas adolescentes para início da vida sexual através da venda de seus corpos e sua “pureza” aos turistas interessados, como forma de sustento, tal fator demonstra a degradação social em que se encontra o seio familiar.

Há as mulheres que podem ser encontradas nas boates e cabarés, mas também muitas se interessam em participar dessa atividade turística para receber moedas fortes. Dentre elas, estão as empregadas domésticas, e até mesmo estudantes, que estão dispostas a “namorar” turistas estrangeiros. Essas garotas sonham com o príncipe encantado, esperando que esses homens as levem para viver no “Primeiro Mundo”. (SILVA, 2007.)

A exclusão social atinge as camadas menos favorecidas como forma de dominação, opressão e exploração, que ganharam força e as desigualdades sociais passaram a ter status de diferenças sociais naturais (VIEIRA, *et al.* 2010, p. 34) o autor nos afirma ainda que o conceito de exclusão social permite identificar os processos que envolvem os impactos negativos das desigualdades sociais conferindo novas possibilidades de abordagem. A exclusão social não é individual, é processual e atinge os indivíduos dentro da mesma sociedade.

O fenômeno do turismo da pesca e sexual intensifica esse processo por atribuir o fator econômico a compra do lazer e desencadear um processo excludente ao recrutar para o seu desenvolvimento, pessoas com baixa escolaridade e renda inferior a que necessita para o seu sustento, como os pescadores, pilotos, tai-feiros, faxineiros e as mulheres sexualmente exploradas pelo setor. Wanderley (2001. P. 16) aborda que as causas da exclusão seriam o crescimento desordenado na área urbana, o sistema escolar uniforme, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional e a desigualdade de renda e serviços. O que nos revela que “as desigualdades sociais são estruturais e a produção capitalista tem sido uma característica histórica predominante no Brasil” (VIEIRA *et al.*, 2010, p. 37).

As pesquisas relacionadas ao trabalho apresentado, foram pautadas em bibliografias relacionadas ao turismo, ao turismo sexual na cidade de Corumbá. As entrevistas foram online com garotas que desenvolvem a prática sexual na cidade de Corumbá, pois, por ser uma atividade que sua abordagem requer discrição e cuidados físicos, pois envolve muitos setores e pessoas influentes na cidade, as garotas não aceitaram o encontro direto com os pesquisadores. Também foi entre-

vistado um empresário da cidade, que desenvolve clandestinamente a atividade de agenciador de meninas para o setor turístico, conseguimos ainda, relatos de um guia turístico de barcos de pesca, que segundo ele, acaba se envolvendo na atividade indiretamente. As abordagens serão relatadas em seguida, mas usaremos nomes fictícios para os entrevistados.

ENTREVISTADA 1: Se chama Rosana, mais conhecida como Rosa

Possui 24 anos e começou a fazer programas com quase 20 anos, estava passando por dificuldades financeiras e procurou a wiskeria para dançar, logo, começou a ser cobiçada pelos clientes e a fazer programas. No início foi muito difícil, se sentia suja, usada..., mas logo foi percebendo os resultados financeiros, o poder de compra e começou a ficar mais animada com a profissão porque as gorjetas são altas. Tinha parado de estudar para trabalhar, hoje faz faculdade particular porque precisa de flexibilidade nos horários para os atendimentos.

Não é casada, mas possui um namorado que não sabe das suas condições, pois acredita que ele não a aceitaria.

A maioria dos turistas com quem se relaciona, são do Estado de São Paulo, mas se relaciona com turistas de outros Estados também, principalmente do Sul, como Santa Catarina e Paraná. A maioria dos clientes são de meia idade ou aposentados que possui a vida financeira organizada e estabilizada. Uma média de 45 a 65 anos.

Dependendo da época, em plena atividade turística no Pantanal, consegue faturar mais de dez mil reais, mas em época de piracema, esse valor cai muito, pois ficam apenas os clientes locais e os que gastam mesmo são os de fora. Atende a todos, se possui boa higiene e paga o preço, não vê porque não atender. Faz programas em barcos, na wiskeria, motel ou em local particular, mas nunca na casa ou em local indicado pelo cliente, pois considera perigoso.

Seus clientes são de classe alta, porque não esquentam em gastar quando vem para pescar no Pantanal. Já os clientes de Corumbá, em sua maioria são sujeitos influentes na cidade, mas esses são mais contidos nos gastos. O grupo geralmente já fecha o pacote com os serviços, as vezes eles decidem em cima da hora e o atendimento é na wiskeria, ou quando já são clientes mais antigos, fazem o contato diretamente por telefone. As garotas possuem um site, onde expõem os seus serviços, mas mostram somente os corpos e nunca os rostos para preservar os seus familiares. Há ainda, grupos em rede social, voltados a propaganda das atividades vendidas.

Mora em Presidente Prudente, interior de São Paulo, divisa com o Mato Grosso do Sul. Fica geralmente 20 dias em Corumbá e 10 dias em Presidente Prudente. Às vezes, atende também clientes na Capital Campo Grande, conforme agendamento. Veem para o Mato Grosso do Sul em grupo de 4 meninas, dividem o combustível e os pedágios. Também dividem o local onde ficam e não recebem clientes em casa. As empresas de turismo são a principal ligação para o contato com o turista. Geralmente negam, mas os proprietários dos barcos possuem contato direto com os donos das wiskerías. Segundo a entrevistada, os turistas vêm para contemplar a natureza do Pantanal e praticar o turismo de pesca e aproveitam para curtir um pouco com programas.

“Eu gostaria de encontrar alguém que realmente tivesse sentimentos e me tirasse dessa vida, assim como aconteceu com duas colegas minhas. Saíram do programa e hoje possuem família. Estão bem financeiramente. Não posso continuar nessa vida por muito tempo, a beleza acaba e meu sonho é ser mãe e pra isso, preciso me organizar financeiramente, fazer meu “pé de meia”, terminar a minha faculdade e constituir minha família, longe de tudo isso... O retorno financeiro é muito bom, mas não é contínuo e em certas ocasiões, chega a ser degradante, pois diversas vezes somos tratadas como objetos, humilhadas e agredidas por indivíduos que acham que por terem dinheiro, podem fazer o que quiser. Não quero permanecer nessa inconstância por muito tempo, sou bonita, posso conseguir alguém que me trate com amor, que cuide de mim... Isso é o que mais me faz falta na atualidade”.

AUTO DESCRIÇÃO DA ENTREVISTADA 1: Mulher de aproximadamente 1m e 80 cm de altura, traços finos, loira de cabelos longos e bem tratados, corpo definido de peso aproximado 70kg, olhos castanhos claros, pele dourada. Muito bonita e elegante. Gosta de dançar.

ENTREVISTADA 2: Se chama Jussara e possui 32 anos.

Começou a fazer programas aos 23 anos, quando estava na Faculdade e duas amigas de sala faziam programa e a convidaram a participar, sensibilizadas com suas dificuldades financeiras. Na época, estava com muitas dificuldades, o pai da sua filha a havia abandonado por conta de outra pessoa. Sua filha possuía apenas 1 ano e 3 meses e o indivíduo pouco contribuía para o seu sustento.

Hoje já está formada, possui Licenciatura em Letras com ênfase no Inglês pela UFMS/ Campo Grande. Não é casada. Tentou se relacionar com

algumas pessoas, mas os relacionamentos tornavam-se abusivos devido a sua profissão. Por conta disso, tentou deixar de fazer programas e trabalhar como professora, mas o retorno financeiro é muito inferior ao de profissional de luxo, sua qualidade de vida caiu muito, então, guardou novamente o seu diploma retornou aos programas.... Não trabalha na rua, seus clientes são seletivos. Geralmente turistas da Região Sul e Sudeste. Possui um cliente fixo, um fazendeiro, e devido aos acordos, não faz programas com fazendeiros locais, pois é levada como acompanhante em alguns eventos regionais. Sendo bem paga pela exclusividade. Descreve seus clientes como de alto padrão, que pagam muito bem. Seus clientes turistas são aposentados de alto escalão, empresários, cantores e políticos... esses são os que mais praticam o turismo de pesca e sexual no pantanal corumbaense. Os clientes do local geralmente são fazendeiros, empresários e políticos.

Os programas são agendados pelas agências ou wiskeria. Possuem um Book e o cliente escolhe conforme sua preferência. É natural do Rio de Janeiro. Veio para Corumbá com o ex-marido, que é militar. Mora atualmente na Cidade de Ladário. As empresas de turismo são intermediadoras do processo sexual também, pois quando o turista vem, geralmente quer algo além da pesca. Dependendo dos acordos financeiros, as garotas vão ao barco e passam a noite lá, ou os turistas vão até a wiskeria. Os mais discretos preferem atendimento no barco. O Pantanal é o foco principal do turista, é o chamariz, pois quando está em época de Piracema, não se tem turista e conseqüentemente não se trabalha. Nessa época fazem procedimentos estéticos e médicos.

“Gostaria de ter estabilidade financeira, ainda faltam 8 anos pra quitar minha casa, aí ficarei mais tranquila. Minha filha tem 10 anos e estuda em Escola particular, então, ainda preciso trabalhar por alguns anos. Mas meu sonho é poder exercer minha profissão de formação, mas para isso, precisaria mudar de cidade e nossa vida seria alterada novamente. Casar também é um sonho. Se encontrasse alguém que aceitasse a minha realidade, seria surreal.”

AUTO DESCRIÇÃO DA ENTREVISTADA 2: Mulher linda, pele morena, cabelos loiros e ondulados, olhos verdes, dentes perfeitos, corpo definido naturalmente. Mulher culta que sabe se portar em lugares e ocasiões, boa conversa e risos espontâneos. Sonhadora e determinada.

O empresário descreveu que quando há interesse no turismo sexual, os pacotes são fechados antecipadamente com um certo número de mulheres para a

semana inteira de pesca no Pantanal, e que ao longo dos dias trocam-se os pares, as mulheres, em cada pacote, se relacionam com os turistas sem distinção ou exclusividade. Se são quarenta turistas, quarenta mulheres serão contratadas e geralmente há o revezamento de pares.

O Guia turístico faz o famoso papel “formiguinha”, agencia quantidades menores e encontros ocasionais e rápidos, encontros por horas ou noite. Se o turista está embarcado e deseja uma garota, contata o guia e o mesmo contrata um piloto para transportar a garota ao barco e após o encontro, trazê-la de volta a Cidade.

Considerações finais

A cidade de Corumbá – MS, é palco de grande diversidade sociocultural devido a sua localização estratégica, pois faz-se fronteira com os países da Bolívia e do Paraguai, nesse contexto, desenvolvem-se relações sócio-econômico-culturais e a fronteira torna-se grande geradora de possibilidades.

O seu grande potencial turístico aliado ao Pantanal, sua exuberância de fauna e flora, torna a cidade um diferencial para turistas que procuram aliar o descanso das atividades urbanas, a natureza e ao prazer.

Verificamos ao longo da pesquisa, que a atividade turística na cidade de Corumbá, desenvolveu ao longo dos anos a imagem da paisagem pantaneira como principal atrativo turístico e paralelo a esse fator, a atividade turística sexual encontra-se em plena atividade e expansão. Buscamos compreender os arranjos obscuros relacionados a mercantilização da natureza e do sexo e sua composição, como agregadora da exclusão social. Verificamos que através das dificuldades diárias, da falta de estrutura financeira e educacional, mulheres se sujeitam a venda de seus corpos para que tenham e possam oferecer a sua família, melhorias na qualidade de vida, como alimentação e moradia. Aliados a esses fatores, estão grandes empresários de diversos segmentos, pessoas que usufruem e ameaçam os menos favorecidos. Esse trabalho não verificou casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, apesar de alguns pesquisadores afirmarem essa prática também no setor turístico.

O turismo agrega grande importância para o desenvolvimento econômico da cidade, mas verificou-se a falta de comprometimento para com a natureza, pois a nomenclatura sustentável, não pode ser comprovada, pois não há fiscalizações adequadas para isso. O setor público e privado da cidade, encontram-se com visões divergentes em relação a prática da atividade turística para o desenvolvimento local, o que afeta diretamente as minorias dependentes do setor turístico, levando muitas vezes, mulheres pobres e chefes de família a se prostituir.

Agradecimentos

Os autores agradecem a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela Bolsa de Estudos no nível de Doutorado.

Referências

- ALMEIDA, N. P. *Segmentação do Turismo no Pantanal Sul-Mato-Grossense*. 2003. 135 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2003.
- BARRETTO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Turismo).
- BARROS, V. M. *Atlas Geográfico: Mato Grosso do Sul e seus municípios*. Campo Grande: Ed. Oeste, 2012.
- BELLO, C. M. A. *A Apropriação da Natureza pela Atividade do Turismo no Pantanal Brasileiro*. Disponível em: <http://observatoriogeografico.org.mx/egal14>. Acesso em: 18 mai. 2018.
- CORIOLANO, L. N. M. T. *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 1998.
- CORIOLANO, L. N. M. T. A produção da imagem dos lugares turísticos. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org). *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza; FUNECE, 2001. p. 96-107.
- CORUMBÁ INCRÍVEL. Disponível em: www.corumbaincrivel.com. Acesso em: 19 dez. 2018.
- COSTA, J. C. Z. Deslocamentos Populacionais no Primeiro Governo Vargas: Nacionalismo e Intervencionismo Estatal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 11., 2015, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: ABPHE, 2015.
- DORSA, A. C. *Comunidade Pantaneira: Crenças, Cultura e Diversidade*. Língua e discurso nas crenças culturais Sul Pantaneiras. São Paulo: Ed. Appris, 2013.
- GUIMARÃES, R. B.; MELAZZO, E. S. (Orgs.). *Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- IBGE. *Atlas Geográfico Escolar: ensino fundamental*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LEITE, J. A exploração das mulheres na dinâmica do turismo sexual. In: CAMURÇA, S. M. S. (Org.). *Dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo no Nordeste*. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 2003. p. 65-69.
- LOMBA, M. C. *Turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes: o caso de Corumbá – Mato Grosso do Sul*. 2005. 88 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Campo Grande, 2005.
- MORETTI, E. C. Consumo e produção do Espaço: O mundo do Trabalho no Período Técnico-Científico-Informacional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA – Los Problemas del Mundo Actual. Soluciones y Alternativas desde la Geografía y las Ciencias Sociales, 9., 2007, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- OLIVEIRA, M. V. A. *Turismo sexual no Ceará*. Associação Cearense do Ministério Público. Disponível em: <http://www.acmpce.org.br/docs/turismosexualnoceara.doc>. Acesso em: 28 fev. 2006.
- PEREIRA, J. G. *O Patrimônio Ambiental Urbano de Corumbá-MS: Identidade e Planejamento*. 2007. 218 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.
- SILVA, T. A. Turismo sexual, prostituição e gênero: Uma discussão teórica. In: SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA, 12.; Seminário Internacional Mulher e Literatura do GT Mulher e Literatura da ANPOLL, 3., 2007, Ilhéus. *Anais [...]*. Ilhéus: EDITUS, 2007.

SWARBROOKE, J. *Turismo sustentável*. Conceitos e impacto ambiental. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

VIEIRA, A. B. *et al.* Exclusão Social: A formação de um conceito. In: MELAZZO, E. S. (Org.) *Exclusão Social em Cidades Brasileiras: Um desafio para as políticas públicas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p. 32-58.

VIEIRA, Fabiana Arruda. *Turismo e o seu Significado Local: em foco a Cidade de Ituaçu – Bahia*. Disponível em: www.obsturpr.ufpr.br/artigos/turismo21.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.). *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: vozes, 2001. p. 16-26.

YÁZIGI, E. *Turismo: uma esperança condicional*. São Paulo: Global, 1999.

Editorial

Apresentação

Edgar Aparecido da Costa
Rebeca Steiman

**Jornal Impresso na Fronteira Gaúcha:
narrativas sobre o Rural**

Thais Leobeth
Karla Maria Müller

**Eventos Rurais: uma análise da prática das
instituições públicas de pesquisa
agropecuária do Brasil e da Argentina**

Andrea Fernanda Lyvio Vilardo
Karla Maria Müller

**Jornalismo Online na Fronteira
Brasil-Paraguai: periférico e transnacional**

Gesiel Rocha de Araújo

**Fronteiras do Local: por uma leitura de
Si Me Permiten Hablar na fronteira-sul**

Julia Evelyn Muniz Barreto Guzman

**No te Pases de la Raya:
antropofagia cartográfica**

Kathya Milena Morón Tadic

**Do Churrasco Griego a la Argen(Chi)na:
práticas cotidianas, cartografias
transfronteiriças**

Luiz Felipe Rodrigues
Dalila Tavares Garcia

**Publicações sobre Estudos Fronteiriços no
Brasil de 2000 a 2018: um estudo sobre
principais periódicos e temáticas**

Vithor Amaral Prestes
Débora Mendes Pizzio
Rafael Port da Rocha

**Memórias Homo-biográficas da
Exterioridade: Silviano Santiago e as
suas/nossas Mil Rosas Roubadas**

Pedro Henrique Alves de Medeiros

**O Desenvolvimento Econômico e Social na
Fronteira Através de uma Escola Pública
Federal: Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul**

Wanderson da Silva Batista
Mara Aline dos Santos Ribeiro

**Notas Iniciais sobre o Surgimento de
Relações Transfronteiriças Cotidianas entre
Pato Bragado e Nueva Esperanza, municípios
da zona de fronteira Brasil-Paraguay**

Aline Kammer
Maristela Ferrari

**A Consolidação da Fronteira
Sul-Mato-Grossense e as Relações com o
Paraguai ao Longo dos Diferentes Períodos da
História Brasileira**

Robson de Araújo Filho
Camilo Pereira Carneiro Filho
Tito Carlos Machado de Oliveira

**Um Histórico da Política Migratória Brasileira
a partir de seus Marcos Legais (1808-2019)**

Luiz Rosado Costa
José Eduardo Melo de Souza
Livia Cristina dos Anjos Barros

**A Territorialidade da Rede Bancária no
Estado de Rondônia: concentração e dispersão
dos agentes financeiros**

Fábio Brito dos Santos
Décio Keher Marques
Edwarda de Paula Soares Ojopi

**Cooperação Internacional e Núcleos Urbanos
com Articulações Fronteiriças entre Brasil e
Bolívia**

André Vieira Freitas
Marília Steinberger

**Turismo de Compras e Paisagem Fronteiriça em
Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR)**

Janaína Costa Teixeira

**A Segurança na Fronteira entre Brasil e
Paraguai: é possível cooperar?**

Maurício Kenyatta Barros da Costa

**A Questão do Gás e sua Repercussão na
Relação Brasil-Bolívia: uma análise sob a luz
da teoria da "Interdependência Complexa"**

Adriana dos Santos Corrêa
Bruna Letícia Pereira

**Turismo Sexual nas Águas do Pantanal: o caso
da mercantilização sexual em Corumbá – MS**

Érica dos Santos Oliveira
Éder Damião Goes Kukiel